

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NIVEL MESTRADO

DOUGLAS SOUZA ANGELI

**COMO ATINGIR O CORAÇÃO DO ELEITOR: PARTIDOS, CANDIDATOS E
MOBILIZAÇÃO ELEITORAL EM CANOAS/RS (1947-1963)**

SÃO LEOPOLDO

2015

DOUGLAS SOUZA ANGELI

**COMO ATINGIR O CORAÇÃO DO ELEITOR: PARTIDOS, CANDIDATOS E
MOBILIZAÇÃO ELEITORAL EM CANOAS/RS (1947-1963)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Área de concentração: Estudos Históricos Latino-Americanos.

Orientadora: Dra. Marluza Marques Harres.

SÃO LEOPOLDO

2015

A582c

Angeli, Douglas Souza.

Como atingir o coração do eleitor: partidos, candidatos e mobilização eleitoral em Canoas/RS (1947-1963) / Douglas Souza Angeli. – 2015.

227 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marluza Marques Harres.

1. Eleições municipais - Canoas (RS). 2. Eleitores – Canoas (RS). 3. Partidos políticos. 4. Brasil – História (1945-1964). I. Harres, Marluza Marques. II. Título.

CDU 324(816.5)(091)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Bibliotecária: Raquel Herbcz França – CRB 10/1795)

DOUGLAS SOUZA ANGELI

**COMO ATINGIR O CORAÇÃO DO ELEITOR: PARTIDOS, CANDIDATOS E
MOBILIZAÇÃO ELEITORAL EM CANOAS/RS (1947-1963)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS.

Orientadora: Dra. Marluza Marques Harres.

Aprovada com recomendação para publicação em 20 de julho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Cláudio Pereira Elmir – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Dr. Jorge Luiz Ferreira – Universidade Federal Fluminense (UFF).

Dr. René Ernaini Gertz – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

AGRADECIMENTOS

Os dois anos do mestrado passam de forma muito rápida: disciplinas, artigos, coleta de fontes, leituras, fichamentos, qualificação, eventos, escrita da dissertação... Nada disso se faz sozinho, e por isso agradeço a todos os que contribuíram para esta pesquisa e a todos com os quais tive a satisfação de conviver neste processo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos por ter me acolhido e me proporcionado um curso de excelência. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa que viabilizou esta pesquisa. Aos professores do PPGH, pela generosidade, pela confiança, pela compreensão e pelo carinho.

Meu agradecimento especial a minha orientadora Marluza Marques Harres: pela generosidade, pela atenção, pela parceria, pela amizade. Tive a sorte de contar com uma orientadora que soube me dar liberdade quando precisei e soube me recolocar nos trilhos quando também precisei. Divido com ela todos os méritos desta dissertação e assumo inteira responsabilidade por qualquer equívoco presente nas páginas seguintes.

Aos professores do PPGH Unisinos: as aulas, a troca de ideias e o convívio com Ana Paula Korndörfer, Ana Silvia Volpi Scott, Eliane Cristina Deckmann Fleck, Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, Gabriel dos Santos Berute, Hernán Ramiro Ramirez, Maria Cristina Bohn Martins, Paulo Roberto Staudt Moreira e Rodrigo de Azevedo Weimer foram fundamentais para meu crescimento profissional e pessoal. Aos professores René Ernaini Gertz e Cláudio Pereira Elmir pelas generosas contribuições por ocasião do exame de qualificação. A este último, agradeço pelas aulas, pelos conselhos, pelo incentivo e pelos momentos alegres.

Ao longo da caminhada, novas amigas foram surgindo dentre os colegas: desde o primeiro semestre, tive o privilégio de contar com a Elke Rocha; no segundo semestre, meus inseparáveis Tarcila Stein e Marcus Vinícius Barbosa – este último, o amigo mais querido e crítico mais feroz; a parceria e amizade da “irmã” Alba Cristina Salatino; quantos cafês, eventos, momentos de aprendizado e alegria com Camila Eberhardt, Diego Braga, Elisa Fauth, Helenize Serres, Mariana Couto, Mariana Schossler, Michelle Nunes, Nicássio Costa e Rodrigo Pinnow. Agradeço a todos pela parceria, pela companhia e pela troca de experiências.

Ao Unilasalle Canoas, instituição que me concedeu o título de licenciado em História e muitos amigos. Agradeço especialmente à professora Cleusa Maria Gomes Graebin, pelo

incentivo e pela generosidade. Ao Museu e Arquivo Histórico La Salle, na figura da Sandra Graciano, e a todos os envolvidos na pesquisa *Canoas – para lembrar quem somos*. Agradeço aos pesquisadores que, desde muito tempo, dedicam-se ao estudo da história de Canoas, e que contribuíram direta ou indiretamente para esta pesquisa: Antonio Jesus Pfeil, Leila da Silveira, Eliete Silva e Iolanda Menezes Finkler. À Unidade de Patrimônio Histórico e Arquivo Municipal de Canoas pelo acesso aos documentos, em especial à atenção de Airan Milititsky Aguiar. À Câmara Municipal de Canoas, especialmente aos funcionários responsáveis pelo arquivo. Às colegas Camila Silva, Carmem Lopes e Danielle Heberle Viegas.

Agradeço a todos que saíram de seus lugares de origem para tentar a vida na cidade: foram estes que construíram cidades como Canoas. Dentre eles, minha família. Agradeço aos meus pais e familiares pelo carinho e compreensão. Agradeço à vida por proporcionar encontros, convivência e aprendizado.

Douglas Souza Angeli, junho de 2015.

Transporto ao presente, e faço minhas, as palavras
que Miguel Fraterno Sasso – poeta do trabalhismo
local – lançou em versos aos seus contemporâneos:

“Espero ser desculpado
Se acaso fui ousado
E algum de leve ofendi
É porque na inspiração
Que lá do meu coração
Alguma coisa eu senti...!”

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender as práticas de mobilização eleitoral e de construção do eleitor nas eleições municipais realizadas em Canoas/RS entre 1947 e 1963. Canoas é um município da região metropolitana de Porto Alegre, emancipado em 1939 e que realizou suas primeiras eleições somente após o Estado Novo. As décadas de 1940 e 1950 registraram um expressivo crescimento populacional, motivado pela migração de trabalhadores do campo para a cidade, fazendo surgir novos bairros – habitados basicamente por famílias de operários. As eleições municipais deste período fazem parte do contexto de incorporação dos trabalhadores urbanos ao cenário eleitoral, de ampliação do corpo eleitoral e de consolidação da experiência democrática brasileira – iniciada em 1945. Necessitando construir uma imagem prestigiosa, partidos e candidatos encontraram um possível canal de comunicação com os eleitores na imprensa local – contando com jornalistas, editores, articulistas e comentaristas mais ou menos identificados com os diferentes grupos políticos. Ao longo das eleições municipais, e seguindo a lógica da disputa regional, formaram-se dois blocos partidários: os trabalhistas, em torno do PTB, PSP e PSB, e um bloco liberal-conservador de contraposição ao trabalhismo, formado por PSD, PRP, PL, UDN e, mais tarde, PDC e MTR. As sucessivas eleições e a mobilização eleitoral tornaram mais nítidas as diferenças entre os dois blocos políticos e produziram identificação no eleitorado com relação a determinados candidatos. Coligações, partidos, candidatos e apoiadores construíram qualificativos sobre suas candidaturas e sobre os adversários, destacando aspectos morais e as competências que, em suas concepções, eram necessárias para o exercício da representação política. Como tais concepções não constituem um fim em si mesmas, a pesquisa avança em direção às práticas dos períodos de campanha eleitoral. As notícias, os artigos e os anúncios publicados na imprensa, bem como o instrumental de mobilização das campanhas eleitorais, são compreendidos não apenas como estratégias de conquista do voto, mas também como práticas que suscitam no eleitor um interesse pela competição eleitoral e estabelecem uma relação entre o voto e a vida cotidiana.

Palavras-chave: mobilização eleitoral; Brasil 1945-1964; eleições municipais; Canoas/RS.

RÉSUMÉ

Cette étude vise à comprendre les pratiques de mobilisation électorale et la construction du électeur aux élections municipales dans Canoas/RS entre 1947 et 1963. Canoas est une municipalité dans la région métropolitaine de Porto Alegre, émancipée en 1939 et a tenu ses premières élections seulement après l'*Estado Novo*. Les années 1940 et 1950 ont enregistré une croissance démographique importante, motivée par la migration des travailleurs ruraux vers la ville, donnant lieu à des nouveaux quartiers – habitée principalement par des familles de travailleurs. Les élections municipales de cette période font partie du contexte de l'intégration des travailleurs urbains au scénario électoral, l'extension du corps électoral et la consolidation de l'expérience démocratique brésilienne – qui a commencé en 1945. Devant de la besoin de construire une image de prestige, les partis et les candidats ont trouvé un canal de communication possible avec les électeurs dans la presse locale – en comptant avec les journalistes, rédacteurs, chroniqueurs et commentateurs plus ou moins identifié avec les différents groupes politiques. Lors des élections municipales, et en suivant la logique de la dispute régional, ils ont formé deux groupes de parties: les travaillistes, autour du PTB, PSP et PSB, et un bloc libéral-conservateur de l'opposition au travaillisme, formé par le PSD, PRP, PL, UDN et, plus tard, PDC et MTR. Élections successives et mobilisation électorale deviennent plus nettes les différences entre les deux blocs politiques et produite l'identification dans l'électorat au sujet de certains candidats. Coalitions, partis, candidats et partisans construits qualificatifs sur soi et sur leurs adversaires, en soulignant les aspects moraux et les compétences qui, dans leurs vues, étaient nécessaires à l'exercice de la représentation politique. Comme ces concepts ne sont pas une fin en soi, le progrès de la recherche vers les pratiques des périodes de campagne électorale. Nouvelles, articles et annonces dans la presse, et la mobilisation instrumentale des campagnes électorales, sont compris non seulement comme stratégies de conquête du vote, mais aussi comme pratiques qui soulèvent l'électeur un intérêt sur la compétition électorale et établir une relation entre le vote et la vie quotidienne.

Mots-clés: mobilisation électorale; Brésil 1945-1964; élections municipales; Canoas/RS.

LISTA DE SIGLAS

ACMC – Arquivo da Câmara Municipal de Canoas/RS.

ADP – Aliança Democrática Popular.

ALRS – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

ARENA – Aliança Renovadora Nacional.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

CRT – Companhia Rio-Grandense de Telefonia.

DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento.

FEERS – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

FGV – Fundação Getúlio Vargas.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPE – Instituto de Previdência do Rio Grande do Sul.

LEC – Liga Eleitoral Católica.

MAHLS – Museu e Arquivo Histórico La Salle.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

MTR – Movimento Trabalhista Renovador.

NUPERGS – Núcleo de Pesquisas Eleitorais do Rio Grande do Sul.

PCB – Partido Comunista do Brasil.

PDC – Partido Democrata Cristão.

PDT – Partido Democrático Trabalhista.

PL – Partido Libertador.

PMC – Prefeitura Municipal de Canoas/RS.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PP – Partido Progressista.

PPB – Partido Progressista Brasileiro.

PR – Partido Republicano.

PRP – Partido de Representação Popular.

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense.

PSB – Partido Socialista Brasileiro.

PSD – Partido Social Democrático.

PSP – Partido Social Progressista.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SAMDU – Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência.

TRE – Tribunal Regional Eleitoral.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral.

UDN – União Democrática Nacional.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

UNILASALLE – Centro Universitário La Salle.

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

UPHAM – Unidade de Patrimônio Histórico e Arquivo Municipal de Canoas/RS.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. “DO TEU VOTO DEPENDERÁ O FUTURO”: A CONSTRUÇÃO DO ELEITOR	25
2.1 <i>Legislação e incorporação dos trabalhadores urbanos ao cenário eleitoral.....</i>	<i>25</i>
2.2 <i>“Massa humana desafortunada”: perfil de Canoas/RS e seus eleitores</i>	<i>40</i>
2.3 <i>Para além da notícia: partidos, candidatos e imprensa em Canoas</i>	<i>53</i>
2.4 <i>O eleitor como alvo: o que, o como, o porquê e o para que do voto.....</i>	<i>60</i>
2.5 <i>O eleitor pede providências: ofícios enviados à Câmara Municipal</i>	<i>74</i>
3. O CANDIDATO QUE “SABERÁ SER DIGNO DO TEU VOTO”: A CONSTRUÇÃO DO PRESTÍGIO.....	80
3.1 <i>A política canoense na Terceira República (1945-1964)</i>	<i>80</i>
3.2 <i>“Homens do trabalho, afeitos a luta de todos os dias”: o manual do bom vereador</i>	<i>100</i>
3.3 <i>O contraste dos candidatos: como foram concebidos por si, pelos seus e pelos outros... ..</i>	<i>117</i>
4. TEMPO DA POLÍTICA, TEMPO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS	149
4.1 <i>O tempo das articulações: das convenções ao início da campanha.....</i>	<i>149</i>
4.2 <i>O tempo da caça ao voto: comitês, comícios, churrascos e intrigas.....</i>	<i>163</i>
4.3 <i>O tempo dos resultados: da expectativa à repercussão.....</i>	<i>181</i>
5. CONCLUSÃO	191
REFERÊNCIAS	197
APÊNDICE A – QUADRO-RESUMO DOS GOVERNOS DOS PREFEITOS ELEITOS EM CANOAS (1951-1963).....	212
APÊNDICE B – LISTA DE OFÍCIOS ENVIADOS POR CIDADÃOS E ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO À CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS NA 2ª E 3ª LEGISLATURAS [ACMC]..	214
APÊNDICE C - QUADRO-RESUMO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM CANOAS (1951-1963)	216

APÊNDICE D – TRAJETÓRIA ELEITORAL DOS VEREADORES ELEITOS EM CANOAS ENTRE 1947 E 1963	217
APÊNDICE E – LISTA DOS VEREADORES ELEITOS EM CADA LEGISLATURA (1947-1968)	220
APÊNDICE F – QUADRO-RESUMO DO SUBCAPÍTULO 2.2 (<i>“HOMENS DO TRABALHO AFEITOS À LUTA DE TODOS OS DIAS”: O MANUAL DO BOM VEREADOR</i>)	222
APÊNDICE G – QUADRO-RESUMO DO SUBCAPÍTULO 2.3 [<i>O CONTRASTE DOS CANDIDATOS: COMO FORAM CONCEBIDOS POR SI, PELOS SEUS E PELOS OUTROS...</i>]	224
APÊNDICE H – QUADRO-RESUMO DO CAPÍTULO 3 [<i>TEMPO DA POLÍTICA, TEMPO DAS CAMPANHAS</i>].....	226
ANEXO I – MAPA DOS BAIRROS DE CANOAS	227

1. INTRODUÇÃO

O último capítulo da obra *História da cidadania*, organizada por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (2010), apresenta um conto – até então inédito – do escritor Moacyr Scliar. Embora tenha sido colocado no fim do livro, o texto narra um começo: *O nascimento de um cidadão*, como antecipa seu título. Um humilde operário é demitido de seu emprego, e no desespero – diante da necessidade de sustentar seus filhos e esposa – entrega-se à bebida, abandona a família e passa a viver como mendigo. Atirado nas ruas e longe da família, nada mais o prendia à vida: “Mas também nada o empurrava para a morte. Porque, num certo sentido, era um morto-vivo. Não tinha passado e também não tinha futuro” (SCLIAR, 2010, p. 586). Em tal situação, o homem começou a esquecer coisas a seu próprio respeito: “A empresa em que trabalhara. O endereço da casa onde morara. A sua idade – para que precisava saber a idade? Por fim, esqueceu o próprio nome” (SCLIAR, 2010 p. 587). Certo dia, em um abrigo mantido por uma ordem religiosa, o homem tomou banho, fez a barba, vestiu roupas limpas e viu sua imagem refletida no espelho: “E ficou encantado: não reconhecia o homem que via ali. [...] Ele saiu. E sentia-se outro. Sentia-se como que – embriagado? – sim, como que embriagado. Mas embriagado pela luz do sol, pelas árvores, pela multidão” (SCLIAR, 2010, p. 588). Tal arrebatamento o impediu de ver o ônibus que terminou por atingi-lo ao atravessar a avenida:

O choque, tremendo, jogou-o à distância. Ali ficou, imóvel, caído sobre o asfalto, as pessoas rodeando-o. Curiosamente, não tinha dor; ao contrário, sentia-se leve, quase que como flutuando. Deve ser o banho, pensou. Alguém se inclinou sobre ele, um policial. Que lhe perguntou:

– Como é que está, cidadão? Dá para aguentar, cidadão?

Isso ele não sabia. Nem tinha importância. Agora sabia quem era. Era um cidadão. Não tinha nome, mas tinha um título: cidadão. Ser cidadão era, para ele, o começo de tudo. Ou o fim de tudo. Seus olhos se fecharam. Mas seu rosto se abriu num sorriso. O último sorriso do desconhecido, o primeiro sorriso do cidadão (SCLIAR, 2010, p. 588).

No conto de Moacyr Scliar, o título de cidadão fez brotar naquele sujeito anônimo um primeiro sorriso de pertencimento à cidadania. Nesta dissertação, pretendemos compreender o nascimento de um determinado tipo de cidadão: o cidadão-eleitor. E já que tratamos de um nascimento, talvez seja apropriado lembrar de Hannah Arendt (2014, p. 11): “O novo começo inerente ao nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir”. Porém, para não ficarmos somente no jogo de palavras, é importante salientar que, conforme Arendt, a política nasce no *entre-homens*: “O único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência entre

os homens” (ARENDT, 2014, p. 249). Falemos, portanto, dos cidadãos, no plural, ou melhor, da cidadania.

O *status* de cidadania, concedido ao homem do conto de Moacyr Scliar – mas que poderia ser o operário que “morreu na contramão atrapalhando o tráfego” da letra de Chico Buarque¹ – nos remete à concepção clássica de cidadania formulada por Thomas Humprey Marshall (1967, p. 76): ao conjunto de direitos civis, políticos e sociais que permite aos homens constituírem-se como membros integrais da comunidade a que pertencem dá-se o nome de cidadania.

Assim, ser cidadão envolve um conjunto amplo de direitos. Conforme destacado por Jaime Pinsky (2010, p. 09), ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei; é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Visão mais sistemática nos oferece José Murilo de Carvalho (2013, p. 09-10):

Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. [...] Esclareço os conceitos. Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. [...] É possível haver direitos civis sem direitos políticos. Estes se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. Em geral quando se fala de direitos políticos, é do direito do voto que se está falando. [...] Finalmente há os direitos sociais. [...] Os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria.

Jaime Pinsky (2010, p. 10) ressaltou, na introdução de *História da cidadania*, que ela é “a expressão concreta do exercício da democracia”. Tanto ele quanto José Murilo de Carvalho evocam o direito de votar e ser votado como algo inerente aos direitos políticos. Portanto, se o voto não encerra em si toda a complexidade da cidadania, ele é um elemento importante na definição e na prática da cidadania.

Ao voto, porém, foram atribuídos diversos sentidos em tempos e espaços diferentes. A historiadora argentina Hilda Sabato (2011, p. 20) afirma que, ao olhar para o passado, é possível vislumbrar uma história de mudanças nas formas e significados do ato de votar. Ao tratar da implantação do sufrágio universal, Letícia Bicalho Canêdo (2005, p. 11), na apresentação da obra *O sufrágio universal e a invenção democrática*, destaca que pouco se conhece sobre a forma pela qual essa prática foi “imposta como princípio de legitimidade da

¹ Na música *Construção* (1970).

dominação política e, ao mesmo tempo, como princípio da organização das democracias ocidentais”.

Nessa perspectiva, o voto é visto como um objeto de luta que se tornou uma forma dominante de atuação política, que veio a substituir os meios de expressão política até então comuns, tais como a revolta armada, as grandes comoções populares, as barricadas (CANÊDO, 2010, p. 519). A ação política estava longe de ser resumida ao voto, e nas barricadas, as batidas do coração ecoavam as dos tambores – como na *Canção dos revoltosos* do musical *Les Misérables*.

Em relação à América Latina, os processos de independência dos países latino-americanos proporcionaram a oportunidade de escolher seus próprios líderes, mas, a estas novas lideranças havia uma questão de legitimidade a ser resolvida, pois, como ressalta Marcello Baquero (2000, p. 55) remetendo a Donald Dozer, ela não repousava sobre a espécie de autoridade encarnada pelo Rei da Espanha, mas sobre a violência. Hilda Sabato (2011, p. 45) ressalta que, nesse contexto, a *ciudadania armada*, especialmente por meio das milícias, constituiu-se como uma dimensão fundamental da relação entre povo e política².

Conforme mencionado por José Murilo de Carvalho (2004, p. 89), em *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, no Brasil, ao longo da primeira república, o exercício da cidadania política tornou-se uma caricatura: “O cidadão republicano era o marginal mancomunado com os políticos; os verdadeiros cidadãos mantinham-se afastados da participação no governo da cidade e do país”. O autor brasileiro aponta para direção compatível ao exposto por Hilda Sabato (1998): a população não via nas eleições um canal de intervenção política, mas encontrava outras formas de pressionar por suas demandas e manifestar suas reivindicações. Diversas revoltas entre o Segundo Reinado e a Primeira República (tais como as reações ao registro civil, em 1852, à lei do recrutamento militar, em

² Outra historiadora argentina, Marcela Ternavasio (2002), procurou demonstrar, na obra *La revolución del voto: política y elecciones en Buenos Aires (1810-1852)*, que num contexto marcado por guerras civis, instabilidade política, militarização e caudilhismo, as eleições cumpriam o papel de legitimar o poder político das facções em luta: as elites políticas portenhas procuraram, por meio das práticas eleitorais, disciplinar a mobilização das massas. Para Hilda Sabato (1998), as eleições na Argentina do século XIX pouco se assemelhavam com a imagem ideal da eleição como momento da decisão tomada por cidadãos em uma comunidade política. As eleições na Argentina eram a organização de um enfrentamento entre facções lutando pelos cargos do governo, envolvendo uma parcela muito pequena da população, “encuadrada colectivamente y preparada para la ocasión” (SABATO, 1998, p. 171-172). Em Buenos Aires, no período analisado por Hilda Sabato, o voto não era um ato particular, individual, mas sim coletivo, pois quem participava da eleição fazia parte de um ou outro grupo que dispunham de organização interna, chefes e subordinados, hierarquias. E ganhava as eleições o grupo que fosse mais capaz de mobilizar sua máquina eleitoral no intuito de recrutar o maior número de votantes e bloquear o quanto mais a participação das clientelas adversárias (SABATO, 1998, p. 173). Diante de noções abstratas como soberania e representação, a população acabou desenvolvendo mecanismos de intervenção mais diretos e atrativos. Tais mecanismos eram a constituição de associações voluntárias, a edição de jornais, a mobilização para protestar, celebrar, lamentar e pressionar o governo por suas demandas, entre outras formas (SABATO, 1998, p. 197; 285).

1874, ou a Revolta da Vacina em 1904) demonstram que a população tinha alguma noção de direitos do cidadão e deveres do Estado (CARVALHO, 2013, p. 70-72)³.

Quando o voto passou, no Brasil, por uma valorização simbólica que o converteu em *conditio sine qua non* da cidadania, como hoje podemos observar tanto nas campanhas dos candidatos como nas inserções midiáticas da Justiça Eleitoral?

Em junho de 2013, uma série de protestos reuniu milhares de cidadãos em diversas cidades brasileiras. Foram as *jornadas de junho*, motivadas, segundo a entrevista concedida por Luiz Werneck Vianna ao IHU Online (2013, p. 09), pela busca por reconhecimento e participação política: “A sociedade está inteiramente isolada da esfera pública. São dois mundos que não se tocam. Por toda a parte viam-se faixas com os seguintes dizeres: ‘nós não acreditamos na representação que aí está’”.

Tratando das revoltas e dos protestos de massas que eclodiram em diversas regiões do mundo nos últimos anos (como a *Primavera Árabe* e o movimento dos *indignados* na Espanha), Manuel Castells (2013) dedicou um posfácio sobre o Brasil na obra *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Ressaltou Castells (2013, p. 178): “Como em todo o mundo, diziam os manifestantes, a democracia tem sido sequestrada por profissionais da política que, em sua diversidade, estão quase todos de acordo em que a política é coisa de políticos, não dos cidadãos”. Para o sociólogo espanhol, a irrupção de tais movimentos pode ser explicada por uma cultura da autonomia: “Os movimentos que observamos encarnam o projeto fundamental de transformar pessoas em sujeitos de suas próprias vidas, ao afirmar a autonomia em relação às instituições da sociedade” (CASTELLS, 2013, p. 167).

Esta dissertação tem como foco um processo que está na outra ponta da linha temporal deste constatado por Castells (2013): o momento em que a atuação política legítima passou a estar relacionada com um conjunto de instituições, como partidos políticos e Justiça Eleitoral. O voto e a sazonalidade das eleições passaram ao centro da relação entre governados e governantes, e um estudo sobre as eleições municipais no período democrático que vigorou entre 1946 e 1964 pode auxiliar na compreensão deste processo de construção de práticas eleitorais em nossa sociedade. Isto explica, em parte, as motivações desta pesquisa, na qual

³ Ricardo de Aguiar Pacheco (2001) já havia estabelecido comparações entre as abordagens de José Murilo de Carvalho e Hilda Sabato, na obra *O cidadão está nas ruas: representações e práticas da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1991)*. Seu interesse centrou-se na contribuição dos autores para uma definição de cidadania que não se limita às relações oficiais, não estando diretamente ligada ao voto: “É mais o sujeito histórico que cobra do Estado, por meios formais ou informais, o reconhecimento daquilo que julga um direito seu, independente de estar, esse princípio, regulamentado juridicamente pelo Estado” (PACHECO, 2001, p. 22-23).

pretendemos contribuir, na proporção possível, com a tarefa de decifrar esse enigma do voto – que constitui, talvez, uma pequena fresta pela qual é possível vislumbrar algo mais amplo: o nascimento de um cidadão.

Canoas/RS é um município da região metropolitana de Porto Alegre emancipado em 1939. No ano seguinte, Edgar Braga da Fontoura (1888-1946) foi nomeado prefeito por decreto do Governo do Estado. Titular da Academia Rio-Grandina de Letras e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, foi político, jornalista, poeta e historiador, tendo deixado um registro, na imprensa local, de sua percepção sobre o desenvolvimento histórico do lugar: “A linha da vida orgânica de Canoas, como se vê, vem, em linha reta, numa acentuada e progressiva ascensão, do nada da terra em ser para o infinito do progresso e da civilização universais”⁴.

O desejo do progresso havia justificado, já na década de 1930, a necessidade do lugarejo chamado Canoas tornar-se município. E a imprensa local passava, a partir de então, a cumprir seu papel de construir, por meio de imagens e palavras, visões acerca desse cenário. Conforme nos lembra Maria Salete Kern Machado (2001, p. 213), o imaginário tem revelado, na história das comunidades humanas, pontos de vista otimistas ou pessimistas sobre a vida nas cidades. Primeiro jornal do lugar, *O Cruzeiro* fala da paisagem não apenas formada de volumes, mas, como diria Milton Santos (1988, p. 61), possuidora de cores, movimentos, odores e sons: “Sua quietude, não fossem os omnibus e os trens que passam; uns businando incessantemente, outros alarindo sobre os trilhos como uma serpente metálica, seria quasi perene”⁵.

A “serpente metálica” foi o ponto inicial da urbanização de Canoas. Com a construção da estrada de ferro ligando Porto Alegre a São Leopoldo, foi inaugurada em 04 de abril de 1874 a estação do “Capão das Canoas”, fato considerado decisivo na formação urbana da vila e da futura cidade (SILVEIRA, 2007, p. 24). A passagem do trem foi por vezes registrada⁶, contrastando com visão geral do lugar cujas vivendas ajardinadas inspiraram Érico Veríssimo na obra *Um lugar ao sol*: sua personagem, Clarissa, saía todas as manhãs para tomar o ônibus que a levava ao encontro de seus alunos em Canoas, que nas palavras do escritor era uma cidade “bonita, com suas vivendas no meio de jardins verdes e floridos. Ouvia-se o canto dos

⁴ VOTO de fé. *Folha Canoense*. Canoas, 1942.

⁵ A VOZ do progresso. *O Cruzeiro*. Ano I, n.º 2. Canoas. 1935. Ago, 18. [Grafia original]. O jornal *O Cruzeiro* circulou no ano de 1935. Seu sucessor foi o semanário *O Canoense*, lançado em 1937. Os fac-símiles dos jornais foram organizados e publicados por Antonio Jesus Pfeil (2005).

⁶ Vide a fototeca da Unidade de Patrimônio Histórico e Arquivo Municipal [Prefeitura Municipal de Canoas].

passarinhos. Um silêncio fresco envolvia as casas, as árvores e as criaturas” (VERÍSSIMO, 1936, p. 223).

O ano era 1947, e a cidade se preparava para o exercício inédito de eleger vereadores. Já tendo dobrado sua população desde a emancipação, Canoas tinha como símbolo de sua metamorfose o ampliar de sua mancha urbana⁷. Mesmo assim, a vista do centro por bastante tempo foi composta de poucas ruas e muitos espaços verdes, sendo dominada, desde o início do século, pelo prédio das escolas dos irmãos lassalistas. Em 31 de outubro de 1947, um irmão da congregação escreveu: “Este mês foi característico pela praga de gafanhotos, que desde 1918 não apareciam mais em Canoas. É espetáculo triste”⁸. E foi assim que o cineasta e memorialista Antonio Jesus Pfeil (1998, p. 34) registrou outro importante acontecimento daquele ano: “Em 15/11 do ano da praga, o governador Walter Jobim, Nelson Paim Terra e Arthur Pereira Vargas desciam a rua Coronel Vicente, em frente à Praça da Bandeira. Era dia de eleições”. O progresso, os gafanhotos e os candidatos chegavam ao município.

Segundo João Palma da Silva⁹ (1978, p. 91) Canoas, originalmente, foi “lugar de repouso e veraneio”, guardando muito de seus “encantos naturais até o dia de sua emancipação”. Entretanto, a partir da década de 1940, a oferta de loteamentos propiciou a ocupação de outros territórios da cidade, e o “povoado que nos anos de 1930 era dotado de ares bucólicos, transformou-se, a partir de 1950, em um dos maiores centros urbanos do Rio Grande do Sul” (VIEGAS, 2012, p. 12).

Ao estudar a história da Câmara de Vereadores de Canoas, que teve sua primeira legislatura entre 1947 e 1951, Sonia Ranincheski (1998, p. 21) também destacou o crescimento econômico e populacional do município nesse período, acrescentando o aspecto político: Canoas tornou-se um “local estratégico para a engenharia política do Estado. Forças partidárias relevantes no cenário nacional e estadual instalaram-se na cidade de Canoas, contribuindo assim para a sua formação político partidária”¹⁰.

⁷ Segundo os censos demográficos realizados pelo IBGE, Canoas contava com 17.630 habitantes em 1940; 39.826 em 1950; e 103.503 em 1960 (Fundação Estadual de Economia e Estatística). Há um estudo realizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente que registra 8,34% de área ocupada pela mancha urbana no município em 1940; esse índice passa para 23,30% em 1970 (Instituto Canoas XXI, 2011).

⁸ HISTÓRICO SÃO JOSÉ (1908 – 1949). 1947. (Museu e Arquivo Histórico La Salle).

⁹ A bibliografia sobre Canoas tem início em 1964, com a publicação da obra *As origens de Canoas*, de João Palma da Silva (1913-1978). O autor foi escritor, poeta, jornalista, tradicionalista e historiador, pertencendo ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, à Academia Rio-Grandense de Letras e à Associação Rio-Grandense de Imprensa. Publicou também a obra *Pequena História de Canoas* (SILVA, 1978).

¹⁰ Esta dissertação contribui para a escrita da história política de uma das maiores cidades do Rio Grande do Sul. Primeiro, porque se registra uma falta de produção historiográfica sobre os processos políticos no âmbito municipal e também pela necessidade de compreender o fenômeno político local com base no debate historiográfico recente.

A primeira eleição municipal em Canoas ocorreu em 1947, ocasião em que foram eleitos vereadores, seguida do pleito de 1951, no qual os eleitores da cidade escolheram o nome de Sady Fontoura Schivitz (PTB) para o cargo de prefeito (SILVA, 1978, p. 118). Assim, as primeiras experiências eleitorais pós-emancipação ocorreram após o fim do Estado Novo (1937-1945).

A partir de 1945, com a democratização e ampliação do corpo eleitoral, houve alteração no perfil do eleitorado, levando os candidatos e os partidos a modificarem as formas de atuação que haviam sido válidas no período anterior a 1930 (CANÊDO, 2010, p. 537). Em Canoas, o acelerado ritmo de crescimento demográfico – que ampliou em cerca de seis vezes o contingente populacional da cidade em apenas duas décadas¹¹ –, modificou o cenário da cidade, com o surgimento de novos bairros formados basicamente por operários e que careciam da infraestrutura mais básica. Porém, grande parcela dos operários são também eleitores, e nesse mesmo período eles cumpriram um papel fundamental para a compreensão da dinâmica político-partidária da cidade.

A presente dissertação empreende um estudo sobre os processos de construção do eleitor com base nas eleições municipais realizadas em Canoas/RS entre 1947 e 1963. Buscamos analisar os processos eleitorais que envolveram os eleitores canoenses entre 1947 e 1963, seus atores e suas conexões com o contexto político regional e nacional, bem como os marcos legais nos quais se realizaram tais eleições. Vamos examinar os resultados eleitorais no âmbito municipal, bem como os diferentes grupos políticos da cidade e suas relações com os eleitores. Um dos enfoques da análise diz respeito aos qualificativos construídos acerca de candidatos e eleitores a partir das fontes referentes às eleições municipais entre 1947 e 1963. Com base nessa documentação, busca-se a apreensão das práticas de mobilização eleitoral e de conquista de votos a partir da relação entre candidatos, partidos e eleitores durante as eleições municipais.

O recorte temporal desta pesquisa vai de 1947, quando os eleitores de Canoas participam da primeira eleição municipal após o Estado Novo, até 1963, data que marca a última eleição para prefeito antes do golpe civil-militar de 1964. A primeira eleição para

As obras de João Palma da Silva (1964; 1978) são marcadas por uma visão tradicional da história política local, centrada nas realizações dos governos e no protagonismo de determinadas famílias. No final dos anos 1990 foram publicados os primeiros livros da série *História de Nossos Prefeitos*, contando atualmente com nove volumes. Iniciativa da Prefeitura Municipal, contribuem para a divulgação de fontes históricas, ao trazerem as transcrições dos jornais de cada período, mas não se propõem a refletir sobre a história política local. O único livro que trata propriamente sobre história política local é *História, poder local, representação: a Câmara de Vereadores de Canoas*, organizado por Sonia Ranincheski (1998), uma parceria entre o Unilasalle e o legislativo.

¹¹ IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960 (Fundação Estadual de Economia e Estatística).

prefeito, em 1951, dá início a uma tendência: ao eleger o prefeito Sady Schivitz, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a maioria dos eleitores canoenses demonstra preferência pelo trabalhismo¹².

Letícia Bicalho Canêdo (2010, p. 537) atribui importância ao período da Terceira República (1945-1964), do ponto de vista da história do voto, pois a unificação administrativa, jurídica, política educacional e cultural promovida pela Era Vargas, no período anterior, permitiu, após 1945, “a introdução do voto obrigatório, que por fim vai fazer surgir o eleitor-cidadão no Brasil”. É, assim, um período importante para a compreensão do processo de construção do eleitor, remetendo à obra de Michel Offerlé – que considera “a invenção da categoria de cidadão eleitor como um enigma e reflete sobre a construção realizada pela ação dos múltiplos atores que compõem a instituição do sufrágio universal para fabricar um corpo eleitoral, um eleitor e um eleitorado” (CANÊDO, 2005, p. 18). Assim, é preciso levar em consideração a teoria do campo político, conforme elaborada por Pierre Bourdieu (2012, p. 164): a desigual distribuição dos instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política (sobretudo o “tempo livre” e o “capital cultural”) reduz os cidadãos ao estatuto de consumidores e simples aderentes. Para Bourdieu (2012, p. 185), o campo político é “o lugar de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos”.

Partindo das formulações de Bourdieu (2012) acerca do campo político e considerando as abordagens de Michel Offerlé (2005; 2011) e de Letícia Bicalho Canêdo (2005; 2010) acerca da história do voto e da construção de eleitores e de eleitorados, buscamos analisar as primeiras eleições municipais na cidade de Canoas partindo da seguinte questão: como candidatos e partidos políticos elaboraram práticas de construção do eleitor, de mobilização eleitoral e de conquista do voto nas eleições municipais de Canoas/RS entre 1947 e 1963?

Mariana Gené e Gabriel Vommaro (2011) salientaram a importância da sócio-história como perspectiva de análise, especialmente da forma concebida por Michel Offerlé, na qual a preocupação está centrada na construção do voto enquanto instituição e enquanto prática, focando na produção de modos de fazer e perceber a atividade política e na produção dos objetos que povoam este empreendimento. Trata-se de focar e problematizar a produção daquilo que, hoje, está naturalizado: a atividade política estável, institucionalizada e com regras mais ou menos estabelecidas e aceitas (GENÉ; VOMMARO, 2011, p. 10).

¹² O PTB elege dois prefeitos, Sady Schivitz em 1951 e José João de Medeiros, em 1959. Entre 1947 e 1963 registra-se o crescimento da bancada do PTB, sendo o partido com maior número de vereadores eleitos em 1951, 1955 (empatado com o PSD), 1959 e 1963.

A especificidade da sócio-história centra-se em três princípios metodológicos: 1) o estranhamento diante das instituições, rotinas e objetos com os quais estamos, politicamente, familiarizados, desnudando-os enquanto produtos de processos acidentados e conflitivos¹³; 2) forte atenção às práticas, resultando numa história material do voto, da profissão política, da construção de eleitorados, atenta para a aparição de dispositivos que habilitam e estimulam certos modos de fazer e para o modo como os atores se apropriam dessas tecnologias¹⁴; 3) e atenção fundamental aos conceitos e aos sentidos que eles veiculam, pois as questões de nominação e classificação se encontram no coração das preocupações desta perspectiva, e, consequentemente, categorias como *eleitor* ou *político* passam por transformações ao longo do tempo¹⁵ (GENÉ; VOMMARO, 2011, p. 15).

Conforme Gené e Vommaro (2011, p. 11), Michel Offerlé orientou seus estudos em duas direções principais: primeiro, a constituição do pessoal capaz de realizar a atividade política como prática contínua e progressivamente profissionalizada; segundo, a produção de um público competente da política, ou seja, eleitores e cidadãos que adquirem os esquemas de compreensão e apreciação do jogo político que os permitam entender e acompanhar a competição por sua representação.

A montagem história dos rituais eleitorais foi lenta, acompanhando a gradual substituição dos meios de expressão política anteriormente válidos (revolta armada, grandes comoções populares, barricadas), e contribuiu para ensinar ao cidadão, “a paciência no ritmo dos calendários eleitorais” (CANÊDO, 2010, p. 517)¹⁶. Tratou-se de naturalizar formas de

¹³ Como exemplo, Letícia Bicalho Canêdo (2005) chama a atenção para a cenografia eleitoral que foi sendo progressivamente imposta ao ato de votar, uma elaboração aparentemente simples e raramente questionada pelos historiadores. Assim, “longe de procurar conhecer os procedimentos que materializaram as significações do sufrágio, bem como as normas hoje interiorizadas da conduta a demonstrar em relação a ele, o voto é praticamente um procedimento sem história” (CANÊDO, 2005, p. 11).

¹⁴ A proposta de Offerlé contempla o estudo das práticas e dos usos plurais das rotinas democráticas (GENÉ; VOMMARO, 2011, p. 16), bem como Alain Garrigou (1993), ao tratar da instrumentalização do voto, com atenção para o quarto escuro, a cédula, a urna, etc. Há ainda a abordagem sobre o uso dos mapas eleitorais, realizada por Garrigou (1990) e sobre o tabelamento e análise dos resultados eleitores pelos comentaristas, conforme conduzida por Offerlé (2011).

¹⁵ Se a história conceitual do político, conforme definida por Pierre Rosanvallon (2010), tem sublinhado a importância da instituição de uma distância entre governantes e governados como princípio da democracia, a sócio-história busca transcender os debates conceituais para focar na produção tanto das práticas e objetos que povoam as atividades políticas quanto da produção das formas de percepção da ação política (GENÉ; VOMMARO, 2011, p. 11). Sobre as transformações do governo representativo, inclusive na relação entre governantes e governados, ver Bernard Manin (1995). Sobre Pierre Rosanvallon, ver a apresentação da edição brasileira de *Por uma história conceitual do político*, na qual Christian Edward Cyril Lynch (2010) situa o autor com relação à escola francesa do político. Um exemplo de história conceitual do político encontra-se na obra organizada por Gerardo Caetano (2014), intitulada *Historia conceptual: vocês y conceptos de la política oriental (1750 – 1870)*, na qual pesquisadores uruguaios abordam a batalha política em torno de conceitos como *democracia*, *liberdade*, *soberania*, e *nação*.

¹⁶ A cenografia do ato eleitoral, os dispositivos materiais necessários ao ato do voto, foram sendo introduzidos na rotina dos cidadãos, “em meio a tentativas incertas das elites políticas para impor um outro princípio legítimo de

atuar e de falar não agressivas, em contraste com tempos passados de violentas querelas políticas, adquirindo o que Michel Offerlé (2011) chama de “paciência democrática”. Canêdo (2010) parte da proposta de Alain Garrigou e de Michel Offerlé, ao considerarem o eleitor como uma construção: para que haja eleições é preciso que haja eleitores e é necessário também que haja candidatos. O ato de votar faz aparecer objetos, produtos e conceitos novos da urna aos eleitorados, dos cartazes aos comentários e, o eleitor elege, mas a eleição primeiro fez o eleitor (GARRIGOU, 1993; OFFERLÉ, 2011, p. 178).

Michel Offerlé (2005) aborda a questão da construção da cidadania cívica, examinando-a com base em uma reflexão em torno de três figuras do povo: “o cidadão de papel”, o “cidadão votante” e o “eleitorado”. Quanto ao “cidadão de papel”, trata-se da construção de um corpo eleitoral, do reconhecimento da cidadania cívica, da definição de quem é e de quem não é cidadão. A construção de “cidadãos votantes”, o eleitor propriamente dito, leva o autor à seguinte questão: “como levar os cidadãos a se tornarem cidadãos, a se inscrever e votar?” (OFFERLÉ, 2005, p. 353)¹⁷.

Antes da interiorização do papel de cidadão, não havia nada de evidente em ser eleitor. O autor sustenta que “não é fácil fazer uma conexão entre sua vida cotidiana e um pedaço de papel que se coloca dentro de uma urna [...], limitar-se somente ao uso da cédula, votar em alguém que, em muitos casos, jamais se viu” (OFFERLÉ, 2005, p. 354). Entrou em cena, conforme Offerlé (2011, p. 156), a mobilização eleitoral, conjunto de incitações por meio das quais os empreendedores passaram a trabalhar para criar o costume do voto – mecanismos que permitiram a produção de agentes suficientemente interessados na competição política. Com a profissionalização dos políticos, inventou-se tecnologias de conquista de votos e apelo do civismo, pois ao construir um eleitor eles, os políticos, se tornam elegíveis: “Construir um eleitor é produzir agentes que reconheçam um interesse na competição eleitoral”¹⁸. Ressalta o autor:

transmissão da autoridade, diferentes das alternativas até então conhecidas, como a hereditariedade baseada na tradição ou no direito divino” (CANÊDO, 2010, p. 518).

¹⁷ Para a compreensão do fenômeno eleitoral enquanto objeto histórico, consideramos a obra *O sufrágio universal e a invenção democrática*, organizada por Leticia Bicalho Canêdo (2005), em especial o capítulo *A nacionalização da cidadania cívica*, de Michel Offerlé, juntamente com o texto *A representação política: elementos para uma teoria do campo político* (capítulo VII de *O poder simbólico*), de Pierre Bourdieu (2012) e uma coletânea de textos de Michel Offerlé (2011) editada na Argentina.

¹⁸ É importante salientar que Michel Offerlé (2011) não considera o eleitor como um agente passivo, simplesmente domesticado pelas elites políticas. O eleitor aprende também a apropriar-se da relação eleitoral com certa autonomia, fazendo uso da condição de eleitor, pressionando os candidatos (OFFERLÉ, 2011, p. 187-188). Seguindo esta lógica, Leticia Bicalho Canêdo (2002) ressalta que, com a democratização – a partir de 1945 – os candidatos passam a estar sujeitos ao veredito popular, não podendo ficar aprisionados somente às regras de seu próprio mundo.

Fazendo-se homens políticos, eles deslegitimam as formas antigas de transações [...]. O cidadão torna-se aos poucos um indivíduo idealmente dessocializado que, para exercer sua cidadania, supõe-se haver rompido seus vínculos comunitários”. Compreende-se, assim, como mostra Alain Garrigou¹⁹, que a imposição de regras moralizantes do sufrágio universal e os dispositivos (envelope e cabine de votação, por exemplo) que o manifestam não são simplesmente técnicas, mas parte integrante desse processo de realização do cidadão autônomo. Trata-se [...] de um instrumento que realiza no sentido mais forte do termo um laço novo entre o eleito e o eleitor e abre caminho para uma relação de troca propriamente política no quadro de um ritual austero (OFFERLÉ, 2005, p. 356-357).

Um traço da análise de Offerlé (2005, p. 355), fundamental para a nossa, é que ao longo do processo de profissionalização dos políticos²⁰, estes tiveram de inventar, “de maneira permanente e durante fases de exercício da cidadania (campanhas eleitorais em que se marca o apelo do civismo como direito e dever ao mesmo tempo), tecnologias de conquista dos votos”. Isso nos remete novamente a Pierre Bourdieu e suas considerações sobre o campo político como o lugar em que se geram os produtos políticos, programas, análises, problemas no qual a “produção das formas de percepção e expressão politicamente atuantes e legítimas é monopólio dos profissionais e se acha, portanto, sujeita aos constrangimentos e às limitações inerentes ao funcionamento do campo político” (BOURDIEU, 2012, p. 166). No caso brasileiro, Letícia Canêdo (2010, p. 538) ressalta o surgimento de novas práticas voltadas a conquistar o voto e que são características desse período de ampliação do sufrágio:

No lugar das assembleias quase secretas dos homens bons, de poder social e político, isto é, dos notáveis, aparece a necessidade de se construir uma popularidade eleitoral. Distribuir apertos de mão, empenhar-se em realizar pequenos serviços aos eleitores como marcas da simpatia torna-se imprescindível. Com isso surge a indústria do panfleto, dos comícios, dos cartazes, das visitas nas feiras, das campanhas nos morros, ou seja, para conquistar o eleitor não basta mais ser apenas um respeitável representante da comunidade local.

Pierre Bourdieu (2012, p. 164) considera que a vida política pode ser descrita na lógica da oferta e da procura, pois a desigual distribuição dos “instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada” reduz os cidadãos ao papel de consumidores que devem escolher entre os produtos políticos gerados por seu campo específico.²¹ Segundo Bourdieu (2012, p. 169):

¹⁹ Como no artigo intitulado *La construction sociale du vote. Fétichisme et raison instrumentale*, publicado por Alain Garrigou na revista *Politix* (1993).

²⁰ Michel Offerlé (2011b) atenta para a profissionalização política concomitante à estabilização do sufrágio universal, surgindo uma categoria de agentes especializados e profissionalizados na conquista e no exercício do poder político.

²¹ Pierre Bourdieu (2012, p. 168) salienta que as elites partidárias (os que dominam o partido) acabam impondo os seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos seus mandantes, pois os primeiros têm o monopólio dos instrumentos de produção dos interesses políticos. Podemos considerar também a forma como Ernesto Laclau (2013), em *A razão populista*, abordou o tema da representação política: para ele, pertence a natureza da representação que o representante não seja um mero agente passivo, mas que acrescente algo aos interesses que ele representa, refletindo-se na identidade dos representados. Assim, o representante (eleito) não é

Em matéria de política como em matéria de arte, o desapossamento dos que são em maior número é correlativo, ou mesmo consecutivo, da concentração dos meios de produção propriamente políticos nas mãos de profissionais, que só com a condição de possuírem uma competência específica podem entrar com alguma probabilidade de sucesso no jogo propriamente político.

Na visão de Bourdieu (2012, p. 174), os partidos elaboram e impõem aos cidadãos uma concepção do mundo social capaz de obter a adesão de maior número possível. Assim, se “a produção das ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de fato à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número” (BOURDIEU, 2012, p. 175), não podemos considerar que os cidadãos tenham se interessado espontaneamente por esta “tecnologia abstrata e com periodicidade fixa” que é o sufrágio universal (OFFERLÉ, 2011, p. 154). Partiremos deste marco teórico.

O segundo capítulo, intitulado *“Do teu voto dependerá o futuro”: a construção do eleitor*, inicia com uma identificação, na legislação eleitoral do período estudado, de quem era considerado eleitor. Em seguida, esta expansão do corpo eleitoral – ocorrida a partir de 1945 – é analisada com base em revisão historiográfica sobre a incorporação dos trabalhadores urbanos ao cenário eleitoral, característica da Terceira República (1945-1964). Isto tudo para situar o recorte temporal e espacial: o município de Canoas realiza suas primeiras eleições municipais em meio a expressivo crescimento populacional gerado pela migração de trabalhadores das zonas rurais para a região metropolitana de Porto Alegre. Examinando dados demográficos do período, bem como a bibliografia sobre a cidade, percebe-se a ampliação do número de operários e a ocupação das zonas alagadiças – gerando uma série de demandas com relação à infraestrutura necessária aos novos loteamentos. O crescimento e a alteração do perfil da população geraram consequências na característica do eleitorado e, portanto, na relação entre candidatos e eleitores. Assim, partidos, coligações e candidatos fizeram uso da imprensa no intuito de atingir os eleitores e mobilizá-los em torno da resolução dos problemas da cidade, publicando concepções acerca do voto e do eleitor. São estas concepções que o capítulo analisa, encerrando com os pedidos de providência nos quais os cidadãos cobram da Câmara Municipal e do poder executivo a resolução de suas demandas.

O terceiro capítulo, intitulado *O candidato que “saberá ser digno do teu voto”: a construção do prestígio*, busca analisar como a imprensa local e os próprios candidatos construíram, perante os eleitores, concepções sobre si e sobre seus adversários. Antes, porém, há uma interpretação sobre a dinâmica política de Canoas durante a experiência democrática, destacando as divisões partidárias e as alterações políticas geradas pelos resultados eleitorais

um simples reflexo da vontade dos representados, pois estes últimos dependem do representante para a “constituição de sua própria identidade” (LACLAU, 2013, p. 232).

entre 1947 e 1963 – com ênfase na formação de dois blocos, a partir de meados dos anos 1950: o bloco liberal-conservador e o bloco trabalhista. A análise das concepções construídas por jornalistas, editores, articulistas, colunistas, partidos e coligações sobre os candidatos aos cargos de vereador, prefeito e vice-prefeito faz aparecer uma série de competências necessárias ao exercício dos mandatos e a construção de diferentes imagens mobilizadoras, geradas pela necessidade da conquista do voto.

Buscando compreender como estes candidatos atuavam em busca do voto para além das concepções divulgadas, o quarto capítulo, intitulado *Tempo da política, tempo das campanhas eleitorais*, aborda as práticas ligadas às campanhas eleitorais promovidas em Canoas por diferentes partidos e candidatos, do período que antecede à campanha – marcado pelas reuniões, articulações políticas e eventos partidários – até as apurações dos resultados e repercussões geradas pelos pleitos. É este o roteiro que estabelecemos para a compreensão das práticas de mobilização eleitoral nas eleições municipais de Canoas entre 1947 e 1963.

2. “DO TEU VOTO DEPENDERÁ O FUTURO”: A CONSTRUÇÃO DO ELEITOR

2.1 Legislação e incorporação dos trabalhadores urbanos ao cenário eleitoral

Reunidos na Câmara Municipal, os vereadores canoenses – eleitos dois anos antes para a terceira legislatura – debatiam proposição de um de seus pares, o professor Armando Würth (PSD). A longa sessão precisou ser prorrogada até que a proposta fosse aprovada ou rejeitada, o que foi feito por votação nominal a pedido do vereador Ariovaldo Aguiar (PTB). Era 24 de outubro de 1957 e, sob a presidência de Osmar dos Santos Schultz (UDN), apreciava-se o processo n.º 502/63/57, pelo qual o vereador solicitava ao legislativo municipal o envio de um apelo ao Congresso Nacional para que não fosse aprovado o projeto de lei que pretendia permitir o voto dos analfabetos²².

O vereador Armando Würth fez uso da palavra para defender a proposição de sua autoria, apelando aos colegas pela aprovação do ofício a ser enviado aos deputados e senadores. Aos poucos, os demais vereadores foram entrando no debate: Ariovaldo Aguiar (PTB) se disse favorável ao voto dos analfabetos, assim como seu colega trabalhista Mário Porto Inda. Este último, justificou-se salientando que, qualificado como eleitor, o analfabeto teria condições de identificar o candidato no qual pretendesse votar. Já Melton Inácio Both (PRP) manifestou-se contrariamente ao voto dos não alfabetizados. Walmyr Fernandes (PSP) absteve-se, declarando não saber como se procederia para que os analfabetos votassem. Após o debate, um a um votaram os vereadores. Ser a favor da proposição significava aprovar o apelo ao Congresso e, portanto, era ser contra o voto dos analfabetos. Ser contra a proposição significava ser a favor do voto dos analfabetos.

Almeirindo Rosa da Silveira (PSD) votou a favor da proposição, bem como Darcy Cristiano Bernardi (PL). Manoel João Calbo (PSD) votou a favor, entendendo ser o voto do analfabeto “um merecimento” que não poderia “ser dado”. Ariovaldo Aguiar (PTB) votou contra, afirmando-se favorável ao voto dos analfabetos e ressaltando não ver razão destes não terem tal direito. Já Oscalino Valentin de Souza (PRP) votou a favor da proposição, enquanto Walmyr Fernandes (PSP) mudou de ideia sobre abster-se, votando contra a proposição em virtude de ser a favor do voto dos analfabetos. Por sua vez, Dinarte Andrade Araújo (PL)

²² Em 1957, Projeto de Emenda Constitucional subscrito pelo deputado federal Armando Falcão (PSD-CE) previa a alistabilidade dos analfabetos, com a justificativa de que os cidadãos que não sabiam ler e escrever já tinham o ônus da cidadania (pagavam impostos, eram chefes de família, participavam de associações de classe, de partidos políticos e de campanhas eleitorais). Não tinham, porém, o direito ao voto, o que o deputado considerava uma injustiça. José Carlos Brandi Aleixo e Paulo Kramer (2010) publicaram a respeito da trajetória deste tema no parlamento brasileiro.

votou a favor da proposição por considerar que o analfabeto não estava “em condições de escolher o candidato”. A votação teve sequência: Mário Porto Inda (PTB) votou contra; Glanteal Lindemeyer (PTB) da mesma forma, tendo por argumento o entendimento de que todos são iguais perante a lei; por fim, Melton Both (PRP) deu voto favorável à proposição. Contando com o voto do proponente, o apelo obteve a aprovação de sete vereadores, contra quatro que optaram pela rejeição²³.

A aprovação do apelo teve repercussões: na sessão seguinte, em 28 de outubro, durante a leitura da ata da reunião anterior, o petebista Ariovaldo Aguiar pediu que constasse que sua declaração de voto havia sido contra a proposição, pois não via razão para que não se estudasse um meio de permitir o voto dos analfabetos. O pessedista Manoel João Calbo, por sua vez, reafirmou seu voto a favor da proposição, declarando, de forma contraditória (ao menos conforme consta em ata), que o analfabeto tinha direito ao voto, mas que este era um merecimento que não podia ser dado²⁴.

Assim, na segunda metade dos anos 1950, os vereadores de Canoas estavam preocupados em relação a quem poderia ou não votar, quem poderia fazer ou não parte do corpo eleitoral²⁵. De modo mais específico, causava preocupação aos vereadores do PSD, do PL e do PRP a qualificação dos analfabetos como eleitores, enquanto os vereadores do PTB e do PSP apoiavam tal inclusão²⁶.

A definição de quem deveria ou poderia compor as listagens de eleitores não seguiu uma trajetória linear na história política brasileira: a Constituição de 1824 não exigia saber ler e escrever para exercer o direito ao voto²⁷. Essa interdição surgiu apenas com a Lei Saraiva,

²³ Câmara Municipal de Canoas. Ata n.º 684. 24 out. 1957.

²⁴ Câmara Municipal de Canoas. Ata n.º 685. 28 out. 1957.

²⁵ Utilizando a expressão *corpo eleitoral* como na perspectiva de Michel Offerlé (2005), o corpo eleitoral, ou o “cidadão de papel”, diz respeito a quem é alistável no conjunto da sociedade, a quem se reconhece a cidadania cívica, à confecção das listas de votantes e à definição do marco legal sobre quem pode se inscrever como eleitor.

²⁶ Conforme John French (1998), a Lei Agamenon criou mecanismos para favorecer a participação eleitoral das classes trabalhadoras urbanas. Assim, como parte de seu esforço para criar um contrapeso urbano-industrial ao poder de influência dos coronéis sobre as populações rurais, Getúlio Vargas manteve o requisito da alfabetização para poder votar. Entretanto, é compreensível o interesse eleitoral dos petebistas locais pela possibilidade do voto dos analfabetos urbanos. Também não podemos desconsiderar que a Convenção Nacional do PTB de 1957 aprovou moção na qual recomendava o voto do analfabeto, entre outras moções que indicavam um fortalecimento do tom reformista e nacionalista entre os petebistas, conforme nos lembra Maria Celina D’Araújo (1996). Gláucio Ary Dillon Soares (1973) identifica o argumento, corrente à época, da superioridade dos mais educados e da incapacidade dos menos educados para tomar decisões criteriosas. Por este argumento, estratificavam-se os direitos políticos de acordo com a educação e, indiretamente, com a situação de classe. Nesta escala estratificada, no Brasil dos anos 1950, correspondia ao analfabeto a total ausência de direitos políticos (SOARES, 1973, p. 44).

²⁷ Na obra *Teatro de Sombras*, José Murilo de Carvalho (2013b) enfatiza um constante movimento no sentido de restringir a participação eleitoral, ocorrido entre as primeiras experiências eleitorais brasileiras e a Lei Saraiva (1881). As eleições realizadas antes da independência, para as Cortes de Lisboa (1821), foram regidas por

em 1881, sendo mantida pelas constituições de 1891, 1934 e 1946, estando também presente no Código Eleitoral de 1932, na Lei Agamenon (1945) e no Código Eleitoral de 1950²⁸.

Conforme José Murilo de Carvalho (2013b), a proibição do voto dos analfabetos, levada a efeito pela Lei Saraiva (1881), teve graves consequências nos índices de participação eleitoral. Em 1872, havia mais de 1 milhão de votantes, representando 13% da população livre, enquanto em 1886 votaram pouco mais de 100 mil eleitores, o que correspondia a 0,8% da população. O autor lembra que, na ocasião, José Bonifácio, o Moço, denunciou a redução da representatividade, ao afirmar que a lei era um “erro de sintaxe política”: criava uma oração política sem sujeito, um sistema representativo sem povo (CARVALHO, 2013b, p. 413).

José Murilo de Carvalho (2004, p. 44) menciona o comentário de Pimenta Bueno sobre a Constituição brasileira de 1824: ela teria buscado na Constituição francesa de 1791 a distinção entre cidadãos ativos e cidadãos inativos, ou cidadãos simples, sendo que os primeiros possuiriam além dos direitos civis, os direitos políticos: “Só os primeiros são cidadãos plenos, possuidores do jus civitatis do direito romano. O direito político, nesta concepção, não é um direito natural: é concedido pela sociedade àqueles que ela julga merecedores dele”.

Maria Ligia Prado (1999, p. 76-77) problematizou algo semelhante em *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. No terceiro capítulo ela compara dois autores, o argentino Esteban Echeverría e o mexicano José Luis Mora, considerados defensores dos princípios liberais e construtores de uma certa noção de democracia que justificava a exclusão dos setores subalternos da arena política. Conforme Echeverría, a soberania só poderia residir na razão do povo, sendo chamada a exercer a soberania apenas a parte sensata e racional da

legislação inspirada na Constituição de Cádiz, de 1812, que, por sua vez, baseara-se na constituição francesa de 1791, adotando-se, praticamente, o voto universal masculino. No entanto, houve retrocesso na própria França, que só passou a adotá-lo novamente após a revolução de 1848. A maioria dos países europeus só iria introduzi-lo no século XX (CARVALHO, 2013b, p. 393-394). Em sua obra sobre os processos de democratização e desdemocratização, Charles Tilly (2013) confirma que a maioria dos países da Europa Ocidental começou a ter representação parlamentar com eleitorados restritos. O autor identifica dois momentos decisivos para a expansão da representação: no período revolucionário de 1848, como resposta a demandas populares por novos direitos, e após a Primeira Guerra Mundial, quando os cidadãos (incluindo as mulheres) que suportaram os custos do conflito negociaram com os estados direitos que anteriormente não possuíam (TILLY, 2013, p. 78-79).

²⁸ A Lei Saraiva, cujo nome deve-se ao intuito de homenagear o ministro do Império José Antônio Saraiva, trata-se do Decreto n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881, que reformou a legislação eleitoral e, entre outras resoluções, passou a impedir o voto dos analfabetos. Sobre esta alteração ver Jairo Nicolau (2002) e José Murilo de Carvalho (2013b). O Código Eleitoral de 1932 foi estabelecido pelo Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, formulado pelo político liberal Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857 – 1938). Cristina Buarque de Hollanda (2009) descreve as principais matrizes desse código, considerando-o como o marco formal do rompimento com as práticas políticas da Primeira República (1889-1930).

comunidade social: “Os ignorantes, que não podem distinguir o bem do mal, devem submeter-se aos que têm domínio das luzes” (ECHEVERRÍA apud PRADO, 1999, p. 81).

No Brasil, a proibição do voto dos analfabetos foi mantida pelo regime republicano proclamado em 1889. Embora mantendo o sufrágio restrito aos alfabetizados, o Código Eleitoral de 1932²⁹ inaugurou um direito que acarretaria na ampliação do corpo eleitoral: o voto feminino³⁰. Além disso, traria inovações como o voto secreto, a criação da Justiça Eleitoral e as modalidades de alistamento que influenciariam os períodos posteriores. Seu segundo artigo definia como eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma prevista. Entretanto, o artigo quarto deixava claro quem estava excluído de votar: os mendigos, os analfabetos e as *praças de pré*³¹.

O alistamento poderia ser feito *ex-officio*³² ou por iniciativa do cidadão. Conforme o artigo 37, eram qualificados na modalidade *ex-officio*: os magistrados, os militares de terra e mar, os funcionários públicos efetivos, os professores de estabelecimentos de ensino oficiais ou fiscalizados pelo governo, as pessoas que exerciam, com diploma científico, profissão liberal, os comerciantes com firma registada e os sócios de firma comercial registada, e os reservistas de primeira categoria do Exército e da Armada, licenciados nos anos anteriores. Depois de alistado, o eleitor recebia um título de eleitor com foto [Ver figura 1]³³.

²⁹ A versão do Código Eleitoral de 1932 lida para esta dissertação é a comentada por João Crisóstomo da Rocha Cabral e reeditada em 2004 pelo Tribunal Superior Eleitoral. Cabral (1870 – 1946) foi jurista, político, poeta e professor catedrático da faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, deputado federal pelo Piauí, membro da Comissão Legislativa instituída pelo Governo Provisório, sendo relator da subcomissão do projeto de reforma da lei e dos processos eleitorais, e juiz efetivo do então Tribunal Superior de Justiça Eleitoral.

³⁰ Embora concedido durante o governo Vargas, a luta das mulheres pelo direito ao voto remete a períodos anteriores. As tentativas de aprovar o voto feminino como um direito são destacadas por Luana Simões Pinheiro (2007). Ana Maria Colling (2010) também refaz a trajetória do voto feminino enquanto debate. Letícia Bicalho Canêdo (2010) ressalta que o Brasil se tornou, em 1932, o segundo país da América Latina, depois do Equador, a garantir o voto feminino, antes mesmo de países europeus como França e Itália. O percurso da cidadania feminina no Brasil encontra-se sintetizado em publicação de Maria Lygia Quartim de Moraes (2010).

³¹ *Praça de pré* é um soldado que pertence à categoria inferior da hierarquia militar. O Código Eleitoral de 1932 não considerava *praças de pré* os aspirantes a oficial e os suboficiais, os guardas civis e quaisquer funcionários da fiscalização administrativa, federal ou local. Além disso, estavam excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior (CABRAL, 2004, p. 46).

³² Conforme João da Rocha Cabral (2004), a qualificação *ex-officio* foi uma das originalidades do Código Eleitoral brasileiro. Tal modalidade previa que o juiz, pelo próprio ofício, mediante, apenas, atestação de certos departamentos da administração pública, declarasse conhecidos e alistáveis os cidadãos, cuja cidadania e aptidão para o exercício do direito de voto fossem evidentes e já reconhecidas pelos mesmos departamentos.

³³ Decreto n.º 21.076 de 24 de fevereiro de 1932.

Figura 1 – Título de eleitor de Hugo Simões Lagranha expedido em 1937

N. _____

TITULO DE ELEITOR

RIO GRANDE DO SUL

1.ª zona Porto Alegre

Domicílio eleitoral Rua Francisco Ferrer 189

Numero de ordem da inscrição 34.943

Data da inscrição no cartório 13 de Julho de 1937

NOME E SOBRENOME DO ELEITOR (por extenso) Hugo Simões Lagranha

Filiação João José Lagranha

Naturalidade Brasileiro

Idade 19 annos — Data do nascimento 9 de Abril de 1918

Qualificativos

Estado civil Solteiro

Profissão Comercio

Hugo Simões Lagranha
Assinatura do Eleitor

Em 19 de julho de 1937

[Assinatura]
Juiz Eleitoral

Pollegar direito

Formula dactyloscopia

V-3444
7-2242

Fonte: Unidade de Patrimônio Histórico e Arquivo Municipal de Canoas (UPHAM).

A Constituição de 1934 reduziu a idade mínima de 21 para 18 anos e tornou o alistamento e o voto obrigatórios para os homens e as funcionárias públicas, contribuindo também para ampliar o contingente de eleitores. Porém, a decretação do Estado Novo, em 1937, interrompeu esta curta experiência: os partidos foram proibidos de funcionar, o Congresso Nacional foi fechado e, durante 11 anos, não foram realizadas eleições no Brasil (NICOLAU, 2002, p. 42).

Na passagem do Estado Novo para o período democrático, foram convocadas, para dezembro de 1945, eleições presidenciais e para a formação da Assembleia Nacional Constituinte. Em maio daquele ano, Getúlio Vargas baixou um decreto-lei regulamentando as eleições, conhecido como Lei Agamenon³⁴. Conforme o decreto, eram eleitores os brasileiros,

³⁴ Referência ao ministro da justiça Agamenon Magalhães, responsável pela elaboração do decreto. Agamenon exigiu da comissão responsável pela redação do decreto a presença de cinco pontos básicos: adoção de alistamento simples e extenso, a Justiça Eleitoral autônoma, a apuração rápida e imediata, o voto secreto e os

de um e outro sexo, maiores de 18 anos, alistados na forma da lei, exceto: os que não sabiam ler e escrever, os militares em serviço ativo, salvo os oficiais, os mendigos e os que estivessem, temporária ou definitivamente, privados dos direitos políticos. O alistamento e o voto eram obrigatórios para homens e mulheres, com exceção dos inválidos, dos maiores de 65 anos, dos brasileiros a serviço do país no estrangeiro, dos oficiais das forças armadas em serviço ativo, dos funcionários públicos em gozo de licença ou férias fora de seu domicílio, dos magistrados e das mulheres que não exercessem profissão lucrativa³⁵.

A Lei Agamenon manteve as duas formas de alistamento previstas no Código Eleitoral de 1932: por iniciativa do cidadão ou *ex-officio*. Porém, o alistamento realizado em 1945 foi muito mais eficiente do que aquele feito em 1933, pois o alistamento passava a ser obrigatório³⁶ e o sistema *ex-officio* foi utilizado em larga escala pelos interventores estaduais e pelos sindicatos (NICOLAU, 2002, p. 43-44). Como resultado, 15% da população compareceu às urnas para votar em dezembro de 1945 (CANÊDO, 2010, p. 537).

A Constituição de 1946 manteve praticamente a mesma definição contida na Lei Agamenon, considerando como eleitores os brasileiros maiores de 18 anos que se alistassem na forma da lei. Não eram alistáveis e, por esta razão não elegíveis, os analfabetos, os que não soubessem exprimir a língua nacional, os que estivessem privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos, as *praças de pré* – salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.

O alistamento e o voto eram obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções já citadas. O sufrágio era universal e direto, sendo o voto secreto; e ficava assegurada a representação proporcional dos partidos políticos nacionais, na forma da lei³⁷. Um novo código eleitoral, aprovado em 1950, aboliu o alistamento *ex-officio*, determinando a qualificação e inscrição somente via requerimento do interessado. Estabelecia o artigo 33 que os cidadãos que desejassem inscrever-se como eleitores deveriam dirigir-se ao juiz eleitoral de seu domicílio, mediante requerimento de próprio punho, declarando nome, idade, estado civil, profissão, lugar de nascimento e residência³⁸.

partidos nacionais. Sobre a atuação de Agamenon Magalhães no processo de democratização, bem como a de seu antecessor no Ministério da Justiça, Marcondes Filho, ver o capítulo VIII, *Do trabalhismo ao PTB*, da obra *A invenção do trabalhismo*, de Angela de Castro Gomes (2005).

³⁵ Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945.

³⁶ A Constituição de 1934 já havia estabelecido a obrigatoriedade de alistamento e de voto para os homens e as funcionárias públicas, mas como a Carta foi promulgada poucos meses antes do pleito daquele ano, tal norma teve pouco efeito sobre o alistamento (NICOLAU, 2002, p. 43-44).

³⁷ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946.

³⁸ Lei n.º 1.164 de 24 de julho de 1950 (Institui o Código Eleitoral).

A abolição do alistamento *ex-officio*, em 1950, obrigou aos maiores de 18 anos o comparecimento perante o Cartório Eleitoral para inscrição e posterior retirada do título de eleitor. Letícia Bicalho Canêdo (2010) ressalta que, na prática, o alistamento obrigatório teve como consequência um grande trabalho de recrutamento dos eleitores por meio dos partidos políticos³⁹.

O Código Eleitoral de 1950 licitava aos partidos políticos, por meio de seus delegados, apresentarem em Juízo requerimentos de inscrição dos eleitores⁴⁰. Isso explica os vários anúncios dos subdiretórios e do diretório central do Partido Social Democrático (PSD) em Canoas, publicados no jornal *O Democrata*, contendo chamamentos deste tipo: “Na residência do Sr. Venerando Gomes de Oliveira, onde está sediado o sub-diretório de Chácara Barreto, serão atendidos os interessados que desejarem se habilitar ao exercício do voto nas próximas eleições”⁴¹ [Ver figura 2]. Entretanto, a ata de fundação do PSD em Canoas indica que a prática era anterior ao novo código eleitoral: os pessedistas foram, naquela ocasião, conclamados pelo prefeito Aluizio Palmeiro Escobar a trabalharem nos “vários serviços impostos na fase do alistamento eleitoral”⁴².

Figura 2 – Publicação a pedido do diretório municipal PSD



Fonte: *O Democrata*, Canoas, 15 jul. 1950. Capa [UPHAM].

Nas páginas da imprensa local é possível encontrar anúncios conclamando os eleitores a retirarem seus títulos eleitorais: “O eleitor que ainda não está de posse do seu novo título, não deverá aguardar os últimos momentos, evitando assim os inconvenientes atropelos, que às

³⁹ Outra importante alteração no ritual do voto foi, em 1955, a implantação da cédula oficial única confeccionada e distribuída pela Justiça Eleitoral. Até então, partidos e candidatos eram responsáveis pela distribuição das cédulas aos seus eleitores, o que facilitava a coação dos eleitores pelos cabos eleitorais (CANÊDO, 2010, p. 539).

⁴⁰ Lei n.º 1.164 de 24 de julho de 1950 (Institui o Código Eleitoral).

⁴¹ PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. *O Democrata*. Canoas, jul. 15. 1950. P. 02.

⁴² PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. Ata n.º 1. 08 jul. 1945.

vezes, chegam a registrar incidentes desagradáveis”⁴³. Assim, tanto a Justiça Eleitoral quanto os partidos políticos, inclusive via imprensa, empreendiam esforços para incentivar a inscrição dos eleitores, algo indispensável nas práticas eleitorais que se consolidavam à medida que a democracia se dava a experimentar.

Conforme John French⁴⁴ (1998), os anos de 1945 e 1946 representaram uma ruptura com o passado, marcada pela entrada da classe trabalhadora urbana na vida política brasileira. Se a participação eleitoral do proletariado surgido da industrialização brasileira do início do século XX era limitada por um sistema eleitoral restritivo, a legislação elaborada nos últimos meses do Estado Novo, em 1945, foi desenhada com o objetivo de reconhecer o direito ao sufrágio dos trabalhadores das zonas urbanas⁴⁵.

A Lei Agamenon foi, conforme a análise de French (1998), sistematicamente desenhada para reconhecer o direito ao voto da classe operária de forma efetiva e favorecer a participação eleitoral e o cadastramento de eleitores urbanos frente aos rurais. Assim, Getúlio Vargas buscava impedir o regresso ao poder político das classes proprietárias conservadoras, criando um contrapeso urbano industrial aos coronéis. Para tal, manteve o requisito do alfabetismo para a inscrição eleitoral, o que reforçaria os partidos de centro-esquerda nas zonas urbanas onde as taxas de alfabetização eram mais altas (FRENCH, 1998, p. 60-61). Vale lembrar que o Brasil dessa época era bastante diferente do país agrário da Primeira República: a industrialização e a urbanização haviam sido marcas dos quinze anos de governo Vargas⁴⁶. Para José Murilo de Carvalho, a rápida urbanização facilitava os avanços em direção a eleições mais limpas, pois o eleitor urbano seria menos vulnerável ao aliciamento e à coerção⁴⁷ (2013, p. 147).

⁴³ PROCURE seu título eleitoral. *Canoas em Marcha*. Canoas, out, 20. 1951. Contracapa.

⁴⁴ Historiador norte-americano, John French é uma das grandes referências para a História Social do Trabalho no Brasil, tendo pesquisado a cultura política dos trabalhadores da região do ABC Paulista (1900-1950). Flavia Veras, Felipe Ribeiro, Luciana Wollmann e Lucina Matos, então doutorandos do CPDOC/FGV, entrevistaram o pesquisador para a revista *Mosaico* (2013).

⁴⁵ Outras análises refutam esta ideia de ruptura, pois consideram que o regime iniciado em 1930 e democratização de 1945 não romperam com o personalismo e com o clientelismo característicos do passado. É o caso de Edson Nunes (1997), para quem a institucionalização do clientelismo pode ser explicada pelas características da transição para a democracia ocorrida em 1945, pois os partidos criados neste regime fizeram amplo uso desta prática. Para o autor, não era fácil determinar o que era novo e o que era velho naquele cenário político: “Se o sistema partidário era novo, e o Congresso também representava um novo *locus* para o debate político após tantos anos de ditadura, a lógica da ação partidária [...] não tomou um caminho que a diferenciassse claramente daquela que existira durante a República Velha” (NUNES, 1997, p. 96).

⁴⁶ Ver Pedro Cezar Dutra Fonseca (2012) sobre a ação das instituições brasileiras nos anos 1930 no direcionamento da economia para o mercado interno, sob a liderança do setor industrial. Sobre a historiografia acerca desse período, Vavy Pacheco Borges (2003) e Maria Helena Rolim Capelato (2003). Sobre cultura política e cultura histórica na Era Vargas, Angela de Castro Gomes (2013b).

⁴⁷ Cabe considerar as diferenças na relação entre eleitores e candidatos na migração do campo para a cidade na perspectiva dos antropólogos Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (2005). Nas zonas rurais, mantidos os laços comunitários, o voto não é uma simples escolha individual, pois tem o significado de adesão, quando o que está

Com o objetivo de garantir a participação eleitoral de grande número de trabalhadores, ficou definido que o voto seria obrigatório para quase todos os brasileiros alfabetizados (somente as mulheres que não trabalhavam estavam excetuadas de pagar multa caso não votassem). Além disso, foi mantido o alistamento *ex-officio* com o intuito de favorecer as zonas urbanas sobre as rurais, pois o formulário de registro desta modalidade facilitava a inscrição de empregados de associações profissionais, empresas públicas, mistas ou privadas (FRENCH, 1998, p. 61). Estudo clássico de Gláucio Ary Dillon Soares (1973) já chamava a atenção para o aumento da participação de trabalhadores no cenário eleitoral brasileiro a partir de 1945. Além do fato de que pouquíssimos trabalhadores rurais e urbanos participaram do processo eleitoral antes de 1945, o autor também destacou que uma importante fração das classes médias (em especial as camadas inferiores, compostas por empregados de rotina em escritórios, vendedores, balconistas, etc) não participava das eleições até esta data⁴⁸. Dessa forma, passou-se de uma fase de eleições com “poucos atores em condições de certeza, à política e eleições com muitos atores em condições de incerteza” (SOARES, 1973, p. 65)⁴⁹.

Ao abordar a incorporação dos trabalhadores no cenário político, na obra *A invenção do trabalhismo*⁵⁰, Angela de Castro Gomes (2005) situa a conjuntura política deste momento de transição da ditadura varguista para a democracia. O ano de 1942 é fundamental para a compreensão de tal processo, sendo um momento de inflexão para o Estado Novo. O Brasil

em jogo para o eleitor não é escolher representantes, mas sim situar-se de um lado ou outro da sociedade. Com os contingentes crescentes de trabalhadores rurais transferindo-se para as cidades, acaba transformando-se a lógica das adesões. Situações de desemprego, por exemplo, geram uma demanda por assistência diante dos políticos dos municípios; por outro lado, a mobilidade dessas populações torna mais difíceis os compromissos, que passam a ser mais estritamente eleitorais. Surge, assim, a tentativa de comprometer individualmente eleitores enquadrados socialmente por novos recortes sociais (HEREDIA; PALMEIRA, 2005, p. 472).

⁴⁸ Conforme Soares (1973), votaram nada menos do que seis milhões de pessoas em 1945, em uma população de aproximadamente 22 milhões de adultos. As estimativas mais otimistas contabilizam 20% da população como pertencente às classes médias e altas. Assim, o autor soma aproximadamente quatro milhões e meio de pessoas das classes alta e média em idade de votar. “Se todas estas pessoas votassem, ainda assim haveria um milhão e meio de eleitores provenientes das classes trabalhadoras” (SOARES, 1973, p. 59).

⁴⁹ Há a interpretação clássica de Francisco Weffort (1998, p. 141): se no período oligárquico as massas estavam distanciadas de qualquer possibilidade de participação política real, durante a ditadura Vargas e na etapa democrática, após 1945, sua participação deu-se sob a tutela dos representantes de algum dos grupos dominantes. Assim, esta ascensão teria sido condicionada desde o início. A crítica a esta interpretação será abordada nas páginas seguintes.

⁵⁰ *A invenção do trabalhismo* busca compreender o processo histórico de constituição da classe trabalhadora como ator político no Brasil, rompendo com a interpretação dominante que via o papel do trabalhismo na construção da identidade política da classe trabalhadora como resultado de uma quebra de um processo natural comandado pelos próprios trabalhadores. Segundo esta interpretação, a intervenção do Estado teria produzido uma identidade de fora, gerando uma classe trabalhadora cuja a atuação política estaria vinculada a lideranças externas à classe (GOMES, 2005, p. 24). Para a autora, o sucesso do discurso trabalhista baseou-se na ressignificação de toda uma gama de demandas e de toda uma tradição cultural e política centrada no valor do trabalho e na dignidade do trabalhador, desta feita enunciados e reconhecidos pelo próprio Estado (GOMES, 2005, p. 300). Conforme a autora escreveria anos mais tarde, o objetivo da obra (originalmente sua tese de doutorado) era produzir uma interpretação histórica alternativa, recusando-se a atribuir aos trabalhadores uma posição política passiva (GOMES, 2013, p. 46).

estava definindo sua posição internacional na II Guerra Mundial, alinhando-se aos Estados Unidos. Internamente, ocorria uma série de alterações na alta cúpula governamental – onde as divergências giravam em torno da disputa entre elementos pró-eixo e pró-aliados. Se Waldemar Falcão havia sido nomeado ministro do trabalho, em 1937, com a tarefa de adequar o Ministério aos postulados estado-novistas, seu sucessor, Alexandre Marcondes Filho, assumia com o encargo de preparar o órgão para os novos tempos (GOMES, 2005, p. 183-185).

Angela de Castro Gomes (2005) não considera as mudanças ocorridas no governo federal a partir de 1942 como sinônimo de uma derrota política do Estado Novo, mas sim como um rearranjo de forças dos que estavam no poder em virtude da nova conjuntura. Para a autora, passa a predominar uma ambiguidade no governo: o esforço de abrir mão de um regime autoritário sem que seus mentores tivessem de abandonar as posições de poder que detinham. Com a necessidade de conduzir o processo de saída do próprio autoritarismo, tornava-se crucial o cuidado na execução de políticas capazes de proceder esta transição: era preciso, primordialmente, estreitar os laços entre Estado e movimento operário via representação sindical. Para a historiadora, esta era uma política contraditória, pois, através dela almejava-se, por um lado, um maior controle do Ministério do Trabalho sobre o movimento sindical e, por outro, era necessário que este movimento fosse significativamente representativo no meio do operariado (GOMES, 2005, p. 185-186).

Tanto Angela de Castro Gomes (2005) quanto Maria Celina D'Araújo (1996) ressaltam o trabalho de doutrinação ideológica via propaganda e cerimônias públicas promovidas pelo Ministério do Trabalho e seu resultado na geração do trabalhismo e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁵¹. Porém, todo este esforço de propaganda e apelo político, dirigido aos trabalhadores, coincidia, naqueles anos, com uma série de leis que, respondendo às pressões dos industriais, suspendia a vigência de diversos direitos trabalhistas. Os trabalhadores, de um lado, eram obrigados a trabalhar em condições em que não vigoravam vários dos direitos sociais já garantidos por lei, e de outro, eram conclamados a assumir um papel central na “batalha de produção” desencadeada justamente pelo homem cujo maior título era o de ter outorgado tais direitos (GOMES, 2005, p. 225).

A eficácia da propaganda varguista não impedia as reações por parte dos trabalhadores. Tal resistência, porém, não invalidava o clima maior de adesão ao regime, visto

⁵¹ Como exemplo os programas de rádio do Ministro do Trabalho Marcondes Filho, entre os anos de 1942 e 1945, e as comemorações do 19 de abril (aniversário de Getúlio Vargas), do 1º de maio (Dia do Trabalho), do 10 de novembro (aniversário do Estado Novo) e outras iniciativas que tinham como público-alvo os trabalhadores, conforme abordadas por Gomes (2005).

como o principal responsável pela criação e pela implementação da legislação social (GOMES, 2005, p. 226). John French (1998) também destaca que a maior parte dos direitos trabalhistas conquistados nos anos anteriores, incluída a jornada laboral de oito horas, havia sido temporariamente suspensa durante o período da guerra⁵². Assim, a adesão das massas trabalhadoras ao sindicalismo e sua vinculação com Getúlio Vargas não se restringia a uma lógica puramente repressiva e não se explicava simplesmente pela concessão de benefícios materiais: tal questão envolvia a existência de um sofisticado discurso de difusão ideológica que comportava níveis não desprezíveis de mobilização política (GOMES, 2005, p. 255).

Nos anos 1940, a estratégia do governo Vargas foi reorientada no sentido de consolidar um pacto social com as classes trabalhadoras. Havia também a necessidade, cada vez mais premente, de lidar com a questão político-eleitoral. Assim, o governo passou a investir em duas frentes: a realização de uma reforma constitucional adequando a Carta de 1937 aos novos tempos; e a preparação de eleições⁵³. Se considerava que o período do Estado Novo não teria sido suficiente para desarticular o antigo modelo partidário e, caso se realizassem eleições no “estilo antigo”, o restabelecimento parcial dos velhos quadros políticos era algo provável. A solução seria, logo após a guerra, realizar eleições de forma rápida e atingir o centro da força dos antigos partidos: o alistamento eleitoral. Um alistamento rápido e que evitasse a inscrição individual de todos os eleitores para a formação da massa votante – o que poderia ser realizado com a utilização das forças agremiativas representadas pelos sindicatos e pelas instituições de previdência – foi a alternativa encontrada (GOMES, 2005, p. 272-274).

⁵² O pesquisador cita este fato para refutar a interpretação de que o apoio dos trabalhadores a Vargas tenha resultado simplesmente dos benefícios materiais outorgados aos operários graças a avançada legislação trabalhista. A explicação que French (1998) propõe é mais complexa: Vargas fomentou e estimulou de forma consciente as expectativas populares, e seus chamamentos serviram para impulsionar, aprofundar e consolidar uma consciência de classe entre os operários brasileiros. Para Angela de Castro Gomes (2005), houve adesão dos trabalhadores, e não meramente submissão ou manipulação, na qual foi sancionado um pacto entre Estado e classe trabalhadora baseado na ideia de reciprocidade. Na obra *Trabalhadores do Brasil*, Jorge Ferreira (1997) também questiona a bibliografia que explicou as relações entre Estado e classe trabalhadora por meio da troca de benefícios materiais por obediência política. O autor não vê os trabalhadores como seres vitimizados pela repressão e pela doutrinação política estatal, nem mesmo como massa de manobra de grandes lideranças políticas. Para ele, na análise das cartas enviadas ao presidente, os populares disseram que o Estado varguista estava pautado pela justiça não significava necessariamente submissão política e intelectual, pois esse era um recurso para cobrar a justiça que os governantes garantiam estar sendo praticada (FERREIRA, 1997, p. 41-43). Também para John French (1998) o comportamento político da classe operária possuía certo grau de autonomia, comprovada pela adesão de parte do eleitorado operário à alternativa diversa daquela indicada por Vargas nas eleições de 1945: 28% dos eleitores do ABC Paulista votaram no Partido Comunista nas eleições daquele ano.

⁵³ A Constituição de 1937 estabelecia um primeiro período de vigência que se encerraria em 1943. Dentro de tal prazo, deveria ser realizado um plebiscito com o objetivo de avaliar a Constituição. A guerra adiou a realização do plebiscito e dilatou o prazo do regime (GOMES, 2005, p. 268-269).

Com a iminente derrota do nazi-fascismo na II Guerra Mundial, a ditadura do Estado Novo começava a abrandar-se, havendo inclusive o afrouxamento da censura à imprensa. Nesse contexto, Getúlio Vargas começa a ser qualificado pela oposição e pela imprensa como *ditador, demagogo, tirano, opressor dos operários*⁵⁴. Aos poucos, a liberdade de manifestação invadiu as ruas: comícios da frente oposicionista e manifestações da União Nacional de Estudantes pela democratização e pela anistia tornavam-se cada vez mais hostis à figura de Vargas.

Jorge Ferreira (2005), na obra *O imaginário trabalhista*⁵⁵, afirma que, entre fins de fevereiro de 1945 até a deposição de Vargas em 29 de outubro, a sociedade brasileira assistiu e participou de um movimento de massa que acabou impedindo que a transição à democracia ficasse restrita a uma negociação, pactuada pelo alto, entre as elites. Foi o chamado *queremismo*, movimento que apresentou aos estudiosos algo estranho tanto na tradição intelectual de liberais quanto das esquerdas: “Cai a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador; vislumbra-se o regime democrático e, no entanto, os trabalhadores exigem a permanência de Vargas no poder” (FERREIRA, 2005, p. 26)⁵⁶.

Conforme Jorge Ferreira (2005), o movimento *queremista* causou grande surpresa aos grupos de oposição, pois os trabalhadores saíram às ruas na luta por demandas políticas e não, como seria esperado, por reivindicações econômicas. Para os trabalhadores – apesar da política de “esforço de guerra”, que suspendeu temporariamente alguns benefícios trabalhistas, e da inflação, que resultaram no empobrecimento dos assalariados – havia o temor de que, com a saída de Vargas, os benefícios da legislação social fossem suprimidos. Em abril de 1945, o movimento começou a ganhar contornos mais nítidos e a transição não ficaria mais restrita aos interesses das elites políticas: “Um novo personagem apareceu no cenário político brasileiro: os trabalhadores” (FERREIRA, 2005, p. 31).

⁵⁴ Termos que Jorge Ferreira (2005) identifica na imprensa de grande circulação, que, via de regra, fazia oposição ao governo.

⁵⁵ A obra *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945 – 1964)* busca abandonar categorias teóricas longamente aceitas, como o conceito de populismo, e procura compreender a política brasileira entre 1945 e 1964 utilizando jornais como fonte privilegiada de pesquisa, embora não a única, e procurando recuperar a cultura e o imaginário político dos trabalhadores. Para o autor, “escrever sobre o passado político brasileiro anterior a 1964 é trabalho difícil, sobretudo para aquele que deseja tão-somente compreender e não, apressadamente, julgar” (FERREIRA, 2005, p. 9).

⁵⁶ Para o autor, o *queremismo* não pode ser interpretado como a consolidação de um suposto condicionamento homogeneizador da doutrinação ideológica do Estado Novo, mas sim como a expressão de uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores (FERREIRA, 2005, p. 26). Assim, retoma o argumento de Angela de Castro Gomes (2005), que pressupõe a ressignificação da tradição cultural dos trabalhadores pelo Estado Novo e uma relação baseada na noção de reciprocidade. Em sua obra anterior, *Trabalhadores do Brasil*, Jorge Ferreira (1997) concluiu que reconhecimento de valores, identificação de interesses e cumplicidade explicam melhor as relações entre Estado e classe trabalhadora após 1930 se comparados com uma interpretação que apenas vitimiza os operários e trata-os como uma categoria facilmente manipulável pelos ditadores.

Apesar da grande mobilização popular em torno do lema “queremos Getúlio”, Vargas não se desincompatibilizou do cargo de presidente e, portanto, não concorreu à reeleição nas eleições de 1945. Entretanto, havia um “movimento assimétrico”: o Estado Novo caía, mas o prestígio de Vargas só crescia (GOMES, 2005, p. 286). A candidatura de Eurico Gaspar Dutra (PSD) só ganhou densidade após receber, pouco tempo antes das eleições, o apoio de Vargas. Assim, contrariando todos os prognósticos, Dutra obteve 55,39% dos votos, contra 35,74% de Eduardo Gomes (UDN) e 9,7% de Yedo Fiuza (PCB). Além da conclusão de que Getúlio Vargas ainda era o grande nome da política nacional, as elites políticas acabavam de constatar o aparecimento contundente e irreversível do trabalhador no cenário das lutas políticas brasileiras, levando José Lins do Rego a declarar que “não era possível mais fazer cálculos sem contar com o povo” (GOMES, 2005, p. 292).

Dessa forma, as eleições de 1945 atestavam o dismantelamento do sistema partidário vigente nos períodos anteriores e o fim do domínio exclusivo das oligarquias rurais tradicionais, e o novo ator responsável por esta mudança era o trabalhador urbano (GOMES, 2005, p. 294; FRENCH, 1998, p. 62). Para Jorge Ferreira (2005), o *queremismo* foi uma experiência de aprendizado político para os trabalhadores. Se na década de 1930 eles aprenderam a exercer a cidadania social, com os direitos sociais, ao longo de 1945, na luta para garantir a permanência de tais direitos, eles aprenderam a lidar com a cidadania política: “Perceberam a importância política para garantir as leis trabalhistas”; assim, tratou-se de uma relação em que as partes, Estado e classe trabalhadora, “identificaram interesses comuns” (FERREIRA, 2005, p. 87-88).

Desde os anos 1950, historiadores e cientistas sociais buscam explicações para o apoio popular ao *getulismo* e ao *trabalhismo*⁵⁷. A noção de *populismo* obteve bastante sucesso, durante muito tempo, na explicação da política brasileira de 1930 a 1964. Jorge Ferreira (2013) situa a origem da categoria *populismo* não no campo intelectual, mas no próprio campo político: as elites liberais que perderam o poder em 1930 passaram a explicar o apoio das camadas populares a Vargas ressaltando as noções de *demagogia* e *manipulação*, além da propaganda política e da repressão policial, sugerindo uma relação desprovida de

⁵⁷ Conforme Angela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo (1989), o *getulismo* é marcado pela personificação na figura de Vargas, enquanto o *trabalhismo* ganhou novas lideranças ao longo do tempo e um perfil mais independente com relação ao seu marco de origem. Gomes (1994) aborda a disputa pela hegemonia dentro do PTB a partir de 1954, e as diferentes representações dos “trabalhismos” de San Tiago Dantas e Leonel Brizola. Gomes (2005b) considera o *trabalhismo* tanto como uma ideologia política como uma tradição política. O *trabalhismo* também pode ser considerado uma política pública nacional-estatista, que no Brasil surgiu, conforme Jorge Ferreira (2012), para superar a crise econômica buscando, a partir de 1930, alternativas não liberais e passando a intervir e planejar a economia.

reciprocidade. Assim, a imagem da política brasileira desse período foi formulada pelas oposições liberais, sendo posteriormente teorizada (FERREIRA, 2013, p. 8-9).

O *populismo* na política brasileira teria dado continuidade a uma relação desigual entre Estado e sociedade. Assim, a classe trabalhadora – que seria destituída de tradições de luta, de organização e de consciência – teria sucumbido diante dos benefícios materiais, oferecendo, em troca, submissão e obediência ao ditador Getúlio Vargas. Após 1945, os trabalhadores, *cooptados, manipulados, iludidos e amedrontados*, “não teriam conseguido se livrar das amarras ideológicas tecidas na época anterior” (FERREIRA, 2013, p. 62). Esta versão da história foi reforçada, conforme a análise de Jorge Ferreira (2013), por um certo marxismo que defendia um modelo de classe trabalhadora, uma determinada consciência que lhe correspondia e um caminho único e verdadeiro a ser seguido⁵⁸.

O termo *populismo* foi utilizado para caracterizar uma série de manifestações sociais bem distintas⁵⁹. Conforme sistematizado por Guita Debert (1979)⁶⁰, seu uso mais amplo refere-se aos movimentos que se baseiam na noção de *vontade do povo* e na relação direta entre povo e líderes, sem mediação de instituições. Conforme a autora, a noção de populismo é utilizada, na América Latina, para expressar o fenômeno da emergência das classes populares na vida política deste continente (DEBERT, 1979, p. 11-12)⁶¹. Porém, ressaltando

⁵⁸ John French (1998) já havia questionado a interpretação baseada na ideia de manipulação, pois, para ele, os chamamentos populistas de Vargas podem ter servido para consolidar a consciência de classe entre os operários brasileiros. Guita Debert (1979) também havia alertado para o vazio presente na noção de manipulação e sua incapacidade de esclarecer inteiramente sobre a relação entre o líder e seu público. Jorge Ferreira (2013) destacou a importância da obra do historiador inglês E. P. Thompson para a renovação da historiografia brasileira, em especial quanto ao tema das relações entre Estado e classe trabalhadora. Para Thompson (1987), a classe é um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. O autor aponta erros em textos marxistas que tomam a classe como tendo uma existência real e como algo capaz de ser definido quase que matematicamente: disso, deduz-se que ela deveria ter a consciência de classe adequada à sua própria posição e aos seus interesses reais (THOMPSON, 1987, p. 10). Ao contrário, a classe, para o autor, é uma relação surgida de processos sociais e culturais, sendo definida pelos homens enquanto vivem sua própria história (THOMPSON, 1987, p. 12). No interior da classe, ao se confrontarem com as necessidades de sua existência, homens e mulheres “formulam seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos ao seu modo de vida” (THOMPSON, 2001, p. 261). Nessa perspectiva, o trabalhismo, compreendido como um conjunto de experiências políticas, sociais, ideológicas e culturais, expressou uma consciência de classe, “legítima porque histórica” (FERREIRA, 2013, p. 103). Maria Helena Rolim Capelato (2009, p. 143-144) salientou que trabalhos recentes sobre o período têm promovido uma revisão da noção de manipulação: ela afirma que a propaganda só obtinha resultados quando acompanhada de benefícios reais aos trabalhadores.

⁵⁹ Sobre este ponto da crítica ao conceito de populismo, ver o primeiro capítulo 1 (*Ambiguidades e paradoxos*) da obra *A razão populista*, de Ernesto Laclau (2013).

⁶⁰ Trata-se da dissertação de mestrado em Ciência Política defendida por Guita Grin Debert na Universidade de São Paulo (USP) em 1977, transformada em livro. Sobre os resultados da pesquisa, sua orientadora, a socióloga Ruth Cardoso, afirma na apresentação da obra: “Falar politicamente passa a ser um exercício contínuo de tecer uma teia que se esgarça e se refaz e que só não se rompe porque aquele que fala é um intérprete do desejo, nem sempre claro, de seus ouvintes” (1979, p. IX).

⁶¹ Maria Helena Rolim Capelato (2013) faz uma discussão sobre as relações entre o cardenismo, no México, e o peronismo, na Argentina, com as camadas populares. Ver também Capelato (2003), sobre as limitações do conceito de populismo e as novas interpretações sobre o Estado Novo na historiografia brasileira.

os problemas envolvidos no conceito de populismo, a autora menciona a constante presença de noções como *manipulação* e *atraso*: isso acabou distanciando os pesquisadores das especificidades que assumiram as formas de dominação na América Latina, além de não colocar o problema de como as classes populares foram chamadas, a partir dos anos 1930, a participar da vida política e de quais as possibilidades de ação que este tipo de apelo foi capaz de abrir-lhes (DEBERT, 1979, p. 17-18)⁶².

A interpretação que tem sido questionada pela historiografia recente tem origem nas décadas de 1950 e 1960: por esta perspectiva, o *populismo* seria uma política de massas, um fenômeno vinculado à proletarianização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna. Com a mudança de composição da classe operária depois de 1930 – quando muitos trabalhadores abandonaram as áreas rurais – estes não teriam adquirido consciência ou sentimento de classe, não estando organizados nem participando da política como tal, e, além disso, buscando estabelecer relações paternalistas similares às de suas zonas de origem, tornando-se presas fáceis para políticos demagogos (GOMES, 2013, p. 23-24; FERREIRA, 2013, p. 61). Embora o teórico do *populismo* mais citado, Francisco Weffort⁶³, tenha sugerido a substituição de *manipulação* por *aliança*, não houve investimento nesta modulação: sua premissa de que o populismo teria se imposto pela conjugação da repressão estatal com a manipulação política, embora a chave de seu sucesso tenha sido o atendimento de algumas demandas dos

⁶² Jorge Ferreira (2013) cita a apropriação e a utilização da obra do historiador francês Roger Chartier especialmente entre aqueles que pesquisam o período anterior a 1930. Entretanto, com relação ao período pós-30, ainda há dificuldades, apesar do postulado enriquecedor de que existe um espaço entre a norma e o vivido, entre o sentido proposto e o sentido produzido (CHARTIER, 1995). Angela de Castro Gomes (2005b) salientou a importância da apropriação de autores como Chartier entre os historiadores brasileiros, em especial para o tema das relações de dominação política. Para ela, tal enfoque sofisticou o tratamento dado às relações de dominação, evidenciando, em certos casos, a existência de convergências entre os interesses de dominados e dominantes, podendo haver negociação e pacto político. Nessa perspectiva teórica, o poder não é monopólio do dominante, “existindo também no espaço dos dominados, o que não elimina a situação de desigualdade (muitas vezes radical) entre eles” (GOMES, 2005b, p. 26). Jorge Ferreira (1997) recorreu a Chartier para interpretar as formas de expressão dos trabalhadores, nas cartas enviadas ao presidente, não como conformismo ou passividade, mas como apropriação, o que lhes permitia fazer leituras criativas, singulares ou desviantes.

⁶³ A obra mais conhecida de Francisco Weffort é o artigo escrito para compor o número especial da revista francesa dirigida por Jean Paul Sartre, *Les temps modernes*, organizado por Celso Furtado, cujo título em português é *O populismo na política brasileira*. Para ele, o populismo seria produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira a partir de 1930 e estaria associado a crise do liberalismo oligárquico e a necessidade do alargamento institucional das bases de poder do Estado, quando a instabilidade do novo equilíbrio de poder teria levado a uma aproximação com as classes populares (GOMES, 2013, p. 29-30). Como salientado por Gomes e Ferreira (2013), Weffort (1998) destaca uma ambiguidade do populismo: ele serviu para a manipulação das classes populares, mas da mesma forma representou um meio de expressão de suas inquietudes. Embora afirme que esta manipulação nunca foi absoluta, Weffort (1998) considera que as *massas populares* não participaram dos processos políticos nem mesmo com o mínimo de autonomia. Conforme este autor, as *massas populares* transformaram-se na única fonte possível de legitimidade para o Estado, aparecendo assim “o fantasma popular que será manipulado por Vargas durante vinte anos” (WEFFORT, 1998, p. 143-144). Para ele, houve uma aliança tácita entre Estado e *massas urbanas*, na qual a hegemonia coincidiu sempre com os interesses das classes dominantes, não sem deixar de satisfazer certas aspirações das classes populares (WEFFORT, 1998, p. 149).

assalariados, continuou predominando entre os historiadores até os anos 1980 (FERREIRA, 2013, p. 83; GOMES, 2013, p. 34).

Nos anos 1980 vários pesquisadores começaram a empreender esforços no sentido de abandonar a noção de populismo. Conforme Angela de Castro Gomes (2013, p. 43-44), o populismo *passou de pedra a vidraça*: nos anos 70 e 80, classe trabalhadora, mobilização política e redemocratização estavam na ordem do dia, e a insatisfação com o uso do conceito era crescente, diante de um esforço sistemático para elencar questões teóricas que esta abordagem obscurecia⁶⁴.

Diversos historiadores têm apostado na superação da noção de *populismo* como chave explicativa para o período de 1945 a 1964. A proposta, conforme Jorge Ferreira (2012), não é substituir o conceito de *populismo* pelo conceito de *trabalhismo*, mas sim compreender o período da experiência democrática sem perder a especificidade e a historicidade dos projetos e dos atores políticos daquele período: A proposta é chamar os protagonistas do passado pelos termos que eram utilizados para nomeá-los na época: trabalhistas, comunistas, udenistas, socialistas, etc (FERREIRA, 2012, p. 320).

A experiência democrática vivenciada entre 1945 e 1964 teve como um de seus traços fundamentais a incorporação da classe trabalhadora ao corpo eleitoral – tema que não passou despercebido nem pelas elites políticas de então e tampouco pelos pesquisadores dos períodos posteriores. Fazendo uso da imaginação, poderíamos comparar tal processo a um teatro que, em certo momento, tivesse o cenário ampliado, propiciando que vários integrantes da plateia ascendessem ao palco na condição de atores. Canoas/RS, e seu rápido crescimento populacional entre as décadas de 1940 e 1960, conforma um cenário privilegiado para o estudo das relações entre candidatos e eleitores.

2.2 “Massa humana desafortunada”: perfil de Canoas/RS e seus eleitores

Entre a emancipação, em 1939, e as primeiras eleições municipais, em 1947 e 1951, Canoas passou por transformações no seu perfil populacional. A abertura de diversos loteamentos entre as décadas de 1930 e 1960 fez com que a cidade ampliasse sua mancha urbana, havendo a ocupação de zonas alagadiças e próximas aos rios (Sinos e Gravataí): “De 1941 a 1945, Canoas teve 450 hectares de terras loteadas; de 1946 a 1950, teve 365 hectares

⁶⁴ Relembrando a escrita de *A invenção do trabalhismo*, Angela de Castro Gomes (2013) justificou a não utilização do conceito de populismo: buscando produzir uma interpretação alternativa, na qual os trabalhadores não fossem politicamente passivos, a noção de populismo – por razões que se prendiam ao seu próprio uso compartilhado – enfatizava a dimensão de controle do Estado sobre as massas.

loteados; e de 1951 a 1955, teve 1.140 hectares de terras loteadas” (PENNA, 2004, p. 19). O rápido desenvolvimento urbano pode ser notado pela estatística predial entre 1940 e 1953:

Tabela 1 - Estatística predial entre 1940 e 1953 (Canoas/RS)

Ano	Prédios	Ano	Prédios
1940	1.861	1947	3.891
1941	1.960	1948	4.472
1942	2.110	1949	5.324
1943	2.348	1950	5.968
1944	2.492	1951	7.065
1945	2.648	1952	9.034
1946	3.157	1953	10.432

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Guia de Canoas – 1954/1955 (UPHAM).

É possível perceber o rápido e expressivo crescimento demográfico de Canoas nesse período através dos dados referentes ao município nos censos demográficos de 1940, 1950 e 1960. Para uma visão mais ampla, podemos considerar a evolução da população total em Canoas entre 1940 e 2010:

Gráfico 1 – Evolução da população total em Canoas/RS (1940 – 2010)

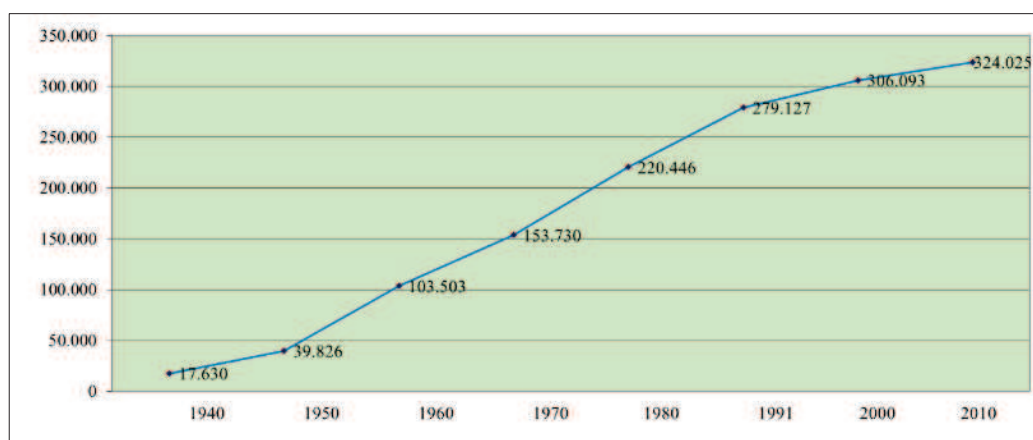


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Fundação Estadual de Economia e Estatística.

Nota-se que entre 1940 e 1960 a população canoense aumentou em quase seis vezes, seguindo um expressivo ritmo de crescimento até os anos 1990. Podemos considerar também a evolução da mancha urbana em Canoas, a partir dos estudos para o Plano Diretor Urbano Ambiental disponibilizado pelo Instituto Canoas XXI:

Tabela 2 – Evolução da mancha urbana em Canoas (1940 – 2010)

Ano	Área Ocupada pela mancha urbana em Km ²	Percentual da área ocupada pela mancha urbana em Canoas
1940	10,93	8,34
1970	33,17	23,3
1980	39,74	30,31
2006	69,78	53,23
2010	74,37	56,76

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Instituto Canoas XXI (2010)

OBS.: Não foi somada a área da cidade de Nova Santa Rita, que até o ano de 1992 era distrito de Canoas. Tabela elaborada pelo autor.

O crescimento da mancha urbana entre 1940 e 1970 é explicado pela grande migração de trabalhadores, pelos diversos loteamentos abertos no período, pela industrialização, como já referimos na parte anterior, atestando um processo de crescimento horizontal da cidade, com a instalação de novos bairros⁶⁵. A imprensa da capital, através do *Correio do Povo*, mencionava esse crescimento dos bairros de Canoas em 1945. A reportagem ressalta que a cidade possuía aproximadamente 22.000 habitantes, e “densos núcleos proletários” como Niterói, Rio Branco, Vila Fernandes e Chácara Barreto⁶⁶. É possível perceber o expressivo índice populacional dos novos bairros, vilas e loteamentos, através dos Censos Demográficos de 1940 e 1950, com a distribuição da população canoense entre as zonas urbanas, suburbanas e rural:

Tabela 3 – Canoas: população por localização em 1940 e 1950

Ano	População urbana	População suburbana	População rural	Total
1940	6.691	5.273	5.666	17.630
1950	10.578	23.166	6.082	39.826

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Censos Demográficos de 1940 e 1950 (FEE-RS)

Enquanto a população rural permaneceu praticamente a mesma, com um crescimento de 7,24%, a população urbana cresceu 58%. Na mesma década, a população suburbana obteve um crescimento de 339%. A zona suburbana correspondia basicamente aos bairros Niterói e

⁶⁵ É fundamental para a compreensão da urbanização de Canoas a dissertação de mestrado de Danielle Heberle Viegas (2011, p. 165), que aborda esse processo a partir das referências “cidade veraneio”, “cidade dormitório” e “cidade industrial”, tipologias que analisadas em seu contexto de produção, são compreendidas como “possíveis projetos para a construção do futuro da cidade de Canoas, que esteve pautado pela e na urbanização”. Ver também o artigo da autora publicado na *Revista Latino-Americana de História* (2012): *Transformando territórios urbanos, construindo territórios de existência: sensibilidades metropolitanas no processo de urbanização da cidade de Canoas/RS*.

⁶⁶ O MUNICÍPIO de Canoas e sua influência na vida econômica do Estado. *Correio do Povo*. Porto Alegre. Out, 09. 1945.

Rio Branco⁶⁷. Ao contrário das cidades cujo crescimento ocorre a partir de um núcleo central, a urbanização de Canoas caracterizou-se por um centro que, até os anos 1970, não era o setor urbano mais denso. Na zona sul do município, próximos ao Rio Gravataí, nasceram dois bairros habitados basicamente por operários: Niterói e Rio Branco, que se tornaram as áreas mais densamente povoadas da cidade (PENNA, 2004b, p. 18).

O bairro Niterói tem origem na vila operária loteada pela Companhia Territorial Nictheroy Ltda em 1931, sob o comando do empresário Arthur Oscar Jochims. Segundo o livro da série *Canoas para lembrar quem somos*, edição *bairro Niterói*, “a maior parte das terras que constitui hoje a localidade, pertencia a Alberto Bins e seu irmão Frederico Bins”, onde cultivavam arroz (PENNA, 2004b, p. 15). Eis as condições do local na ocasião: “Os primeiros moradores construíram suas casas em meio a granjas alagadiças” (PENNA, 2004b, p. 16). Assim, o atual bairro Niterói “integrou-se à parte urbana de Canoas pela divisão de terras baixas e impróprias à moradia em lotes com pagamento facilitado” (PENNA, 2004b, p. 17). A obra organizada por Rejane Penna (2004b, p. 18) confirma que o grande crescimento da zona suburbana está ligado aos bairros Niterói e Rio Branco: “Até os anos setenta, o centro de Canoas não era o setor urbano mais denso, como ocorre sempre em cidade de crescimento a partir de um núcleo central. As zonas mais densamente povoadas localizavam-se ao sul, junto a Porto Alegre, com Rio Branco e Niterói”⁶⁸.

O bairro Rio Branco se localiza nas terras que pertenciam à família Hilgert, na parte sul de Canoas, próximo ao rio Gravataí, inicialmente com pequenas propriedades rurais e

⁶⁷ Optamos por utilizar como fontes os resultados da pesquisa *Canoas – para lembrar quem somos*, desenvolvida pelo Unilasalle, pois um importante panorama da formação dos bairros de Canoas pode ser encontrado na série, em especial nos volumes *Rio Branco* e *Niterói*, organizados por Rejane Penna (2004b; 2004c) e nos volumes *Fátima* e *Harmonia*, organizados por Cleusa Graebin (2011; 2013). Nos últimos vinte anos, tal projeto vem colaborando para a produção historiográfica sobre os bairros de Canoas e para a divulgação da história local – com a publicação de 12 livros em convênio com a Prefeitura Municipal. Nestas duas décadas, ampliaram-se os debates sobre a necessidade do diálogo entre o conhecimento acadêmico e a sociedade, sobre a divulgação histórica e sobre a chamada história pública. Sobre história pública ver Albieri (2011) e Liddington (2011). Diante do interesse cada vez maior pela memória e pelo passado, e considerando algumas experiências pouco enriquecedoras promovidas por profissionais oriundos de outros *métiers*, vários historiadores acadêmicos têm se lançado à tarefa de escrever para um público mais amplo. Produzir uma obra historiográfica de boa qualidade e, ao mesmo tempo, em linguagem acessível, é o desafio que tem se imposto aos historiadores. Ver o artigo de Benito Schmidt sobre conhecimento histórico e diálogo social publicado na *Revista Brasileira de História* (2014). Pelo caminho da história oral, o projeto *Canoas – para lembrar quem somos* tem dado, ao menos, duas contribuições para a escrita da história do município: dar voz a personagens até então ausentes da historiografia local; e abordar a história de Canoas na perspectiva dos diversos espaços da cidade, ou seja, dos bairros. Desde o princípio, o projeto – e os livros dele resultantes – foram pensados para uma circulação nas comunidades pesquisadas e nas escolas do município. Buscou-se, através de uma pesquisa acadêmica, recuperar a autoestima das diferentes comunidades. Escritos no meio institucional da academia – com suas regras e pressupostos teórico-metodológicos – os livros foram produzidos para serem lidos por pessoas que se identificariam com as falas, personagens e lugares neles citados. Dessa forma, as duas décadas deste projeto parecem ter contribuído para amadurecer, no *savoir-faire* dos pesquisadores nele envolvidos, um modelo de produção histórica de qualidade destinado à comunidade em geral.

⁶⁸ Ver anexo I: mapa dos bairros de Canoas.

terras alagadiças, que eram aproveitadas para “cultivar hortaliças e plantar arroz, criando-se também porcos, galinhas, enfim, o necessário à sobrevivência” (PENNA, 2004c, p. 15). A inauguração da faixa de cimento, em 1934, ligando Canoas a Porto Alegre, atraiu para o bairro Rio Branco “muitas famílias que já encontravam dificuldades em permanecer junto ao centro do poder político administrativo do Estado” (PENNA, 2004c, p. 15).

A instalação da empresa Frigoríficos Nacionais Sul-Brasileiros Ltda foi fundamental para o crescimento populacional do bairro Rio Branco. Segundo o volume *Rio Branco* da série *Canoas para lembrar quem somos*, “o polo de atração das famílias que vieram morar em grande maioria no bairro Rio Branco foi, sem sombra de dúvida, a indústria frigorífica” (PENNA, 2004c, p. 17). Ressalta também que, “a cidade de Canoas não tinha ainda habitantes em número suficiente para suprir a necessidade de mais de mil trabalhadores, entre efetivos e temporários, para abater diariamente de oitocentos a mil bois [...] restava atrair gente de outras regiões” (PENNA, 2004c, p. 19)⁶⁹.

Algumas características são comuns no desenvolvimento histórico dos bairros Rio Branco, Niterói e Harmonia. Nos três casos, eram áreas alagadiças utilizadas principalmente para o cultivo de arroz. Mais tarde, com os loteamentos de Niterói e Harmonia, famílias de operários foram atraídas pelos baixos preços dos lotes, pagos de forma facilitada. Todos passaram por diversas dificuldades, incluindo as enchentes e a falta de infraestrutura. No bairro Niterói, os primeiros moradores construíram suas casas em meio a granjas alagadiças: “Quase todos recém casados, com poucos recursos mas sonhando construir uma moradia que abrigasse a família” (PENNA, 2004b, p. 16).

Muitos depoimentos coletados pela pesquisa *Canoas – para lembrar quem somos*, na etapa sobre o bairro Niterói, trazem indicativos de como era viver, em meio a tantas dificuldades, nos primeiros tempos do bairro: Osório Rocha, com 73 anos na época da entrevista, passou a morar ali aos 20 anos, logo após o casamento. Operário da Renner, recorda do período em que não havia água, nem luz, tampouco calçamento. E completa: “Assim mesmo os terrenos eram vendidos” (PENNA, 2004b, p. 16). As narrativas sobre o bairro Rio Branco dão conta de situações semelhantes: falta de luz elétrica, água potável e de calçamento; precários níveis de higiene e saúde; poucas possibilidades de instrução e de lazer (PENNA, 2004a, p. 40).

⁶⁹ Houve também, a partir dos anos 1950, o loteamento das áreas do atual bairro Mathias Velho, conforme Viegas (2011), e na mesma época a abertura do Parque Residencial Harmonia, próximo ao centro, mas com muito pouca infraestrutura, conforme Graebin (2013).

As enchentes fizeram parte da história dos bairros Niterói, Rio Branco e Harmonia. No caso do bairro Rio Branco havia menos estrutura ainda⁷⁰. Terreno plano em área alagadiça, era impróprio à moradia até a construção dos diques de proteção contra as cheias, ocorrida no final dos anos 1960. Anita Schmidt narrou aos pesquisadores as dificuldades dos flagelados: “Cada um tratava de salvar o que podia, vinha ajuda de fora. Quem podia ir para a casa de algum parente ia e salvava a sua pessoa” (PENNA, 2004a, p. 28).

Em depoimento, Pedro Ávila Pires narrou a presença das enchentes no cotidiano da então Vila Rio Branco: “Era matemático, enchente todo ano. A gente se acostumou com aquilo. Cada qual tinha um caíque embaixo da casa” (PENNA, 2004a, p. 28). Valentina de Assunção fez um relato sobre as enchentes dos anos 1960 no bairro Harmonia: “Eu me lembro que, quando eu estava no pátio, começou a chegar água, devagarinho. Nós fomos medindo e a água foi chegando e a gente cuidando [...]. A gente achava que não ia entrar, mas daí ela foi entrando e foi entrando” (COSTA, 2013, p. 68).

Se o excesso de água, pelas enchentes, causava diversos transtornos, a falta de água potável era outro problema presente e persistente. Até o início dos anos 1960, somente uma pequena parte de Canoas era provida de sistema de água potável. As enchentes e a ausência de saneamento tornavam os poços contaminados. Era preciso comprar água para beber e fazer comida. Somente a partir de 1965 a água encanada começou a chegar nas comunidades mais periféricas de Niterói e Rio Branco (PENNA, 2004a e 2004b)⁷¹.

⁷⁰ Ao contrário dos demais, o bairro Rio Branco não se desenvolveu por meio de loteamentos. Seu povoamento foi ocorrendo aos poucos, em especial pela atração causada pela instalação do frigorífico. Além disso, a construção da faixa de cimento ligando Porto Alegre e Canoas, em 1934, facilitou a entrada e a instalação de diversas famílias que já encontrava dificuldades em permanecer na capital (PENNA, 2004a, p. 15).

⁷¹ Além das fontes orais, podemos encontrar indícios de como era viver nestes bairros através de documentos oficiais, como os pedidos de providências da Câmara Municipal, e também pelos registros da imprensa local. Tais fontes indicam um cotidiano marcado por dificuldades geradas, por exemplo, pela falta de água potável, ou pelo excesso de água – no caso dos alagamentos e das enchentes. No bairro Harmonia, em curto espaço de tempo vários pedidos de providências foram aprovados pelo legislativo, referentes ao problema das valas e do saneamento. Soluções para o transbordamento das valas representavam uma demanda importante já para os primeiros moradores do bairro. Em outubro de 1956, a Associação dos Amigos do Parque Residencial Harmonia encaminhou ao prefeito Sezefredo Azambuja Vieira e aos vereadores um documento, dando conta da situação do bairro. Proposição do vereador Antonio Soares Flores (PTB), quanto a melhorias no Parque Harmonia, afirmava, em 1960, constar abaixo-assinado de 38 moradores. A solicitação versava quanto à colocação de canos de esgoto e limpeza das valas de escoamento (ANGELI, 2013, p. 185-186). Nos anos 1950 os moradores do bairro Harmonia já se mobilizavam por iluminação pública e por luz elétrica nos domicílios. Em 1956 os vereadores do PTB, Glanteal Lindenmeyer, Marcolino Alves e Ariovaldo Aguiar, solicitaram a colocação de rede elétrica na Rua General Neto, salientando contar com abaixo-assinado de 12 moradores da rua. No fim da década de 1960 e em boa parte da década de 1970, há registros sobre moradores que ainda não usufruíam de luz elétrica em suas casas (ANGELI, 2013, p. 191).

Figura 3 – Registro da enchente de 1953 na Vila Niterói



Fonte: fototeca da UPHAM.

Se a falta de infraestrutura era generalizada, alguns pontos destes bairros demonstravam ainda mais vulnerabilidade. É o caso, por exemplo, da Vila Industrial, no bairro Niterói. A população desta vila foi sempre de pessoas muito humildes, enfrentando todos os problemas típicos da pobreza (PENNA, 2004b, p. 77). No bairro Rio Branco, as casas em forma de palafitas, construídas pelo frigorífico e mais tarde doadas aos moradores, formavam o lugar conhecido como “Pombal”, onde, conforme o depoimento de Padre Lotário, várias famílias ocupavam casas de poucos metros quadrados (PENNA, 2004a, p. 34). No bairro Harmonia, um conjunto de casebres da Rua da República abrigava uma população em condições miseráveis, motivando o título de uma reportagem do jornal *O Timoneiro* em 15 de dezembro de 1967: *República da miséria*. Apesar do nome, na Rua da República o poder público estava ausente (ANGELI, 2013, p. 200).

O perfil dos moradores que deram origem aos bairros Niterói e Rio Branco é bastante similar: de forma geral, eram famílias de operários que migraram de outras regiões em busca de emprego na capital ou na região metropolitana, e encontraram nos terrenos vendidos em regiões alagadiças a possibilidade da construção de seus lares. As dificuldades foram praticamente as mesmas: enchentes, alagamentos, falta de saneamento, de iluminação pública, de segurança, de energia elétrica, de água potável, de transporte público, de calçamento.

Retomando os censos demográficos de 1940, 1950 e 1960, o que tais dados podem nos revelar sobre a população, além de confirmar em números o grande crescimento populacional registrado em poucas décadas? Como o direito ao voto estava condicionado ao requisito da alfabetização, interessa conhecer os dados da população por níveis de instrução:

Tabela 4 – Canoas: pessoas com 5 anos ou mais por instrução e sexo (1940 – 1950)

Ano	Sabem ler e escrever			Não sabem ler e escrever		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1940	4.688	3.544	8.232	3.274	3.484	6.758
1950	12.045	10.342	22.387	4.767	5.879	10.646

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Censos demográficos de 1940 e 1950 (FEE-RS).

No censo demográfico de 1940, a população de cinco anos ou mais está dividida por grau de instrução em três categorias: “sabem ler e escrever”, “não sabem ler e escrever”, e “instrução não declarada”. Em 1950 a categoria “instrução não declarada” desaparece. No Censo de 1960 não aparece a divisão por sexo e as categorias são outras: “alfabetizados” e “estudantes”⁷². Em 1940, 54,7% da população canoense entrevistada pelo IBGE sabia ler e escrever, enquanto 53,9% não sabiam ler e escrever. Em 1950 os índices passaram para 67,7% e 32,2% respectivamente. O número total de alfabetizados em 1960 é de 65.019 pessoas⁷³, o que no total da população (103.503 habitantes) gera um índice de 62,8%.

Os vários documentos pesquisados nos trazem falas acerca da principal característica da população residente em Canoas nas décadas de 40, 50 e 60: eram basicamente operários. O que os Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960 têm a nos dizer sobre isso? Possuímos informações mais completas dos anos de 1940 e 1950, vejamos:

Tabela 5 – Canoas: população de 10 anos e mais por ramo de atividade principal exercida (1940-1950)

Atividade principal	1940	1950
Agricultura, pecuária, silvicultura	1.587	1.065
Indústrias extrativas	15	54
Indústrias de transformação	1.670	5.567
Comércio de mercadorias	558	1.443
Comércio de imóveis	16	63
Transportes e comunicações	432	1.123
Administração pública	143	223
Defesa nacional e segurança pública	396	1.097
Profissionais liberais	84	40
Serviços e atividades sociais	301	324
Atividades domésticas e escolares	5.491	12.768
Pessoas em condições inativas	1.850	2.884
Prestação de serviços	///	1.515
Total	12.543	28.166

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: Censos demográficos de 1940 e 1950 (FEE-RS).

⁷² IBGE. Censo Demográfico de 1960 – Rio Grande do Sul. (Fundação Estadual de Economia e Estatística).

⁷³ IBGE. Censo Demográfico de 1960 – Rio Grande do Sul. (Fundação Estadual de Economia e Estatística).

Os dados sobre as principais ocupações da população canoense em 1940 e 1950 nos indicam o crescimento da fatia operária nesse período, consequência de fatores anteriormente tratados: a industrialização e a migração de trabalhadores para a capital e região metropolitana. Podemos observar melhor a presença da classe operária nos gráficos abaixo, considerando as seguintes categorias: Agropecuária e extração, Indústria, Comércio, Transportes, Administração Pública, Defesa Nacional e Segurança Pública e Prestação de Serviços e Profissionais Liberais.

Gráfico 2 – Canoas: comparativo das principais atividades exercidas pela população economicamente ativa (1940 – 1950)

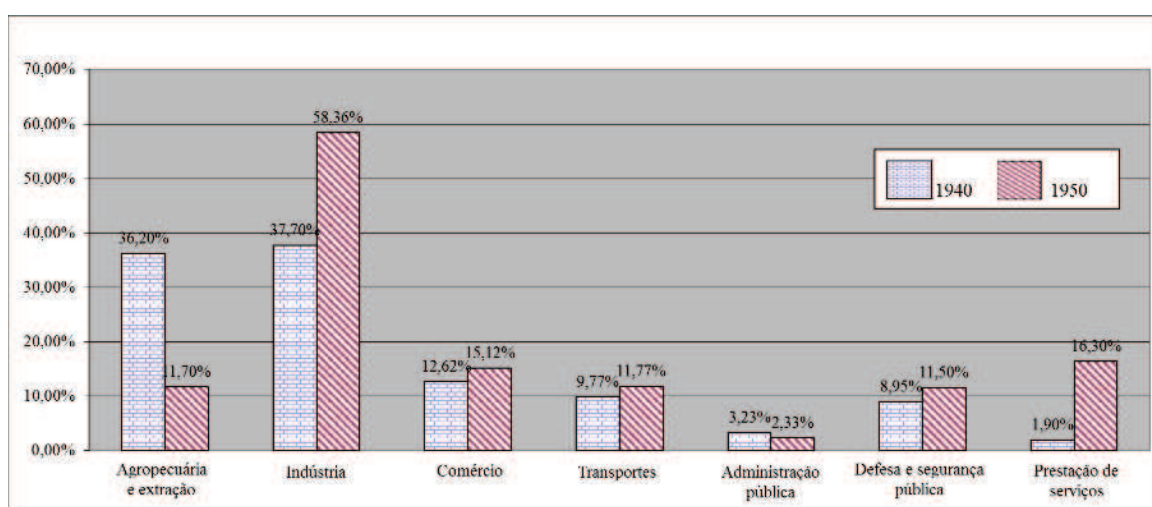


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Censos demográficos de 1940 e 1950 (FEE-RS).

Podemos perceber a expressiva diminuição da participação das atividades agropecuárias no universo das ocupações principais da população canoense. Em compensação, as atividades industriais obtiveram grande crescimento, assim como a prestação de serviços. Outro fator ligado à urbanização e industrialização, o comércio obteve crescimento – mas em menor proporção. Dois dados são especificidades: a ampliação da categoria Defesa Nacional se dá pela implantação gradual da Base Aérea em Canoas; a reduzida porcentagem na categoria Administração Pública revela uma máquina pública municipal ainda em implantação e com poucos recursos.

A cidade em números foi a abordagem sobre Canoas no jornal *Gazeta de Notícias* em setembro de 1958. Registrava-se uma estimativa de 105.000 habitantes e 17.071 prédios construídos nas áreas urbanas e suburbanas. Contava-se com 2.153 estabelecimentos comerciais, 262 estabelecimentos industriais, 36 escolas públicas somando 9.468 matrículas⁷⁴.

⁷⁴ A CIDADE em números. *Gazeta de Notícias*. Canoas. Setembro. 1959. p. 02. (UPHAM).

O relatório da polícia civil de 1952 destaca as principais indústrias então estabelecidas no município: os Frigoríficos Nacionais, Fábrica de Óleos, Fábrica de Vidros (a maior da América do Sul), Fábrica de Oxigênio, Fábrica de Cimento e as maiores olarias do Estado. O relatório da polícia trata também da distribuição da população, pois a área de 282 km² do município de Canoas era dividida entre a sede, com 58.128 “almas”, o distrito de Niterói (vilas Niterói e Rio Branco), com 21.594 habitantes, e o distrito de Berto Círio (atual município de Nova Santa Rita), com 6.023. São relatados também os delitos mais frequentes registrados em Canoas durante 1952: 41 homicídios culposos, 466 lesões corporais leves, 66 lesões corporais leves culposas, 53 lesões corporais graves culposas, 123 furtos, 17 apropriações indébitas, 52 abandonos materiais, 30 delitos de sedução e 20 de embriaguez. Foram 1.613 ocorrências e 240 detenções⁷⁵.

O aumento da população gerava novas demandas para a polícia civil instalada no município, entre elas o combate à “vadiagem”. Segundo o relatório, a delegacia de polícia local “desenvolveu intensa campanha contra a vadiagem, embriaguez e jogos de azar”. O delegado salientou que tal “campanha moralizadora” contou com apoio dos poderes Executivo, Legislativo e “até das correntes partidárias deste município”. O relatório do ano seguinte é revelador quanto ao aumento do serviço para a polícia:

É de salientar, também, que o aumento da criminalidade em Canoas, tem sua razão de ser pelo fato de, motivado pelo alto custo de vida e especialmente dos preços das casas de aluguel em Porto Alegre, a massa humana desafortunada, embora trabalhe na capital, se evade para os lugares mais próximos à Metrópole Gaúcha, ou seja, Canoas, município dotado de eficiente meio de transporte coletivo, onde se instalam em vilas e loteamentos⁷⁶.

O delegado relata terem sido lavrados 82 processos “contra o vício” em 1953, onde se incluem embriaguez, mendicância e jogos de azar. Para a delegacia de polícia civil, as novas vilas que se formavam em Canoas, com a expressiva migração de trabalhadores, constituíam um “sério problema”: “Seus habitantes, andrajosos e famintos, não podem retornar ao ‘hinterland’ gaúcho, por não terem, no dizer vulgar, ‘nem eira nem beira’, e vão ficando onde estão, vivendo de biscates e até de esmolas”⁷⁷. Alguns anos antes, o médico Tiago Würth⁷⁸

⁷⁵ DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Delegacia de Polícia de Canoas. Relatório de 1952. Canoas: 1953. (UPHAM).

⁷⁶ DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Delegacia de Polícia de Canoas. Relatório de 1953. Canoas: 1954. (UPHAM).

⁷⁷ DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL. Delegacia de Polícia de Canoas. Relatório de 1952. Canoas: 1953. (UPHAM).

⁷⁸ Thiago Mateus Würth nasceu na Baviera, Alemanha, em 1893. Em 1903 concluiu o curso de magistério com os irmãos maristas. Veio para o Brasil em 1918, naturalizando-se brasileiro em 1924. Em 1926 fundou o Instituto Pestalozzi de Porto Alegre, transferindo-se para Canoas no ano seguinte, quando fundou o Instituto Pestalozzi de Canoas. A instituição é pioneira, no Brasil, em educação especial. Professor de línguas, foi

havia publicado no jornal *O Democrata* artigo no qual ressaltava a pobreza material da população canoense: “Todos que aqui aportaram vindos dos ambientes os mais diversos, vieram porque o sofrimento para cá os tangeu, vieram por que tiveram a esperança ou a ilusão que aqui viveriam melhor ou mais felizes⁷⁹”.

Os prefeitos nomeados por decreto, entre 1940 e 1951, bem como seus sucessores eleitos entre 1951 e 1963, tiveram de formular iniciativas para enfrentar as diversas dificuldades, percebidas e abordadas também por outras lideranças políticas. Os problemas giraram em torno da crescente migração, da abertura de loteamentos, da falta de infraestrutura, além de recursos públicos insuficientes para dar conta de tantas demandas. Nesse sentido, o então deputado estadual Sezefredo Azambuja Vieira (PRP), pronunciou, na tribuna da Assembleia Legislativa, um longo discurso sobre Canoas, que segundo ele, era “o desagudouro dos excessos demográficos de Porto Alegre”⁸⁰.

Dessa forma, podemos considerar que o processo de migração de trabalhadores do interior para a região metropolitana, incluindo Canoas, que acarretou a alteração do perfil populacional do município – e, conseqüentemente, do perfil dos eleitores – não passou despercebido pelas autoridades locais. Entre as décadas de 1940 e 1960, houve um expressivo aumento populacional, especialmente nas áreas que o IBGE considerava como zona suburbana. Além disso, houve alteração significativa nos ramos de atividade principal exercidos pela população economicamente ativa, aumentando o contingente de trabalhadores nas áreas de indústria e comércio. Que conseqüências tudo isto gerou no número de eleitores?

Na primeira eleição municipal de Canoas, em 1947, foram inscritos 4.539 eleitores⁸¹. A ausência, nas fontes conhecidas, do número de votos brancos ou nulos, impede-nos de conhecer o total de eleitores que compareceram às urnas em 15 de novembro de 1947. Sabemos que 2.573 depositaram votos válidos, o que corresponde a 56,68% do eleitorado total. Nas eleições de 1951 foi registrado praticamente o dobro de votos válidos com relação a quatro anos antes: 5.130, dobrando novamente em 1955, quando foram contabilizados 10.878 votos válidos⁸².

membro da Academia Rio-grandense de Letras e faleceu em 1979 (ARQUIVO HISTÓRICO E MUSEU DE CANOAS “DR SEZEFREDO AZAMBUJA VIEIRA, 2003, p. 37).

⁷⁹ WÜRTH, Tiago. População: quase todos pobres. *O Democrata*. Canoas. Jul, 05. 1947. (UPHAM).

⁸⁰ DISCURSO do Dr. Sezefredo. *Correio de Canoas*, 18 nov. 1950. Capa.

⁸¹ ELEITORES. *O Democrata*, Canoas. 25 out. 1947. p. 2-5.

⁸² Guia de Canoas. 1955; RESULTADO final das eleições em Canoas. *O Momento*, Canoas. 09 out. 1955. Capa. Sobre as eleições de 1951 e 1955, não contamos com os dados referentes ao número de eleitores inscritos, somente com o número de votos válidos.

Gráfico 3 – Total de votos válidos nas eleições municipais de Canoas (1947 – 1963)

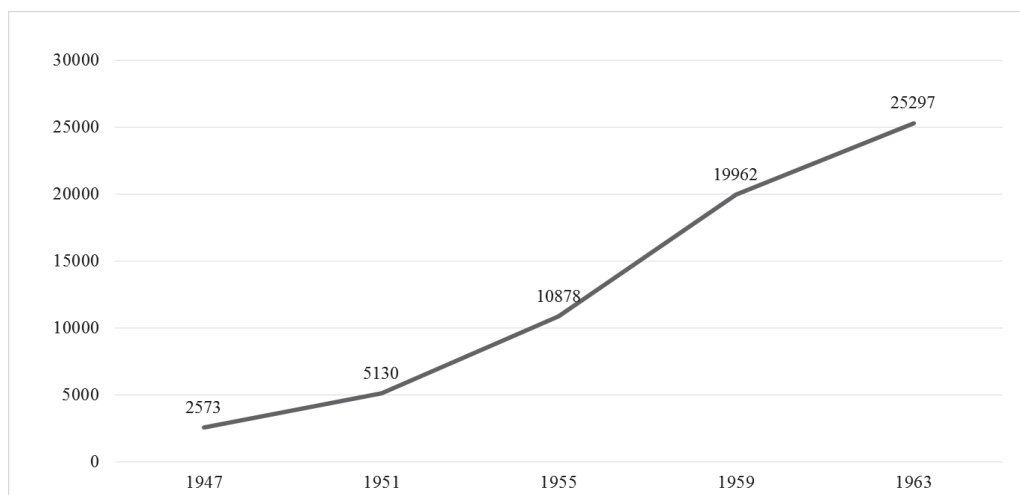


Gráfico elaborado pelo autor. Fontes: SILVA (1978), PFEIL (1995), *O Democrata*, 17 jan. 1948; *O Momento*, 08 out. 1955 (UPHAM).

Contando com o banco de dados eleitorais do Núcleo de Pesquisas Eleitorais do Rio Grande do Sul (NUPERGS/UFRGS)⁸³, é possível contabilizar, com base nas eleições de 1954, 1958, 1960 e 1962, o número total de eleitores e o número de votantes em Canoas, incluindo os votos brancos e nulos:

Gráfico 4 – Total de eleitores e votantes em eleições gerais (1954 – 1962)

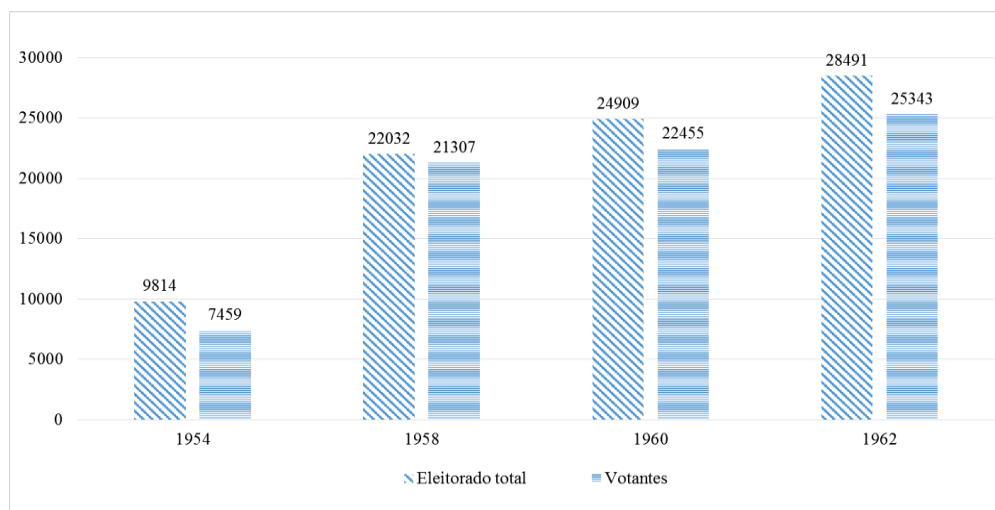


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: NUPERGS/UFRGS.

O aumento de 9.814 para 22.032 entre 1954 e 1958, mais do que dobrando o eleitorado total, é compatível com os números das eleições municipais: foram 10.878 votos válidos em 1955, e 21.576 em 1959. Das eleições de 1959 contamos ainda com o total de

⁸³ BANCO de dados eleitorais do NUPERGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nupergs/banco/index.php/eleitorado/pagina/80/0/0/0/0>. Acesso em 10/01/2015.

eleitores registrados: 23.696, o que não difere muito do número dos 24.909 de 1960⁸⁴. A edição do jornal *Correio do Povo* de 04 de agosto de 1963 informava que o eleitorado para as eleições municipais daquele ano havia chegado a 32.925 inscritos⁸⁵, naquele que seria o último pleito antes do golpe civil-militar de 1964. Vale lembrar que, entre 1950 e 1960, Canoas registrou seu maior crescimento populacional, passando de 39.826 para 103.503 habitantes conforme os censos do IBGE. Assim, o crescimento do eleitorado total foi ainda maior do que o crescimento populacional⁸⁶.

Cruzando os dados do censo demográfico de 1960 (população por grupos etários e por grau de instrução), chega-se ao número, aproximado, de 52.000 alistáveis⁸⁷. Assim, foram inscritos, em 1960, 47,9% dos alistáveis. Portanto, havia nesse período um significativo contingente de alistáveis que não se tornavam eleitores. Sendo que o total da população canoense em 1960, segundo o IBGE, era de 103.503 habitantes e que, destes, 24.909 eram eleitores, temos um índice de 24,06% de eleitores inscritos com relação ao total da população. No Rio Grande do Sul eram 5.388.659 habitantes e 1.409.510 eleitores, e assim, o eleitorado total correspondia a 26,15% da população total.

O número de eleitores esteve na pauta da imprensa local em alguns momentos. O jornal *Expressão* abordou o tema em 22 de agosto de 1954, quando se aproximavam as eleições para governador. Naquela edição, o encarregado dos serviços do Cartório Eleitoral, Rodolpho Saraiva, informava que já se contabilizava mais de 10 mil eleitores inscritos em Canoas, um aumento de mais de 20% com relação ao alistamento anterior⁸⁸. Cerca de um ano antes, o jornal *Canoas em Marcha* dizia que, notoriamente, Canoas era um dos municípios gaúchos que apresentava o mais baixo índice de eleitores em relação a população total. O presidente do diretório municipal do PSD, Oscar Andrade, culpava o serviço de qualificação do município, que, segundo ele, era “falho e ineficiente”⁸⁹.

De todo modo, houve um aumento considerável do número de eleitores entre o primeiro pleito, em 1947, e as eleições de 1963. Nesse período, a migração de trabalhadores modificou o perfil da população e do eleitorado canoense, o que não passou despercebido pelas elites dirigentes locais dos partidos políticos tampouco pelos candidatos. Além disso,

⁸⁴ ATA de votação da 66ª Zona Eleitoral. 1959 (TRE-RS).

⁸⁵ CANOAS: 32.925 eleitores alistados. *Correio do Povo*, Porto Alegre. 04 ago. 1963.

⁸⁶ Considerando o ano de 1960, no qual há a coincidência entre o censo demográfico e a contagem do eleitorado, os 24.909 eleitores inscritos naquele ano representam 24,06% da população canoense total. No âmbito nacional, a proporção entre eleitores inscritos e população era semelhante, em torno de 22% (GOMES, 2002, p. 189).

⁸⁷ Homens e mulheres maiores de 18 anos que sabiam ler e escrever.

⁸⁸ JUNTA apuradora da eleição de outubro. *Expressão*, Canoas, 22 ago. 1954. p. 2.

⁸⁹ EXTRAORDINÁRIA demonstração de confiança nas hostes do Partido Social Democrático. *Canoas em Marcha*, Canoas, 30 set. 1953. Capa.

com o regime democrático – iniciado nas eleições de 1945 e confirmado pela Constituição de 1946 – a prática do voto passou a envolver um número de cidadãos nunca antes visto, e a necessidade de mobilizar um número cada vez maior de eleitores exigiu que uma série de práticas e concepções fossem colocadas em movimento. O eleitor passou a ser alvo, como veremos a seguir, não somente no sentido de escolher entre uma ou outra sigla: candidatos e partidos buscaram definir e apresentar – especialmente por meio da imprensa local – o ato de votar como algo compatível com a gama de interesses dos potenciais eleitores.

2.3 Para além da notícia: partidos, candidatos e imprensa em Canoas

Com diversos títulos, alguns de curta existência, entre as décadas de 1940 e 1960 a imprensa local fez circular em Canoas não somente notícias acerca da vida social e esportiva da cidade, registros de eventos cotidianos, anúncios de filmes a serem exibidos no *Cine-Rex* ou concursos para escolha das rainhas da primavera. Houve tudo isso, sendo fontes inestimáveis para um trabalho que pretendesse contemplar o tema das sociabilidades. Contudo, circularam também em grande número notícias relacionadas à vida política do município, bem como propagandas de candidatos, notas de partidos políticos, registros de debates, entrevistas e discursos proferidos em campanhas eleitorais.

Essa grande quantidade de fontes nos indicou a necessidade de refletir sobre como a imprensa local foi utilizada pelos partidos políticos e pelos candidatos enquanto canal possível de comunicação com os eleitores/leitores, especialmente nos períodos eleitorais, pois, enquanto fontes históricas, os periódicos têm sido bastante significativos, inclusive para a história política⁹⁰. Qual foi o papel da imprensa local na relação entre candidatos e eleitores nas primeiras eleições municipais de Canoas?

No dia 15 de janeiro de 1940 foi instalado o município de Canoas, com a posse do prefeito nomeado Edgar Braga da Fontoura (1888-1946). Em seu discurso de posse, indicou como prioridades a instrução pública e as estradas, seguidas do problema referente à urbanização da sede do município. Outros dois problemas o preocupavam, conforme declarou na ocasião: o dos serviços de eletricidade e dos transportes, entregues a empresas particulares.

⁹⁰ Como ressaltam Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2014, p. 12): “Jornais e revistas, com posições políticas diferentes, permitem ao historiador avaliar como importantes veículos de formação de opinião noticiavam determinado evento, em um dado momento”. Helena Guimarães Campos (2009, p. 21) assinala as vantagens do jornal enquanto fonte de pesquisa: como é publicado periodicamente ele estabelece uma ordem cronológica dos fatos. Além disso, ele ajuda na “contextualização do fato pesquisado porque traz notícias sobre diferentes assuntos, compondo uma memória do dia a dia”. Tânia Regina de Luca (2006) trata dos jornais enquanto fonte e objeto de pesquisa para os historiadores.

Entretanto, ressaltava o prefeito, numa demonstração de alinhamento ao Estado Novo: “A política única é a do chefe da Nação”⁹¹.

Antes mesmo da emancipação, a chegada do progresso era motivo de ansiedade, conforme expresso no primeiro veículo da imprensa local. Em 10 de agosto de 1935 circulou a primeira edição de *O Cruzeiro*, primeiro jornal local, tendo como redator-chefe o militar Nemézio Miranda de Meirelles, que na edição de 18 de agosto ressaltava a importância da imprensa para o progresso local: “Tribuna erguida e nobre, onde poderá soar a palavra de todo aquelle possuído de proveitosa idéa: batente indispensável na escada do progresso”⁹².

O segundo jornal criado por Meirelles, em 1937, embora fosse um órgão literário, humorístico e social, inaugurou em Canoas a relação entre imprensa e política. Chamava-se *O Canoense* e, a partir da edição de 17 de outubro de 1937, passou a figurar em seu cabeçalho o seguinte qualificativo: “Semanário de combate pela emancipação e pelo progresso de Canoas”. Num artigo de capa, uma tentativa de estabelecer uma comunicação direta entre os editores do jornal e a população da Vila de Canoas: “Canôenses! Trabalhae para a autonomia de vossa villa! Procedendo assim, fareis dela um município constituindo o que será um dos vanguardeiros na lavoura, comércio, indústria e instrução”⁹³.

Outro exemplo da relação entre imprensa, política e progresso, podemos encontrar no jornal *A notícia: Órgão independente e propagador dos ideais do Estado Novo*. Lançado em 28 de julho de 1940, fez em sua primeira edição um elogio ao prefeito Edgar Braga da Fontoura: “Não resta dúvida que o chefe do executivo municipal está empenhado em remodelar completamente Canôas, imprimindo-lhe um aspecto de cidade moderna”⁹⁴.

Em 24 de agosto de 1941 surgia a *Folha Canoense*, dirigida por Victor Milanez, jornal que se propunha a prestigiar, auxiliar e propagar o Estado Novo “personalizado no eminente Dr. Getúlio Vargas”, bem como o Governo do Estado – na figura do interventor federal Cordeiro de Farias – e o prefeito municipal Aluízio Palmeiro de Escobar⁹⁵. O engenheiro agrônomo Aluízio Escobar foi o segundo prefeito nomeado em Canoas, na data de 11 de fevereiro de 1941⁹⁶. Em discurso de homenagem ao prefeito municipal de Canoas, o prefeito de Porto Alegre Egídio Michaelsen ressaltou a importância da relação entre governante e governados: “Quem administra deve manter sempre o contato com os que governa e com os

⁹¹ INSTALLADO o município de Canôas. *Correio do Povo*, Porto Alegre/RS, 16 jan. 1940. [Grafia original].

⁹² A VOZ do progresso. *O Cruzeiro*, Canoas/RS, n.º 02, 18 ago. 1935. Capa [Grafia original].

⁹³ CANÔAS, município no coração de todo canoense. *O Canoense*, Canoas/RS, 17 out. 1937. Capa [Grafia original].

⁹⁴ *A notícia*, Canoas/RS, 28 jul. 1940.

⁹⁵ FÔLHA CANOENSE. *Fôlha Canoense*, Canoas/RS, 24 ago. 1941. Capa. [Grafia original].

⁹⁶ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL / Interventoria Federal. Porto Alegre/RS, 11 fev. 1941.

que representa. Precisa renovar de quando em vez, reunindo-se, como hoje, com o povo, na fonte pura da vontade soberana, as aspirações para orientar-se no caminho”⁹⁷.

Com a democratização do país e a necessidade de comunicar-se politicamente com um eleitorado mais amplo, os representantes políticos fizeram uso massivo da imprensa como um canal possível para realizar este contato com seus representados. Conforme Antônio Lavareda (1991), o contexto de comunicação, ainda não dominado pela televisão, era favorável ao estreitamento da relação entre partidos e eleitores no período de 1945 a 1964. Assim, “o processo de distribuição de informações políticas (sobre líderes, candidatos, partidos, programas e governos) era muito mais simples do que hoje” (LAVAREDA, 1991, p. 127). Antes da televisão modificar a estrutura das campanhas eleitorais, os veículos de difusão das informações políticas foram, principalmente, os jornais, as revistas, as rádios, os comícios e as reuniões públicas. Além disso, o autor ressalta que “quase toda a imprensa tinha uma clara orientação política, fato que contribuía para desenvolver e reforçar os vínculos partidários” (LAVAREDA, 1991, p. 127)⁹⁸.

O prefeito Nelson Paim Terra (PSD) possivelmente tinha clareza disso quando, em 1947, criou o jornal *O Democrata* em Canoas⁹⁹. A edição de 23 de setembro de 1950 de *O Democrata* destacou a criação do Comitê Feminino Pró Candidatura de Nelson Paim Terra a deputado estadual, integrado por “um grupo de senhoras e senhorinhas da sociedade canoense”. Os objetivos da ala feminina nos trazem algo a respeito do que se esperava de um candidato: pretendiam lutar pela vitória de sua candidatura tendo em vista os “superiores interesses do município de Canoas e a conveniência de ter a população canoense, no Legislativo do Estado, um representante conhecedor de seus problemas e aspirações”¹⁰⁰.

Para este grupo de eleitoras canoenses, seu representante na Assembleia Legislativa deveria ser *conhecedor de seus problemas e aspirações*. O ano era 1950, e as eleições, marcadas para 03 de outubro, serviriam para eleger deputados estaduais e federais, além de

⁹⁷ O MUNICÍPIO é a fonte viva e pura da nacionalidade, seu primeiro núcleo e a sua primeira norma. Diário de Notícias, Porto Alegre/RS, 24 dez. 1944.

⁹⁸ “De um modo geral, a imprensa de então estava bem mais vinculada aos partidos e com maior orientação ideológica do que os grandes diários dos dias atuais. Predominava, por assim dizer, um certo estilo mais ‘europeu’ de imprensa – onde os principais veículos ou se originaram de partidos políticos ou tem clara afiliação a eles” (LAVAREDA, 1991, p. 128). O autor remete à obra de Nelson Werneck Sodré (1966), *A história da imprensa no Brasil*.

⁹⁹ Jailma Maria de Lima (2010, p. 39) cita a existência de um jornal com o mesmo nome, no Rio Grande do Norte, e que também era ligado ao PSD.

¹⁰⁰ FUNDADA a ala feminina pró candidatura Nelson Paim Terra. *O democrata*, Canoas/RS, n.º 48, 23 set. 1950. Capa.

senador, vice-presidente e presidente da República¹⁰¹. O Brasil vivia sua primeira experiência democrática, com eleições contínuas e crescimento da participação eleitoral, e as mulheres passaram a ter oportunidades periódicas de exercer o direito por elas adquirido em 1932, quando o Código Eleitoral proposto pelo governo de Getúlio Vargas, além de criar a Justiça Eleitoral e o voto secreto, concedeu este direito à parcela feminina da sociedade (NICOLAU, 2002, p. 37; CANÊDO, 2010, p. 535-536).

O jornal *O Democrata*, fundado às vésperas das eleições municipais de 1947, talvez tenha sido um dos primeiros canais de comunicação entre candidatos e eleitores na vida política canoense. Em suas páginas, noticiava-se especialmente os acontecimentos ligados ao Partido Social Democrático (PSD), sigla do prefeito – que ocupava também o cargo de diretor do jornal, sendo seu gerente Artur Pereira Vargas, também pessedista. Isto não impedia o periódico de circulação quinzenal de autodeclarar-se *órgão independente*¹⁰². Enquanto surgia *O Democrata*, os partidos políticos se organizavam para a eleição de vereadores que se aproximava. Nas eleições municipais, realizadas a partir 1947, candidatos e partidos políticos teriam de buscar meios de mobilizar os eleitores em torno de seus programas, projetos, propostas. A imprensa local, a partir da criação do jornal *O Democrata*, passou a cumprir um importante papel na mobilização eleitoral¹⁰³.

A existência de um jornal, com notícias, artigos literários, variedades, e, principalmente, com publicidade (inclusive anúncios políticos) pressupõe a existência de leitores. Em potencial, havia leitores no município, pois segundo os dados coletados pelo IBGE nos censos demográficos de 1940 e 1950¹⁰⁴, o índice de pessoas que sabiam ler e escrever passou de 54,77% para 67,77% nessa década¹⁰⁵.

A história da imprensa em Canoas registra a existência de dezenas de jornais entre as décadas de 1930 e 1960: o primeiro impresso canoense foi o jornal *O Cruzeiro*, que circulou em 1935, seguido de *O Canoense*, em 1937 e *O Farrapo*, no mesmo ano, todos antes da emancipação de Canoas, ocorrida em 1939 (PFEIL, 2005, p. 5-6). Após a emancipação, foram editados *A Notícia* (1940), *Folha Canoense* (1941 – 1942), *O Democrata* (1947 – 1950), *Correio de Canoas* (1950), *A Tribuna* (1951), *Canoas em Marcha* (1951-1955), *Expressão*

¹⁰¹ TRINDADE, Helgio; NOLL, Maria Izabel; PASSOS, Manoel. Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823/2002). CD. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

¹⁰² O DEMOCRATA. *O Democrata*, Canoas, n.º 01, 05 jun. 1947. Capa.

¹⁰³ Ao tratar do que chamou de “revolução silenciosa”, Jean-Yves Mollier (2008) destacou que, no caso francês, o sufrágio universal e, no fim do século XIX, a escolarização, fizeram com que os cidadãos fossem incluídos no mundo da leitura, antecipando a ascensão das massas à vida política.

¹⁰⁴ Censos demográficos de 1940 e 1950 (Fundação Estadual de Economia e Estatística).

¹⁰⁵ Não é possível saber sobre a circulação desses periódicos nos bairros, mas podemos imaginar, inclusive pelos anúncios, que havia circulação pelo menos nas casas comerciais e nos diversos espaços de sociabilidade

(1954), *O Momento* (1955 – 1958), *A Semana* (1956), *Folha de Canoas* (1958 – 1959), *Gazeta de Notícias* (1959 – 1961), *O Gaúcho* (1961 – 1963) e tantos outros que excedem o recorte temporal da pesquisa¹⁰⁶.

Figura 4 – Alguns dos jornais que circularam em Canoas entre 1947 e 1963



Fonte: Hemeroteca da UPHAM.

Surgido poucos meses antes das eleições de 1951, o jornal *Canoas em Marcha* circulou até 1955. Dizia-se *órgão independente e democrático*, mas seu diretor, o jornalista D'Artagnan Vaz era ligado ao PTB e seu diretor-gerente era o petebista David Bonder, eleito prefeito naquele ano. Embora publicasse anúncios de candidatos dos mais variados partidos, enfatizava, via textos *noticiosos*, as administrações trabalhistas de José João de Medeiros e Sady Fontoura Schivitz¹⁰⁷.

Às vésperas das eleições de 1951, *Canoas em Marcha* conjugava, na mesma página, propaganda dos candidatos petebistas a prefeito e vice com notícia relacionada à instalação de

¹⁰⁶ Conforme levantamento realizado por GRAEBIN e AVANCINI (2004).

¹⁰⁷ *Canoas em Marcha*, Canoas, n.º 11, 20 out. 1951; n.º 15, 09 jan. 1952; n.º 17, 05 fev. 1952; Ano II, n.º 03, 24 dez. 1952; Ano III, n.º 02, 30 set. 1953; Ano III n.º 08, 26 mai. 1954.

água encanada para a população, “continuando a série de realizações objetivas” do governo de José João de Medeiros (PTB). [Ver figura 5].

Figura 5 – Capa do jornal *Canoas em Marcha* em edição que antecedeu as eleições de 1951



Fonte: *Canoas em Marcha*, Canoas, 20 out. 1951. Capa. [UPHAM].

Outro veículo de imprensa, também fundado às vésperas de uma eleição municipal, e que serviu como canal de comunicação entre candidatos e eleitores foi *O Momento*, que circulou a partir de 1955. O diretor de *O Momento* era o jornalista Antônio Canabarro Tróis Filho, filho do vereador Antonio Canabarro Tróis (UDN) e contava com artigos de jovens jornalistas como Walter Galvani. O jornal dava ênfase às candidaturas oposicionistas (tanto da coligação PRP-PSD-PL e da UDN como do PSP-PSB) e fazia críticas ao que chamava de *demagogia* dos políticos *ditos populistas*, embora abordasse as campanhas eleitorais como um todo. Havia também a coluna intitulada *Bilhete*, de autoria do candidato a vereador José Ferreira Neto (PSB). Durante as eleições de 1955 o jornal *O Momento* pregou abertamente a renovação da Câmara Municipal.

Um ano antes, havia surgido o jornal *Expressão*, de vida curta, pois foram apenas seis edições, todas em 1954. Seu diretor era o jornalista Túlio Medina Martins e um dos redatores de opinião era Edson Medeiros, dissidente do PTB. Tanto pelas matérias assinadas por Edson Medeiros quanto pelas publicações a pedido do PSD, fortes críticas eram dirigidas tanto ao governo quanto à direção petebista do município. Nota da direção do periódico, publicada na edição de 22 de agosto de 1954, refutava os “boatos” de que o veículo teria sido vendido a um partido político: “Tornamos público que tais boatos, ventilados não sabemos por quem, são

completamente destituídos de fundamento”¹⁰⁸. Pela própria conjuntura política local, em que os trabalhistas estavam divididos, o jornal *Expressão* apresentava ambiguidades como, na edição de outubro de 1954, na qual, em páginas diferentes, encontram-se elogios e críticas a Getúlio Vargas.

Nas eleições seguintes, 1959, encontramos dois jornais: *Gazeta de Notícias* e *Folha de Canoas*. O periódico *Folha de Canoas*, que na capa estampava o nome de seu diretor e proprietário João Galhardo, era fatalmente ligado à candidatura do próprio Galhardo, que concorria a vereador pelo PTB¹⁰⁹. Já a *Gazeta de Notícias* declarava-se como “jornal realmente independente” e tinha como diretores M. F. Marques e José Ribeiro Fontes e entre seus colaboradores figuras como o tradicionalista e memorialista João Palma da Silva¹¹⁰. Dentre os jornais pesquisados, as edições da *Gazeta de Notícias* foram as que apresentaram a distribuição mais equânime dos espaços destinados à divulgação dos candidatos a prefeito. Nas notícias, os candidatos José João de Medeiros (PTB) e Hugo Lagranha (PSD) eram destacados de forma equilibrada. A divulgação dos candidatos a vereador, obedecendo à lógica da propaganda paga, era naturalmente desequilibrada, mas sem destaque para um ou outro partido. Já os colunistas eram identificados com o nacional-estatismo trabalhista, a exemplo das colunas assinadas por Edson Medeiros (PTB)¹¹¹.

Em 1962, o jornal *O Gaúcho*, que já circulava em Porto Alegre sete anos antes, lançou sua edição de Canoas. O diretor responsável era Otávio Armando Grossi e contava, em sua redação, com o jornalista e tradicionalista João Palma da Silva, além de nomes ligados à política canoense, como o democrata cristão Antônio Canabarro Tróis Filho, também jornalista, e os petebistas Mário Porto Inda, Nilton Leal Maria e Osvaldo Alvarez. Havia, assim, uma clara identificação com o PTB e com a administração de José João de Medeiros.

Jornalistas, editores, colunistas e articulistas tinham maiores ou menores graus de identificação partidária, e isso deve ser levado em conta na análise de tais fontes: dos jornais que circularam em períodos pré-eleições municipais, em resumo, *O Democrata* (1947) era vinculado ao PSD e ao governo de Nelson Paim Terra; *Canoas em Marcha* (1951) dava mais ênfase ao PTB e era elogioso ao governo de José João de Medeiros; *O Momento* (1955) valorizava as candidaturas da oposição, em especial a de Sezefredo (PRP), e era crítico do

¹⁰⁸ EXPRESSÃO [Nota da direção]. *Expressão*, Canoas, 22 ago. 1954. Capa.

¹⁰⁹ João Galhardo recebeu apenas 127 votos, quando seriam necessários mais de 470 para eleger-se pelo PTB naquele ano. Isto confirma que a campanha na imprensa nem sempre produz o efeito desejado pelo candidato.

¹¹⁰ GAZETA de Notícias. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 12 jul. 1959. P. 02.

¹¹¹ Sua coluna *Roteiro da Semana*, na edição de 04 de outubro de 1959, abordava o nacionalismo brasileiro (*Gazeta de Notícias*, Canoas, 04 out. 1959. p. 2). Na segunda quinzena de maio de 1961, sua coluna *Roteiro* destacava a atuação do governador petebista Leonel Brizola (*Gazeta de Notícias*, Canoas, 1ª quinzena mai. 1961. p. 2).

governo de Sady Schivitz; *Gazeta de Notícias* (1959) abordava as candidaturas a prefeito de forma equilibrada; *Folha de Canoas* (1959) era vinculado ao PTB; e *O Gaúcho* (1963) apoiava o prefeito José João de Medeiros e dava destaque ao PTB.

As notas publicadas na imprensa por partidos e candidatos, enquanto imagens construídas sobre si mesmos e indicativos de sua compreensão sobre o processo político no qual estavam inseridos, são portadoras de significados acerca do ato de representar politicamente o eleitor e sua comunidade¹¹². Mário Albino Both foi candidato a deputado estadual nas eleições de 1950. Propaganda sua foi publicada no jornal *Correio de Canoas*¹¹³ em 30 de setembro daquele ano, salientando as qualidades necessárias aos representantes do povo: não bastava que fossem eles dotados de uma “cultura exuberante”, era preciso que tivessem “vivido os problemas em torno dos quais se prolonga a existência dos humildes”¹¹⁴.

Publicada pelo “Comitê Central da Candidatura de Mário Albino Both”, a nota enfatizava as qualidades do candidato: possuía ele “predicados morais, intelectuais e cristãos”¹¹⁵. Produzido para ser lido, visto, manuseado, passado de mão em mão e assim multiplicado, o jornal local foi um caminho encontrado por candidatos e partidos para darem-se a ler e a ver pelos eleitores/leitores.

2.4 O eleitor como alvo: o *que*, o *como*, o *porquê* e o *para que* do voto

O jornal *O Democrata* – ligado ao Partido Social Democrático (PSD) – deu ênfase, nas edições de 20 de maio e de 15 de julho de 1950, à reorganização dos subdiretórios pessedistas de Canoas, atestando a presença do partido e de suas lideranças por todo o município: Estância Velha, Niterói, Mato Grande, Chácara Barreto, Rio Branco, Estrada D. Isabel, Vila Fernandes, além do diretório central e dos subdiretórios do 2º distrito¹¹⁶ nas

¹¹² Em *Por que estudar a mídia?*, Roger Silverstone (2002, p. 43) nos chama a atenção para o seguinte: devemos estudar a mídia pela necessidade de focar no movimento dos significados “através dos limiares da representação e da experiência”. Para tal estudo, é necessário compreender sua política: “sua vulnerabilidade ao exercício do poder; sua dependência do trabalho de instituições e de indivíduos; e seu próprio poder de persuadir e de reclamar atenção e resposta”. Considerando o papel fundamental da mídia na vida cotidiana, Silverstone (2002, p. 13) propõe seu estudo como “algo que contribui para nossa variável capacidade de compreender o mundo, de produzir e partilhar seus significados”. O autor destaca as relações entre mídia e senso-comum: “Ela o reproduz, recorre a ele, mas também o explora e distorce” (SILVERSTONE, 2002, p. 21). Segundo o autor, “tanto a estrutura como o conteúdo das narrativas da mídia e das narrativas de nossos discursos cotidianos são interdependentes, que, juntos, nos permitem moldar e avaliar a experiência” (SILVERSTONE, 2002, p. 31).

¹¹³ O *Correio de Canoas* circulou em 1950 e tinha como redator o jornalista Tulio Medina Martins e colaboradores como Walter Galvani, Nilo Cesar del Cueto Reis e Antonio Canabarro Três Filho.

¹¹⁴ AO POVO de Canoas. *Correio de Canoas*, Canoas, n.º 02, 30 Set. 1950. Capa.

¹¹⁵ AO POVO de Canoas. *Correio de Canoas*, Canoas, n.º 02, 30 Set. 1950. Capa.

¹¹⁶ Hoje município de Nova Santa Rita, emancipado em 1992. Sobre esta comuna há uma obra historiográfica: *Nova Santa Rita: memória e documentação*, organizada por Manoel José Ávila da Silva (2000).

localidades de Sanga Funda, Califórnia e Berto Círio¹¹⁷. Os subdiretórios serviam de ponto de referência na relação entre as comunidades e as lideranças partidárias, eram locais de encontros políticos, mas também postos de qualificação eleitoral. A mesma edição de 15 de julho trazia vários anúncios, de cada um dos subdiretórios, divulgando os endereços e seus horários de funcionamento. Era, portanto, um chamamento para quem desejasse habilitar-se ao exercício do voto nas eleições seguintes e também aos eleitores que necessitassem de transferência ou de segunda via do título de eleitor. A proximidade com os eleitores via subdiretórios, bem como a publicação na imprensa, sugere um trabalho de mobilização eleitoral, conforme definido por Michel Offerlé (2011, p. 156): o resultado do conjunto de incitações por meio das quais os empreendedores políticos trabalham para criar o costume do voto.

Fatores como a ampliação do eleitorado e as transformações no perfil dos integrantes do corpo eleitoral, juntamente com a democratização iniciada após o Estado Novo, implicaram na reformulação, por parte dos candidatos dos partidos, das práticas de mobilização eleitoral e de conquista do voto. Esse grande contingente de trabalhadores abrangido, a partir de então, pelo corpo eleitoral, passou a ser alvo das elites dirigentes dos partidos políticos e dos candidatos a prefeito e vereadores, não somente no sentido de apreendê-lo discursivamente, mas também com o objetivo de mobilizá-lo eleitoralmente.

Fazendo uso da pergunta formulada por Michel Offerlé (2005, p. 353), podemos pensar em como foi possível levar os cidadãos a “se tornarem cidadãos, a se inscrever e votar”. Lidando com um corpo eleitoral mais amplo do que no passado, a partir de 1945 candidatos e partidos políticos perceberam a necessidade do empreendimento de práticas para atrair os possíveis eleitores ao exercício do voto. Trata-se de construir o eleitor, como ressalta o autor francês: “Produzir agentes que reconheçam um interesse na competição eleitoral” (OFFERLÉ, 2005, p. 356).

Partidos e candidatos buscaram mobilizar o eleitor (ou o possível eleitor), por meio da propaganda distribuída nas ruas e publicada na imprensa. Articulistas, jornalistas, comentaristas e políticos registraram na imprensa concepções e sentidos acerca do voto. Além disso, a imprensa também serviu de canal de comunicação entre a Justiça Eleitoral – por meio do Cartório Eleitoral da 66ª Zona, que correspondia ao município de Canoas – e os eleitores. A edição de 25 de outubro de 1947 do jornal *O Democrata* combinava um pouco de tudo isso:

¹¹⁷ PARTIDO Social Democrático. Restabelecimento dos subdiretórios. *O Democrata*, Canoas, 20 mai. 1950. Capa; PARTIDO Social Democrático. Restabelecidos, ainda, outros subdiretórios. *O Democrata*, Canoas, 15 de julho de 1950. Capa.

na capa, havia uma lista com todas as mesas eleitorais, com endereço e presidente, daquela que seria a primeira eleição municipal de Canoas. Ao lado, notícia dava conta aos leitores de que os títulos de eleitor estavam à disposição dos inscritos no cartório eleitoral. No rodapé da página, um grande anúncio conclamava os eleitores ao voto nos candidatos do PSD¹¹⁸. Também no jornal *Canoas em Marcha*, a edição de 20 de outubro de 1951 combinava anúncios dos vários candidatos com informações sobre a retirada dos títulos de eleitor, naquela que seria a segunda eleição para a Câmara Municipal de Canoas e a primeira para escolha do prefeito¹¹⁹.

O jornal *Gazeta de Notícias*, que circulou entre 1959 e 1961, também cumpriu o papel de incentivar a população à inscrição eleitoral. Aos que haviam se inscrito e não retirado o título de eleitor, o jornal informava o horário do Cartório Eleitoral, citando, inclusive, os nomes dos eleitores nesta situação¹²⁰. A edição de 24 de outubro de 1959 trouxe uma lista com todas as seções eleitorais do município e seus endereços, com o sugestivo título: *Onde votar a 8 de novembro*. Na véspera da eleição repetiu-se a mesma lista, dessa vez publicada na capa do semanário¹²¹. Um mês antes do pleito, o jornal trouxe nota, na parte superior da capa, cujo título era *Atenção eleitores*: “O cartório eleitoral comunica que estão à disposição dos interessados as transferências e segundas vias de títulos eleitorais, bem como novos títulos, atendendo pela manhã das 9 às 12 horas”¹²².

Assim, a imprensa local cumpria um papel importante na incitação de um interesse pelas eleições, para que os cidadãos legalmente aptos se alistassem e para que os alistados comparecessem à votação. Com laços mais ou menos estabelecidos com os diferentes grupos políticos locais, os jornais eram vistos pelos partidos e pelos candidatos como um dos meios possíveis de mobilização do eleitorado. Os jornalistas e os articulistas, com ou sem vínculos partidários, contribuíam para tornar as eleições municipais algo interessante aos leitores, como sugerem os títulos das matérias jornalísticas nos períodos pré-eleitorais: há chamadas como *Apontam os primeiros candidatos*, *O que vai pela política* e *Aproximam-se as eleições*, do jornal *O Momento*, em 1955; ou *Prefeitura: quem será o novo ocupante?*, *Movimenta-se a política municipal*, e *Expectativa: eleições municipais amanhã*, do jornal *Gazeta de Notícias* em 1959.

¹¹⁸ *O Democrata*, Canoas, 25 out. 1947. Capa.

¹¹⁹ *Canoas em Marcha*, Canoas, 20 out. 1951.

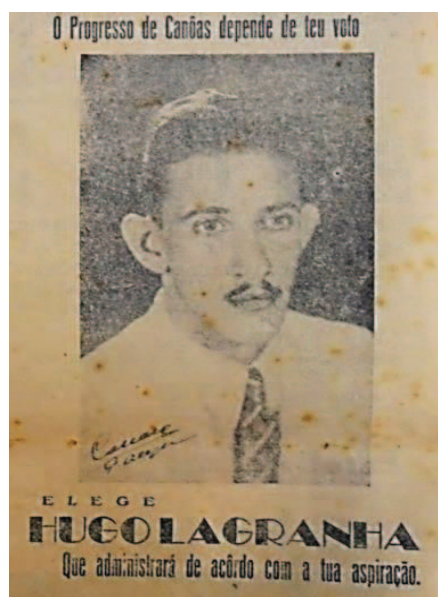
¹²⁰ ACUMULAM-SE no Cartório Eleitoral, títulos de eleitores cujos interessados não os vão procurar. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 12 jul. 1959. Capa; CONTINUAM títulos eleitorais a espera de seus interessados. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 09 ago. 1959. Capa; APELO aos eleitores. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 24 out. 1959. p. 2.

¹²¹ ONDE votar a 8 de novembro. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 24 out. 1959. p. 2; ONDE votar amanhã. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 7 nov. 1959. Capa.

¹²² ATENÇÃO eleitores. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 10 out. 1959. Capa.

A localização também é destacável: as *Notas políticas* do jornal *O Democrata*, que enfocavam as movimentações partidárias visando às eleições de 1947, eram sempre publicadas na capa. As notícias relacionadas aos partidos e aos eventos da campanha eleitoral de 1955 também tinham a capa, do jornal *O Momento*, como seu lugar corriqueiro, tal qual viria a ocorrer com a *Gazeta de Notícias* nas eleições de 1959. Na propaganda política, que também encontrava seu espaço muitas vezes na capa ou na contracapa dos periódicos, se destaca um modelo imperativo de comunicação entre os candidatos e/ou partidos e o eleitor/leitor. *Para vereador votai, elege, vote em, sufrague*: termos veiculados por jornais como *O Democrata*, *Canoas em Marcha* e *Correio de Canoas*, e que nos trazem indícios não somente da relação entre candidatos e eleitores, mas da própria construção do eleitor – sobre quem o candidato deve fazer despertar um interesse pelo processo eleitoral. [Ver figura 6].

Figura 6 – Anúncio do candidato a prefeito Hugo Lagranha (PSD) em 1951



Fonte: *Canoas em Marcha*, Canoas, 20 out. 1951. P. 2 [UPHAM].

Notícias, notas, anúncios, artigos e entrevistas publicados na imprensa, seja por iniciativa dos editores, do governo municipal, dos partidos ou dos candidatos (ou de todos eles conjugados) eram veiculados para serem facilmente visualizados e lidos pelo público da época, sem que se imaginasse seu uso enquanto fonte histórica muitas décadas mais tarde. Sua leitura, hoje, auxilia na tentativa de reconstituição dos acontecimentos e dos temas políticos debatidos no período estudado, mas também, ou principalmente, na indicação de práticas de mobilização eleitoral e conquista do voto, muitas vezes implícitas ou incutidas nos detalhes. Isto se considerarmos, conforme propõe Antoine Prost (2003, p. 311), os textos não somente

como testemunhos intencionais, mas também como “rastros involuntários de uma atividade que os ultrapassa”. O historiador francês destaca a noção de *estratégias discursivas*: “A atenção aos personagens do discurso se completa com o estudo da maneira como um sujeito falante tenta se apoderar do papel que lhe convém e atribuir aos seus interlocutores os papéis que escolheu para eles” (PROST, 2003, p. 321) ¹²³.

Governantes, partidos políticos, candidatos e Justiça Eleitoral buscaram, tanto por meio de práticas cotidianas – que deixaram poucos registros – como através das páginas da imprensa – onde tiveram a concorrência de jornalistas, editores, articulistas, comentaristas, com maiores ou menores graus de vinculação partidária – estabelecer um papel a ser cumprido pelo eleitor, situado entre a retirada do título de eleitor no Cartório Eleitoral e a escolha final em frente à urna, papel ao qual foram atribuídos vários sentidos e do qual a definição foi marcada pela disputa entre diferentes projetos políticos e visões de mundo.

Se, conforme lembra Michel Offerlé (2005, p. 355-356), as técnicas de conquista do voto tornam perceptível a íntima relação entre “fazer o eleitor e fazer-se elegível”, os registros da mobilização eleitoral promovida pelos candidatos e partidos poderão fornecer indicativos desse trabalho de construção do eleitor, que passa por incentivar a população ao voto e relacioná-lo com as demandas da vida cotidiana. Em 1947, a coligação formada entre o Partido Libertador (PL) e o Partido de Representação Popular (PRP) publicou nota no jornal *O Democrata*, dedicada *ao povo de Canoas* e na qual apresentava seus candidatos à vereança. Tratando-se da eleição da primeira legislatura da Câmara Municipal, tornava-se imperioso incluir uma pequena lição sobre o trabalho a ser exercido pelos vereadores e sobre o papel do legislativo para a vida da comuna:

À Câmara de Vereadores caberão as elevadas e complexas atribuições de redigir as leis, discutir e votar os orçamentos do município. E, naturalmente, não é de esperar que se redijam leis, rigorosamente de acordo com a técnica jurídica e dentro dos limites constitucionais, sem a assistência de um bacharel de direito, que conheça a matéria; do mesmo passo que não se compreende o debate construtivo, eficiente, dos problemas concretos da administração, relativos à instrução, à higiene, a estradas ou

¹²³ Antoine Prost (2003) trata das relações entre a história política e a linguística. Para ele, o historiador pode se interessar pelos métodos da linguística por seu valor demonstrativo ou por seu valor heurístico. No primeiro caso, tais métodos podem fornecer provas para sustentar as afirmações do historiador. No segundo caso, se espera que o coloquem “no caminho das descobertas, façam aparecer aproximações, diferenças, estruturas que não se percebiam na simples leitura dos textos” (PROST, 2003, p. 297-298). A abordagem linguística enriquece a percepção dos textos históricos e, mesmo para os historiadores que não fazem seu uso sistemático, seus métodos serviram para aguçar o olhar do historiador em direção aos textos: ela “revela o texto como colocação de personagens em cena, campo fechado onde se confrontam estratégias discursivas” (PROST, 2003, p. 322).

às finanças, sem a experiência do comércio, da agricultura, das profissões liberais, e sem o conselho de peritos em economia¹²⁴.

Conforme o argumento redigido pelos dois partidos – ao se apresentarem ao eleitorado como alternativa elegível – as atribuições dos vereadores eram complexas e consistiam em “redigir leis, discutir e votar os orçamentos do município”. Instrução, higiene, estradas e finanças: diversos seriam os temas que passariam pela deliberação dos legisladores municipais. Entretanto, o objetivo fundamental dizia respeito ao *progresso de Canoas* e seu potencial de beneficiar a *população em geral*:

Apoiar, portanto, com entusiasmo, os candidatos que proclamamos, levá-los à VICTÓRIA, é um imperativo para quantos almejam o progresso de Canoas, - imperativo cujo cumprimento beneficiará à população em geral e, *ipso facto*, a cada um de seus componentes em particular, pois, dos serviços que aqueles elementos, uma vez eleitos, prestarão ao município, haveremos de aproveitar, direta ou indiretamente, todos os que aqui nascemos ou vivemos¹²⁵.

Tais partidos não eram os únicos inseridos naquela disputa. Em 12 de novembro de 1947, três dias antes do pleito, o PSD publicou nota *ao eleitorado canoense* na capa de *O Democrata*. O apelo via civismo marca tal nota, que é, simultaneamente, convocatória ao exercício do voto pelo eleitor e meio de promoção das candidaturas do partido, ato incentivador da produção do eleitor e tentativa de constituição de um eleitorado. Enquanto texto escrito para ser lido pelo público eleitor/leitor, não é arriscado afirmar que a nota publicada pelo PSD tinha a pretensão de despertar o interesse pelo processo eleitoral. A frase entende como inevitável o encontro dos eleitores com a cédula, a urna e a cabine eleitoral: o eleitorado “comparecerá às urnas”, não para simplesmente depositar seu voto, mas para cumprir seu *dever cívico*:

Ao se aproximar o dia 15 do corrente, no qual o criterioso eleitorado canoense, mais uma vez¹²⁶ comparecerá às urnas para cumprir o dever cívico do voto, e, nessa ocasião, para a escolha dos legisladores da nossa futura Câmara Municipal, sentindo-nos com o dever e com o direito de nos dirigirmos ao culto eleitorado deste município, conclamando-o a que sufrague nas urnas de sábado próximo, os candidatos do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO, cujos nomes são a mais sólida garantia do progresso futuro da nossa comuna.

Aquilo que pode passar, num primeiro e rápido olhar, como um elogio nem tão desinteressado dirigido ao eleitorado, pode também ser considerado uma tentativa de atribuir significado ao voto. Ao qualificar o eleitor, ao conceder-lhe os adjetivos *criterioso* e *culto*,

¹²⁴ A nota apresentava os candidatos e salientava suas profissões: comerciantes, advogados, agricultores, etc. Este aspecto, o da noção de proficiência dos candidatos, será abordado no segundo capítulo, especialmente no subcapítulo 3.2 “*Homens do trabalho, afeitos a luta de todos os dias*”: o manual do bom vereador.

¹²⁵ AO POVO de Canôas. *O Democrata*, Canoas, 25 out. 1947. P. 02.

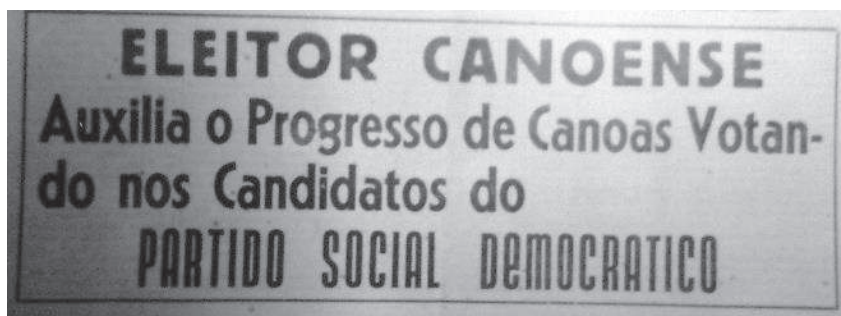
¹²⁶ Já havia sido realizada, naquele ano, a eleição para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Era, porém, a primeira eleição municipal.

pode estar expresso o padrão de eleitor que partidos e candidatos desejavam produzir. Por outro lado, mas ainda do seu ponto de vista, uma escolha criteriosa não poderia recair, senão, no partido cuja nominata era “constituída e integrada por antigos e honrados canoenses”. Quanto ao tema do progresso, este parece ter sido o principal mote do PSD naquela eleição:

CANOENSE: Do teu voto dependerá o futuro e o progresso da nossa terra. Comparece sábado próximo à tua mesa eleitoral e vota em um dos candidatos do Partido Social Democrático, essa pujante agremiação política que já elegeu o Presidente da República e o Governador do Estado, e que agora elegerá os vereadores que indicamos acima para a felicidade de Canoas e bem estar de seu povo. [Seguem os nomes de dezenas de signatários]¹²⁷.

“Do teu voto dependerá o futuro e o progresso da nossa terra”¹²⁸: foi este o sentido que o PSD atribuiu ao voto, buscando comover o eleitor com o estabelecimento de uma relação entre o seu voto e destino de sua terra. Tal noção já havia sido afirmada no anúncio publicado em 25 de outubro daquele ano: “Eleitor canoense: auxilia o progresso de Canoas votando nos candidatos do Partido Social Democrático”¹²⁹ [ver figura 7]. Porém, de forma muito mais clara, destaca-se o papel a ser exercido pelo eleitor na legitimação de um projeto político: pede-se que ele compareça; pede-se que ele vote; pede-se que ele pense no futuro; pede-se que ele deseje o progresso; incita-se ele a votar; conclama-se ele a eleger.

Figura 7 – Anúncio do PSD nas eleições de 1947



Fonte: *O Democrata*, Canoas, 25 out. 1947. Capa [UPHAM].

Também buscando ter o eleitor como interlocutor, o candidato a vereador pelo PSD, Arthur Pereira de Vargas, fez igual uso do argumento do progresso: “Eleitor! Para dar teu voto deves escolher bem, pois dele depende o progresso e o engrandecimento da nossa terra”. Em seguida, complementava e reafirmava: “Vota, pois, em Arthur Pereira de Vargas e concorrerás, assim, para o progresso da nossa terra”¹³⁰. O argumento do progresso seria retomado, nas eleições de 1951, pelo candidato do PSD a prefeito, Hugo Lagranha [ver figura

¹²⁷ AO ELEITORADO canoense (publicação do PSD). *O Democrata*, Canoas, n.º 10, 12 nov. 1947. Capa.

¹²⁸ AO ELEITORADO canoense [Publicação do PSD]. *O Democrata*, Canoas, 12 nov. 1947. Capa.

¹²⁹ Anúncio do PSD. *O Democrata*, Canoas, 25 out. 1947. Capa.

¹³⁰ Anúncio do candidato Arthur Pereira de Vargas. *O Democrata*, Canoas, 12 nov. 1947. P. 12.

8] e que constava no próprio nome da aliança entre PSD e UDN naquele pleito: “Coligação Progresso de Canoas”. O tema já estava presente nos movimentos que culminaram, na década de 1930, com a emancipação de Canoas: tal temática é frequente nos primeiros jornais do lugar, *O Cruzeiro* (1935) e *O Canoense* (1937) e nos panfletos da Comissão Pró-Melhoramentos¹³¹. Não é mera coincidência que Arthur Pereira de Vargas, e a maior parte dos candidatos do PSD em 1947, tenham feito parte da comissão e do movimento emancipacionista¹³².

Figura 8 – *Santinho* de Hugo Lagranha (PSD), candidato a prefeito em 1951



Fonte: Unidade de Patrimônio Histórico e Arquivo Municipal de Canoas (UPHAM).

A proximidade do pleito de 1947 – no qual os eleitores canoenses elegeram seus primeiros vereadores – motivou a colocação em pauta das expectativas em torno da futura Câmara Municipal. Artigo publicado pelo Dr. Thiago Würth apontava para uma série de demandas do município, especialmente problemas relacionados ao transporte público, estradas e iluminação. Citava as reivindicações da Comissão Pró-Melhoramentos: “Luz e

¹³¹ Formada em 1933, a comissão, que sob a liderança do comerciante Arthur Pereira de Vargas realizou o seu primeiro comício em 30 de julho daquele ano, reivindicava energia elétrica, cemitério, estradas e policiamento para o então distrito de Gravataí, entre outras demandas. Panfleto distribuído por esta comissão, em 1934, questionava a população: “Até quando Canôas continuará sem luz e força elétricas? Sem cemitério? Sem direito ao progresso” [Grafia original]. Atribuiu-se papel importante à comissão no processo de emancipação de Canoas, bem como à decisiva participação do 3º Regimento de Aviação Militar, instalado em 1935, e do canoense Victor Hugo Ludwig, prefeito de Gravataí (PFEIL, 1995).

¹³² O perfil dos vereadores eleitos em 1947 será problematizado no capítulo 3, especialmente no subcapítulo 3.1 [A política canoense na Terceira República].

força baratas, água, escolas, policiamento, cemitério decente, reforma da cadeia municipal, estradas. Hoje, treze anos depois, não podemos negar melhoramentos sensíveis”. O artigo de Würth estabelecia uma conexão entre as demandas da histórica comissão dos anos 1930 e as realizações então recentes¹³³, remetendo, assim, à administração do prefeito Nelson Paim Terra (PSD)¹³⁴. Estabelecendo uma relação entre estas demandas e o voto, o articulista completava: “Caberá ao eleitorado, saber escolher estes vereadores, capazes de sugerir, de estudar, de propor e de realizar. Conforme, ganharão a gratidão ou o menosprezo do povo de Canoas”¹³⁵. Fechando um elo, cabe salientar que, na nota publicada pelo mesmo jornal, os candidatos do PSD comprometiam-se a “prestar eficiente colaboração ao governo municipal” – que era, então, de seu partido¹³⁶.

Em Canoas, as eleições de 1947 e 1951 foram marcadas pelo ineditismo: uma, por ter sido o primeiro pleito municipal – para formação da Câmara Municipal – e, a outra, por ter sido a primeira votação para prefeito. Assim, os diferentes grupos políticos – organizados em partidos políticos a partir de 1945 – além de lidar com o crescimento da população e do eleitorado, tiveram de sintetizar suas crescentes demandas e formular respostas e propostas que a partir de então seriam apresentadas aos eleitores¹³⁷. O historiador francês Serge Berstein (2003, p. 60) considera que, aos olhos do historiador, o partido aparece como o lugar em que se opera a mediação política: o homem, sozinho ou em sociedade, sente necessidades e aspirações ligadas à existência cotidiana; e a passagem de tais necessidades à expressão de um pensamento político não é algo natural e evidente. Há uma distância considerável entre um programa político e as circunstâncias que o originaram. A mediação política se dá, conforme

¹³³ Conforme Jailma Maria de Lima (2010, p. 82), em sua tese sobre as campanhas políticas no Rio Grande do Norte (1945-1955), em 1945 teve início um processo de transformação nas práticas políticas de conquista do voto, e isto incluía “a mobilização de memórias, a busca de tradições, de imagens e de discursos que passam a construir determinadas visões sobre regiões, cidades e pessoas”.

¹³⁴ Bacharel em Direito, Nelson Paim Terra (1911-1953) era natural de Vacaria e membro de uma família política tradicional. Seu pai, o advogado Augusto Diana Terra (1867-1925) foi intendente de Vacaria em três oportunidades entre 1912 e 1918. Seu tio, Avelino Paim Filho, foi vice-intendente de Vacaria entre 1929 e 1930 e prefeito entre 1932 e 1958. Outros ascendentes de Nelson Paim Terra administraram Vacaria entre 1895 e 1912 (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS, 2000, p. 14). Paim Terra foi nomeado prefeito de Canoas em 15 de agosto de 1945, por decreto do interventor federal Ernesto Dorneles. Administrou Canoas até 03 de março de 1951. Foi diretor do jornal *O Democrata* e filiado ao PSD, partido pelo qual concorreu a deputado estadual em 1950. Faleceu em acidente de automóvel na entrada norte do município de Canoas (ARQUIVO PÚBLICO DR. SEZEFREDO AZAMBUJA VIEIRA, 2005, p. 18).

¹³⁵ WÜRTH, Thiago. A Câmara de Vereadores e as aspirações do povo canoense. *O Democrata*, Canoas, 21 jun. 1947. Capa.

¹³⁶ AO ELEITORADO canoense [Publicação do PSD]. *O Democrata*, Canoas, 12 nov. 1947. Capa.

¹³⁷ Com as eleições periódicas, há a necessidade de se demonstrar atento aos interesses dos eleitores. “Maior que as desilusões, mais forte que os dissabores, é a nossa vontade de não decepcionarmos e tudo fazermos para atender os reclamos do povo dentro dos harmônicos princípios de Direito e Justiça”, declarou o presidente da Câmara Municipal, Antonio Canabarro Tróis (UDN) na abertura do período legislativo de 1952 (*Canoas em Marcha*, Canoas, 31 mai. 1952. P. 3).

este autor, no espaço entre o problema concreto e o discurso político, sendo obra das forças políticas que buscam articular, numa linguagem própria, as aspirações das populações (BERSTEIN, 2003, p. 61).

Em discurso pronunciado na Assembleia Legislativa, o então deputado estadual Sezefredo Azambuja Vieira¹³⁸ identificou e sistematizou uma série de problemas relacionados ao município de Canoas. Segundo o político, dez mil trabalhadores canoenses saíam todos os dias da semana de Canoas para Porto Alegre, exercendo na capital suas atividades, se suprindo do necessário e, portanto, gastando seus salários também lá. Disso, expressava sua conclusão: “O Município de Canoas quase nada ganha da maioria de sua população. Acresce que, residindo em Canoas, todos os problemas de saúde, higiene, instrução e assistência desses contribuintes devem ser enfrentados em Canoas e às expensas de Canoas”. A solução, na sua visão, seria uma ajuda do Estado ao município, especialmente no que concernia ao transporte coletivo (barato e eficiente) e à assistência social¹³⁹.

No plano da assistência e da saúde, destacava a presença, em Canoas, da Associação Beneficente de Canoas – cujo principal objetivo era a construção do hospital. Porém, sem o efetivo auxílio do Estado, argumentava que o hospital não seria concluído com a urgência que a situação requeria. Outro problema citado por Sezefredo era o escoamento de água, especialmente no distrito de Niterói: “Constitui esse problema que a muitos tem impressionado, e para cuja solução, permito-me afirmar, a administração municipal pouco tem feito de eficiente. Verdade é que para atacá-lo de forma definitiva são necessários recursos de que a Prefeitura não dispõe”¹⁴⁰.

A *questão* das enchentes e dos alagamentos explicava-se pelo já mencionado processo de loteamento de áreas alagadiças, principalmente nas proximidades do Rio Gravataí, e que aos poucos foi se tornando um *problema* a ser formulado e equacionado pelos partidos e candidatos locais¹⁴¹. Houve, já na metade dos anos 1940, projeto de construção de uma vila

¹³⁸ Sezefredo Azambuja Vieira (1916-1993), formado em Direito, ingressou na Ação Integralista Brasileira em 1936, sendo preso em 1939 e liberado no ano seguinte. Foi candidato a deputado estadual pelo PRP em 1947, ficando na suplência até assumir o mandato em 28 de agosto de 1950. Concorreu a Prefeito pelo PRP em 1951, não se elegendo, e venceu na eleição seguinte, em 1955. Foi prefeito de Canoas, eleito pelo PRP, entre 1956 e 1959. Foi eleito vereador em 1959 pelo PRP, sendo o segundo mais votado da cidade, com 1080 votos (*FOLHA DE CANOAS*, 05 fev. 1993). Ainda concorreu a vice-prefeito pela ARENA nas eleições de 1968, abandonando a política a partir de então (*OPINIÃO PÚBLICA*, 3ª semana nov. 1968).

¹³⁹ DISCURSO do Dr. Sezefredo. *Correio de Canoas*, 18 nov. 1950. Capa; p. 4.

¹⁴⁰ DISCURSO do Dr. Sezefredo. *Correio de Canoas*, 18 nov. 1950. Capa; p. 4.

¹⁴¹ O modelo de *Multiple Streams*, de John Kingdon (2003), procura entender o porquê de alguns problemas tornaram-se importantes para os governos. As *questões* – situações sociais percebidas – tornam-se *problemas* quando os formuladores de políticas concluem que deve-se fazer algo a respeito. Ver Ana Cláudia Capella (2007).

popular para remover as famílias das áreas alagadiças¹⁴², no governo do prefeito nomeado Aluizio Palmeiro de Escobar. Danielle Heberle Viegas (2011, p. 107) investigou os motivos pelos quais a Vila Popular Mauá não passou de “mera idealização urbanística”¹⁴³: a área destinada ao complexo habitacional foi alvo de disputa judicial entre a Prefeitura Municipal de Canoas e o antigo dono das terras. Em 1945, Escobar foi substituído no governo municipal por Nelson Paim Terra, havendo a partir de então uma grande “febre de loteamentos” (VIEGAS, 2011, p. 108-109).

Os problemas de Canoas foram destacados pelo jornal *Canoas em Marcha* em 23 de dezembro de 1953. Artigo, assinado por *Zlatopolski*, trazia, mais uma vez, a causa e suas consequências: “Toda essa gente que aqui aporta, vinda de mares e portos distantes, traz em seu coração a ansiedade de encontrar um lugar de paz e de trabalho e, temos certeza, aqui encontrou”. Em seguida: “Este agrupamento, trouxe entretanto, como é natural, uma soma de compromissos para a administração, relativas a sua comodidade, exigindo água potável, ruas em condições de trânsito, escolas, transportes, força e luz, etc”¹⁴⁴. No início daquele ano, o prefeito Sady Fontoura Schivitz (PTB) havia pronunciado um discurso na homenagem recebida pelo seu primeiro ano de administração¹⁴⁵. Na ocasião, ressaltou que Canoas era um município fértil em problemas de ordem pública, alguns deles já atacados, outros ainda por serem resolvidos. Sobre isso, lançava uma justificativa: “Contando com um orçamento apoucado, para o vulto das obras a serem executadas, só Deus sabe a angústia em que tenho vivido, sabendo do que se exige e não podendo nem sequer remediar o que se necessita”¹⁴⁶.

Em 1955, novas eleições se aproximavam, e a imprensa novamente promovia uma sistematização dos principais problemas de Canoas: “O nosso município está cheio de problemas e os aspirantes ao Poder Público Municipal devem tomar posição firme, pelo menos a respeito dos mais graves”. O jornal *O Momento* destacava as demandas referentes ao transporte coletivo, bem como melhoria das estradas, assistência médica e hospitalar (terminar as obras do hospital) e saneamento das zonas populosas. Tal síntese estava vinculada à proximidade das eleições municipais: “A cada dia que passa, mais próximos estamos do dia em que teremos de escolher os nossos representantes. A responsabilidade é enorme, tanto no plano municipal como no nacional”. Os editores do semanário dotavam de sentido o pleito

¹⁴² A Vila Popular Mauá foi criada pelo decreto-lei n.º 21, de 15 de outubro de 1942, mas não chegou a ser concretizada.

¹⁴³ Viegas (2011) aborda este e outros momentos da urbanização de Canoas em sua dissertação. Ver o item 2.2.1 *Ao abrigo das águas: a idealização da Vila Popular Mauá* (pp. 78-106).

¹⁴⁴ CANOAS e seus problemas. *Canoas em Marcha*, Canoas, 23 dez. 1953. P. 3.

¹⁴⁵ Ver apêndice A, *Quadro-resumo dos governos dos prefeitos eleitos em Canoas entre 1951 e 1963*.

¹⁴⁶ O 1º ANO da administração. *Canoas em Marcha*, Canoas, 24 jan. 1953. P. 7.

então vindouro, e atribuíam um papel aos eleitores presumidos dentre os leitores: “As eleições que se aproximam se revestem de um caráter sumamente importante. O povo não pode continuar à margem das discussões que dizem respeito à solução dos problemas nacionais e municipais. O povo deve participar, ativamente, votando em quem merece governar”¹⁴⁷.

Não era somente por meio de artigos e notícias que a imprensa buscava chamar a atenção dos leitores para uma série de demandas e mobilizar os eleitores em torno delas. As charges também cumpriam esta função. [Ver figuras 9 e 10].

Figura 9 – Charge sobre a necessidade da construção de um presídio em Canoas



Fonte: O Momento, Canoas, 12 jan. 1957. P. 3. [UPHAM].

Figura 10 – Charge na qual um eleitor interpela um vereador



Fonte: O Momento, Canoas, 19 jan. 1957. P. 3. [UPHAM].

¹⁴⁷ APROXIMAM-SE as eleições. *O Momento*, Canoas, 24 set. 1955. Capa.

Os desenhos humorísticos, como caricaturas e charges, são formas pelas quais se busca atingir o leitor dos periódicos¹⁴⁸, e por isso, as charges publicadas pelo jornal *O Momento* podem ser compreendidas enquanto tentativa de chamar a atenção do público para elementos do debate político local. Neste caso, a construção de novos prédios para o presídio e para o correio está no cerne da cobrança que o representado, cidadão, faz ao seu representante, vereador.

Na figura 8, há dois personagens: o “homem comum” e o “seu vereador”. Nota-se claramente a desproporcionalidade das duas figuras. O primeiro, magro e baixo, pequeno sujeito diante do grandalhão vereador, fita seu representante com um semblante grave que se completa com os braços abertos na pose típica de quem cobra do outro uma atitude. São as mãos de “pequenos homens” como este que a imagem representa, que depositam nas urnas cédulas contendo os nomes de “homens grandes” como o vereador que a imagem também representa, alto e gordo, trajando terno, suspensório e gravata no estilo borboleta, que mira de cima para baixo o pequeno homem que lhe cobra providências. É como se nessa troca de olhares, forçada pela interpelação do “pequeno homem”, estivesse representado o cordão umbilical que une o eleito àquele que o elegeu.

O jornal *O Momento* foi também o promotor de uma sabatina entre os candidatos a prefeito, durante a campanha eleitoral de 1955. Compareceram ao encontro, realizado no Cine Rex, os candidatos José João de Medeiros (PSP) e Sezefredo Azambuja Vieira (PRP), para serem arguidos acerca dos problemas que afligiam o município – segundo os jornalistas que conduziram as perguntas¹⁴⁹. Junto à notícia que descreveu a tal evento, o periódico publicou artigo de José Ferreira Netto¹⁵⁰, comentando o desempenho dos candidatos na sabatina. Em determinado momento, o texto torna-se uma convocação: “Devemos todos, sem distinção de classe social ou cor partidária, tomar parte ativa na vida política do Município, do Estado e do País, para evitarmos que políticos oportunistas, estimulados por nosso desinteresse, envergonhem a democracia”¹⁵¹.

Na eleição seguinte, em 1959, o articulista Moisés Machado¹⁵², defendendo a candidatura de Hugo Lagranha (PSD) a prefeito de Canoas, buscava incitar o eleitor sobre sua

¹⁴⁸ Nas revistas ilustradas da segunda metade do século XIX, Maria da Conceição Francisca Pires (2007, p. 126) identifica algo cabível também para as charges e caricaturas de tempos mais recentes: tentativas de tornar os textos mais atraentes aos leitores, “os desenhos humorísticos se propunham a decifrar, em parceria com o leitor, situações reais, estabelecendo uma identificação entre os leitores e os quadros retratados”.

¹⁴⁹ O QUE foi a sabatina. *O Momento*, Canoas, 24 set. 1955. Capa.

¹⁵⁰ Candidato a vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1955.

¹⁵¹ NETTO, José Ferreira. Bilhete. *O Momento*, Canoas, 24 set. 1955. Capa.

¹⁵² Moisés Machado foi candidato a vereador pelo Partido Social Democrático (PSD), em 1959, e pelo Partido Democrata Cristão (PDC) em 1963.

“arma”: “O povo que julgue e que dê sua resposta por meio de sua arma que é o voto”¹⁵³. Entretanto, nem todos entendiam que a função do cidadão se restringia ao voto. O advogado Nery Pereira da Silva, em artigo publicado pelo jornal *O Gaúcho*, em 02 de fevereiro de 1963, defendia a realização das sessões da Câmara Municipal no turno da noite, pois assim, o *povo* poderia fazer parte de forma mais efetiva nas decisões tomadas pelos vereadores, e julgá-los para a escolha de futuros representantes¹⁵⁴.

Jornalistas, articulistas e políticos dos diferentes partidos expressavam pequenas variações em suas concepções sobre o voto, mas os principais problemas da cidade e a responsabilidade do Poder Público na sua resolução, foram aparecendo como um denominador comum. Em 1958, quando José João de Medeiros (PTB)¹⁵⁵ e Hugo Lagranha (PSD) eram cotados como candidatos a prefeito, o jornal *Folha de Canoas* reafirmava o sentido do voto e a ligação entre governantes e governados: “Aguardamos, portanto, que nossos prognósticos sejam coroados do mais completo êxito e que a escolha do povo seja o reflexo da sua vontade para a sua felicidade. Um velho axioma francês nos lembra a sua felicidade: *Todo povo é digno do governo que tem*”¹⁵⁶.

Na campanha eleitoral que se seguiu, os candidatos, confirmados por suas coligações, concederam entrevista, publicada em 09 de agosto de 1959 pelo jornal *Gazeta de Notícias*, pela qual podemos apreender as principais propostas que os candidatos a prefeito pretendiam ver divulgadas. Lagranha (PSD) sintetizou seu plano de governo: “Merecerão tratamento: transporte urbano, assistência social, saneamento pluvial, iluminação pública, assistência ao horticultor e diversas etapas, no que tange a Diretoria de Obras e Viação”. O candidato pessedista complementava que daria atenção especial ao transporte público, evitando que o trabalhador tivesse de caminhar longas distâncias para embarcar nos ônibus. Respondendo sobre o mesmo tema, Medeiros (PTB) ressaltou:

Uma equipe de técnicos, juntamente comigo, e em colaboração com os órgãos da administração estadual, está preparando desde já, o esquema administrativo da futura governança trabalhista no município. As reivindicações e os problemas das

¹⁵³ MACHADO, Moysés. Política municipal. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 24 out. 1959. P. 6.

¹⁵⁴ SILVA, Nery Pereira da. A vereança como função honorífica. *O Gaúcho*, Canoas, 02 fev. 1963. P. 8.

¹⁵⁵ José João de Medeiros (1906-1992) ingressou no Exército em 1923, participou da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista de 1932, em ambos episódios ao lado de Getúlio Vargas, em cujo governo fez parte da Secretaria de Segurança Nacional. Participou da instalação da Base Aérea de Canoas (1937) e do movimento de emancipação (1939). Foi um dos fundadores do PTB no município e nomeado prefeito municipal em 1951 – cargo que exerceu até a posse do primeiro prefeito eleito, em 1º de janeiro de 1952 (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS, 2005, p. 15-16). Concorreu a prefeito pelo PSP, em 1955, e pelo PTB em 1959, sendo eleito nesta ocasião para mandato exercido até 1964. Participou do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sendo eleito vice-prefeito em 1968. Ele e o prefeito eleito, Carlos Loureno Giacomazzi, foram impedidos de assumir quando Canoas foi declarada Área de Segurança Nacional (ANGELI, 2014).

¹⁵⁶ POLÍTICA municipal. *Folha de Canoas*, Canoas, 15 nov. 1958. Capa.

diversas vilas de Canoas estão sendo carinhosamente estudados para que se encontrem uma solução mais imediata possível¹⁵⁷.

Em 1955, quando se candidatou pelo Partido Social Progressista (PSP) em coligação com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o diretório municipal deste último apresentou um programa mínimo a ser defendido por José João de Medeiros. Um dos pontos do programa era lutar por um transporte público eficiente e com preços acessíveis aos trabalhadores¹⁵⁸.

Alagamentos, transporte público, policiamento, construção do presídio, iluminação pública: temas comuns quando se tratava de expressar os problemas a serem enfrentados pelos representantes sufragados pelo eleitorado canoense, embora abordados de formas variadas por partidos e candidatos.

2.5 O eleitor pede providências: ofícios enviados à Câmara Municipal

Os primeiros prefeitos de Canoas, Edgar Braga da Fontoura e Aluizio Palmeiro de Escobar¹⁵⁹, administraram o município sem a existência de uma Câmara Municipal, pois a emancipação havia se dado durante o Estado Novo, quando as câmaras de vereadores estavam fechadas. Nelson Paim Terra (PSD) iniciou sua gestão à frente do governo municipal nesta situação, pois foi durante o seu período que o eleitorado canoense elegeu, pela primeira vez, seus representantes no legislativo. A partir de 1947, Paim Terra passou a administrar Canoas com a Câmara em funcionamento¹⁶⁰.

José João de Medeiros (PTB), nomeado pelo governador Ernesto Dorneles em 1951, foi o último a assumir o cargo por esta via¹⁶¹. Naquele ano, os eleitores de Canoas puderam eleger, pela primeira vez, o seu prefeito. A preferência do eleitorado recaiu sobre Sady Fontoura Schivitz (PTB), que recebeu o cargo de prefeito em 1º de janeiro de 1952,

¹⁵⁷ CANDIDATOS à prefeitura expõem suas ideias. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 09 ago. 1959. Capa; p. 09.

¹⁵⁸ OS SOCIALISTAS vão apoiar o major Medeiros. *O Momento*, Canoas, 02 jul. 1955. Capa.

¹⁵⁹ Edgar Braga da Fontoura era diretor da administração de Rio Grande quando foi convidado, pelo interventor federal Coronel Cordeiro de Farias, para ser prefeito de Canoas a partir da instalação do município em 15 de janeiro de 1940. Permaneceu no cargo até 03 de fevereiro de 1941. Até a nomeação seguinte, exerceu o cargo, interinamente, Júlio Cardoso de Araújo, que havia sido subprefeito na gestão de Edgar Fontoura. Aluizio Palmeiro de Escobar foi nomeado em 03 de março de 1941, exercendo o cargo até 15 de agosto de 1945. Antes, havia sido delegado de polícia em Pelotas (ARQUIVO PÚBLICO DR. SEZEFREDO AZAMBUJA VIEIRA, 2005).

¹⁶⁰ Há poucos registros sobre a primeira legislatura, pois os incêndios, ocorridos no início da década de 1950, destruíram a documentação da Câmara referente ao período. Restam, além das fontes de imprensa, apenas as leis sancionadas.

¹⁶¹ Até 1968, quando Canoas foi declarada Área de Segurança Nacional, já no regime civil-militar, e passou a ter seus prefeitos nomeados novamente.

transmitido pelo presidente da Câmara Municipal, Arthur Pereira de Vargas (PSD) – que exercia o cargo interinamente desde 23 de novembro de 1951¹⁶².

Com a Constituição de 1946, os municípios brasileiros tiveram seus poderes ampliados, tendo assegurada, conforme o artigo 28, a autonomia política pelo estabelecimento de eleições para prefeito e vereadores. Com base em tal dispositivo, foram realizadas as eleições municipais de 1947 para composição da Câmara Municipal. Ao prefeito e aos vereadores caberia “a tarefa de ordenar a vida na cidade, estabelecendo regras para a boa convivência, organizando os serviços públicos locais e aplicando com eficiência as rendas disponíveis para tal” (HARRES, 2006, p. 73-74).

Em 17 de janeiro de 1948, o jornal *O Democrata* destacou as primeiras iniciativas da Câmara de Vereadores: a aprovação do regimento interno e do orçamento enviado pelo executivo. As seguintes comissões foram constituídas: Comissão Legislativa, de Orçamento e Tomada de Contas, Comissão Constitucional Para Elaboração Interna e Lei Orgânica, e Comissão de Polícia. No primeiro mês de funcionamento também foi discutida a fixação dos subsídios dos vereadores: Theodoro Bogen (PTB) propôs que os integrantes da Câmara abrissem mão de 50% dos subsídios, para que, com este recurso, o Município pudesse adquirir uma ambulância – proposta que obteve aprovação unânime¹⁶³. Ainda foram debatidos temas como a necessidade da instalação de serviço telefônico no 2º distrito, da aquisição de um carro fúnebre para o cemitério municipal, e aprovadas leis como a que aumentou em 5% os vencimentos dos professores¹⁶⁴.

Conforme seu regimento interno¹⁶⁵, era de competência exclusiva da Câmara Municipal: via projeto de lei, reformar ou emendar a Lei Orgânica do Município; via projeto de decreto legislativo, autorizar o prefeito a contrair empréstimos, fixar os subsídios da legislatura seguinte e cancelar, nos termos da lei, a dívida ativa do município; através de projeto de resolução, elaborar ou reformar seu regimento interno, organizar a sua secretaria,

¹⁶² As datas das posses foram compiladas pela equipe do Arquivo Público “Dr. Sezefredo Azambuja Vieira” (2005) a partir das cópias das atas de transmissão de cargo, disponíveis na atual Unidade de Patrimônio Histórico e Arquivo Municipal (UPHAM).

¹⁶³ CÂMARA Municipal. *O Democrata*, Canoas, 17 jan. 1948. P. 4.

¹⁶⁴ Em 1948, a Prefeitura de Canoas era mantenedora dos grupos escolares Duque de Caxias, Pinto Bandeira, Santos Dumont e General Osório, da Escola Reunida Saldanha da Gama, das escolas noturnas I (cidade), Princesa Isabel, e Edgar Braga da Fontoura, além das escolas unitárias Rio Branco, Gonçalves Dias, Irmão Pedro, 18 de Setembro e Assis Brasil e das escolas do então 2º distrito, hoje Nova Santa Rita (Escola Reunida Miguel Couto e escolas unitárias Campos Salles, José Bonifácio, Tiradentes, 13 de Maio, 15 de Janeiro, Júlio de Castilhos, Rui Barbosa e 15 de Novembro). O quadro do magistério municipal era composto por 36 professores. POSIÇÃO do quadro do magistério municipal. *O Democrata*, Canoas, 1º mar. 1948.

¹⁶⁵ Não localizamos, provavelmente devido ao incêndio da Câmara, em 1952, o primeiro regimento interno, aprovado em 1947/1948. O incêndio destruiu todos os registros ordinários da primeira legislatura, inclusive as atas. Utilizamos a versão de 1962.

convocar extraordinariamente sessões, mudar a sua sede, pedir intervenção, solicitar parecer técnico do Tribunal de Contas sobre as contas do prefeito, autorizar o prefeito a ausentar-se do Estado por qualquer tempo ou do município por prazo maior de sete dias, conceder licença ao prefeito e aos vereadores, julgar as contas do prefeito, convocar diretores da prefeitura para esclarecimentos, criar comissões temporárias (de inquérito ou especiais); através de minuta do Executivo e ouvidas as comissões, autorizar ajustes, convênios e contratos de interesse do município.

Além disso, competia à Câmara Municipal, com a sanção do prefeito, decretar leis complementares à Lei Orgânica, votar (anualmente) o orçamento e o plano de distribuição de auxílios, regular a arrecadação e a aplicação das rendas municipais, criar e extinguir cargos e funções, estabelecer, alterar e suprimir impostos e taxas, decretar o arrendamento, alienação ou aquisição de próprios municipais, legislar sobre as concessões de serviços públicos, criar, alterar ou suprimir distritos, fixar os limites das zonas urbana, suburbana e rural, autorizar a organização de serviços públicos, legislar sobre a dívida pública municipal, autorizar abertura e operações de crédito, aprovar plano de obras e serviços do Município e denominar bairros e logradouros públicos. Por meio de discussão e voto no plenário, os vereadores poderiam também apreciar os vetos do prefeito.

Sobre o que extrapolasse suas funções, mas que fosse de interesse da comunidade, os vereadores poderiam aprovar indicações, propondo ao Poder Executivo a realização de obras ou outros serviços públicos, ou propondo a outras esferas públicas medidas que fossem indispensáveis ao bom andamento da causa pública ou ao bem-estar da coletividade. Havia ainda o recurso aos pedidos de providências, utilizados pelos vereadores para solicitar, aos diferentes órgãos da prefeitura, reparos nas vias e outras medidas de interesse coletivo e que se relacionassem com obras e serviços¹⁶⁶.

Com todas estas funções, cabia também aos vereadores atender aos pedidos enviados pelos cidadãos, seus representados. Na década de 1950, diversos ofícios, abaixo-assinados e outros requerimentos foram enviados à Câmara Municipal pela comunidade, nos quais estão descritos vários problemas que, na visão dos signatários, demandavam uma solução por parte do Poder Público. A documentação estudada permite constatar que a Câmara Municipal era identificada por moradores locais como um canal de intermediação entre a população e o Poder Executivo¹⁶⁷.

¹⁶⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS. Regimento Interno. Canoas: Tipografia La Salle, 1962 (UPHAM).

¹⁶⁷ Há uma farta documentação no arquivo da Câmara Municipal. Dos pesquisados, selecionados alguns pedidos, do maço de 1954, que parecem ser mais representativos para uma análise qualitativa dessa relação entre

Em 16 de junho de 1954, moradores da rua Ana Maria, na Vila Finkler (3º distrito, Niterói) encaminharam um memorial à Câmara Municipal solicitando providências quanto à presença de animais soltos em vias públicas. Os signatários autodeclaravam-se horticultores, fruticultores e floricultores, e recorriam à Câmara, que, conforme diziam, era “composta dos mais nobres representantes do povo de Canoas”, para reclamar que várias vezes haviam estado na presença do prefeito para protestar sobre a presença de vacas, bois e cavalos, “de propriedade dos homens de pouca visão administrativa de seus haveres”, que invadiam violentamente suas roças, destruindo e devorando o que encontravam pela frente. O problema não era pouca coisa: “Deixar que destruam o que custou suor e trabalho [...] é de chorar lágrimas sentidas”, declaravam os cidadãos no ofício enviado aos vereadores¹⁶⁸.

Os quatro cidadãos, signatários do ofício, salientavam o fato de não terem sido ouvidos, tampouco atendidos, pela prefeitura, o que os havia obrigado a apelar aos “nobres representantes” para que estes procurassem “as autoridades desta terra” e dessem “cobro a certas injustiças”¹⁶⁹. O parecer da Comissão Legislativa, assinado pelo vereador Paulo Szekir (UDN), considerou “lamentável” que tal fato estivesse ocorrendo, pois o Código de Posturas dava amparo ao Executivo para punir os proprietários de animais soltos nas ruas. Foi aprovado pedido de providências ao governo municipal para que se apurasse os responsáveis aplicando as penas previstas em lei¹⁷⁰.

Meses depois, foram 80 moradores das ruas Itaqui e Venâncio Aires, na Vila Niterói, que assinaram um requerimento enviado à Câmara Municipal, solicitando reparos nas vias. Conforme o documento, vários signatários eram comerciantes que estavam registrando prejuízos devido ao estado, intransitável, daquele trecho. Enviavam o documento aos vereadores para que chegasse ao conhecimento do prefeito: “Por intermédio desta augusta Câmara, seja possível fazer com que o Poder Executivo tome algum interesse pelo reparo das

comunidade e Câmara Municipal, por serem mais descritivos. Ver apêndice B – lista de ofícios enviados por cidadãos à Câmara Municipal na segunda e terceira legislaturas.

¹⁶⁸ MEMORIAL dos moradores da rua Ana Maria. Câmara Municipal de Canoas. Processo 202/54. 16 jun. 1954 [ACMC].

¹⁶⁹ MEMORIAL dos moradores da rua Ana Maria. Câmara Municipal de Canoas. Processo 202/54. 16 jun. 1954 [ACMC].

¹⁷⁰ PARECER da Comissão Legislativa. Câmara Municipal de Canoas. Processo 202/54. 16 jun. 1954. [ACMC].

ruas deste distrito¹⁷¹”. O parecer considerou justas as ponderações dos moradores e a Câmara encaminhou pedido ao prefeito¹⁷².

Em 13 de julho de 1954, memorial encaminhado por membros da comunidade de Estância Velha dava conta do mau estado das estradas, agravado pelas chuvas. Os abaixo-assinados declaravam-se proprietários, arrendatários e moradores com atividades diversas, diziam, “com devido respeito e acatamento”, apelar “aos bons ofícios dos digníssimos defensores do povo” para que intercedessem em favor daqueles que sofriam das “causas nacionais, como também das causas locais, estradas, custo de vida, transportes, etc”. Assim, os signatários solicitavam aos vereadores: “Apelamos aos dignos representantes do povo, sem distinção de cores partidárias, olhai por quem tanto sofre, por quem levanta as mãos ao céu, que os homens que nos governam, e nós obedecemos, sejam clementes em atender a este apelo”¹⁷³.

Com 61 signatários – moradores das ruas Lajeado, Gravataí e Ijuí, na Vila Niterói – abaixo-assinado reclamava da presença de *meretrizes* naquela localidade. Assim qualificavam-nas: “Dezenas de mulheres meretrizes, que ocupam quase um quarteirão de pequenas casinhas e que vêm prejudicando grandemente os bons costumes de nossos filhos”. Solicitavam providências aos vereadores, no sentido de afastá-las do lugar, argumentando: “Já não é possível uma família transitar à tardinha nessas adjacências pela via pública, pois, se assim proceder, é fácil acontecer um equívoco por parte de malandros relapsos, frequentadores assíduos desse sujo ambiente”. Formularam também uma descrição de eventos insólitos decorrentes da presença das prostitutas: “Sábados à noite, é uma algazarra até altas horas da madrugada, tamborins, tiros, muitas vezes correrias, e mais uma infinidade de quadros que acontecem sucessivamente, palavrões, etc”¹⁷⁴.

“Achamos pois, um veneno, uma coisa inconcebível, a convivência dessas mulheres entre nós, paes de numerosas proles, a maioria meninas colegiaes”, afirmam os signatários do ofício encaminhado à “egrégia Câmara Municipal de Canoas”¹⁷⁵. Este apelo veemente foi

¹⁷¹ Em agosto de 1949, a Câmara Municipal aprovou a criação do 3º distrito de Canoas, compreendendo as vilas Niterói, Rio Branco, Progresso, Industrial e Primavera. Ficava assim, a partir de então: A sede, na região central, rumo à zona norte; o 2º distrito, onde hoje é Nova Santa Rita e que até 1939 pertencia ao município de São Sebastião do Caí; e o 3º distrito na zona norte da cidade. CÂMARA Municipal: creado o 3º distrito. *O Democrata*, Canoas, 13 ago. 1949. Capa.

¹⁷² PARECER da Comissão de Legislação. Câmara Municipal de Canoas. Processo 274/54. 15 out. 1954. [ACMC].

¹⁷³ MEMORIAL dos moradores da Estância Velha. Câmara Municipal de Canoas. Processo 197/54. 13 jul. 1954. [ACMC].

¹⁷⁴ MEMORIAL dos moradores das ruas Lajeado, Gravataí e Ijuí. Câmara Municipal de Canoas. Processo 190/54. [ACMC].

¹⁷⁵ Grafia original.

acolhido pelos vereadores, que aprovaram o parecer da Comissão Legislativa, assinado por Armando de Franceschi (PSP): “Não há a menor dúvida de que o pedido [...] é justíssimo [...], pois estas desviadas alojaram-se no coração de uma zona essencialmente familiar, trazendo desassossegos aos chefes de família, pelas cenas desabonadoras à moral e à decência”¹⁷⁶.

Ao eleitorado canoense foi possível, a partir de 1947, eleger seus representantes para a Câmara Municipal. A ampliação do corpo eleitoral e a incorporação da classe trabalhadora ao cenário eleitoral impôs a formulação de noções e práticas novas na relação entre candidatos e eleitores. Em Canoas, o expressivo crescimento populacional e a transformação do perfil do município, cada vez mais urbano e habitado por operários, gerou novas demandas, que tiveram de ser traduzidas por governantes, partidos políticos e candidatos. Estes, buscaram meios de mobilizar os eleitores e criar um interesse pela competição eleitoral, que a partir de 1951 passou a incluir também a eleição para prefeito.

Aos poucos, grupos de cidadãos passaram a identificar a Câmara como um meio possível para canalização de seus interesses, que servisse de elo entre a comunidade e o Poder Executivo. Ao mesmo tempo, cobravam de seus representantes as providências que julgavam necessárias e dignas da atenção do poder legislativo. Assim, as décadas de 1940 e 1950 proporcionaram, a todos os envolvidos nesta relação, um aprendizado político propiciado pela democratização.

¹⁷⁶ PARECER da Comissão Legislativa. Câmara Municipal de Canoas. Processo 190/54. [ACMC].

3. O CANDIDATO QUE “SABERÁ SER DIGNO DO TEU VOTO”: A CONSTRUÇÃO DO PRESTÍGIO

3.1 A política canoense na Terceira República (1945-1964)

Com o fim do Estado Novo, em 1945, a realização de eleições para presidente da República e a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte demarcaram o início daquela que pode ser considerada a primeira experiência de democracia na história política brasileira. Encontramos tal referência em José Murilo de Carvalho (2013), na obra *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Para o autor, a partir de 1946 o Brasil iniciou a fase que “pode ser descrita como a primeira experiência democrática de sua história” (2013, p. 127)¹⁷⁷.

Para José Murilo de Carvalho, o período entre 1946 e 1964 foi caracterizado por uma Constituição Federal que manteve as conquistas sociais e garantiu os direitos civis e políticos, havendo liberdade de imprensa e de organização política. Houve eleições regulares para presidente da República, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores, escolhidos dentre os candidatos filiados aos partidos políticos – a partir de então, nacionais (CARVALHO, 2013, p. 127).

A ampliação do eleitorado e a realização de eleições diretas para os poderes executivo e legislativo foram características desta fase republicana iniciada entre 1945 e 1946¹⁷⁸. Desde o anúncio das eleições de 1945, formaram-se no Brasil, pela primeira vez, partidos políticos nacionais que buscaram mobilizar um eleitorado mais amplo. A experiência democrática brasileira, entre 1945 e 1964, teve como um de seus pilares a organização de partidos políticos nacionais de massa, que conforme Letícia Bicalho Canêdo passaram a intensificar as relações

¹⁷⁷ Embora destaque o período 1946-1964 como a primeira experiência de democracia da história brasileira, e considere o eleitor urbano menos vulnerável à coação eleitoral, José Murilo de Carvalho (2013, p. 147) entende que o *populismo* marca todo o período e pode ser considerado uma manipulação política pelo seu caráter paternalista. O debate historiográfico recente tem desconstruído o conceito de populismo, como na obra *O populismo e sua história*, organizada por Jorge Ferreira (2013). Entretanto, este último reconhece a contribuição de José Murilo de Carvalho ao construir uma abordagem na qual o Estado não é apresentado como vilão, tampouco a sociedade como vítima indefesa: cita o mérito do autor, na obra *Os bestializados* (2004) [1989] ao considerar as relações entre Estado e sociedade como uma via de mão dupla, embora não necessariamente equilibrada (FERREIRA, 2013, p. 96).

¹⁷⁸ De acordo com a caracterização da experiência democrática do período 1945-1964, em especial a questão dos partidos políticos nacionais, como em Rodrigo Pato de Sá Motta (2008), Américo Freire e Celso Castro (2002), Vivaldo de Sousa (2006), Lucia Hippolito (2012) e Mercedes Maria Cánepa (2005). Há, ainda, o clássico estudo sobre os partidos políticos brasileiros do período 1930-1964, promovido por Maria do Carmo Campello de Souza (1976), e o capítulo IV (*A formação dos partidos políticos nacionais*) da obra *Sociedade e política no Brasil*, de Gláucio Ary Dillon Soares (1973).

entre o eleitor – obrigado a votar – e o candidato – que tem necessidade do voto (2010, p. 537)¹⁷⁹

Neste cenário de rápidas mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas, as elites políticas do país passaram a lidar com algo novo: a necessidade da conquista de votos nas camadas populares urbanas. Sobre as alterações nas relações entre candidatos e eleitores, Canêdo (2010, p. 538) ressalta que os partidos, desde então, começaram a desempenhar um papel fundamental para a mobilização eleitoral ao difundirem um interesse específico pelas questões políticas.

Jorge Ferreira (2012, p. 318) chama o período de 1945 a 1964 de *República Democrática*. Este período teria sido importante para a formação de culturas políticas enraizadas na sociedade brasileira¹⁸⁰: “Pela primeira vez na história do país, surgiram e se fortaleceram partidos políticos nacionais com programas ideológicos definidos e identificados com o eleitorado” (FERREIRA, 2011, p. 09). Assim, Jorge Ferreira (2012, p. 316) rebate a tese de Francisco Weffort, de que não havia projetos políticos consistentes na política brasileira: “Projetos existiam, e a população os reconhecia. Em um lado do espectro político, o nacional-estatismo de trabalhistas e comunistas; de outro, o liberalismo conservador da UDN”.

As eleições, nos planos federal, estadual e municipal, tornaram-se sistemáticas e periódicas, contribuindo para consolidar “um sistema partidário nacional que expressava as diferentes correntes de opinião do eleitorado” (FERREIRA, 2011, p. 09). Para Angela de Castro Gomes (2009, p. 36), a experiência liberal-democrática de 1945-1964 propiciou um “aprendizado da política eleitoral, em novos e mais amplos marcos”¹⁸¹. Conforme Antônio Lavareda (1991, p. 170), o sistema partidário-eleitoral estava se consolidando no Brasil entre 1945 e 1964 e, apesar das dificuldades, “era uma experiência privilegiada nas suas circunstâncias para a implantação de clivagens duradouras na sociedade”. Para este autor:

Combinavam-se no regime do pós-guerra a efetiva ampliação da franquia eleitoral, a nacionalização mandatória das agências de representação e um processo de urbanização que emancipava socialmente grandes contingentes da população, criando-se, assim, as condições para a existência de um mercado político. [...] Essa

¹⁷⁹ Conforme o Código Eleitoral de 1950, só poderiam concorrer candidatos registrados por partidos ou coligações. Nas eleições proporcionais, como no caso dos vereadores, cada partido podia registrar tantos candidatos quanto fossem as vagas em disputa (Senado Federal. Lei N.º 1.164 de 24 de julho de 1950).

¹⁸⁰ O autor chama a atenção para a presença do trabalhismo no discurso e na prática política das esquerdas, mesmo após 1964 (FERREIRA, 2012, p. 321-322). Ver Ferreira (2011), na apresentação da obra *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologia, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)*.

¹⁸¹ Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2014, p. 29), na obra *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*, reafirmaram o fortalecimento das instituições políticas brasileiras nesse período: “Os partidos políticos se consolidavam e os mecanismos eleitorais se aperfeiçoaram”.

fase da história eleitoral brasileira de certa forma correspondia ao que as duas primeiras décadas deste século haviam representado na maioria dos países europeus, quando se definiram as clivagens políticas que até hoje servem de fundamento para os respectivos sistemas partidários” (LAVAREDA, 1991, p. 170-171).

Utilizaremos, conforme Angela de Castro Gomes (2009), a expressão *Terceira República* para designar o período da experiência democrática que vigorou entre 1945 e 1964. Segundo a autora, tal experiência caminhava bastante bem quando foi interrompida, em 1964¹⁸², pois do ponto de vista da prática da cidadania política, ela dirigia-se rumo à consolidação dos partidos políticos nacionais, com os quais os cidadãos, de forma crescente, se identificavam (GOMES, 2009, p. 48).

Os principais partidos políticos do período formaram-se nos meses que antecederam as eleições de 1945, e tendo a figura de Getúlio Vargas como marco divisor das forças políticas. Nos últimos meses de 1944 já havia sido lançada a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes para a sucessão de Getúlio Vargas. Em seguida, os governistas iniciaram as articulações em torno do nome do General Eurico Dutra. O ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, aliado aos interventores do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, ficou responsável pela organização de um partido formado basicamente pelos interventores e que apoiaria Dutra para a presidência: nascia o Partido Social Democrático, o PSD (GOMES, 2005, p. 282)¹⁸³. Em oposição a Getúlio Vargas e ao Estado Novo¹⁸⁴, formou-se uma grande frente liberal-democrática que incluía setores oligárquicos, membros da burguesia liberal urbana e integrantes da esquerda não-comunista. Essa frente acabou se cristalizando na União Democrática Nacional, a UDN, que inscreveu Eduardo Gomes como candidato a presidente (BODEA, 1992, p. 14).

¹⁸² A Terceira República tem seu marco final no golpe civil-militar de 1964. Os partidos políticos são extintos em outubro de 1965, pelo Ato Institucional N.º 2, quando, segundo Lúcia Klein e Marcus Figueiredo (1978, p. 30-31), o regime conclui acerca da inviabilidade das organizações partidárias existentes cumprirem o papel de legitimação da nova ordem. Os dois partidos que se formavam sob a vigência do AI-2, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) são constituídos por ex-integrantes dos partidos extintos (KLEIN; FIGUEIREDO, 1978, p. 31). Após março de 1964, foi sobre os petebistas que recaiu a mais dura repressão, que, conforme Angela de Castro Gomes (2007, p. 78), se expandiu também para o seu braço sindical. Essa situação perdurou até a cassação da legenda pelo AI-2, quando boa parte de seus integrantes migrou para o MDB, iniciando uma nova trajetória política (GOMES, 2007, p. 78). Para Angela de Castro Gomes (1998, p. 555), a Terceira República pode ser caracterizada por um sistema partidário competitivo, não havendo patologias nem no comportamento dos eleitores, tampouco na atuação dos partidos”.

¹⁸³ Conforme Angela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo (1989, p. 15), o PSD foi implantando basicamente pelos interventores estaduais, “representando o que de mais significativo existia em termos de novas elites políticas”.

¹⁸⁴ Na obra *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*, Mercedes Maria Loguercio Cánepa (2005, p. 94) salienta que é necessário precisar em torno de que aspecto se dá cada divisão em relação a Vargas: “Quando se ataca ou se defende Vargas, é preciso definir o que se está atacando ou defendendo: autoritarismo, estatismo, nacionalismo, regionalismo, industrialismo, oligarquias agrárias, corporativismo, centralização administrativa, etc. Assim, a afirmação já corriqueira de que Vargas se torna o grande divisor de águas pode significar muito e pode também não dizer nada”. É o que autora busca demonstrar quando estuda a definição das clivagens regionais na formação do sistema partidário gaúcho.

O PSD originou-se da força política de Getúlio Vargas e dos interventores por ele nomeados, representando uma alternativa de centralizar as forças oligárquicas a ele fiéis em um partido que “tivesse algumas tinturas reformistas e fosse fiel a um programa nacionalista” (BODEA, 1992, p. 15). Para Lucia Hippolito (2012, p. 41), o PSD foi o mais importante partido sob o regime da Constituição de 1946, pois o sistema partidário viveu, entre 1945 e 1964, na dependência da capacidade do PSD de se articular com os demais partidos no sentido de atender “às demandas da evolução política”: “O sistema foi moderado enquanto o PSD foi um partido solidamente instalado no centro político. Transformou-se em polarizado quando o PSD fugiu do centro e fragmentou-se internamente”¹⁸⁵. O PSD foi um partido de centro, e nas palavras do político Amaral Peixoto, citado por Hippolito (2012, p. 51), o centro é formado “com a esquerda da direita e a direita da esquerda”. Com sua base de apoio maciçamente centrada no interior, o PSD buscou sempre um ponto de equilíbrio entre posturas mais conservadoras, exigidas pelas bases, e mais modernizantes, preconizadas pelos membros mais jovens e renovadores¹⁸⁶.

Ao mesmo tempo que o PSD, nasceu o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), outro partido situacionista, criado para reunir as forças sindicais ligadas a Getúlio Vargas e destinado à classe trabalhadora (GOMES, 2005, p. 282). Conforme Maria do Carmo Campelo de Souza (1976, p. 145), o PTB era um partido trabalhista urbano, que se desenvolveu a partir de uma base exclusivamente urbana – localizada sobretudo nos grandes estados – e, mais tarde, foi ampliando sua penetração também no interior e em cidades médias, especialmente naquelas onde o contingente operário representava uma proporção considerável da população local. O PTB tornou-se o maior partido do Congresso Nacional após sua fusão com um setor da bancada do PSB, em 1962 (BODEA, 1992, p. 15). Para Jorge Ferreira (2005, p. 376), a participação do PTB nos movimentos sociais e nas lutas sindicais, canalizando demandas operárias e populares, tornou o partido um elemento institucional de interlocução entre o

¹⁸⁵ Maurice Duverger (1970) elaborou uma tipologia pela qual os partidos políticos podem ser classificados em dois grupos principais: os partidos de quadros e os partidos de massas. Os partidos de quadro apresentam um caráter restrito, sem a preocupação de reunir um número elevado de filiados, apostando na presença de “notáveis”. Já os partidos de massas surgiram da erupção destas no cenário político, podendo ser de tipo socialista, comunista ou fascista. Nessa lógica, o PSD poderia ser considerado um partido de quadros. Entretanto, para Lúcia Hippolito (2012, p. 55), o PSD, adotando a linha da moderação e da conciliação, era um partido de quadros que adotava posturas de partido de massas, e tinha sua base de poder nas sucessivas vitórias eleitorais.

¹⁸⁶ O PSD apoiou o monopólio estatal sobre o petróleo, a intervenção do Estado contra os abusos do poder econômico, as iniciativas desenvolvimentistas de JK, a luta pela extensão do voto do analfabeto, etc. No entanto, se opôs às medidas que ameaçavam suas “bases clientelistas”: reforma administrativa, extensão da legislação trabalhista ao campo e realização de uma reforma agrária radical (HIPPOLITO, 2012, p. 56).

Estado e a classe trabalhadora, razão pela qual seu sucesso eleitoral não pode ser considerado casual ou arbitrário¹⁸⁷.

No Rio Grande do Sul, as clivagens regionais geraram peculiaridades na formação partidária da Terceira República. Inicialmente, as correntes de oposição anti-getulista se agruparam em torno da UDN enquanto as correntes fieis a Vargas articularam o PSD. A UDN gaúcha nasce em torno de lideranças políticas tradicionais que, em diferentes momentos, haviam se desincompatibilizado com Getúlio Vargas: Flores da Cunha, Borges de Medeiros e Osvaldo Aranha. O líder maragato Raul Pilla recriou o tradicional Partido Libertador, recusando-se a entrar na UDN, e o PL, que seria um partido essencialmente gaúcho, acabou ocupando no cenário regional uma boa fatia do espaço que, em nível nacional, seria preenchido pelos udenistas. Sendo um partido elitista, liberal, anti-getulista e defensor do parlamentarismo, o PL suplantaria a UDN já a partir das eleições de 1947 (BODEA, 1992, p. 18).

Nas palavras de Miguel Bodea (1992, p. 18), desfalcada de seu flanco maragato, a UDN gaúcha, embora dominada por três antigos líderes chimangos, não conseguiu atrair para as suas fileiras nem mesmo contingentes significativos do antigo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), pois a herança doutrinária republicana canalizava-se, com mais naturalidade, “para as águas do estuário getulista, então articulado em torno do PSD”. Por sua vez, o PSD gaúcho, que nasceu em torno do interventor Ernesto Dorneles, contava com figuras como os ex-libertadores Walter Jobim e Oscar Carneiro da Fontoura e o ex-dissidente liberal Cylon Rosa. A partir da convenção regional de julho de 1945, tem início um conflito interno entre estas lideranças elitistas e os líderes getulistas de massas, como José Diogo Brochado da Rocha. Em 1946 essa fissura dá origem a Ala Trabalhista do PSD, germe da futura configuração do PTB gaúcho (BODEA, 1992, p. 19).

¹⁸⁷ Além dos três principais, PSD, UDN e PTB, o Partido Comunista (PC), graças à sua estrutura de organização fortemente centralizada e sua disciplina ideológica, emergiu com grande força em 1945, obtendo importante parcela dos votos nos grandes centros operários. Com o advento da guerra-fria, teve cassado o seu registro, em 1947, logo depois das eleições municipais em que obteve as maiores bancadas em cidades como Santos e Recife (BODEA, 1992, p. 15). A esquerda não comunista, chamada de Esquerda Democrática (ED), na maioria socialistas anti-getulistas, foi aos poucos se afastando da UDN, para formar, em 1946, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), junto a outros grupos socialistas (BODEA, 1992, p. 14-15). Havia também o Partido de Representação Popular, o PRP, sucedâneo da Ação Integralista, partido direitista cujo principal nome era Plínio Salgado e que teria, segundo Miguel Bodea (1992, p. 16), pouca influência nos centros urbanos, mas algumas fortes bases regionais nas regiões de colonização alemã e italiana da região sul. A partir da década de 1950, o PRP entraria em declínio, sendo gradualmente suplantado pelo Partido Democrata Cristão, o PDC, “um partido de centro-direita mais dinâmico e moderno, com penetração crescente nos centros urbanos do Centro-Sul” (BODEA, 1992, p. 16). E partidos com força regional, como o Partido Libertador (PL), herdeiro dos antigos federalistas do Rio Grande do Sul e defensor do parlamentarismo e de uma forte descentralização do poder; O Partido republicano (PR), que se pretendia herdeiro dos antigos partidos republicanos da Primeira República, com força em Minas Gerais; e o Partido Social Progressista (PSP), com força em São Paulo devido a Adhemar de Barros (BODEA, 1992, p. 15-16).

No Rio Grande do Sul, ocorreu uma “desgetulização” do PSD, com a migração de lideranças políticas ligadas a Getúlio Vargas para o PTB, o que teria consequências profundas sobre o sistema partidário gaúcho. Somado a pouca densidade eleitoral da UDN gaúcha, este processo alteraria a natureza e as bases sociais do PSD e do PTB, inviabilizando o pacto entre ambos – conforme ocorria no âmbito nacional (BODEA, 1992, p. 30-31). Assim, no Rio Grande do Sul conformou-se um quadro eleitoral diferente do padrão nacional de confrontação partidária, que se traduziu na polarização PSD-PTB *versus* UDN: na política gaúcha, um PSD “udenizado”, aliando-se com UDN, PRP e PL, lideraria o bloco anti-PTB (NOLL; TRINDADE, 2004, p. 81-83).

O PTB, no Rio Grande do Sul, surge entre 1945 e 1946, a partir da confluência de três vertentes: a) a corrente sindicalista, constituída por um núcleo de lideranças sindicais formadas no Estado Novo e pela ala trabalhista do PSD; b) a corrente doutrinário-pasqualinista, originária da União Social Brasileira (USB), fundada por Alberto Pasqualini¹⁸⁸; c) a corrente pragmático-getulista, setor composto principalmente por políticos profissionais que migraram do PSD (BODEA, 1992, p. 20-23; CÁNEPA, 2005, p. 107-108)¹⁸⁹. Em 1960 surge o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), da dissidência do PTB liderada por Fernando Ferrari¹⁹⁰.

Em Canoas, os partidos políticos começaram sua organização já em 1945, preparando-se para as campanhas eleitorais de deputados, senadores e presidente da República, e futuramente para a campanha municipal. Em depoimento publicado pela Fundação Cultural de Canoas (1999), no segundo volume da série *História de nossos prefeitos*, Arnildo Mallmann, secretário do prefeito Aluizio Escobar nos anos 1940, referiu a fundação do PSD

¹⁸⁸ A fusão entre a USB e o PTB daria ao PTB gaúcho um caráter distintivo, sendo a única sessão do partido a absorver em seus quadros um movimento de esquerda. No Rio Grande do Sul, a USB ocupava uma fatia do espaço político reservada à Esquerda Democrática nos outros estados. Além disso, a entrada do grupo de Pasqualini no PTB deixava pouco espaço para o PSB no meio eleitoral gaúcho (BODEA, 1992, p. 28).

¹⁸⁹ Também no âmbito nacional, o PTB conteve em si tendências ideológicas, políticas e facções que ora se confrontavam e ora se articulavam: a) os getulistas pragmáticos, formados por burocratas vinculados ao Estado através do Ministério do Trabalho e por sindicalistas ligados ao corporativismo sindical, cuja principal referência era o próprio Getúlio Vargas; b) os doutrinários trabalhistas, intelectuais orgânicos do trabalhismo que se inscreviam em uma orientação socializante e que propunha uma maior desvinculação do partido com relação ao Estado, entre eles Alberto Pasqualini e San Tiago Dantas; c) Os pragmáticos reformistas, cujo principal nome foi João Goulart, que atuaram principalmente a partir dos anos 1950 e fundiram em sua prática características das duas correntes anteriores (NEVES, 2013, p. 177-178).

¹⁹⁰ O MTR nasce no contexto de divergências entre João Goulart e Fernando Ferrari e de disputa, entre ambos, pela candidatura a vice-presidente da República nas eleições de 1960. Maura Bombardelli e Ricardo Oliveira da Silva (2013, p. 83) ressaltam que as críticas de Ferrari ao PTB já eram expressas tempos antes. Evocando os princípios de Alberto Pasqualini, Ferrari deu continuidade ao MTR após as eleições de 1960, tendo como bandeira os princípios do “trabalhismo renovador”: nacionalismo, austeridade e valorização do trabalhador do campo (BOMBARDELLI; SILVA, 2013, p. 107). Ver Angela de Castro Gomes (1994), sobre as disputas pela hegemonia interna do PTB nos anos 1950.

em Canoas, narrada da seguinte forma: “No nosso Estado o [interventor] substituto foi o Dr. Cilon Rosa [...] que formou um núcleo do PSD e mandou para Canoas o Dr. Cândido Machado Carrion, que era da Liga Eleitoral Católica, e promoveu a fundação do primeiro diretório do PSD”¹⁹¹.

Conforme a ata de fundação do PSD em Canoas, seu presidente de honra e delegado do partido na Convenção Estadual, prefeito Aluizio Palmeiro de Escobar, conclamou seus correligionários, na ocasião, a conquistarem o maior número de adeptos ao partido e trabalharem no alistamento eleitoral¹⁹². Registro do jornal *Correio do Povo* indica a presença do Partido Comunista Brasileiro em Canoas no ano de 1946: “Domingo na Chácara Waldhoff em Canoas realizou-se um churrasco do Partido Comunista Brasileiro. Em dado momento, houve um desentendimento entre os presentes. [...] O delegado [...] esteve no local, efetuando a prisão de diversas pessoas”¹⁹³. O PTB canoense foi fundado no início de 1946, e não encontramos, nas fontes pesquisadas, maiores informações sobre sua formação original¹⁹⁴.

Formado em torno dos prefeitos nomeados Aluizio Palmeiro de Escobar e Nelson Paim Terra, e de lideranças políticas antigas, ligadas ao movimento emancipacionista, o PSD foi partido dominante até as eleições municipais de 1951, apesar das vitórias dos candidatos trabalhistas nas eleições estaduais de 1947. Percebe-se que o PTB era um partido com pouca organização e com divergências internas, ao menos até a nomeação do prefeito José João de Medeiros em 1951. Neste ano, o partido elegeu o prefeito e o vice-prefeito, Sady Schivitz e David Bonder, respectivamente, além da maior bancada na Câmara Municipal¹⁹⁵.

Durante o governo de Sady, os petebistas se dividiriam novamente, formando-se uma grave dissidência que acabaria concorrendo pelo PSP e pelo PSB em 1955. Nesse ano, a coligação PRP-PSD-PL venceria a eleição para prefeito e vice, estabelecendo, a partir de então, dois polos na política canoense: os trabalhistas e bloco liberal-conservador formado por PSD, PRP, PL, UDN e, mais tarde, PDC e MTR. Vejamos melhor este processo. Nas eleições de 1945, para deputado federal, os votos dos eleitores canoenses tiveram a seguinte distribuição entre os partidos¹⁹⁶:

¹⁹¹ FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS. História de nossos prefeitos – volume 2. *Aluizio Palmeiro de Escobar*. Canoas: Prefeitura Municipal, 1999, p. 137.

¹⁹² PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. Ata n.º 1. 08 jul. 1945. [UPHAM].

¹⁹³ CONFLITO em Canoas. *Correio do Povo*, Porto Alegre/RS, 22 out. 1946.

¹⁹⁴ *O Democrata*, Canoas, 18 set. 1948. Capa.

¹⁹⁵ Ver apêndice C, quadro com os prefeitos eleitos e seus adversários nas eleições municipais de 1951 a 1963, bem como as bancadas eleitas neste período.

¹⁹⁶ NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Helgio. Op. Cit.

Gráfico 5 – Votação por partido para deputado federal em Canoas (1945)

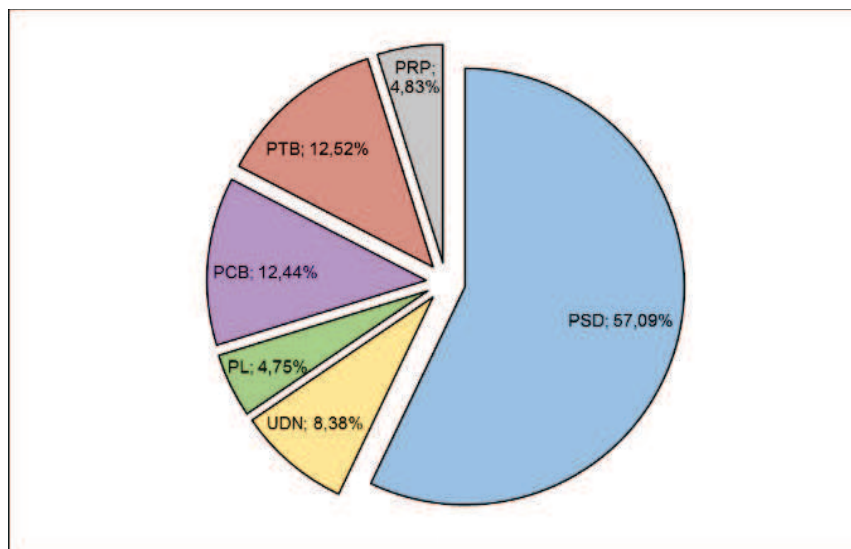


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: Noll, Trindade e Passos (2004).

Obtendo mais votos do que todos os demais partidos somados, o PSD dominava a cenário eleitoral canoense em 1945, uma tendência que se demonstrava também no âmbito estadual: o PSD conquistou 62,31% dos votos para a Câmara Federal, elegendo 17 dos 22 deputados federais eleitos pelo Rio Grande do Sul (NOLL e TRINDADE, 2004), quando ainda boa parte das forças que formariam o PTB estava abrigada no PSD (BODEA, 1992; CÁNEPA, 2005). Entretanto, o PTB teria em Canoas um grande eleitorado em potencial, como as eleições de janeiro de 1947, para governador e deputados estaduais, demonstrariam. Nas urnas do município, ocorreu expressiva vitória do candidato do PTB, Alberto Pasqualini, que, no cômputo geral, perdeu a eleição para Walter Jobim (PSD)¹⁹⁷. De acordo com o jornal *Correio do Povo*, registrou-se o seguinte resultado em Canoas: 1.971 votos para Alberto Pasqualini (PTB), 794 votos para Walter Jobim (PSD), 554 votos para Décio Martins Costa (PL-UDN)¹⁹⁸.

Em novembro de 1947, foi realizada eleição para vereadores, sendo distribuídas as cadeiras na Câmara Municipal da seguinte maneira: PSD, cinco vereadores; PTB, dois vereadores; UDN e PRP, um vereador cada (RANINCHESKI, 1998, p. 39). A votação por partido, no entanto, indica o quanto o PSD foi beneficiado pelo chamado mecanismo das sobras¹⁹⁹:

¹⁹⁷ No resultado final, Walter Jobim (PSD) obteve 42,17% dos votos, contra 38,4% de Alberto Pasqualini (PTB), 19,34% de Décio Martins Costa (PL-UDN) (NOLL, TRINDADE e PASSOS, 2004).

¹⁹⁸ VOTAÇÃO em Canoas. *Correio do Povo*, Porto Alegre/RS, 24 jan. 1947.

¹⁹⁹ O quociente eleitoral era calculado através da divisão do número de votos válidos, inclusive os em branco, pelo número de cadeiras disputadas. Os votos recebidos pelo partido ou coligação eram somados e divididos pelo

Gráfico 6 – Votação por partido nas eleições para vereador em Canoas (1947)

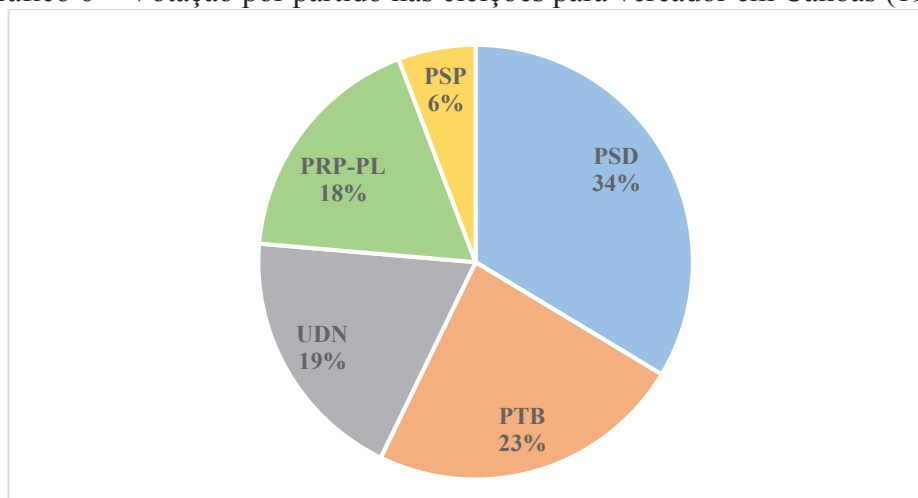


Gráfico elaborado pelo autor. Fonte: *O Democrata*, Canoas, 17 jan. 1948.

Conforme demonstrado pelo gráfico, o número de vereadores eleitos pelo PSD nas eleições de 1947, cinco, não correspondia ao peso exato do partido: a sigla fez 34% dos votos e obteve 55% das cadeiras, sendo beneficiada pela distribuição das sobras. Porém, isso não é suficiente para explicar por que o mesmo eleitorado que, em sua maioria, votou em Alberto Pasqualini para governador em janeiro de 1947, não conferiu ao PTB, meses depois, nem mesmo metade dos votos destinados ao candidato petebista²⁰⁰. Uma explicação possível diz respeito ao perfil da bancada eleita em novembro de 1947: Arthur Pereira de Vargas, Ulysses Machado, Max Oderich, Júlio Finkler Primo e Vicente Cláudio Porcello, pelo PSD; Theodoro Bogen e Hélio Fraga de Moraes Sarmento, pelo PTB, Arthur Jochims, pela UDN e Jacob Longoni, pelo PRP.

Com exceção de Theodoro Bogen (PTB) e de Max Oderich (PSD), todos os demais eram lideranças que haviam emergido na política canoense mais de uma década antes, em torno da Comissão Pró-Melhoramentos (PFEIL, 1995). O melhor exemplo é o vereador mais votado, Arthur Pereira de Vargas: conselheiro municipal de Gravataí, quando Canoas ainda era distrito, eleito pelo PRR em 1919. Foi filiado ao Partido Republicano Liberal (1932), pelo qual foi o vereador mais votado de Gravataí em 1935 e presidiu a Comissão Pró-Melhoramentos de Canoas nos anos 1930²⁰¹.

quociente eleitoral, e cada partido/coligação elegia tantas cadeiras quantas vezes o atingisse. As cadeiras que restassem eram preenchidas pelo partido mais votado, o que o super-representava (NICOLAU, 2002, p. 44).

²⁰⁰ Embora o PTB tenha atingido 23% dos votos neste pleito, o que representa quase o dobro dos votos registrados em 1945, conforme expresso no gráfico 5. É possível que os 12,44% conquistados pelo PCB naquela eleição tenham sido absorvidos pelo PTB a partir deste ano.

²⁰¹ Arthur Pereira de Vargas (1890-1983) foi empresário e comerciante, proprietário da Casa Vargas, famoso estabelecimento comercial no centro da cidade, e do Cinema Central. Foi atuante na vida social e comunitária, sendo presidente do Sport Clube Vagalume (1912), integrante da Comissão Organizadora do carnaval de 1919,

Figura 11 – Arthur Pereira de Vargas votando em eleição no Clube Bolão Gaúcho. 1955 [?].



Fonte: Fototeca da UPHAM.

Em 1947, o PSD era o partido do governo e sua bancada eleita era toda formada por antigos cidadãos do município: o comerciante e empresário Arthur Pereira de Vargas, instalado em Canoas desde 1911; o escrivão distrital (oficial do registro civil de casamentos), dono de farmácia, pecuarista e proprietário de animais de corrida (turfe), Ulysses Machado, estabelecido em Canoas desde 1914; o proprietário de terras, horticultor e comerciante Júlio Finkler Primo, nascido em Canoas em 1904; o empresário Vicente Cláudio Porcello, proprietário de farmácia e do primeiro cinema de Canoas, morador da localidade desde 1909. Todos estes haviam participado das ações políticas que culminaram na emancipação de Canoas em 1939, bem como o vereador eleito pelo PTB, Hélio Fraga de Moraes Sarmiento (PFEIL, 1995). Havia ainda Max Oderich, da família que exercia o controle societário do Frigorífico Sul-Riograndense, estabelecido em Canoas desde 1939, e do qual era o gerente²⁰².

Outro ponto em comum dizia respeito à participação em associações. Sob a presidência de A. J. Renner²⁰³, Max Oderich, Júlio Finkler e Ulysses Machado, eleitos

diretor do Grupo Carnavalesco Falenas (1933) e diversas vezes presidente do Sport Clube Brasil. Na condição de presidente da Câmara Municipal, foi prefeito interino de 23 de novembro a 31 de dezembro de 1951 (ARQUIVO PÚBLICO DR. SEZEFREDO AZAMBUJA VIEIRA, 2005, p. 20).

²⁰² Os resumos biográficos foram compilados nas obras *Nossas ruas contam histórias*, volumes 1 e 2, lançados pelo Arquivo Público Dr. Sezefredo Azambuja Vieira (2003; 2006) com base em pesquisa realizada pelas historiadoras Iolanda Menezes Finkler, Eliete dos Santos Silva, Maria Lúcia Fauri Agostini e Cristiane Bernardes de Boite.

²⁰³ Antônio Jacob Renner (1884-1966) foi empresário e político. Foi eleito como deputado classista para Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, quando a Constituição de 1934 propiciava esta forma de representação política. Sobre ele foi publicado um livro da série *Perfis Parlamentares*, editados pelo parlamento gaúcho. O volume contou com a pesquisa e a revisão do historiador Gunter Axt (2003). Em Canoas, A. J. Renner era proprietário da Fazenda Guajuviras, área onde atualmente encontra-se o bairro que leva o mesmo nome.

vereadores pelo PSD, bem como Jacob Longoni, eleito pelo PRP, participavam da Associação Rural de Canoas, fundada em 5 de outubro de 1947²⁰⁴. Fundada em 17 de janeiro de 1940, a Associação Comercial de Canoas teve entre seus primeiros diretores Arthur Pereira de Vargas e Vicente Cláudio Porcello (SILVA, 1978, p. 99). Perfil semelhante tinham outros dois vereadores: o agropecuarista e comerciante Jacob Longoni, eleito pelo PRP, e o diretor financeiro da empresa territorial Niterói, responsável pela venda dos primeiros lotes daquela vila operária a partir de 1931, Arthur Oscar Jochims, eleito pela UDN²⁰⁵.

Nas eleições de 1951, formou-se a segunda legislatura da Câmara Municipal, ocorrendo uma renovação total, pois nenhum vereador se reelegeu, fenômeno que se repetiria em 1955 e para o qual há ao menos duas explicações: uma, diz respeito ao índice de candidatos à reeleição em cada ano e outra, mais complexa, aponta para uma mudança de gerações na política canoense. Em 1947, nove vereadores foram eleitos, mas destes, apenas cinco concorrem à reeleição em 1951, nenhum se reelegendo. Apenas um concorreria novamente, em 1959, também não se elegendo. Assim, em 1951 houve completa renovação: além de nenhuma reeleição, dos nove vereadores eleitos naquele ano, apenas um havia tentado ser eleito no pleito anterior. Em 1955, novamente uma renovação completa. Dos treze vereadores eleitos em 1955, apenas um havia concorrido em 1947 e outros dois concorreram em 1951, não eleitos. Todos os demais haviam sido candidatos pela primeira vez. Entretanto, dos nove eleitos em 1951, dois concorreram a cargos do executivo em 1955 e somente cinco concorreram à reeleição, nenhum obtendo sucesso. Destes, quatro concorreriam à vereança novamente, em 1959, e dois tentariam novamente em 1963, não havendo sucesso em nenhum dos casos.²⁰⁶

²⁰⁴ Conforme o volume sobre Nelson Paim Terra, da série *História dos nossos prefeitos*, lançado pela Fundação Cultural de Canoas (2000) e redigido pelo jornalista Antonio Canabarro Tróis Filho, a Associação Rural de Canoas funcionou durante 60 anos, prestando atendimento aos associados e entregando-lhes sementes e defensivos.

²⁰⁵ Para confirmar as informações de que os vereadores eleitos em 1947 eram proprietários de imóveis e de estabelecimentos comerciais antigos em Canoas, buscamos os livros de impostos sobre Indústria e Profissões, encontrando registros de 1933 a 1935. Arthur Pereira de Vargas era proprietário, nesse período, de um negócio de primeira classe (a Casa Vargas), um cinema e uma casa de patinação, além de pagar impostos sobre a venda de medicamentos. Jacob Longoni, que era filho do agricultor e pecuarista Santini Longoni, pagava impostos sobre um tambo de 1ª classe, e Júlio Finkler Primo sobre um tambo de 2ª classe. Vicente Cláudio Porcello pagava impostos pelas atividades médicas e pela farmácia. No livro de imposto territorial, encontramos Ulysses Machado, com diversos terrenos na zona central da cidade, com valor venal total de 92.000,00 cruzeiros. Arthur Oscar Jochims possuía terrenos na Avenida Victor Barreto e na vila Niterói, com valor venal de 43.600,00 cruzeiros. Arthur Pereira de Vargas possuía imóveis na zona central e na vila Rio Branco, com valor venal de 26.000,00 cruzeiros. Mais modestos eram Vicente Cláudio Porcello, com dois terrenos de 4 mil cruzeiros cada, e Jacob Longoni, com um terreno de 8 mil cruzeiros. Não encontramos informações tributárias sobre os demais.

²⁰⁶ Ver no Apêndice D, a trajetória eleitoral de todos vereadores eleitos entre 1947 e 1963. Os resultados das eleições em Canoas são oriundos de diferentes fontes. Os dados das eleições de 1947 e 1951 foram registrados pelo memorialista João Palma da Silva (1978), e das demais eleições foram publicados por Antonio Jesus Pfeil (1995). As bancadas eleitas para a Câmara Municipal foram sistematizadas por Sonia Ranincheski (1998),

Somente em 1959 ocorreriam reeleições na Câmara Municipal. Naquele pleito, dez vereadores buscaram um segundo mandato e quatro foram reeleitos. Outros dois concorrerem em 1963, um sendo eleito. Em 1963, oito vereadores tentaram a reeleição, e seis obtiveram sucesso. Assim, uma das razões possíveis da completa renovação da Câmara Municipal nas eleições de 1951 e de 1955 reside no fato de que, nestes dois pleitos, pouco mais da metade dos vereadores disputaram a reeleição. Porém, a constatação de que, dos eleitos em 1951 e 1955, praticamente todos eram candidatos pela primeira vez, e de que os eleitos para as duas primeiras legislaturas não seriam eleitos nunca mais, indica um processo de renovação mais acentuado.

No pleito de 1947, o vereador mais votado foi Arthur Pereira de Vargas (PSD), com 192 votos. Em 1951, sua votação foi reduzida para 138 votos. Max Oderich trocou o PSD pelo PTB e ampliou sua votação de 124 para 130 votos, o que não foi suficiente para a reeleição, assim como Vicente Cláudio Porcello, que havia sido preferido por 76 eleitores em 1947 e recebeu dois votos a mais em 1951. Theodoro Bogen, que havia trocado o PTB pelo PSP, caiu de 191 para 71 votos na tentativa de recondução. Enquanto isso, o vereador mais votado de 1951 foi o coletor federal Antonio Canabarro Três, eleito pelo PRP²⁰⁷, com 308 votos. Dentre os eleitos, o vereador menos votado pela coligação PSD-UDN foi Paulo Szekir, sufragado por 146 eleitores. Assim, faltaram oito votos para a reeleição de Arthur Pereira de Vargas e 68 votos para Vicente Cláudio Porcello. Para Max Oderich, na legenda do PTB, faltaram 148 votos, e Theodoro Bogen, no PSP, precisaria de mais 66 votos para a reeleição. Isto porque os eleitos com menor votação, do PTB e do PSP, foram Luis Possebon (219 votos) e Armando de Franceschi (137 votos), respectivamente.

Nas eleições de 1951, o vereador mais votado do PTB obteve 277 votos. Quatro anos depois, o vereador eleito pelo partido com menos votos atingiu 218 votos. O mais votado do PSD em 1951 foi escolhido por 168 eleitores, enquanto o menos votado, dentre os eleitos pelo

contendo a votação dos vereadores eleitos e dos suplentes, com exceção das eleições de 1963, cujos resultados não haviam sido encontrados pelos pesquisadores anteriores. A única eleição da qual contamos com a votação de todos os candidatos por seções é a de 1947, cujo mapa de votação foi publicado pelo jornal *O Democrata*. Os resultados finais de 1951 foram publicados pelo jornal *Canoas em Marcha*, os de 1955 pelo jornal *O Momento* e os de 1959 pelo jornal *Gazeta de Notícias*. Das eleições de 1959, conta-se com a ata dos resultados finais, lavrada pelo Tribunal Regional Eleitoral. A votação de todos os candidatos das eleições de 1963 foi sistematizada pelo relatório elaborado pelo secretário-geral do PDC de Canoas, encontrado no acervo da UPHAM. Os resultados citados na dissertação e expressos pelos gráficos provêm do cruzamento das fontes e da bibliografia.

²⁰⁷ Algo interessante sobre as trocas de partido, no caso de Canabarro Três, encontra-se no depoimento de seu filho, o jornalista e político Antônio Canabarro Três Filho: “Ele [Canabarro Três, o pai] nunca foi do PRP, mas ele concorreu sob a legenda. Ele era da UDN, mais tarde ele passou ao PTB, ele era muito ligado ao Flores da Cunha, e o Flores também fez essa passagem [...]. Ele concorreu pelo PRP em solidariedade ao Seu Sezefredo” (RANINCHESKI, 1998, p. 97). Sezefredo foi candidato a prefeito pelo PRP em 1951, ocasião na qual Canabarro Três foi eleito vereador.

PSD em 1955, angariou 279 votos. Assim, mesmo que os vereadores mais votados, eleitos pelo PTB e pelo PSD em 1951, repetissem sua votação em 1955, tal não seria suficiente para garantir a reeleição. Era preciso uma quantidade de votos cada vez maior para se eleger, e os candidatos eleitos para as duas primeiras legislaturas não conseguiram acompanhar este ritmo. Dos integrantes da primeira Câmara, a maior parte tinha idade superior aos cinquenta anos quando se elegeu em 1947. A grande maioria havia adquirido notoriedade quando Canoas tinha pouco mais do que 15 mil habitantes. Em meados dos anos 1950, a população já ultrapassava os 40 mil habitantes e o eleitorado acompanha este ritmo de crescimento. Os vereadores eleitos em 1947 e 1951 foram substituídos por outra geração de candidatos, praticamente todos concorrentes pela primeira vez e que conseguiram obter votações maiores perante um eleitorado de perfil cada vez mais suburbano e operário.

É interessante acompanhar, especificamente, a trajetória eleitoral de alguns vereadores. Arthur Oscar Jochims foi eleito pela UDN, em 1947, com 163 votos. Em 1951, concorreu à reeleição, pelo PRP, obtendo apenas 35 votos. Ainda concorreria a vice-prefeito pela UDN, em 1955, obtendo ínfimos 781 votos – se comparados aos 2.070 de Schneider (PSB), aos 2.292 de Possebon (PTB) e aos 5.154 de Lagranha (PSD). Em contrapartida, Jacob Longoni (PRP), eleito em 1947 com 114 votos e que, mesmo aumentando a votação para 141 votos, não se reelegeu em 1951, foi eleito vice-prefeito em 1959 e reeleito em 1963. A votação de alguns ex-vereadores demonstra sua suplantação diante do número cada vez maior de votos necessários para a eleição: Júlio Finkler Primo (PSD), vereador eleito em 1947 com 79 votos, sofreu grande derrota quando, doze anos depois, obteve oito votos a menos. Paulo Szekir foi eleito pela UDN em 1951, com 146 votos, não se reelegendo em 1955. Aumentou sua votação em 1959 e em 1963, ocasiões em que concorreu pelo PSD e obteve, respectivamente, 149 e 262 votos. Porém, o quociente eleitoral havia aumentado bastante: foram precisos 346 votos para garantir a eleição pelo PSD em 1959 e 347 em 1963.

A votação dos eleitos pelo PTB foi a que apresentou o maior aumento: os vereadores mais votados pelo partido obtiveram 191 votos em 1947, 277 em 1951, 232 em 1955, 1260 em 1959 e 980 em 1963. Os eleitos com menor votação, pelo PTB, atingiram 118 votos em 1947, 219 em 1951, 218 em 1955, 472 em 1959 e 558 em 1963. Alguns candidatos conseguiram votações bastante significativas. Em 1955, Edson Medeiros obteve 825 votos, mas o PSB não atingiu o quociente eleitoral, e Medeiros não foi eleito. Conseguiria em 1959, pelo PTB, com 1260 votos, número que não seria superado até o final da Terceira República. Em 1963, concorrendo novamente pelo PSB, não foi eleito mesmo angariando 866 votos, pois o partido, mais uma vez, não atingiu a votação necessária para eleger um vereador. Armando

Würth (PSD) foi eleito em 1955 com 434 votos e reeleito em 1959 com 986 votos. Sezefredo Azambuja Vieira (PRP) concorreu a vereador em 1947, fazendo 105 votos. Nos anos de 1951 e 1955 concorreu a prefeito, sendo eleito na segunda tentativa. Em 1959, no final do mandato de prefeito, concorreu novamente a vereador obtendo 1080 votos.

Mesmo no PTB, alguns candidatos foram suplantados pelo expressivo aumento do número de votos necessários à eleição: Mário Porto Inda, dirigente petebista, foi eleito em 1955, pelo PSP²⁰⁸, com 151 votos. Concorreu em 1959 e em 1963, ambas as vezes pelo PTB, ampliando sua votação para 221 e 323 votos, o que não foi suficiente. Nunca mais se elegeu. No entanto, vários candidatos conseguiram ampliar suficientemente as suas votações ao longo do tempo: Antônio Soares Flores concorreu pelo PSD em 1955, obtendo 266 votos. Pelo PTB, concorreu em 1959 e em 1963, sendo eleito primeiro com 626 e depois com 575 votos. Antônio Ferreira Alves obteve, no PSP, 143 votos em 1955; pelo PTB, foi eleito em 1959 e em 1963 com 472 e 844 votos respectivamente. Alberto Rodrigues de Oliveira concorreu pelo PRP em 1955 e em 1959. Na primeira ocasião, com 160 votos, não se elegeu. Na segunda, foi eleito com 532 votos. Filiou-se ao PTB e se reelegeu, em 1963, com 980 votos. Os três, Flores, Alves e Oliveira, foram reeleitos em 1968, já pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB)²⁰⁹.

A bancada do PTB durante a quinta legislatura, em 1963, é um exemplo da alteração do perfil dos vereadores eleitos nesse período: o comerciante Alberto Rodrigues de Oliveira foi o mais votado. Dois suplentes, que assumiriam ao longo do mandato, merecem atenção: o mecânico Alcides Nascimento, e o estivador Zolmar Machado, ambos líderes comunitários nas vilas Niterói e Rio Branco. Porém, a maior novidade seria a primeira vereadora eleita em Canoas: a professora aposentada e líder comunitária Lina Plentz Alves (PDC)²¹⁰ [ver figura 12]. Nas eleições de 1947 e 1951, nenhum partido lançou mulheres como candidatas à vereança e em nenhum dos pleitos mulheres concorreram ao Executivo durante a Terceira República. Somente em 1955 há registros de candidatas: a funcionária pública Noêmia Paz concorreu pelo PSP – não havendo registro da quantidade de votos que ela obteve – e a

²⁰⁸ Quando, conforme abordaremos em seguida, parte dos trabalhistas migrou para o PSP devido a uma cisão do PTB.

²⁰⁹ Ver o apêndice E, lista dos vereadores eleitos entre 1947 e 1968.

²¹⁰ Zolmar Machado seria vereador também pelo MDB, eleito em 1968, 1972 e 1976, e pelo PMDB, eleito em 1982. Alcides Nascimento seria eleito pelo MDB em 1968, 1972 e 1976, e seria suplente pelo PDT em 1982. Ambos foram presidentes da Câmara Municipal em diferentes períodos. Lina Plentz seria eleita também pela ARENA, em 1968, 1972 e 1976, e suplente pelo PDS em 1982 (RANINCHESKI, 1998).

professora Ondina Flores Soares (UDN), que foi a primeira suplente de seu partido, com 102 votos²¹¹.

Figura 12 – A vereadora Lina Plentz Alves (PDC) e o prefeito Hugo Lagranha (PSD)



Fonte: fototeca da UPHAM.

Ao longo de cinco eleições, o PTB foi o partido que elegeu, em média, o maior número de vereadores, ultrapassando o PSD – que havia vencido a primeira eleição em 1947. Houve partidos que deixaram de ter representantes na Câmara Municipal, cedendo seus espaços para outras siglas. Novos partidos, como o PDC e o MTR, conquistariam uma fatia do eleitorado em 1963. Nas eleições para a Câmara Federal e Assembleia Legislativa, as urnas de Canoas continuaram registrando a maioria dos votos para o PTB: 47,72% em 1950, entre os votados para deputação federal; 38,41% em 1954, para deputados estaduais; 61,21% em 1958, para deputados federais e 35% para deputados estaduais; 40,75% em 1962, para a deputados federais e 34,73% para deputados estaduais, conforme o banco de dados eleitorais do NUPERGS/UFRGS. Entretanto, no plano local, o PTB não sagrou-se vencedor de todas as eleições. Assim, embora influenciados pela conjuntura política regional e nacional, os movimentos eleitorais em Canoas são passíveis de melhor entendimento se compreendida a

²¹¹ Houve outras candidatas nos anos seguintes, mas atingiram pouca votação: Iracema da Silva obteve apenas três votos, concorrendo pelo PR ao cargo de vereadora em 1959. Em 1963, Sirlei Andrade Cunha, pelo MTR, obteve 87 votos, Geny Chies, pela UDN, angariou 82 votos, e Ayda Esteves Ferreira, pelo mesmo partido, obteve 50 votos. Há diversos registros sobre uma ativa ala feminina no PSD canoense do final dos anos 1940 e do início dos anos 1950, e algum registro de participação feminina na ala jovem do PTB, nos anos 1960. Nas listas dos membros dos diretórios do PTB e do PSD percebe-se a presença de mulheres, mas de forma bastante minoritária.

dinâmica local das coligações e das dissidências partidárias. Vejamos o quadro geral de evolução partidária conforme as bancadas eleitas entre 1947 e 1963:

Tabela 6 – Número de vereadores eleitos por partido entre 1947 e 1963

Partido	1947	1951	1955	1959	1963
PSD	5	1	3	3	2
PTB	2	4	3	6	5
PRP	1	2	2	2	1
UDN	1	1	1	-	-
PSP	-	1	2	-	-
PL	-	-	2	2	2
PDC				-	2
MTR					1
Total	9	9	13	13	13

Tabela elaborada pelo autor.

O PSD iniciou o período estudado elegendo cinco dos nove vereadores, mas em 1951, em coligação com a UDN foram eleitos apenas dois vereadores, um de cada partido. Em 1955, com a Câmara já composta de treze vereadores²¹², o PSD elegeu três, número que manteve em 1959, perdendo um em 1963. O PTB, que iniciou elegendo dois representantes, em 1947, dobrou sua bancada quatro anos depois. Em 1955, os trabalhistas dividiram-se, e parte dos petebistas concorreram pelo PSP, que elegeu dois vereadores (havia eleito apenas um em 1951) e pelo PSB, que não atingiu o quociente eleitoral. Naquela eleição, o PTB elegeu três vereadores, dobrando a bancada novamente em 1959 e perdendo um representante em 1963. O Partido Libertador não elegeu seus candidatos até 1955, quando formou bancada com dois vereadores – número que manteve nas eleições seguintes. O PRP iniciou com um vereador, eleito em coligação com o PL, passando para dois em 1951 – número que manteve em 1955 e em 1959, e que reduziu-se a um em 1963. A UDN elegeu um vereador por eleição entre 1947 e 1955, deixando de ter bancada a partir de 1959, bem como o PSP. Em 1963, PTB, PSD e PRP perderam um vereador cada, número que, somado, corresponde aos vereadores eleitos pelos partidos emergentes: dois eleitos pelo PDC e um eleito pelo MTR. No entanto, a liderança numérica do PTB, elegendo as maiores bancadas, deixa escapar uma característica da clivagem política local: ao longo dos anos 1950 formou-se, gradualmente, um bloco liberal-conservador para se contrapor ao avanço dos trabalhistas. [Ver quadro 1].

²¹² A Constituição Estadual de 1947 determinava o número mínimo de sete e máximo 21 vereadores, proporcionalmente ao número de habitantes, o que deveria ser definido pelas leis orgânicas municipais. O aumento populacional justificou o incremento do número de vereadores a partir da terceira legislatura, eleita em 1955.

Conforme vimos, durante a década de 1950, formaram-se, nas sucessivas eleições, dois blocos partidários em Canoas: de um lado, os trabalhistas, que em 1951 concorreram com o PTB sem coligação, em 1955 dividiram-se entre PTB, PSP e PSB, partidos que formariam coligação em 1959 e 1963; de outro, o bloco liberal-conservador formado em 1951 pelo PSD, PL e UDN, e que a partir de 1955 passou a contar com o PRP, configurando, em 1963, um bloco anti-PTB formado pelos partidos que, no plano estadual, conforme Cánepa (2005, p. 301-303) formaram a Ação Democrática Popular (ADP) para as eleições de 1962 (PSD-PL-UDN-PRP-PDC-PSP), exceto pela ausência do PSP, coligado ao PTB em Canoas, e pela soma do MTR. Assim, não basta, para compreender o quadro eleitoral canoense, examinar apenas o número de vereadores eleitos em cada ano por partido, sendo necessário comparar a votação dos dois blocos partidários:

Gráfico 7 – Evolução dos votos por blocos-partidários nas eleições para a Câmara Municipal de Canoas (1947-1963)

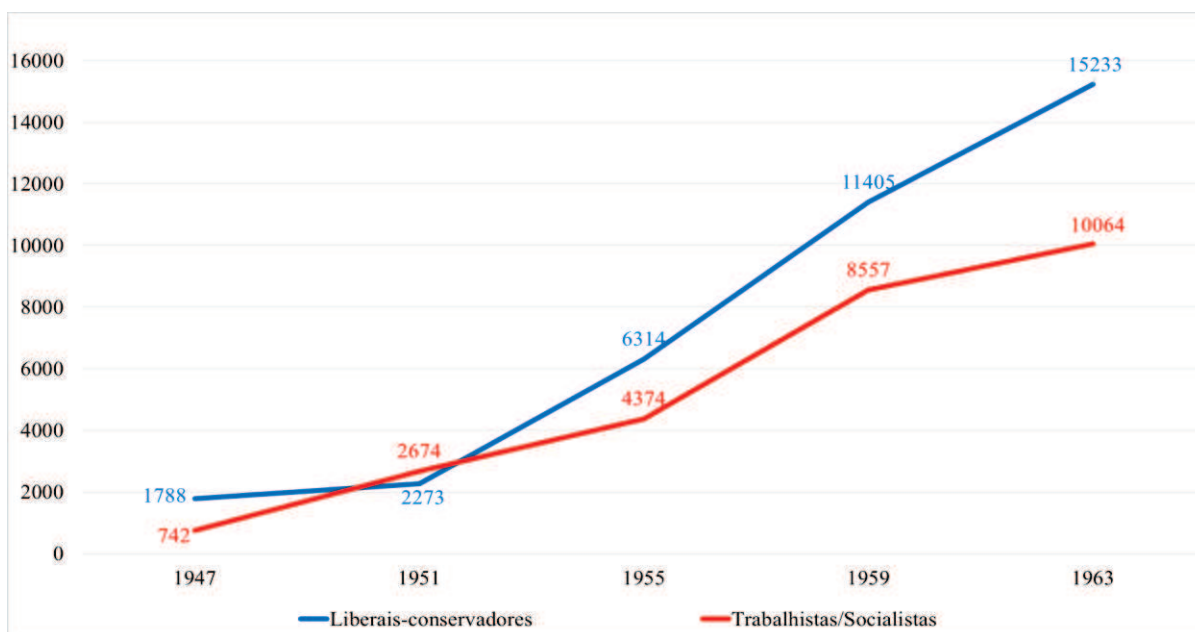


Gráfico elaborado pelo autor.

O bloco formado por PSD, PL, PRP, UDN, agregando o PDC a partir de 1959 e o MTR em 1963, só não superou em votos o bloco dos trabalhistas e socialistas (PTB somado ao PSB, a partir de 1951 e ao PSP a partir de 1955) em 1951, retomando sua vantagem nas eleições de 1955 e ampliando-a em 1959 e 1963, com os novos partidos, coincidindo com a desaceleração do bloco trabalhista/socialista. Eis outra comparação:

Gráfico 8 – Comparativo da votação do PTB com os partidos do bloco anti-PTB nas eleições para a Câmara Municipal de Canoas (1955-1963)

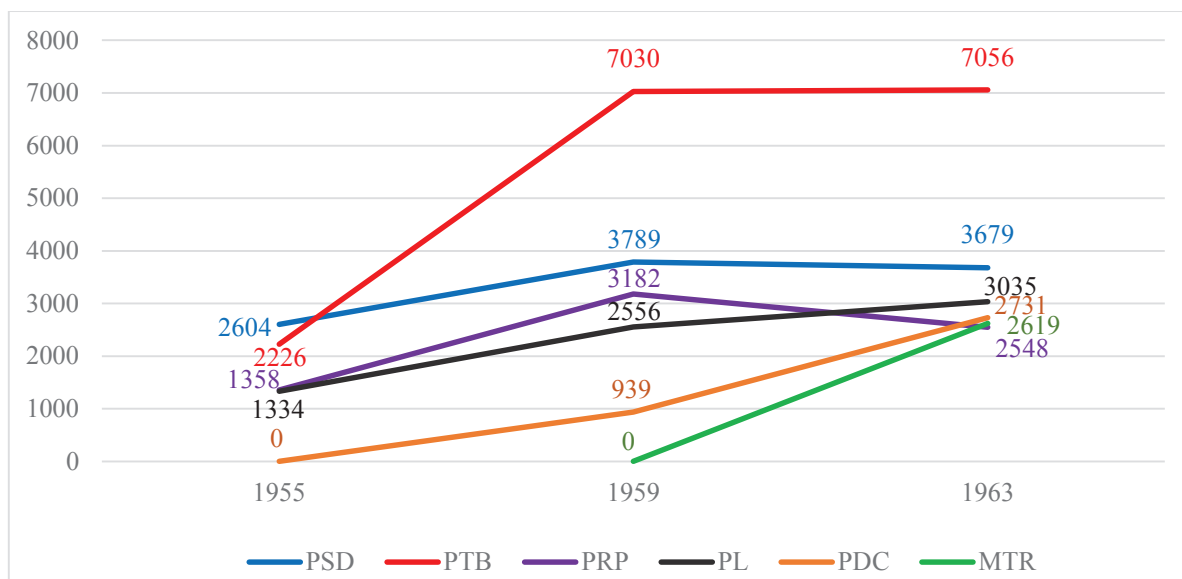
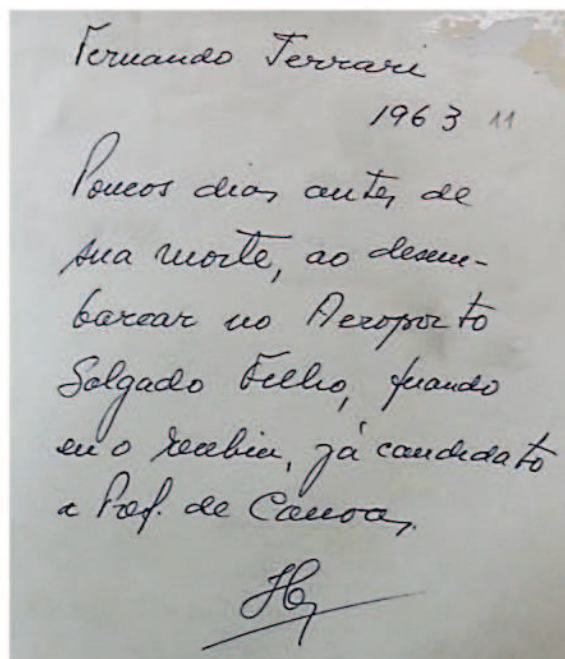


Gráfico elaborado pelo autor.

Se compararmos as siglas isoladamente, o PTB supera notoriamente os demais partidos, pois nenhum deles atingiu mais do que 4 mil votos, enquanto os petebistas somaram mais de 7 mil votos nas eleições de 1959 e de 1963. Porém, duas ressalvas são necessárias: primeiro, o que já constatamos, ou seja, que PSD, PRP, PL, UDN, PDC e MTR constituíram um bloco para se contrapor ao PTB, formando maioria na Câmara Municipal; segundo, que nota-se uma desaceleração da votação do PTB, que praticamente não cresce entre 1959 e 1963. Assim, como o PSD, que reduziu em cerca de 100 votos a sua votação entre uma eleição e outra, e o PRP, que perdeu mais de 600 votos, o PTB sentiu a emergência dos novos partidos. O PDC, que em 1959 havia somado 939 votos, obteve 2.731 em 1963. O MTR, que disputou sua primeira eleição municipal em 1963, obteve 2.619 votos²¹⁴.

²¹⁴ Conforme entrevista concedida à Sônia Ranincheski por Antônio Canabarro Tróis Filho, o PDC em Canoas foi formado por lideranças sem mandato e que buscavam uma alternativa de renovação e de “humanização” da prática política. Elegeu, em 1963, dois vereadores: o jornalista Antônio Canabarro Tróis Filho e a líder comunitária Lina Plentz Alves (RANINCHESKI, 1998, p. 97). Congregava outros nomes, como o jovem professor Francisco Dequi, que nos anos 1980 seria deputado estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o servidor civil da Aeronáutica e líder comunitário Pedro dos Santos, o primeiro vereador negro de Canoas (FINKLER, 2006, p. 28). Tudo leva a crer que o MTR, em Canoas, tenha sido formado por lideranças jovens, como o vereador eleito em 1963, o farmacêutico e bioquímico Luiz Pereira de Souza, com 28 anos de idade na época de sua eleição (*Diário de Canoas*, Canoas, 27 jun. 2002. P. 31). Isto porque não encontramos os nomes de nenhum dos candidatos a vereador pelo MTR em 1963 nas listas de candidatos de 1959, nem mesmo nas listagens dos integrantes do diretório municipal do PTB. Outra hipótese é que o grupo fosse ligado a Fernando Ferrari, que em 1958 foi o deputado federal mais votado em Canoas, com 3.596 votos (*Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 out. 1958.).

Figura 13 – Hugo Simões Lagranha (PSD) e Fernando Ferrari (MTR) na foto cuja descrição o próprio Lagranha registrou no verso (1963)



Fonte: fototeca da UPHAM.

Tanto pelos seus próprios resultados quanto pela necessidade da formação de um grande bloco partidário para contrapor-se a ele, o PTB foi o protagonista da política canoense na Terceira República. Porém, o cruzamento entre os números indica uma estagnação do PTB na década de 1960, pois seu candidato a prefeito David Lanner, derrotado em 1963, obteve 9.324 votos, pouco menos do que os 9.697 que foram suficientes para eleger José João de Medeiros em 1959. Enquanto isso, com o reforço de PDC e do MTR, a candidatura do bloco anti-PTB aumentou sua votação, elegendo Lagranha (PSD) para o primeiro de cinco mandatos – um para o qual foi eleito antes de 1964 e que foi prorrogado pelo regime civil-militar, outros dois por nomeação do regime (1969 e 1983) e mais dois após a redemocratização (1988 e 1996)²¹⁵.

²¹⁵ Após a extinção do PTB, em 1965, os trabalhistas canoenses filiaram-se ao MDB. Dos sete vereadores eleitos em Canoas na primeira eleição municipal da qual o MDB participou, em 1968, quatro haviam sido eleitos em 1963 pelo PTB: Antônio Ferreira Alves, Alcides Nascimento, Alberto Rodrigues de Oliveira e Zolmar Machado dos Santos. Em 1968, o MDB faria mais vereadores do que a ARENA e elegeria o futuro deputado estadual Carlos Giacomazzi para o cargo de prefeito. Antes da posse, Canoas foi declarada Área de Segurança Nacional e Hugo Lagranha foi nomeado para mais um mandato. Entretanto, se considerarmos a participação dos trabalhistas no MDB, as eleições de 1968 foram mais um movimento da gangorra envolvendo os trabalhistas e o bloco liberal-conservador: naquele ano, os trabalhistas, já abrigados no MDB, ficaram por cima (ANGELI, 2014, p. 117-119).

3.2 “Homens do trabalho, afeitos a luta de todos os dias”: o manual do bom vereador ²¹⁶

A atividade política possui uma linguagem que lhe é peculiar, meio pelo qual formula respostas aos problemas que são colocados pela sociedade em cada época (BERSTEIN, 2003, p. 61; 67). Além disso, a fronteira entre o que é passível de ser pensado e dito politicamente é delimitada pelas características inerentes ao campo político, sendo este o lugar onde são gerados, na concorrência entre os agentes envolvidos, os produtos políticos, programas, análises, conceitos (BOURDIEU, 2012, p. 164-165). Assim, ao pesquisar em textos e imagens que foram construídos num contexto de competição pela adesão de seus destinatários (os eleitores), é preciso ter em conta que sua linguagem possui marcas desta disputa que se situam além da narrativa explícita.

Salienta o historiador alemão Thomas Mergel (2003, p. 55) que “nenhum floreio linguístico deve ser tomado como natural”²¹⁷, indo ao encontro de seu colega francês, Antoine Prost (2003, p. 312), para quem os modos de falar não são inocentes: “Para além de sua aparente neutralidade, revelam estruturas mentais, maneiras de perceber e de organizar a realidade denominando-a. Traem os seus preconceitos e tabus por seus estereótipos ou silêncios”. Podemos lembrar também de Arlete Farge (2011, p. 16), para quem não se trata de acreditar que, graças a tais falas, “detemos de fato o real, a realidade, mas de escutar um desafio: entrar através dessas palavras numa das moradas vivas da história, lá onde as palavras formam fraturas num espaço social ou imaginário particular”.

Neste e no próximo subcapítulo, analisaremos os qualificativos que os candidatos a vereadores e os candidatos a prefeito da cidade de Canoas construíram acerca de si mesmos e que estão presentes nas propostas, programas, propagandas e discursos emitidos durante as campanhas eleitorais realizadas entre 1947 e 1963, especialmente por via da imprensa local, e

²¹⁶ Entre 1947 e 1963, centenas de candidatos concorreram ao cargo de vereador em Canoas, registrados por diversos partidos. Sobre a maior parte deles restam poucos registros. Estamos utilizando, neste capítulo, as referências aos candidatos a vereador encontradas nos periódicos da hemeroteca da Unidade de Patrimônio Histórico e Arquivo Municipal de Canoas (UPHAM), optando pelas fontes mais descritivas.

²¹⁷ Thomas Mergel (2003) aposta na história cultural do político como uma alternativa à história política tradicional e história social alemã. Para o autor, esta modalidade de história política possui alguns pressupostos: primeiro, a perspectiva etnológica, possibilitando decifrar os símbolos e rituais da política e as redes de atribuição de sentido; segundo, a ponderação comunicativa e o construtivismo, com atenção para as estratégias linguísticas através das quais um tema é transformado num tema político e, portanto, para a luta semântica inerente à luta política. Para Mergel (2003, p. 38-39), a política pode ser vista como uma ação cheia de significados: “Essa ação não serve só para atingir um objetivo ou para solucionar um problema, mas também para a criação de sentido. Uma sociedade se define através de uma economia específica de problemas e de um horizonte de soluções. Através das personalidades que as representam, ela se descreve a si mesma: a simbologia política, que se distingue de sociedade a sociedade, indica autocompreensão social”. Outro historiador alemão, Wolfgang Hardtwig (2007), aborda as diferenças entre a vertente comportamental do conceito de *cultura política* e a história cultural política. Sobre as relações entre a nova história cultural e a história social alemã, ver René Gertz (1999).

também as imagens construídas por jornalistas, comentaristas, articulistas e editores sobre tais candidatos.

A utilização de periódicos já está bastante difundida na pesquisa histórica recente, porém, como qualquer fonte, não podemos considerá-los como detentores de uma verdade que se oferece à colheita. O texto publicado no jornal pressupõe um leitor e, no caso da propaganda política, busca mobilizá-lo, incitá-lo, conquistar sua adesão e constituí-lo como parte de seu eleitorado. Isso exige de nós, uma leitura intensiva, meticulosa e exaustiva, como defende Cláudio Pereira Elmir (1995, p. 21). Como candidatos apresentaram a si próprios, aos seus adversários e aos seus aliados e partidos nas páginas da imprensa local? Qual o papel da imprensa na construção de imagens acerca de candidatos e partidos da competição eleitoral?

Vinte dias separavam os eleitores canoenses de seu encontro com as urnas, quando o jornal *O Democrata* publicou a nota conjunta assinada pelos diretórios municipais do Partido Libertador (PL) e do Partido de Representação Popular (PRP). As primeiras linhas do texto buscam justificar a coligação entre as duas siglas para a eleição da Câmara Municipal em 1947: “Tendo em vista os mais altos interesses do município, depois de madura reflexão e autorização pelos órgãos estaduais das respectivas agremiações, decidiram concorrer à eleição de 15 de novembro próximo futuro, para vereadores, com uma chapa única”. Após a apresentação dos nomes e das profissões dos candidatos, os redatores da nota buscaram construir uma definição das tradições políticas às quais os partidos se vinculavam, concebendo um ponto de convergência entre ambos: o PL era descrito como herdeiro e detentor de “um conjunto de ideias e tradições em prol das quais se veem batendo, desde o Império, incontáveis patrícios digníssimos”, enquanto o PRP, “embora mais novo”, seria “igualmente constituído de elementos de *escol* e, por sua vez, legatário de um passado heroico e de um programa inspirado nos mais caros princípios que presidiram a nossa formação nacional”. Os candidatos foram apresentados da seguinte forma: pelo Partido Libertador, Dirceu Pinto da Silva, comerciário; Luiz J. Ferreira, dentista; Pedro Shein, agricultor; Timótheo Morsch, perito-contador; Victor Milanez, economista; pelo Partido de Representação Popular, Jacob Longoni, agricultor e criador; Melton Ignácio Both, bancário; Reny Regner, comerciante; Sezefredo A. Vieira, advogado²¹⁸.

A menção à profissão de cada um dos candidatos não era algo sem propósito, tampouco, como vereamos adiante, um exemplo isolado. A própria nota busca valorizar a diversidade de profissões como essencial ao trabalho a ser desenvolvido na Câmara

²¹⁸ AO POVO de Canôas. *O Democrata*, Canoas, n.º 09, 25 out. 1947. P. 02.

Municipal: conforme o texto divulgado pela coligação, era isto que conferia aos seus candidatos “autoridade moral e intelectual” para dotar o município de “leis adequadas”, pois “independentemente das qualidades de caráter”, que dizia a nota os distinguirem, eram eles beneficiados pelo fato de serem “homens de trabalho”. O argumento era assim coroado:

O advogado que cultiva o direito; o agricultor e o criador, que dominam a natureza promovendo a produção; o homem do comércio ou de banco, coadjuvadores da circulação da riqueza; aqueles que têm por função curar dos males alheios ou cooperar para a prosperidade coletiva – todos estão representados na chapa que organizamos, para a defesa dos interesses de Canoas. Não o estão, aliás, por mera coincidência, mas porque, evidentemente, é forçoso que estejam. À Câmara de Vereadores caberão as elevadas e complexas atribuições de redigir as leis, discutir e votar os orçamentos do município. E, naturalmente, não é de esperar que se redijam leis, rigorosamente de acordo com a técnica jurídica e dentro dos limites constitucionais, sem a assistência de um bacharel de direito, que conheça a matéria; do mesmo passo que não se compreende o debate construtivo, eficiente, dos problemas concretos da administração, relativos à instrução, à higiene, a estradas ou às finanças, sem a experiência do comércio, da agricultura, das profissões liberais, e sem o conselho de peritos em economia²¹⁹.

A nota publicada conjuntamente pelo PL e pelo PRP em 1947 – destinada “ao povo” de Canoas – salienta características tidas como apropriadas aos que se propunham a representar esse mesmo povo na Câmara Municipal. Para além das “qualidades de caráter”, seus candidatos a vereadores dispunham de “autoridade moral e intelectual”. E essa capacidade dotaria o município de leis adequadas, colaborando “proficientemente” com o poder executivo. O qualificativo *homens de trabalho* indicava que essa proficiência provinha do fato de serem tais candidatos oriundos de variadas profissões, o que era ressaltado ao lado de cada nome. De comerciante a comerciante, de advogado a agricultor, a lista de candidatos que o PL e o PRP disponibilizavam aos eleitores canoenses trazia a representação de setores diversos da sociedade por meio da variedade de profissões.

Assim como a coligação PL-PRP, o PSD lançou nota, *ao eleitorado canoense*, às vésperas da eleição para a Câmara Municipal em 1947. Publicada na capa do jornal *O Democrata*, a nota conclamava os eleitores do município a sufragarem os candidatos pessedistas: “Integrada por antigos e honrados canoenses, com larga folha de serviços prestados ao nosso município e ao seu povo, a chapa que indicamos e recomendamos aos nossos companheiros e amigos bem merece a preferência do eleitorado consciente desta terra”. O argumento da nota do PSD dizia respeito à conduta passada de seus candidatos à vereança: “Pautados sempre sob uma linha vertical de honestidade e dignidade moral,

²¹⁹ AO POVO de Canôas. *O Democrata*, Canoas, n.º 09, 25 out. 1947. P. 02.

conhecedores dos problemas do município e com eles identificados os componentes da chapa estão em condições de prestar eficiente colaboração ao Governo Municipal”²²⁰.

A nota apresentava a lista de candidatos, composta por Arhur Pereira de Vargas, Ulysses Machado, Vicente Cláudio Porcello, Max Oderich, Décio Antônio da Silveira, Mário Grilo, Júlio Finkler Primo, Emílio Antônio Pereira e Juvenal Machado. Em seguida, o PSD retoma, numa argumentação mais direta, o qualificativo ligado ao trabalho já utilizado na nota da coligação PL-PRP: “Homens do trabalho, afeitos à luta de todos os dias, em contato direto com o povo de cujas necessidades e anseios são conhecedores, são eles, por isso mesmo, os mais indicados para [...] propor as medidas e soluções para os problemas que nos afligem”²²¹.

Os qualificativos que a nota do PSD destina aos seus candidatos, *homens de trabalho, afeitos à luta de todos os dias, em contato direto com o povo de cujas necessidades e anseios são conhecedores*, servem de indício da imagem do bom candidato e dos sentidos atribuídos ao *ser candidato*. Tanto nesta nota quanto naquela publicada conjuntamente por PL e PRP, a qualidade característica das candidaturas reside no fato de serem *homens de trabalho*²²². Partido de um prefeito, nomeado pelo governador do Estado – o também pessedista Walter Jobim – e que passaria a viver uma experiência nova – a de governar perante um legislativo – o PSD, por fim, deixava claro que a função de seus futuros vereadores seria “prestar eficiente colaboração ao Governo Municipal”²²³.

Ao menos dois elementos presentes nas notas publicadas pelos partidos no pleito de 1947 reaparecem em outros excertos da imprensa local durante as campanhas eleitorais: os qualificativos relacionados ao trabalho e a noção de proficiência necessária ao exercício do cargo de vereador. Nelas, aparecem como qualificativos, além dos aspectos morais (*honestidade, passado, conduta*), a competência intelectual e a ligação direta com a população, ou seja, o bom candidato era aquele cidadão *honesto, dotado de qualidades morais e intelectuais, e conhecedor das necessidades da população* – ao menos do ponto de vista dos partidos e candidatos locais.

Nas eleições de 1951, o Capitão Arlindo Bauer Sertório, candidato a vereador pela coligação PSD-UDN²²⁴, era apresentado pelo jornal *Canoas em Marcha*, em publicação a

²²⁰ Naquela eleição, o PSD obteve cinco das nove cadeiras em disputa. A coligação PL-PRP elegeu apenas um vereador, mesmo número obtido pela UDN. Os outros dois vereadores foram eleitos pelo PTB.

²²¹ AO ELEITORADO Canoense [publicação do PSD]. *O Democrata*, Canoas, 12 nov. 1947. Capa.

²²² Isso, diante de um eleitorado formado cada vez mais por operários, talvez corresponda à subjetivação que resulta da relação do cidadão com o Estado, conforme salientado por Paul Veyne (1987, p. 10): “Esse indivíduo é atingido no coração pelo poder público quando é atingido na sua imagem de si, na relação que tem consigo mesmo quando obedece ao Estado ou à sociedade”.

²²³ AO ELEITORADO Canoense [publicação do PSD]. *O Democrata*, Canoas, 12 nov. 1947. Capa.

²²⁴ Era filiado à UDN. Obteve 40 votos, não sendo eleito.

pedido, como *um vulto de valor*: “Altivo, trabalhador, incansável e intransigente em suas convicções”, o que o tornava um candidato “merecedor do voto” de quem o conhecia, pois colocaria “seu alto descortino de inteligência” a serviço da “coletividade canoense”²²⁵. Em sua edição do dia 04 de outubro de 1959 o jornal *Gazeta de Notícias* publicou uma entrevista com o candidato a vereador José Eraldo Schmitz²²⁶, antecedida por uma pequena biografia:

Descendente de família humilde, desde a mais tenra idade, viu-se na contingência de trabalhar, para com seu esforço contribuir para a manutenção da família. Assim sendo, aos 7 anos de idade, vendia jornais pelas ruas de Novo Hamburgo, muitas vezes enfrentando intempéries. De 1922 a 1926 conservou-se nessa ocupação de menino pobre e analfabeto, ano em que começou a sentir a necessidade de estudar para poder vencer na vida. [...] Após passar por vários empregos no comércio e indústria, em 1928 começou a interessar-se pela indústria do couro e de seus derivados, tendo trabalhado em diversos setores dessa indústria.

Assim, o candidato era apresentado por uma biografia que enfatizava sua origem humilde e o fato de ter começado a trabalhar muito cedo. Em seguida, menciona a esposa do candidato, Ercina Coelho dos Santos, citada para reforçar a imagem pretendida: “Elemento de arraigado amor ao trabalho, teve em sua esposa uma companheira e colaboradora notável, que diariamente labutava com ele, lado a lado, até altas horas da madrugada, em sua modesta consertaria de calçados”. José Eraldo Schmitz foi longamente descrito, nas páginas do jornal *Gazeta de Notícias*²²⁷, pelo viés do trabalho:

Conhecendo perfeitamente o métier, não tardou que começasse a fabricar calçados, totalmente feitos a mão até os mínimos detalhes. [...] Com o passar dos anos, seu lar de trabalhador foi enriquecido com o nascimento de 4 novos canoenses, que hoje em dia são um dos orgulhos de sua vida. [...] Em sua modesta casinha, foram aparecendo os primeiros pares de sapatos e cortes de fazenda para serem vendidos. E assim, trabalhando com tenacidade e dotado de grande visão e tino comercial, foi evoluindo, lenta mas firmemente, até chegar ao ponto atual, isto é, um dos maiores comerciantes de Canoas.

Neste caso, os qualificativos vão se encadeando na lógica do merecimento: *menino pobre e analfabeto, elemento de arraigado amor ao trabalho, trabalhador, dotado de grande visão e tino comercial, um dos maiores comerciantes de Canoas*, o homem que, pela força de seu trabalho, *venceu na vida*, seria por tudo isso digno da confiança do eleitor. Além disso, destacou-se o perfil *humanitário* do comerciante-candidato, indicando o lado assistencialista: “Podem se contar as dezenas ou mesmo centenas as vezes em que abandona o leito ou mesmo

²²⁵ UM VULTO de valor. *Canoas em Marcha*, Canoas, 22 out. 1951. Contracapa.

²²⁶ Comerciante, candidato pelo PL, obteve 127 votos e não se elegeu.

²²⁷ Apesar do formato de entrevista, percebe-se claramente o caráter de propaganda, prática comum na imprensa local do período.

os afazeres comerciais, para remover parturientes, acidentados ou doentes, quando não chamando médico, para pessoas as quais nem sequer conhecia”²²⁸.

Após a apresentação do candidato, segue a entrevista, que ocupou vários espaços daquela edição da *Gazeta de Notícias*. A primeira pergunta dizia respeito aos pontos básicos do trabalho que Schimitz pretendia desenvolver enquanto vereador, sendo a resposta dividida em seis itens: 1) Abertura de novas ruas, e melhoria do estado de conservação das já existentes; 2) Ampliação da rede de iluminação pública, pois não era compreensível que “um município tão próximo à capital e com um parque industrial tão desenvolvido” tivesse “ruas completamente às escuras”; 3) Melhoria e ampliação dos serviços de assistência pública; 4) Criação de creches nas vilas para que as mães pudessem sair descansadas para o trabalho; 5) Luta pela atração de mais indústrias ao município, “proporcionando assim maior arrecadação, bem como emprego para milhares de canoenses”. Na sequência, o candidato destacava a construção da outra parte do dique de proteção contra as cheias²²⁹ como a necessidade mais urgente de Canoas, e também a necessidade da extensão da rede de água potável para os bairros e vilas. A entrevista termina com um compromisso diante dos leitores/eleitores, caso fosse eleito, arrematando toda a elaboração anterior, baseada nos qualificativos ligados ao trabalho: “Oferecerei aos meus eleitores o que tem sido a alavanca propulsora de minha vida até hoje: Trabalho! Estarei na Câmara de Vereadores sempre alerta e vigilante, pronto a intervir, sempre que estiverem em jogo os interesses do povo de Canoas”²³⁰. Oferecendo-se ao eleitor enquanto candidato a vereador, José Eraldo Schimitz apresenta sua biografia como elemento conferidor da legitimidade de sua pretensão, reforçando a representação do candidato como *homem de trabalho*²³¹.

Embora em suas propostas o candidato apresente uma série de prioridades que dizem respeito muito mais ao poder executivo, saindo portanto das atribuições próprias do legislativo, a entrevista com José Eraldo Schimitz (PL) deixa claro que, naquele momento, já

²²⁸ FALA o Sr. José Eraldo. *Gazeta de Notícias*. Canoas, 04 out. 1959. P. 02.

²²⁹ Ver no apêndice A [*Quadro-resumo dos governos dos prefeitos eleitos em Canoas (1951-1963)*] as sucessivas obras realizadas nesse período em conjunto com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) em Canoas, inclusive os diques.

²³⁰ FALA o Sr. José Eraldo. Continuação. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 04 out. 1959. P. 07.

²³¹ Devemos considerar que, no período anterior, ou seja, durante a Era Vargas, conforme Angela de Castro Gomes (2005, p. 238) o Estado se voltou para a construção do “cidadão-trabalhador”, baseada num discurso pelo qual “só o trabalho podia constituir-se em medida de avaliação do valor social dos indivíduos”. A autora destaca o esforço do Estado Nacional em despir o trabalho de seu conteúdo negativo, enfrentando a questão social não como uma questão operária, mas como um problema de todos os homens e de todas as classes, já que eram trabalhadores todos aqueles que produziam, que colaboravam com o valor social de seu trabalho. Esta concepção *totalista* do trabalho não distinguia entre atividades manuais e intelectuais, vendo o trabalho em toda a grandeza de sua hierarquia. Tal percepção via o trabalhador não como uma máquina de produção, mas como uma pessoa humana, como uma célula vital do organismo pátrio (GOMES, 2005, p. 237-239).

começava a se atribuir uma certa importância às propostas dos candidatos e ao seu empenho na resolução das demandas da população. Como exemplo, nas eleições anteriores, em 1955, o PSB havia entregue uma carta de compromissos a serem assumidos pelo candidato a prefeito José João de Medeiros (então PSP)²³², que foi publicada no jornal *O Momento*. Entre estes compromissos, constava defender os interesses do município, lutando junto às empresas de transporte coletivo para que o povo tivesse um transporte eficiente e com preço acessível aos trabalhadores, e, de forma geral, “defender os interesses da população do município e muito especialmente os dos trabalhadores”. Na edição de 06 de agosto de 1955, o mesmo jornal trouxe um pequeno anúncio do candidato Omar Luz, que concorria a vereador pelo PSB: “Para vereador vote em Omar Luz, que defenderá intransigentemente o programa mínimo do Partido Socialista Brasileiro, aceito pelo Major Medeiros”²³³.

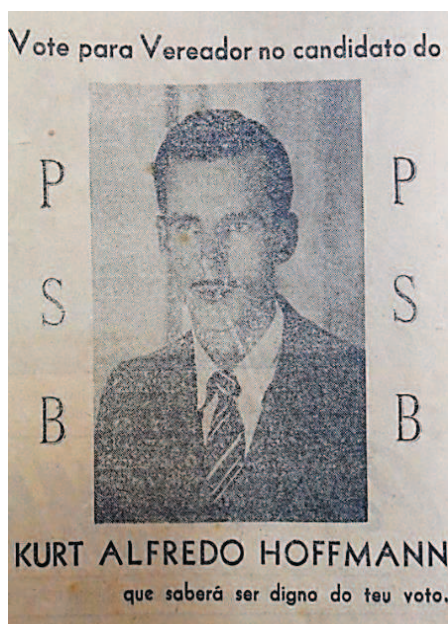
Retornando às eleições de 1951, a edição de 20 de outubro de 1951 do jornal *Canoas em Marcha* trouxe, diante da proximidade do pleito, várias páginas com anúncios de candidatos, demonstrando, de forma cada vez mais clara, o papel da imprensa local enquanto canal capaz de forjar uma aproximação entre candidatos e eleitores/leitores e construir uma imagem dos concorrentes. Isto pode ser percebido no modo como os candidatos eram apresentados por meio de imagens – nas quais, como diria a historiadora Sandra Pesavento (2004, p. 88), “o que importa é ver como os homens se representavam, a si próprios e ao mundo, e quais os valores e conceitos que experimentavam e que queriam passar, de maneira direta ou subliminar”²³⁴. Vejamos algumas destas imagens publicadas pelos jornais *Canoas em Marcha*, em 1951, e *O Momento*, nas eleições de 1955:

²³² José João de Medeiros havia sido derrotado na disputa interna do PTB, concorrendo nas eleições de 1955 pelo Partido Social Progressista (PSP) em coligação com o PSB, conforme abordado no subcapítulo 3.1 (*A política canoense na Terceira República*).

²³³ OS SOCIALISTAS vão apoiar o Coronel Medeiros. *O Momento*, Canoas, 02 jul. 1955. Contracapa.

²³⁴ Sobre a importância da introdução de fotografias nos periódicos, a fotógrafa e teórica alemã Gisèle Freund (2006, p. 96) destacou uma mudança na visão das massas: até então, o homem comum só podia visualizar os acontecimentos que ocorriam ao seu entorno, em sua rua, com seu povo. Com a fotografia, se abria uma janela para o mundo, pela qual se poderia observar os rostos dos personagens públicos e os acontecimentos ocorridos longe de seu círculo familiar. Freund (2006, p. 146) não negligenciou o tema da utilização da fotografia como instrumento político. Quando se quer ridicularizar um personagem da política, por exemplo, basta publicar fotos suas que o desfavoreçam: “O homem mais inteligente pode parecer idiota fotografado com a boca aberta”. A autora alertava para o fato de que as fotografias, inclusive as veiculadas pela imprensa, converteram-se num poderoso meio de propaganda e manipulação, pois o mundo das imagens funciona de acordo com os detentores da imprensa: setores empresariais e financeiros, e governo. Assim, as fotografias podem ser utilizadas pela imprensa alterando seu significado, dependendo da forma como são publicadas, de sua combinação com outras imagens (FREUND, 2006, p. 144-146).

Figura 14 – Anúncio do candidato a vereador Kurt Alfredo Hoffmann (PSB) em 1951



Fonte: *Canoas em Marcha*, Canoas, 20 out. 1951. P. 2. [UPHAM].

Figura 15 – Anúncio do candidato a vereador Jardelino Souza Lemos (PTB) em 1951



Fonte: *Canoas em Marcha*, Canoas, 20 out. 1951. P. 2. [UPHAM].

Figura 16 – Anúncio de candidatos a vereador da UDN em 1955



Fonte: *O Momento*, Canoas, 03 set. 1955. P. 4. [UPHAM].

Figura 17 – Anúncio do candidato a vereador Jutahy Pasquali (PSP) em 1955



Fonte: *O Momento*, Canoas, 10 set. 1955, p. 9. [UPHAM]

O uso do traje social foi a mais corriqueira forma pela qual os prefeitos e vereadores, ou os postulantes a tais cargos, foram apresentados tanto na imprensa local quanto nas propagandas distribuídas durante as campanhas eleitorais (*santinhos*)²³⁵. Na figura 18, o uso da toga de bacharel pelo médico Jutahy Pasquali indica aos eleitores, aos quais a imagem se destina, a suposta proficiência deste para o cargo de vereador, pois sendo ele um doutor, estaria à altura dos esforços intelectuais inerentes ao cargo, conforme o argumento da nota publicada pela coligação PL-PRP alguns anos antes. Seu colega de profissão, David Bonder, também foi retratado mais de uma vez, nas páginas da imprensa canoense, com o uso deste traje. [Ver figura 18]. Uma formatura, afinal, era um grande acontecimento, e os políticos faziam uso disto como um elemento de valorização a mais, como na publicação abaixo:

Figura 18 – O jornal *Canoas em Marcha* destaca a formatura do vereador Flávio Damiani (PTB) em 1952



Fonte: *Canoas em Marcha*, Canoas, 31 dez. 1952. P. 2. [UPHAM].

O jornal *Canoas em Marcha*, ligado ao PTB, elogiava o vereador trabalhista Flávio Damiani, que havia completado o curso de Medicina, tanto pela formatura quanto pelo seu desempenho na Câmara Municipal, “com o fulgor e o brilho de sua inteligência”. Chamava-o de “prócer do PTB local”. No *Dicionário Brasileiro Contemporâneo* de Francisco Fernandes

²³⁵ Em todos os *santinhos* encontrados, os candidatos exibem-se com terno e gravata. Nos jornais, das 72 fotografias publicadas (de prefeitos, vereadores ou candidatos), em 66 eles estão de terno e gravata. Nenhuma candidata teve sua fotografia publicada. Dois aparecem de camisa, e quatro com toga de bacharel. José João de Medeiros aparece duas vezes com o traje de oficial da Aeronáutica.

(1958), prócer quer dizer “homem importante em uma nação, classe ou partido”. Vários candidatos são assim qualificados pela imprensa local, denotando uma valorização dos mesmos pelo seu papel de liderança (ou pretensa liderança) partidária: aos demais qualificativos, somava-se o *status* de líder.

Candidato a vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Kurt Alfredo Hoffmann apresentava-se da seguinte maneira: o candidato “que saberá ser digno do teu voto”; Vicente Cláudio Porcello, candidato a vereador pelo PSD, era assim caracterizado: “Um candidato que sempre batalhou pelo desenvolvimento de Canoas e progresso do seu povo”; Jardelino Souza Lemos, candidato pelo PTB, conclamava os “petebistas canoenses” e se intitulava “pecuarista e agricultor canoense”, “conhecedor das necessidades do povo de Canoas, principalmente do pequeno pecuarista e agricultor”²³⁶. Assim, aparecem novamente os qualificativos relacionados à dignidade, à relação do candidato com a comunidade e ao conhecimento das necessidades da população²³⁷.

A contracapa do jornal *Canoas em Marcha*, na edição publicada antes das eleições de 1951, continha uma nota sobre Paulo Szekir, candidato a vereador pela UDN²³⁸, buscando mobilizar o eleitorado em torno de sua candidatura: “O pleito eleitoral de 1º de novembro, vem agitando todas as classes. É que vários são os candidatos à renovação da Câmara Municipal. Entre estes figura o Sr. Paulo Szekir”. Na sequência, atribuiu-se ao candidato uma série de qualificativos pelos quais ele faria jus ao voto dos eleitores canoenses: *seu caráter íntegro, sua capacidade de trabalho, seu cavalheirismo sem par, seu gênio afável, um dos vultos mais populares e benquistos nesta cidade*. Reforçando sobre quem recaiam tais qualificativos, o texto, a partir do título, menciona o nome de Paulo Szekir nada menos do que sete vezes.

Paulo Szekir (UDN) era descrito como “conhecedor profundo das necessidades e dos interesses do povo canoense” e como um candidato que, caso eleito, saberia “corresponder à confiança” daqueles que levassem “seu nome a urna”. Reforçando os qualificativos anteriormente citados, o candidato era recomendado “pelo seu passado de lutas, pelas suas qualidades morais e intelectuais, que sempre estiveram em defesa dos pequenos e dos oprimidos [...], um batalhador incansável que saberá retribuir com leis tão ansiadas quão

²³⁶ Kurt Alfredo Hoffmann (PSB) obteve apenas 16 votos em 1951. Seu nome reaparece em 1955 como fotógrafo e candidato a vereador pela UDN. Jardelino Lemos (PTB) foi eleito com 220 votos. Vicente Cláudio Porcello (PSD) não se elegeu, angariando 78 votos. Os candidatos que aparecem na figura 17 também não foram eleitos, bem como Jutahy Pasquali (PTB). Não contamos com o número de votos de todos os candidatos que concorreram em 1955.

²³⁷ ESCOLHA. *Canoas em Marcha*, Canoas, n.º 11, 20 out. 1951. P. 02-03.

²³⁸ Foi eleito pela coligação PSD-UDN com 146 votos.

benéficas, o voto que o povo canoense dará ao seu nome”. Conforme a nota, Paulo Szekir era um candidato “cheio de bons serviços prestados a coletividade como funcionário público” e votar nele para vereador era uma maneira de ficar “com a consciência tranquila”. Ao final, a autoria do texto era atribuída não ao próprio candidato ou ao seu partido, mas a um “grupo de amigos de Paulo Szekir”²³⁹.

Vivendo sua primeira experiência de democracia, a política brasileira se diferenciava em muito do modelo de participação política que vigorara até 1930. Letícia Bicalho Canêdo (2010, p. 538) menciona uma expressiva transformação no perfil dos candidatos, pois diante desses aparece cada vez mais a necessidade de construir uma “popularidade eleitoral”: “distribuir apertos de mão, empenhar-se para realizar ‘pequenos serviços’ aos eleitores com marcas de simpatia torna-se imprescindível”. Novo eleitor, pertencente a um grupo mais amplo, urbano e sem distinções de gênero (no que se refere ao alistamento), a ele dirigem-se as estratégias para a conquista do voto, o meio pelo qual o eleitor se consolida como tal e o candidato se faz eleito. O texto que se refere à candidatura de Paulo Szekir nos indica que os qualificativos já mencionados anteriormente – e que em parte reaparecem na descrição dos dotes do candidato – já não bastam nessa tentativa de atingir o eleitor: ser cavalheiro, ter serviços prestados, ser popular e benquisto são prerrogativas que fazem toda a diferença na comunicação entre candidato e eleitor.

Também candidato a vereador, Oscar Andrade²⁴⁰ fez publicar na mesma página – contracapa daquela edição – um trecho de discurso seu, proferido “ao povo canoense”: “Se, por ventura algum dia me faltar força suficiente para cumprir tudo isto que aqui venho espontaneamente prometer, podeis estar certos de que renunciarei [...] porque, então, estarei traindo a confiança que este povo bom e amigo me depositou”²⁴¹. Outro elemento aparece: o candidato deve cumprir as promessas que faz diante do eleitorado. E, nesse aspecto, retornamos à publicidade do candidato Mário Both em 1950, na qual publicava-se: “raras vezes as promessas feitas às vésperas dos pleitos são realizadas, pois são sempre apregoadas com segunda intenção de conseguir votos”²⁴². Assim, revela-se mais um aspecto da relação entre candidato e eleitor: a promessa eleitoral como meio de obtenção do voto.

Um panfleto do candidato a vereador Mário Grillo (PSD) em conjunto com os candidatos a prefeito Sezefredo Vieira (PRP) e a vice-prefeito Hugo Lagranha (PSD) retomou

²³⁹ PAULO Szekir. *Canoas em Marcha*, Canoas, n.º 11, 20 out. 1951. Contracapa.

²⁴⁰ Oscar Andrade era candidato pelo PSD, partido do qual seria presidente municipal. Obteve 110 votos em 1951, mas não se elegeu.

²⁴¹ AO TERMINAR o manifesto... *Canoas em Marcha*, Canoas, n.º 11, 20 out. 1950. Contracapa.

²⁴² AO POVO de Canoas. *Correio de Canoas*, Canoas, n.º 02, 30 Set. 1950. Capa.

a questão das promessas nas eleições de 1955: os candidatos eram qualificados como *o trio que não faz promessas*. E, em seguida, apresentava um elemento comum em fontes similares: os candidatos seria conhecedores dos problemas, daquilo que estaria errado, do que a cidade estaria precisando naquele momento. O panfleto possui diversos elementos de interpelação, buscando a mobilização do eleitor. Na parte superior, o destinatário em letras maiúsculas: CANOENSE, seguido pelo imperativo negativo *não desperdice seu voto!* O argumento era que o voto do eleitor seria “bem aproveitado” caso votasse nos três candidatos, apelando para a noção de *confiança*: “Vote nos três e confie neles”. [Ver figura 19].

Figura 19 – Panfleto dos candidatos Mário Grillo, Sezefredo Vieira e Hugo Lagranha, postulantes a vereador, prefeito e vice-prefeito em 1955



Fonte: Unidade de Patrimônio Histórico e Arquivo Municipal [UPHAM].

Durante o período eleitoral de 1955, o jornal *O Momento* buscou mobilizar os leitores na direção de uma renovação da Câmara Municipal, fazendo inclusive uma espécie de julgamento com leitores sobre a atuação dos vereadores: “Para surpresa nossa, e quem sabe de muita gente, nenhum vereador mereceu o número suficiente de votos para a reeleição. [...] O povo está decidido a manifestar o seu louvor ou o seu descrédito nos homens que devem representá-lo”. Os editores do jornal chamaram o julgamento de *levantamento da opinião pública* com relação ao mérito dos vereadores de então. Cada eleitor consultado declarou se

os nove componentes da Câmara mereceriam ou não a reeleição. Entretanto, a lista dos eleitores que participaram da consulta promovida pelo periódico, divulgada ao final da matéria, aponta para a presença de dois candidatos à vereança: Mário Porto Inda e Alaor Martins, ambos do PSP²⁴³.

De fato, nas eleições municipais de 1955 nenhum vereador foi reeleito. O jornal *O Momento* saudou a mudança do legislativo: “Que a renovação não seja apenas aparente, mas sim uma renovação de mentalidade, com resultados mais positivos no estudo e resolução dos problemas, que dizem respeito à maior satisfação do povo canoense”²⁴⁴. Na edição de 15 de outubro de 1955, o jornal *O Momento* fez uma análise dos resultados das eleições para vereadores. O vereador mais votado foi Armando Würth (PSD), preferido por 434 eleitores. Segundo o jornal, sua expressiva votação foi devida ao apoio do magistério e à “fama de esclarecido, que goza no seio do povo, aliás merecidamente”. O terceiro vereador mais votado não obteve quociente eleitoral para se eleger. Foi Edson Medeiros (PSB), líder estudantil e filho do ex-prefeito José João de Medeiros: “Conseguiu totalizar 312 votos, mas a campanha mal feita dos seus companheiros de chapa jogou por terra todas as chances do Partido Socialista”, conforme a análise do comentarista²⁴⁵.

Ainda na mesma análise, surge um comentário sobre a candidata a vereadora Noêmia Paz (PSP): “Outra grande decepção que nos ofereceu o pleito foi a derrota da Sra. Noêmia Silveira Paz. Pequeníssima foi sua votação, não confirmando o imenso favoritismo com que era apontada, uma das mais votadas”²⁴⁶. O texto, assinado por Walter Galvani, termina com uma conclusão acerca da não recondução de nenhum integrante da Câmara Municipal: “Isso vem provar que o povo não está satisfeito com a atuação de nenhum de seus representantes. [...] Podemos também resumir o resultado da eleição num slogan que embora batido não perde a sua eficiência e veracidade: ‘Chega de demagogia’”²⁴⁷.

Nas eleições seguintes, 1959, encontramos dois jornais: *Gazeta de Notícias* e *Folha de Canoas*. O periódico *Folha de Canoas*, dirigido pelo jornalista João Galhardo, anunciava, na edição de 08 de novembro, a sua candidatura: “Jornalista combativo que através da *Folha de Canoas* vem denunciando o descaso dos Poderes Públicos Municipais em resolver os problemas de ruas, luz, água, escolas [...]. Trazendo a público as necessidades e

²⁴³ JULGAMENTO da Câmara de Vereadores. *O Momento*, Canoas, n.º 05, 1 sem abr. 1955. Capa.

²⁴⁴ COMPLETA renovação. *O Momento*, Canoas, n.º 32, 08 out. 1955. P. 02.

²⁴⁵ A CONSTITUIÇÃO da nova Câmara de Vereadores. *O Momento*, Canoas, n.º 33, 15 out. 1955. Capa.

²⁴⁶ A CONSTITUIÇÃO da nova Câmara de Vereadores. *O Momento*, Canoas, n.º 33, 15 out. 1955. Capa.

²⁴⁷ O POVO fez justiça. *O Momento*, Canoas, n.º 33, 15 out. 1955. Capa.

reivindicações de nossos bairros”. [Ver figura 20]. O anúncio destacava a filiação partidária: João Galhardo era “um candidato trabalhista”²⁴⁸.

Figura 20 – Anúncio do candidato a vereador João Galhardo (PTB) em 1959



Fonte: Folha de Canoas, Canoas, 08 nov. 1959. P. 04.

O jornal *Gazeta de Notícias* publicava anúncios de várias candidaturas. A edição de 17 de outubro de 1959 trazia um anúncio do candidato a vereador Ivo Siliprandi Vieira, do Partido Republicano. O anúncio é composto de forma simples, com nome, foto, cargo pretendido e partido do candidato, mas com um detalhe que revela algo importante da dinâmica da campanha eleitoral na tentativa de mobilização do eleitor: O anúncio destaca que as cédulas estavam disponíveis na parada 21 da Vila Niterói num local identificado como “Oficinas TV”²⁴⁹. [Ver figura 21]. É a mesma estratégia do candidato a vereador Cláudio Geraldo Nিকেle, do Partido Democrata Cristão: no seu caso as cédulas estavam disponíveis na Avenida Getúlio Vargas, 2866 – ao lado do Moinho Canoense²⁵⁰ [ver figura 22]²⁵¹.

Figura 21 – Anúncio do candidato a vereador Ivo Siliprandi Vieira (PR) em 1959



Fonte: Gazeta de Notícias, Canoas, 17 out. 1959. P. 02.

²⁴⁸ PARA vereador João Galhardo. *Folha de Canoas*, Canoas, 08 nov. 1959. P. 04.

²⁴⁹ PARA vereador Ivo Siliprandi Vieira. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 17 out. 1959. P. 02.

²⁵⁰ PARA vereador Claudio Geraldo Nিকেle. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 17 out. 1959. P. 02.

²⁵¹ Vale lembrar que somente a partir de 1955 teve início a implantação da cédula oficial única, confeccionada e distribuída pela Justiça Eleitoral. Até então, eram os partidos e os candidatos os responsáveis pela distribuição das cédulas aos seus eleitores (CANÊDO, 2010, p. 539). Nas eleições municipais de 1959 ainda foram utilizadas as cédulas distribuídas pelos comitês dos candidatos.

Figura 22 – Anúncio do candidato a vereador Cláudio Geraldo Nickle (PDC) em 1959



Fonte: *Gazeta de Notícias*, Canoas, 17 out. 1959. P. 02.

Na edição de 14 de novembro de 1959, lançada às vésperas das eleições municipais, o jornal *Gazeta de Notícias* publicou uma coluna intitulada *Veneninhos Políticos*, assinada pelo autodenominado *Mister... Ioso*. O assunto não poderia ser outro a não ser as campanhas eleitorais visando ao pleito do dia seguinte. Em tom jocoso, o colunista afirmava que, caso o bêbado local chamado de *Baiano* fosse candidato a vereador, ele se comprometeria a ser um de seus cabos eleitorais. Em 1957, o vereador Mário Porto Inda (PTB) havia solicitado a intervenção da Câmara junto ao prefeito, a fim de conseguir o internamento do *Baiano* num “hospital de alcoólatras”. Tal possibilidade inspirou o artigo assinado por *Aceteéfe* e intitulado *Saudade antecipada*:

Quem não conhece o Baiano? Quase todos os dias, ele perambula pelo centro da cidade, rindo e provocando risos. Aí gambá!, lhe gritam os moleques. Mas, ele continua, num passo mole de marujo recém desembarcado. Tonto ou não, ele confraterniza com todos. Não é como os homens comuns que dirigem sua iniciativa, seu riso e seu afeto, num determinado sentido, desde que isso lhes satisfaça os interesses.²⁵²

Sobre ser candidato a vereador, o colunista misterioso afirmava ser “uma barbada”: “Não é preciso se ter um certo estudo, nem capacidade comprovada. Basta apenas se ter um pouquinho de ‘peito’, e pronto”²⁵³. Para além das críticas, candidatos aproveitavam a última edição do periódico antes do encontro entre eleitores e urnas para emitir uma última imagem de si enquanto representantes da população. Foi o caso do candidato Mário Porto Inda, intitulado “incansável batalhador da causa pública”, e do candidato a vereador Prestes Nery de Souza, cuja publicidade classificava como “defensor intransigente da classe trabalhadora”²⁵⁴.

²⁵² Conforme Antonio Jesus Pfeil (1995, p. 379), o colunista Aceteéfe era o jornalista Antônio Canabarro Tróis Filho.

²⁵³ SAUDADE antecipada. *O Momento*, Canoas, 29 jun. 1957. P. 03.

²⁵⁴ *Gazeta de Notícias*, Canoas, 14 nov. 1959.

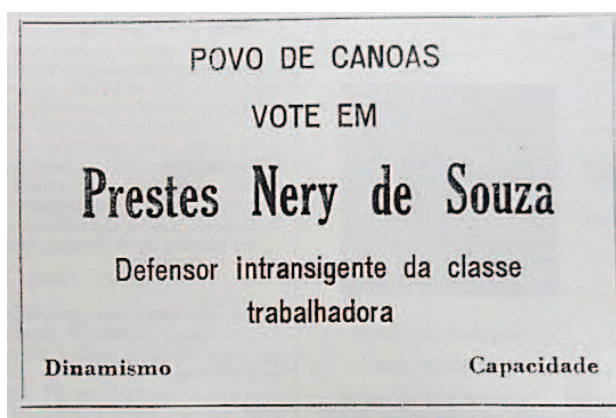
Em diferentes edições do jornal *Gazeta de Notícias*, a imagem e o nome do candidato a vereador Prestes Nery de Souza foram sendo divulgados, até que se chegasse ao anúncio da véspera da eleição. [Ver figuras 23, 24 e 25].²⁵⁵

Figura 23 – Fotografia do candidato Nery Prestes de Souza (PRP) no jornal *Gazeta de Notícias* (1959)



Fonte: *Gazeta de Notícias*, Canoas, 04 out. 1959. Contracapa.

Figura 24 – Anúncio do candidato Nery Prestes de Souza (PRP) no jornal *Gazeta de Notícias* (1959)



Fonte: *Gazeta de Notícias*, Canoas, 10 out. 1959. Capa.

²⁵⁵ João Galhardo (PTB) angariou 127 votos, enquanto Prestes Nery de Souza (PRP) recebeu 113. Mário Porto Inda (PTB), candidato à reeleição, obteve 221 votos. Cláudio Nিকেle (PDC) e Ivo Siliprandi Vieira (PR) obtiveram 138 e 13 votos, respectivamente. Nenhum deles foi eleito.

Figura 25 – Anúncio com fotografia do candidato Nery Prestes de Souza (PRP) no jornal *Gazeta de Notícias* (1959)



Fonte: Gazeta de Notícias, Canoas, 07 nov. 1959. P. 03.

A fotografia da figura 24, publicada em 04 de outubro de 1959, é acompanhada de uma legenda que menciona, de forma discreta, o fato de Nery Prestes de Souza ser candidato a vereador. Na edição da semana seguinte, aparece um anúncio onde seu nome é apresentado como “defensor intransigente da classe trabalhadora”. Foram acrescentados dois qualificativos: *dinamismo* e *capacidade*. Na edição de 07 de novembro, o anúncio toma a forma completa, com fotografia, cargo em disputa e qualificativo. Entretanto, em nenhum dos anúncios deste candidato é declarado o partido pelo qual concorria: o PRP.

Nas páginas da imprensa local, candidatos a vereador tentavam expressar qualidades capazes de mobilizar o eleitorado. Na maioria dos anúncios encontrados, os candidatos buscaram demonstrar uma identificação partidária, enquanto outros omitiram esta informação. Outra característica da publicidade dos candidatos à vereança nos jornais pesquisados é que, muitas vezes, são publicadas notas, entrevistas, trechos de discursos e fotografias como se fossem matérias jornalísticas, e não publicações a pedido de partidos e candidatos. Mesmo nos jornais ligados a determinado partido, isso ocorria com postulantes de diferentes siglas, indicando tentativas de atrair o leitor para as publicações referentes aos candidatos.

Entre as eleições de 1947 e 1963, identificamos, tanto na imprensa quanto nos panfletos, diversos qualificativos atribuídos aos candidatos: *íntegro*, *afável*, *honesto*, *defensor*,

*trabalhador, merecedor, combativo, incansável, capaz, ativo, jovem, batalhador...*²⁵⁶ Nas primeiras eleições municipais em Canoas, partidos políticos apresentaram seus candidatos como *homens de trabalho*, proficientes, honestos, *dotados de autoridade moral e intelectual*. Candidatos se apresentaram aos possíveis eleitores como *benquistos* e dignos de seus votos. Aos poucos, consolida-se a figura do candidato que, conhecedor dos problemas locais, reúne em si as condições para trabalhar pelo *bem-comum* e pelo *progresso* da cidade.

É verdade que muitos dos candidatos cujos qualificativos foram analisados, em especial aqueles que publicaram seus anúncios na imprensa local, não foram eleitos, vários deles obtendo pequenas votações. Entretanto, como ressaltou René Rémond (2003, p. 49), nas campanhas eleitorais entram em operação estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. Se a publicidade dos candidatos a vereador, em grande parte, não surtiu o efeito desejado, seu estudo indica a presença de práticas pelas quais os candidatos buscaram se apresentar do modo como, pensavam eles, os eleitores se identificariam. São traços de práticas eleitorais de mobilização visando à conquista do voto, que se consolidaram quando os candidatos e os partidos políticos passaram a lidar com a expansão do sufrágio.

3.3 O contraste dos candidatos: como foram concebidos por si, pelos seus e pelos outros...

As eleições de 1951 constituíram a primeira ocasião na qual os eleitores canoenses puderam eleger vereadores e também prefeito e vice-prefeito. Quatro candidatos disputaram o cargo de prefeito de Canoas: Sady Fontoura Shivitz; pelo PTB, Hugo Simões Lagranha, pela coligação PSD-UDN-PL-PSP; Sezefredo Azambuja Vieira, pelo PRP; e Antonio Cardoso Ribeiro Filho, pelo PSB²⁵⁷. Ao cargo de vice-prefeito concorreram David Bonder, pelo PTB; Mário Dias, pelo PRP; Francisco José Martins, pela coligação PSD-UDN-PL-PSP; e João Sobiezanki, pelo PSB (SILVA, 1978, p. 117-118).

Nas páginas da edição de *Canoas em Marcha* do dia 21 de outubro daquele ano, desfilarão vários candidatos a prefeito e vice-prefeito, como Sezefredo Vieira – apresentado como “um candidato que por ser amigo de todos, conhece as tuas necessidades”. Já o

²⁵⁶ Ver o quadro-resumo do apêndice F.

²⁵⁷ Antônio Cardoso Ribeiro Filho era presidente da Sociedade de Amigos da Vila Fernandes na segunda metade da década de 1940 (*Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 dez. 1947). Concorreu a prefeito, em 1951, e a vereador, em 1955, pelo PSB. Apoiou José João de Medeiros na campanha para prefeito de 1959 (*Folha de Canoas*, Canoas, 26 jul. 1959).

postulante pessedista era assim apresentado: “O progresso de Canoas depende do teu voto. Elege Hugo Lagranha, que administrará de acordo com a tua aspiração”²⁵⁸ [ver figura 26].

Figura 26 – Anúncios dos candidatos a prefeito Sezefredo Vieira (PRP) e Hugo Lagranha (PSD) nas eleições de 1951



Fonte: *Canoas em Marcha*, Canoas, 21 out. 1951. P. 05 [UPHAM].

Naquele pleito, o PTB elegeu o prefeito Sady Schivitz e o vice-prefeito David Bonder²⁵⁹, além do maior número de vereadores – quatro, numa legislatura que também contaria com dois vereadores do PSD, dois do PRP e um do PSP. No discurso de posse, Schivitz rendeu uma homenagem ao prefeito em exercício (na condição de presidente da Câmara Municipal) Arthur Pereira de Vargas (PSD): “Ao receber das mãos de V. S. o poder municipal, proclamo que o faço por um imperativo da vontade popular, porque V. S. um dos esteios do progresso e da vida de Canoas, bem que merece ser o nosso governador”²⁶⁰.

Apesar do elogio destinado ao prefeito interino, Sady Schivitz deixava claro em seu discurso que estava assumindo o cargo por ter sido referendado pelo sufrágio popular, ressaltando ainda sua origem em meio ao povo que o elegeu: “Quis, porém, o destino, que o

²⁵⁸ ESCOLHA. *Canoas em Marcha*, Canoas, n.º 11, 20 out. 1951. P. 02.

²⁵⁹ A equipe de Sady Schivitz foi a seguinte: Maurício Müller, secretário; Ernani Fibrônio de Freitas, contador; Breno Mariante da Costa, tesoureiro; Maurício Pechanski, diretor de obras, substituído por Paulo Zubaran; Miguel Fraterno Sasso, subprefeito do 1º distrito; Luis Possebon, subprefeito do 2º distrito; Marcolino Antônio Alves, subprefeito do 3º distrito; Marino da Silva Porto, administrador do cemitério. O vice-prefeito David Bonder, médico, foi nomeado chefe do SAMDU a partir de janeiro de 1954.

²⁶⁰ FOI EMPOSSADO na Prefeitura de Canoas o Sr. Sadi Fontoura Shivitz. *Canoas em Marcha*, Canoas, 09 jan. 1952. Capa.

primeiro edil desta comuna, eleito livremente pela vontade do povo fosse um homem que passou grande parte de sua vida lutando ao lado desse mesmo povo, na sua condição de proletário”. A edição de 09 de janeiro de 1952, na qual o jornal *Canoas em Marcha* destacava a eleição da nova executiva municipal do PTB, registrou o discurso do membro do diretório local, Leopoldo Machado, sobre a origem de Sady Schivitz e o significado político disso: “Encareceu o orador a necessidade do esforço e cooperação que todos os trabalhistas deverão prestar ao Sr. Sady F. Schivitz, prefeito eleito, para assim demonstrarmos que administrar não é privilégio dos ricos”²⁶¹.

Sargento reformado, conferencista no cais do porto, Sady Schivitz foi descrito por seus adversários como homem de poucos recursos intelectuais²⁶². Seu correligionário, Miguel Fraterno Sasso, que além de comerciante e membro do diretório municipal do PTB cumpria o papel de poeta do trabalhismo local, dedicou versos ao prefeito petebista, ressaltando sua capacidade de realizar feitos dos quais os “doutores” não teriam sido capazes:

É preciso que se compreenda / Que Canoas está na contenda / Entre o abismo e a prosperidade / E se Dr. não resolve / É preciso que se provem / Homens de boa vontade / Como é Sady Fontoura / Pessoa conhecedora / De como cumprir um dever / Soube ser disciplinado / E hoje aos seus comandados / Dará normas de bem fazer”²⁶³.

Os versos de Miguel Fraterno Sasso contextualizavam a vitória de Sady Schivitz e a ascensão do trabalhismo no processo de incorporação dos trabalhadores ao cenário eleitoral:

Nos recantos canoenses / Na política e em seus pertences / Não exibindo heroísmo! / Mas, é preciso notar-se / E muito bem avaliar-se / Que hoje impera o trabalhismo / Porque hoje o eleitorado / Está mais bem orientado / E consciente de seu direito. / E não vai mais pelas conversas / E nem vão atrás de promessas / Já sabem o porquê d’um pleito! / Não é como antigamente / Que a coisa era diferente / Era só o forte que ria... / A riqueza é que imperava / O rico é quem mandava / E o pobre obedecia... / Mas a política se transformou / Foi depois que Vargas entrou / A governar nosso país / Foi quando o trabalhador / Teve o poder o valor / De impor aquilo que quis (SASSO apud PFEIL, 1995, p. 198-199).

²⁶¹ TEM NOVA executiva o PTB de Canoas. *Canoas em Marcha*, Canoas, 09 jan. 1952. P. 05.

²⁶² Em depoimento publicado no terceiro volume da série *Canoas – para lembrar quem somos*, Sezefredo Azambuja Vieira construiu uma descrição acerca de Sady Schivitz, seu adversário político: “Coitado do Schivitz, era um homem discretíssimo, pessoa do mais alto gabarito moral, mas de rudimentar instrução, de modo que não tinha noção de como administrar” (PENNA, 2004a, p. 135). Em entrevista concedida à Sônia Ranincheski (1998, p. 120), Nilo César del Cueto Reis (vereador pelo PTB entre 1960 e 1964) afirmou que Sady Schivitz “não era um homem de grandes recursos políticos. Então David Bonder, por seus méritos intelectuais, supria as possíveis deficiências de Sady”.

²⁶³ Conforme Antonio Jesus Pfeil (1995), que reproduziu o poema na obra *Canoas: anatomia de uma cidade*, os versos circularam na forma de cordel nos meses que se seguiram ao pleito de 1951. São trinta estrofes cada uma com seis versos, tratando do trabalhismo, da emergência da classe operária ao cenário eleitoral, da vitória de Sady Schivitz, de Canoas, do trabalhismo e de seus adversários.

Se considerarmos que até 1951 o PSD era o partido que governava Canoas (pela batuta dos prefeitos nomeados Aloísio Palmeiro de Escobar e Nelson Paim Terra) e detinha a maioria dos vereadores na legislatura eleita em 1947, e que foi neste ano que os trabalhistas assumiram o governo local (primeiro com a nomeação de José João de Medeiros e depois com a eleição de Sady Schivitz) e elegeram a maior bancada na Câmara Municipal, o poema de Sasso fazia referência ao processo político canoense e, conforme o poeta trabalhista, a ascensão do PTB se explicava pela conscientização do eleitorado: “mais bem orientado”, não se deixava mais levar “pelas conversas” nem pelas promessas. Ao construir uma narrativa poética da introdução da classe trabalhadora no cenário político, os versos do petebista produzem uma imagem de Sady e do que ele representava e, simultaneamente, uma imagem de seus adversários. Em estrofes posteriores ao excerto citado, há uma crítica específica ao governo do PSD: “E não fará [Sady] o que o outro fez / Quando chegou a sua vez / De governar algum tempo / Deixando o cofre esgotado / E o maquinário quebrado” (SASSO apud PFEIL, 1995, p. 199).

Durante a campanha eleitoral de 1951, a candidatura de Sady Schivitz foi associada ao governo do trabalhista José João de Medeiros pelo jornal *Canoas em Marcha* [Ver figura 5]. A notícia veiculada na capa da edição de 21 de outubro daquele ano, articulada com a propaganda dos candidatos petebistas a prefeito e vice, cumpria a mesma argumentação que em seguida seria utilizada no cordel de Miguel Fraterno Sasso, relacionando qualificativos atribuídos aos prefeitos petebistas e contrapondo-os aos governos passados: “Em poucos meses de sua gestão já executou o major Medeiros tanto ou mais do que nos cinco anos passados foi feito por esta terra”²⁶⁴.

Em seu discurso de posse, Sady Schivitz rendeu muitos elogios ao ex-prefeito José João de Medeiros: além de um importante plano de obras, o major petebista teria legado a ele uma “larga folha de confiança popular” que ambicionava manter. Na sequência do discurso, Sady atribuiu a vitória nas eleições mais ao PTB do que a ele mesmo, manifestando que sua orientação partidária coadunava-se com o *espírito* do presidente Getúlio Vargas: “Tudo para o povo”. Sobre seu programa de governo, afirmou:

Quando candidato, sempre acenei para os eleitores com um programa de governo que está consubstanciado dentro dos postulados do Partido Trabalhista Brasileiro. Vencedor que fui, tive a prova de que a maioria que sufragou o meu nome deseja ver

²⁶⁴ ÁGUA encanada para Canoas. *Canoas em Marcha*, Canoas, 22 out. 1951. Capa.

aplicados, na minha administração, os referidos postulados e, não decepcionarei aos que em mim confiaram²⁶⁵.

Naquele momento, o que significava governar de acordo com o programa do PTB? O partido havia nascido sete anos antes, na transição do Estado Novo para o período democrático, formado com base na máquina sindical e sendo inicialmente uma sigla “de e para Vargas”, conforme Angela de Castro Gomes (2005, p. 293). Jorge Ferreira (1997, p. 124) salienta que, diferentemente de outros partidos daquele período, o PTB não atuava exclusivamente no campo eleitoral, vindo a tecer relações com o movimento operário e sindical que acabaram por moldar o comportamento político de operários e assalariados. Assim, Sady Schivitz tinha razões para incluir-se ao lado do povo em seu discurso de posse: tratava-se de “um homem que passou grande parte de sua vida lutando ao lado desse mesmo povo, na sua condição de proletário”²⁶⁶.

O PTB pode ser classificado, conforme Jorge Ferreira (1997, p. 124), como um partido que não defendia uma ruptura radical com o capitalismo, mas sim um compromisso político entre as classes sociais, vindo mais tarde a adotar posturas reformistas. Segundo este autor, o PTB foi, durante a experiência democrática que vigorou entre 1945 e 1964, um canalizador de demandas operárias e populares, promovendo a interlocução entre Estado e classe trabalhadora (FERREIRA, 2005, p. 376). Com suas fortes bases sindicais e sendo o partido de Getúlio Vargas, o PTB saiu das eleições de 1945 e 1947 com seu prestígio eleitoral consolidado, para em 1950 eleger seu líder maior para o cargo de presidente da República (GOMES, D’ARAÚJO, 1989, p. 36-37). Em estudo consagrado, Maria do Carmo Campelo de Souza (1976, p. 145) ressalta que o PTB se desenvolveu a partir de uma base exclusivamente urbana, em especial nos grandes estados, e sua penetração nos estados menos desenvolvidos, no interior e em cidades médias não chegou a descaracterizá-lo enquanto partido trabalhista urbano. O PTB acabou elegendo prefeitos em cidades médias – onde o contingente operário ou urbana representava uma porção considerável da população (SOUZA, 1976, p. 145), como é o caso de Canoas naquele período.

O que estava em jogo no debate político daquele momento? Jorge Ferreira (2005, p. 119) destaca o surgimento, na sociedade brasileira dos anos 1950, de uma geração que acreditou no nacionalismo, na defesa da soberania nacional, nas reformas das estruturas socioeconômicas do país e na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores, dentre outras

²⁶⁵ FOI EMPOSSADO na Prefeitura de Canoas o Sr. Sadi Fontoura Shivitz. *Canoas em Marcha*, Canoas, 09 jan. 1952. Capa.

²⁶⁶ FOI EMPOSSADO na Prefeitura de Canoas o Sr. Sadi Fontoura Shivitz. *Canoas em Marcha*, Canoas, 09 jan. 1952. Capa.

demandas, como meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem-estar da sociedade. Para Lucília de Almeida Neves (2013, p. 175), o trabalhismo brasileiro – com destaque para o PTB – apresentava naquele momento um projeto nacional bastante preciso: uma proposta de modernização desenvolvimentista, dirigida pelo Estado, e tendo como pontos básicos de seu programa os direitos trabalhistas, a garantia de emprego, políticas públicas destinadas à qualificação do trabalhador, previdência social ampla, direitos sociais, distribuição de renda, extinção do latifúndio improdutivo e adoção de uma política agrária, e incentivo ao cooperativismo econômico e à solidariedade entre todos os cidadãos, visando à paz social.

Assim, embora havendo diferentes posições nas alas internas do partido, havia um eixo cuja estrutura dorsal era “nacionalista, distributivista e desenvolvimentista” (NEVES, 2001, p. 177). No Rio Grande do Sul, a fase inicial do PTB foi marcada pela influência de Alberto Pasqualini, que concorreu a governador em 1947 adotando um discurso *solidarista* inspirado no trabalhismo inglês, distanciando-se do *socialismo real* e do *capitalismo individualista*, mas sem apelar, também, ao discurso *getulista* (CÁNEPA, 2005, p. 117)²⁶⁷. Adotando uma linha moderada, Pasqualini fez questão de manifestar, em entrevista concedida ao *Diário de Notícias* em julho de 1949 – em resposta ao arcebispo Dom Vicente Scherer – que o PTB não defendia a socialização sem reservas dos meios de produção, mas sim defendia a manutenção da iniciativa privada desde que limitada pelos interesses coletivos (SIMON, 2001, p. 185). Em Canoas, Sady Schivitz também adotava uma linha conciliadora em seu discurso de posse, deixando clara a seguinte posição: “Saberei reagir contra os desagregadores, contra os perturbadores da ordem, que a pretexto de reivindicações proletárias, vivem a pregar malsinadas doutrinas contrárias à moral e à fé cristã”²⁶⁸.

Para Alberto Pasqualini (2005, p. 164), conforme declaração ao *Correio do Povo* em novembro de 1947, as eleições municipais despertavam no eleitorado um interesse todo especial: “Nas eleições municipais têm ainda, entre nós, maior influência os fatores locais e pessoais do que os motivos partidários. [...] Terão maior probabilidade de êxito os candidatos que, pela sua idoneidade, inspirem maior confiança no eleitorado”. Por esta lógica, Sady Schivitz, concorrendo pelo PTB, foi capaz de canalizar para si a confiança da maior parcela do eleitorado canoense nas eleições de 1951.

²⁶⁷ Pasqualini (2005, p. 200) compreendia dentro das diretrizes fundamentais do trabalhismo brasileiro a condução da ação do Poder Público no sentido do desenvolvimento da economia nacional, das forças de produção e do progresso social, sendo que o Estado deveria ter em vista as necessidades e os interesses das classes trabalhadoras, a justiça e a solidariedade social.

²⁶⁸ FOI EMPOSSADO na Prefeitura de Canoas o Sr. Sadi Fontoura Shivitz. *Canoas em Marcha*, Canoas, 09 jan. 1952. Capa.

Quase não há, porém, registros das campanhas dos candidatos a prefeito de 1951, a não ser alguns poucos anúncios que foram publicados no jornal *Canoas em Marcha*. Entretanto, a edição desse periódico lançada em 09 de janeiro de 1952, cujo registro principal é a posse do prefeito Sady Schivitz, menciona um pronunciamento do vereador Fioravante Milanez Filho (PRP) sobre a eleição então recente:

Sabe V. S. e sabem todos os presentes que, no pleito de 1º de novembro, o meu partido, apoiado por uma considerável corrente popular, sustentou com entusiasmo que costumamos pôr nos prêmios cívicos, outra candidatura que não a de V. S. à Prefeitura deste município. A propaganda então desenvolvida pelos diferentes grupos políticos foi intensa como Canoas jamais vira igual [...]. Nada nos impede, antes tudo nos induz a oferecer a V. S., como candidato eleito, a segurança de que não lhe faltará a nossa cooperação, nem nosso apoio decidido a todas as iniciativas de V. S., que nos parecerem benéficas ao povo que representamos²⁶⁹.

As referências ao bem-comum enquanto finalidade da função pública de prefeito aparecem neste discurso do vereador do PRP, mas também naqueles pronunciamentos na homenagem a José João de Medeiros, realizada nos salões da Prefeitura Municipal em cerimônia que incluiu a inauguração do retrato do ex-prefeito. Sezefredo Azambuja Vieira, que candidato a prefeito derrotado naquele pleito, proferiu o discurso em homenagem ao prefeito que se despedia do cargo e exaltou as características que, no seu entender, faziam de Medeiros um administrador de visão²⁷⁰:

Como são simples, todavia, os segredos do nosso homenageado! Toda a sua ação, como Prefeito, resume-se sobretudo nisto: soube cumprir o seu dever. Os caminhos para o exato cumprimento de seu dever não tinham, também, nada de complexos ou de complicados: afabilidade no trato dos co-munícipes; esforço cotidiano para acertar; honestidade no giro dos recursos da Prefeitura; zelo, principalmente zelo, em tudo o que se referia a atos administrativos. Para José João de Medeiros os bens da fazenda municipal devem ser administrados com o mesmo amor com que administra seus próprios bens. Não será isso o mais completo programa de governo e rota segura para realizações fecundas?²⁷¹

Para além da singular homenagem prestada ao Major Medeiros, é possível identificar neste discurso uma concepção acerca do papel de um administrador municipal: a necessidade do cumprimento do dever público, afabilidade no trato com os munícipes, honestidade na gestão dos recursos. José João de Medeiros confirma isto em seu discurso de agradecimento: “O meu propósito foi o de bem servir a causa pública – defender os interesses municipais,

²⁶⁹ A PALAVRA do PRP ao novo Prefeito. *Canoas em Marcha*, Canoas, 09 jan. 1952. P. 06.

²⁷⁰ Anos mais tarde, nas eleições de 1959, Sezefredo Vieira manifestaria opinião diferente. Na nota que publicou no jornal *Correio do Povo*, e que abordaremos nas próximas páginas, o então prefeito Sezefredo acusava Medeiros: “Outrora como prefeito nomeado cometeu os mais tremendos erros contra a nossa comunidade” (PREFEITURA Municipal de Canoas – ao povo do Rio Grande. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 05 nov. 1959).

²⁷¹ FOI HOMENAGEADO. *Canoas em Marcha*, Canoas, 09 jan. 1952. P. 03.

dentro da lei – praticar atos e fatos administrativos visando o progresso de Canoas e o bem estar coletivo”²⁷².

Permanecendo nas manifestações posteriores à eleição, mas que indicam uma série de significados atribuídos ao cargo de prefeito municipal – disputado por quatro candidatos no pleito de 1951 – e ao seu exercício, passemos à análise do discurso pronunciado pelo prefeito em exercício Arthur Pereira de Vargas (PSD), na ocasião da transmissão do cargo de Prefeito Municipal ao eleito Sady Fontoura Schivitz (PTB). Vargas foi prefeito interino entre a saída de Medeiros, em novembro de 1951, e a posse de Schivitz, em 1º de janeiro de 1952. Porém, conforme destacado em seu discurso, o pouco tempo em que administrou o município foi suficiente para “observar a soma de responsabilidades que recaem sobre os ombros de um administrador”. Na sequência, manifestou Arthur Pereira de Vargas: “Torna-se necessário, pois, que o administrador se conduza com toda a cautela a fim de que seja justa a distribuição dos recursos e a fim de que cada contribuinte receba, em obras e serviços, a devolução daquilo que contribuiu para os cofres públicos”. O prefeito interino também ressaltou a legitimidade da posse de Schivitz pelo fato de haver sido eleito: “Vossa Senhoria assume hoje o exercício do cargo de chefe do executivo municipal, escolhido que foi por uma parcela ponderável da nossa população. É, assim, Vossa Senhoria portador de credenciais que o recomendam ao exercício do mandato”²⁷³.

Passada a eleição, Sady Schivitz pretendeu dissolver qualquer clima faccioso que pudesse haver: “Meu gabinete, nesta Prefeitura Municipal, estará sempre aberto para quem quer que seja que deseje um entendimento comigo”. E retomou o tema do bem-comum, que já havíamos identificado nas campanhas dos candidatos ao legislativo: “É bem verdade que não poderei operar milagres, mas é também verdade que dentro dos limites orçamentários do Município, tudo farei pelo bem comum”. Traça, em seguida, uma diferenciação entre “governo partidário” e “filhotismo político”:

Devo, porém, esclarecer que, entre governo partidário e filhotismo político, vai uma grande diferença. Governo partidário é dar ao povo aquilo que o programa do partido consigna; filhotismo político é atulhar os quadros da Prefeitura de elementos incapazes só por trazerem recomendações caudilhescas. Isso aqui não sucederá. [...] Ao funcionalismo desta Casa, desde já recomendo: Somos funcionários públicos e todo aquele que tiver de tratar, nesta Prefeitura, deve ser atendido com distinção e presteza. Não importa seja rico ou pobre, branco ou preto, cristão ou ateu, companheiro ou adversário político²⁷⁴.

²⁷² FOI HOMENAGEADO. *Canoas em Marcha*, Canoas, 09 jan. 1952. P. 03.

²⁷³ TRANSMISSÃO do cargo. *Canoas em Marcha*, Canoas, 09 jan. 1952. P. 06.

²⁷⁴ FOI EMPOSSADO na Prefeitura de Canoas o Sr. Sadi Fontoura Shivitz. *Canoas em Marcha*, Canoas, 09 jan. 1952. Capa.

É justamente durante o governo de Sady Schivitz, especialmente às vésperas das eleições municipais de 1955, que identificamos a aceleração de uma tensão entre identificação partidária e uma postura que se pretendia acima dos interesses partidários, como o discurso de posse de Sady antecipava. Nos comentários sobre a primeira legislatura já estava presente a exaltação de uma postura alheia às paixões partidárias: os vereadores canoenses estariam atuando “*acima dos interesses políticos*, pela defesa dos interesses do povo que os elegeu, dando assim um nobre exemplo de espírito público e demonstrando perfeita compreensão de suas responsabilidades”²⁷⁵. Outra referência aparece no jornal *Canoas em Marcha*, edição de 31 de maio de 1952, ao narrar as impressões do jornalista da capital, Nicolau Mendes, acerca do espírito do qual os políticos locais estariam embebidos: o título da reportagem era *Canoas – Cidade Democracia*. O parágrafo-guia dizia: “Uma visita do repórter ao importante município dá margem à verificação de realizações notáveis”. Um dos destaques da reportagem foi a demanda em torno da cadeia local, com ênfase na união de diferentes lideranças políticas com vistas à resolução dos problemas relacionados à segurança pública:

Logo começaram a chegar seus amigos [do delegado Galvão Sarti], pessoas de representação do lugar, juiz, médico, jornalista da terra e outros, entre estes uma comissão composta pelos vereadores Glanteal Lindemeyer e Jacob Longoni, um do PTB e outro do PRP, acompanhados do distinto facultativo Dr. David Bonder, atual vice-prefeito do município que se achava no exercício do seu elevado cargo [...]. Iniciou-se logo a discussão sobre o melhor modo de endireitar a cadeia civil e, também, como reforçar o pequeno destacamento da briosa Brigada Militar.

A narrativa ressalta o interesse das diversas autoridades locais, independentemente das bandeiras partidárias, em solucionar o caso da cadeia pública – que já não comportava o número elevado de presos. A visão do jornalista atribuía um espírito de conciliação aos políticos canoenses necessário aos políticos nacionais:

Por aí afora, como sabemos, há um forte movimento para a unificação dos partidos uma vez que, o momento, perturbado como está não comporta paixões partidárias. Devemos, todos, como brasileiros que almejamos a felicidade de nossa pátria, estabelecer um denominador comum, a fim de que, prestigiando o governo constituído, o Brasil marche vitorioso. Este denominador comum não é difícil de encontrar²⁷⁶.

Diante disso, e concluindo, a reportagem assinalava esta postura dos políticos locais como um exemplo inédito no país e que deveria ser seguido pelas lideranças políticas nacionais: “A união de pontos de vista que oferecem ao forasteiro, os diversos elementos que lideram as correntes político partidárias quando se trata de elevar o nível cultural, material ou

²⁷⁵ CÂMARA Municipal. *O Democrata*, Canoas, 17 jan. 1948. p. 04.

²⁷⁶ CANOAS – Cidade Democracia. *Canoas em Marcha*, Canoas, 31 mai. 1952. p. 05.

moral daquela aprazível gleba. Tivemos impressão, até, de que os ‘canoeiros’ remam por equipe”²⁷⁷.

Naquela mesma edição do jornal *Canoas em Marcha*, o candidato derrotado Hugo Lagranha (PSD) publicava artigo em que avaliava o governo do petebista Sady Schivitz. Para ele, após as eleições de 1951, uma dúvida havia se instalado na cabeça dos “bons canoenses”: Sady “faria um governo eminentemente político ou puramente administrativo?”. Para o pessedista, o prefeito estava tomando apenas medidas cujos reflexos eram de ordem coletiva: “Sua imparcialidade foi sem limites [...]. Fácilimo é externar este pensamento, como seria difícil vir de público fazer uma crítica, que por melhor, poderia ser eivada de partidatismo político, repleta de recalques eleitorais”²⁷⁸.

As eleições seguintes promoveriam um acirramento dos ânimos e das divisões políticas da cidade, concomitantemente ao processo de formação de dois blocos antagônicos, como abordamos páginas acima. E as noções de partidatismo e de apartidatismo se tornariam cada vez mais presentes na costura das concepções políticas destinadas ao eleitorado. Quanto a Sady Schivitz, encerrou seu governo em 1º de janeiro de 1956, não sem antes ver derrotado seu candidato a prefeito, o secretário de seu governo, Maurício Müller (PTB). E no fim do governo, notícias sobre a efetivação de cargos de confiança por ele indicados colaboram para a desconstrução do discurso de crítica ao *filhotismo político*. Poucos dias antes da posse de Sezefredo Vieira, o jornal *O Momento* publicou entrevista com o prefeito eleito, na qual se denunciava: “Os derrotados tentam, a despeito da justiça e dos mais elementares conceitos da moral, se agarrarem aos cargos oficiais, como parasitas ao tronco rico de seiva. [...] Estão sendo admitidos funcionários na Prefeitura [...] sem o menor respeito às normas regulamentares”. Conforme o semanário, ocupantes de cargos de confiança estavam sendo efetivados, e Sezefredo, criticando o governo em ocaso – em especial Sady e Maurício Müller, teria afirmado: “Muitas vezes ouvi desses dois cidadãos que muito se batiam pela moralização de seu partido, e essa seria uma das razões da candidatura Müller. Ora, quem se bate pela moralização dentro de um partido, com muito mais razão deve fazê-lo dentro de uma administração”²⁷⁹.

As eleições municipais de 1955 foram bastante disputadas e as articulações, envolvendo partidos e candidatos, foram exploradas pela imprensa desde muito cedo. A edição de 16 de fevereiro de 1954 do jornal *Canoas em Marcha* tratava das articulações

²⁷⁷ CANOAS – Cidade Democracia. *Canoas em Marcha*, Canoas, 31 mai. 1952. p. 05.

²⁷⁸ LAGRANHA, Hugo Simões. O tempo. *Canoas em Marcha*, Canoas, 31 mai. 1952. p. 04.

²⁷⁹ ONDE está a decência administrativa? *O Momento*, Canoas, 24 dez. 1955. Capa.

visando à sucessão municipal, embora ainda restassem quase dois anos de governo para Sady Schivitz. Após apresentar diversos possíveis candidatos a prefeito por diferentes partidos, o colunista D'Artagnan Vaz²⁸⁰ muda de tom quando refere-se ao então major, depois coronel, José João de Medeiros, apresentado por uma fotografia na qual veste o traje oficial da Força Área Brasileira. “Este é o clichê do Major José João de Medeiros que, segundo trecho de um discurso no Clube Comercial [...], um dos oradores, cujo nome nos fugiu, dissera: ‘[...] Estamos em frente ao futuro governador de Canoas, por uma imposição popular’”, descreveu o jornalista²⁸¹.

Na primeira semana de março de 1955 surge o jornal *O Momento*, fazendo emergir também novas especulações sobre os candidatos a prefeito nas eleições que seriam realizadas em novembro daquele ano. Nessa edição, a matéria publicada na capa e intitulada *Apontam os primeiros candidatos*, enfatizava as candidaturas de Sezefredo Azambuja Vieira para prefeito e Hugo Simões Lagranha²⁸² para vice, caracterizando a tais candidaturas da seguinte forma: “Um movimento apartidário, fundamentado no prestígio eleitoral dos dois candidatos, reuniu-os sob a mesma bandeira, e os vai lançar na corrida realmente com possibilidades de vingarem”²⁸³.

O outro lado do panorama político aparece na edição n.º 02, na segunda semana de março: a matéria publicada na capa de *O Momento* trata da dissidência entre os trabalhistas, pois José João de Medeiros e Maurício Müller disputavam a vaga de candidato a prefeito²⁸⁴. Na primeira semana de abril, o jornal enfatiza a organização da candidatura Sezefredo: “De todas as candidaturas que já estão em cena no cenário político da sucessão municipal, a do Dr. Sezefredo Azambuja Vieira é a única praticamente assentada”. O texto expressa a ideia de que

²⁸⁰ D'Artagnan Vaz era jornalista, diretor do jornal *Canoas em Marcha* e membro do diretório local do PTB. Faleceu em 1956, conforme nota publicada pelo jornal *Correio do Povo* em 09 de novembro daquele ano.

²⁸¹ VAZ, D'Artagnan. Respingos políticos. *Canoas em Marcha*, Canoas, 16 fev. 1954. P. 04.

²⁸² Conforme verbete do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, mantido pelo CPDOC/FGV, Hugo Simões Lagranha (1918-2005) exerceu por mais de 20 anos as funções de fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Foi vice-prefeito de Canoas, eleito pelo PSD em 1955. Foi assessor do governador Ildo Meneghetti (PSD), eleito em 1962, e no pleito de novembro de 1963, tornou-se prefeito do município, sendo empossado no início de 1964. Após 1965, ingressou na Aliança Renovadora Nacional (ARENA) sendo nomeado pelo regime para o cargo de prefeito entre 1967 e 1971. Nas eleições de 1972 foi eleito vereador pela ARENA. Filiado ao Partido Democrático Social (PDS), foi novamente nomeado prefeito de Canoas entre 1983 e 1984. Foi eleito para o mesmo cargo pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1988. No pleito de 1994, já filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi eleito deputado federal, cargo que ocupou até 1997, quando assumiu o cargo de prefeito pela última vez, eleito no ano anterior. Candidatou-se à reeleição nas eleições de 2000, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ficando em terceiro lugar. Foi filiado aos seguintes partidos políticos: PSD (1951-1965), ARENA (1965-1979), PDS (1980-1984), PMDB (1984), PDT (1985-1992), PPR (1992-1994), PTB (1994-1999), PMDB (1999-2002) e PP (2002-2005).

²⁸³ APONTAM os primeiros candidatos. *O Momento*, Canoas, 1 semana mar. 1955. Capa.

²⁸⁴ PERSPECTIVAS petebistas: dissidência. *O Momento*, Canoas, 2 semana mar. 1955. Capa.

as candidaturas de Sezefredo a prefeito e Lagranha a vice já estavam organizadas a despeito dos partidos, o que contrastava com a candidatura de um PTB cindido: “O que ainda não foi fixado é a legenda sob a qual Sezefredo-Lagranha espera alcançar a maioria dos votos do eleitorado canoense”²⁸⁵.

Concorreram a prefeito nas eleições municipais de 1955: Sezefredo Azambuja Vieira, pela coligação PRP-PSD-PL; José João de Medeiros, pela coligação PSP-PSB; Maurício Müller, pelo PTB; e Canabarro Tróis, pela UDN. Ao cargo de vice-prefeito: Hugo Simões Lagranha, pela coligação PRP-PSD-PL; Schneider, pela coligação PSP-PSB; Luis Possebon, pelo PTB; e Arthur Oscar Jochims, pela UDN²⁸⁶. Na edição de 24 de setembro de 1955, *O Momento* abordou a sabatina promovida pelo próprio jornal, que havia reunido no Cine Rex os candidatos a prefeito José João de Medeiros (PSP) e Sezefredo Azambuja Vieira (PRP), com a ausência de Maurício Müller (PTB) e Canabarro Tróis (UDN)²⁸⁷. Naquela edição, artigo assinado por José Ferreira Netto²⁸⁸ expressava o seguinte:

A sabatina com os candidatos a Prefeito de Canoas, levada a efeito sábado p. p., no Cine Rex, creio evidenciou o elevado espírito democrático dos candidatos que lá compareceram, se submetendo à inquirição popular, num ambiente cordial e eminentemente liberal, satisfazendo assim o desejo dos canoenses amantes da liberdade, fator imprescindível ao desenvolvimento espiritual e material da vida humana. A todas as perguntas formuladas os candidatos responderam com acerto e objetividade, convencendo-nos da capacidade e boas intenções de que estão imbuídos. [...] Senhores candidatos, esperamos de vós a mesma atenção de agora, para o futuro, a fim de que todos se convençam de que os vossos propósitos são os de bem servir à causa pública e não os de tirar proveito dos cargos em detrimento do povo, como normalmente tem acontecido até aqui, com raras exceções²⁸⁹.

A mesma edição trazia matéria cujo título era *Aproximam-se as eleições*, atribuindo uma série de responsabilidades ao candidato vencedor da disputa pela prefeitura: “A responsabilidade é enorme, tanto no plano municipal como no nacional. O nosso município está cheio de problemas e os aspirantes ao Poder Público devem tomar posição firme, pelo menos a respeito dos mais graves²⁹⁰”. Conforme o jornal, os temas mais graves referiam-se ao transporte coletivo, à assistência médica e hospitalar, e ao saneamento das zonas populosas. Em seguida, o texto impõe um qualificativo necessário a quem pretendesse administrar Canoas: “O nosso município precisa de governantes enérgicos, que tenham a visão necessária”²⁹¹.

²⁸⁵ ORGANIZA-SE a candidatura Sezefredo. *O Momento*, Canoas, 1 semana abr. 1955. Capa.

²⁸⁶ *O Momento*, Canoas, 11 jun; 18 jun; 25 jun; 2 jul; 9 jul; 23 jul; 06 ago. 1955.

²⁸⁷ O QUE foi a sabatina. *O Momento*, Canoas, 24 set. 1955. Capa.

²⁸⁸ Candidato a vereador pelo PSB.

²⁸⁹ NETTO, José Ferreira. Bilhete. *O Momento*, Canoas, 24 set. 1955. Capa.

²⁹⁰ APROXIMAM-SE as eleições. *O Momento*, Canoas, 24 set. 1955. Capa.

²⁹¹ Id.

Na edição em que *O Momento* analisa os resultados daquele pleito, com ênfase para a renovação completa da Câmara Municipal e para a vitória dos candidatos a prefeito e vice-prefeito da coligação PRP-PSD-PL, Sezefredo Vieira e Hugo Lagranha, diante da divisão do trabalhismo, há uma biografia do prefeito eleito, assinada pelo jornalista Walter Galvani:

Magro, ligeiramente encurvado, olhar de lince e bastante distanciado do ideal dos cronistas sociais, de maneira alguma poderia ser incluído numa lista de ‘Os dez mais elegantes’. Poderia se deduzir, então, que o Dr. Sezefredo é anti-social, é desconfiado, é arredoio, etc. E é aqui que o espiritual volta a divergir do físico. O homem é sociabilíssimo, tanto que já foi duas vezes presidente do Clube Comercial. Nada tem de desconfiado; pelo contrário, acredita ingenuamente que os seus inimigos políticos de hoje, amanhã estarão colaborando decididamente com sua administração, sinceros e confiantes no futuro, e correspondendo, assim, à confiança do povo.

Este excerto, no qual Sezefredo Vieira é descrito como *homem sociabilíssimo*, é significativo da forma como parte da imprensa construiu uma imagem acerca deste político. Em 1950, no jornal *Correio de Canoas* – que tinha como jornalistas, entre outros, Walter Galvani e Canabarro Tróis Filho, Sezefredo já havia sido qualificado como “conhecido e estimado advogado desta cidade”, tendo seu discurso, pronunciado na Assembleia Legislativa, reproduzido em várias páginas daquela edição, inclusive na capa²⁹². Cinco anos depois, Canabarro Tróis era diretor do jornal *O Momento*, e Walter Galvani um dos colaboradores. O texto segue rendendo homenagem à trajetória política do prefeito eleito:

Esteve preso três vezes por questões políticas, durante o Estado Novo, o que lhe mostrou o lado duro da vida pública, que muita gente não conhece, devido ao seu desprendimento e coragem de afrontar os poderosos. Em 1947 candidatou-se à deputação estadual, tendo sido derrotado. Contudo, foi chamado à ativa pelo partido que o inscrevera, o PRP, e exerceu o mandato na Assembleia Legislativa durante um bom par de anos.

Dando continuidade ao resumo biográfico, o texto faz o coroamento da imagem construída ao longo da eleição – que atribuía a Sezefredo Vieira a qualidade de estar acima dos interesses partidários, em oposição aos candidatos identificados com o trabalhismo. Além disso, busca identificar o político do PRP com os eleitores mais pobres:

Em 51, foi derrotado nas eleições municipais pelo Sr. Sadi Schivitz, ou, mais precisamente, pelo PTB. Hoje, muitos trabalhistas, reconhecendo seu erro, uniram-se em torno à sua candidatura, que, diga-se de passagem, nasceu na zona mais humilde e desprotegida da sorte de nosso município: o cantão. Embora tenha sido apoiado pelo PRP, desligou-se ele oficialmente daquele partido, muito antes das eleições de 3 de outubro do ano corrente e continua e continuará, segundo afirma, livre de peias e compromissos partidários. Espera contar com o apoio irrestrito de todos os canoenses, indiscriminadamente, amigos e inimigos, rivais e adeptos,

²⁹² DISCURSO do Dr. Sezefredo. *Correio de Canoas*, Canoas, 18 nov. 1950. Capa.

contrários e partidários, a fim de levar Canoas ao ponto que realmente merece e à posição que o seu progresso incontestável exige!²⁹³

A imagem da candidatura Sezefredo-Lagranha, ao menos esta que foi construída pela imprensa, busca descolar os candidatos de seus partidos, expressando uma ideia de *movimento apartidário*. Em especial, Sezefredo é descrito com ênfase em suas qualidades pessoais, sendo sua candidatura desvinculada dos interesses partidários. No lado oposto, as candidaturas trabalhistas são representadas na esteira das questões partidárias, enfatizando-se as disputas internas do PTB.

A segunda edição do jornal *O Momento* havia trazido qualificativos bastante distintos para os dois postulantes à vaga petebista na disputa pela prefeitura. Medeiros seria o “candidato natural do partido”, nas palavras do trabalhista Mário Porto Inda, publicadas em matéria que recebeu o título de *Ferve o caldeirão petebista*²⁹⁴. Medeiros contava com “um eleitorado quase certo”, enquanto Maurício Müller não teria “o mínimo prestígio junto às classes populares”²⁹⁵. O mesmo Maurício Müller que havia sido acusado, pela executiva municipal do PSD, de ser o “manda chuva da Prefeitura de Canoas” e “ditador do município”²⁹⁶.

Um ano antes da campanha eleitoral de 1955 já era perceptível um acirramento de ânimos entre pessedistas e trabalhistas, coincidindo com a proximidade das eleições para governador e deputados. Em 18 de agosto de 1954, o jornal *Canoas em Marcha* noticiou a posse festiva da nova diretoria do PTB local. O vice-presidente da executiva municipal do partido e secretário do prefeito, Maurício Müller, buscou atacar, em seu discurso, o partido adversário: “É do conhecimento geral a dissidência no atual diretório do PSD de Canoas, onde o pânico e a confusão se generalizou, comprometendo a sua estrutura e separando seus valores mais exponenciais”. Maurício Müller tentava passar uma imagem de partido cindido quando se referia ao PSD, contrastando com a suposta união do PTB: “Enquanto o adversário se esfacela e enfraquece, mais cresce no Partido Trabalhista a coesão indispensável as grandes lutas e aos grandes partidos”²⁹⁷.

²⁹³ O PRETÉRITO do prefeito: Dr. Sezefredo A. Vieira. *O Momento*, Canoas, 15 out. 1955. p. 03.

²⁹⁴ FERVE o caldeirão petebista. *O Momento*, Canoas, 4ª semana mar. 1955. Capa.

²⁹⁵ PERSPECTIVAS petebistas: dissidência. *O Momento*, Canoas, 2ª semana mar. 1955. Capa.

²⁹⁶ O PSD responde ao PTB de Canoas. *Expressão*, Canoas, 26 out. 1954. p. 05.

²⁹⁷ FESTIVA a posse da nova executiva municipal do PTB. *Canoas em Marcha*, Canoas, 18 ago. 1954. Contracapa.

Em 26 de outubro do mesmo ano, o PSD publicou uma longa resposta ao PTB no jornal *Expressão*²⁹⁸, na qual declarava que a convenção municipal do PTB havia sido um fracasso: “Conseguiu o PTB local nesse dia, bater o recorde negativo de assistência em reuniões dessa natureza realizadas por este imenso Brasil [...]. Até nos mais longínquos sertões do Mato Grosso essa solenidade seria mais concorrida do que foi nesta populosa cidade de Canoas!”. Em seguida, a matéria publicada pelo PSD faz críticas ao discurso pronunciado por Maurício Müller, acusando-o de “evocar a outros partidos aquilo que está ocorrendo em suas próprias fileiras”. Nesta publicação, o PSD acusa os trabalhistas de demagogia, numa retórica que seria repetida várias vezes ao longo dos anos seguintes: atacar o PSD seria um recurso dos petebistas visando a “enganar mais uma vez o eleitorado menos esclarecido”. E complementa:

“O povo atual não é mais aquele que, há anos se deixava levar pela conversa desses seus falsos defensores! O povo agora está mais esclarecido, porque tem sentido em sua própria carne os terríveis malefícios desse nefasto petebismo que infelicitava nossa Pátria, que envergonha e revolta os que nela habitam”²⁹⁹.

O jornal *O Momento*, que enfatizava as candidaturas de oposição, descrevia positivamente as ações da chapa Sezefredo-Lagranha e explorava sistematicamente a dissidência entre os trabalhistas, teceu críticas aos políticos *demagogos* em matéria assinada por Walter Galvani: “Um local recebe a preferência dos ilustres demagogos: a Vila Niterói. O 3º distrito composto pelas vilas Niterói e Rio Branco, torna-se nessas épocas, o paraíso dos candidatos”³⁰⁰. Confirmada a eleição de Sezefredo Vieira para o cargo de prefeito, o jornal *O Momento* ressaltou, em sua análise do pleito, que a vitória do candidato da coligação PRP-PSD-PL devia-se ao apoio dos eleitores mais pobres, contrariando a tese de seus opositores: “Segundo os candidatos que se intitulavam ‘populistas’³⁰¹, a candidatura Sezefredo havia nascido de uma necessidade da ‘classe média’ e era portanto uma candidatura impopular”. A parte final do texto, assinado por Walter Galvani, assume um tom de manifesto: “E podemos

²⁹⁸ Dirigido por Túlio Medina Martins, o jornal *Expressão* teve curto tempo de circulação, no ano de 1954. Um de seus colunistas era Edson Medeiros, filho do ex-prefeito Edson Medeiros. O jornal publicava críticas ao governo municipal, seja na forma de notícias (assinadas por Edson Medeiros), artigos de opinião e notas publicadas a pedido do diretório municipal do PSD.

²⁹⁹ PSD RESPONDE ao PTB de Canoas. *Expressão*, Canoas, 26 out. 1954. p. 05.

³⁰⁰ GALVANI, Walter. O DISTRITO abandonado. *O Momento*, Canoas, 20 ago. 1955. Capa.

³⁰¹ Para Jorge Ferreira (2013, p. 111), a palavra *populismo* e *populista* não estavam disponíveis no vocabulário político brasileiro até o fim do primeiro governo de Getúlio Vargas. Entre 1945 e 1964, a palavra *populista* não designava um político manipulador, demagogo e mentiroso. A palavra poderia ser traduzida para “líder popular” (FERREIRA, 2013, p. 116).

também resumir o resultado da eleição num slogan que embora batido não perde a sua eficiência e veracidade: ‘Chega de demagogia!’”³⁰².

Em várias oportunidades, Sezefredo buscou atacar, de formas mais ou menos sutis, seus adversários, fazendo uso do argumento que explorava esta noção de *demagogia*. Em discurso pronunciado na Câmara Municipal, em janeiro de 1959, o prefeito manifestou sua interpretação acerca do comportamento político da população canoense, “suas tendências e seus sentimentos”:

Como o processo de expansão foi muito rápido, não houve tempo para formar-se um espírito localista. O canoense não conhece a sua terra, dela não tem orgulho e muitas vezes nem sequer a estima. Não são poucos os munícipes que aqui permanecem como se estivessem em lugar de degredo. Vivem a sonhar com a Canaã desejada que, no caso, é Porto Alegre.

A descrição que Sezefredo faz da população canoense – migrante, desenraizada e sem *espírito localista* – explicava, sob o seu ponto de vista, o comportamento dela com relação ao Poder Público: “Esse canoense médio, que trabalha em Porto Alegre e apenas dorme em Canoas, exige para a nossa cidade equiparação tão somente a Porto Alegre definitiva, organizada e agradável que ele conhece ao desembarcar na Avenida Farrapos”. Sezefredo aprofunda sua interpretação:

O homem do interior não abandonou a sua cidade de origem porque dela não gostasse e sim porque aspirava a novas oportunidades de trabalho e de progresso. Precisamente este progresso que ele veio a conhecer em Porto Alegre, esse conforto que encontrou nas áreas tradicionais de Porto Alegre e de que não pode participar por circunstâncias alheias à sua vontade. Espiritualmente, é um porto-alegrense exilado em um canoense em trânsito. Sempre que lhe for possível, deixará a nossa cidade e se transferirá para Porto Alegre.

Assim, na argumentação de Sezefredo, o *canoense médio*, vindo do interior em busca do progresso, aspirava a viver em Porto Alegre e exigia do prefeito de Canoas que este providenciasse uma condição de vida similar àquela da desejada capital. Para ele, tudo isto era agravado pela exploração política de seus adversários. Assim, o discurso de Sezefredo se coaduna com a argumentação que as elites políticas conservadoras utilizavam para explicar o sucesso dos trabalhistas junto aos trabalhadores: vindos do interior e destituídos de tradições políticas, os trabalhadores, transformados em eleitores, deixavam-se iludir pelos políticos manipuladores³⁰³. Como é próprio das tragédias, o povo canoense, *desenraizado* e *deslumbrado*, não escapava ao seu destino – fatalmente ligado, nas palavras do prefeito integralista, aos políticos demagogos:

³⁰² GALVANI, Walter. O povo fez justiça! *O Momento*, Canoas, 15 out. 1955. Capa.

³⁰³ Conforme Jorge Ferreira (2013), este é o argumento defendido pelas forças políticas conservadoras e mais tarde incorporado ao modelo explicativo centrado no conceito de populismo.

Sobre a maior concentração tipicamente operária do estado se abate o medonho impacto da demagogia política, pois o terreno é propício ao êxito propagandístico. Ao trabalhador canoense não se explica que uma cidade não se constrói com os ribombantes e vagos programas partidários, nem com discursos nem com promessas, mas com pertinácia, paciência e cooperação de todos.

Forma de justificar as dificuldades orçamentárias que impediam o governo municipal de atender ao crescimento das demandas de sua população, que se torna evidente pelos números trazidos na sequência do texto, o discurso de Sezefredo também pode ser explicado pelo esforço sistemático, empreendido antes e depois das eleições municipais de 1955, de construir uma imagem de si em contraposição à de seus adversários, cujas práticas seriam descritas como demagógicas. O eleitorado canoense, o mesmo que elegeu Sezefredo anos antes, deixava-se iludir pelos políticos que, segundo ele, pretendiam-se “donos da opinião” e “proprietários do povo”:

Sem dúvida que o povo é bom. Mas é mal informado. Escasseiam-lhe os amigos desinteressados e esclarecidos. Meio mundo lhe quer ser agradável, instigando a sua revolta e espicaçando sua insatisfação. Poucos tem a coragem de falar com franqueza, mostrando-lhe o vulto das tarefas administrativas, convidando-o à paciência, à compreensão, à colaboração³⁰⁴.

Nas eleições de 1955, comentaristas, articulistas, jornalistas e editores da imprensa local construíram ao menos duas imagens dos candidatos a prefeito: a candidatura Sezefredo-Lagranha era concebida como uma aliança acima dos partidos, mobilizada pelo bem-comum e que recebia o apoio de diversos setores da sociedade. As candidaturas trabalhistas, de José João de Medeiros (PSP) e Maurício Müller (PTB) foram narradas pelo viés das lutas intestinas do PTB. Nas eleições de 1955 e 1959, os candidatos Sezefredo e Lagranha arrogaram para si o qualificativo “apartidário”, embora fossem políticos umbilicalmente ligados aos seus partidos (PRP e PSD), o que nos leva a entender tal concepção como uma técnica de conquista daquilo que lhes era necessário na legitimação de seus projetos políticos: o voto. Ao povo, *bom*, mas *mal informado*, caberia não se deixar iludir pelos demagogos, ligados aos interesses partidários, e seguir aos políticos *desinteressados* e *apartidários*, qualidades que Sezefredo arrogava para si.

Em seus discursos, o prefeito Sezefredo reforçou a imagem construída ao longo da campanha, colocando-se como apartidário e delineando como seus adversários aqueles que o criticavam devido a interesses partidários. Em seu discurso de posse, Sezefredo reafirmou o significado que pretendia atribuir ao apartidarismo:

Durante a campanha eleitoral insistiu na observação de que os diversos programas não alcançavam os municípios, por isso que sua elaboração é feita tendo em vista o

³⁰⁴ VIHERA, Sezefredo Azambuja. Discurso pronunciado na Câmara Municipal em 1º/1/59. [UPHAM].

equacionamento e a solução dos problemas nacionais. Assim sendo, parece-me bastante claro que, trato das coisas municipais, mui difícil, entretanto, haverá margem para divergências ideológicas ou doutrinárias, já que os problemas administrativos da órbita municipal são de ordem prática e o campo para as respectivas soluções bastante limitado. Isto posto, chego à conclusão de que na esfera administrativa dos municípios não há margem para o que se denomina, comumente, política partidária. Se quer dar apoio sistemático ou fazer oposição permanente é lógico que esse apoio ou essa oposição nunca serão de natureza programática, pois as soluções aos problemas não estão previstas nas cartas partidárias³⁰⁵.

Assim, o prefeito Sezefredo Vieira argumentava que os problemas locais, de ordem prática, a serem resolvidos pela administração municipal, não deixavam espaço para as divergências político-partidárias. No mesmo discurso, retoma a ideia: “Mereci a honra de ser apoiado por vários partidos, aos quais agradeço, do fundo da alma, o amparo que me deram. Apoiado assim, por três organizações políticas, fui o mais apartidário dos candidatos”³⁰⁶. Em outros momentos, o prefeito seria mais enfático na crítica ao partidarismo, como no discurso destinado “ao povo canoense” e proferido em 1º de janeiro de 1958, no qual ataca àqueles que chama de “profissionais da demagogia”: “O povo está vendo trabalho e por isso mesmo dá as costas aos que só conversam, reclamam e nada fazem em benefício da coletividade”³⁰⁷.

Em torno das noções de partidarismo e apartidarismo, os candidatos a prefeito pela coligação liderada por PRP e PSD, Sezefredo Vieira em 1955 e Hugo Lagranha em 1959 e 1963, apresentaram-se ao eleitorado como políticos que estariam acima dos interesses partidários, e portanto as imagens construídas sobre si foram gestadas pelo contraste forçado pelo delineamento discursivo acerca dos adversários, no caso, os trabalhistas. Do outro lado, havia um crescente reforço da identificação partidária, especialmente no caso de José João de Medeiros, candidato pelo PSP em 1955 e pelo PTB em 1959. E isto incluía referências à memória de Getúlio Vargas, cujo ato final do suicídio havia marcado o início de uma nova fase do trabalhismo, a do *PTB sem Vargas*³⁰⁸.

Como forma de corroborar com sua argumentação em torno do apartidarismo, Sezefredo Vieira, em seu discurso de posse, mencionou as divergências que tinham Getúlio Vargas como marco divisor:

³⁰⁵ VIEIRA, Sezefredo Azambuja. Discurso pronunciado por ocasião de sua posse em 1º/1/56. [UPHAM].

³⁰⁶ VIEIRA, Sezefredo Azambuja. Discurso pronunciado por ocasião de sua posse em 1º/1/56. [UPHAM].

³⁰⁷ VIEIRA, Sezefredo Azambuja. Ao povo canoense. 1º/01/1958. [UPHAM].

³⁰⁸ Conforme Angela de Castro Gomes (1994, p. 140), até 1954 a presença de Vargas funcionava como ponto de referência fundamental à unidade do PTB. Após o suicídio de seu líder, a luta pela hegemonia partidária estará intimamente ligada às representações que o partido fará de si mesmo. Encontramos, como exemplo, o *convite aos getulistas de Canoas* publicado no jornal *O Momento*, na edição de 20 de agosto de 1955, no qual a comissão responsável pela campanha de José João de Medeiros convida para homenagem que seria prestada a Getúlio Vargas no salão paroquial no dia 24 de agosto – data que marcava um ano do suicídio do ex-presidente.

Como ninguém ignora, infelizmente a luta política vem separando os brasileiros em dois grupos: o de getulistas e de antigetulistas. Essa infeliz divisão já deu margem a uma tragédia e a um golpe de Estado e continuará fazendo a desgraça de nossa pátria se não nos convenceremos de que não são nem as soluções de força nem as soluções políticas que irão trazer a ansiada pacificação do país. Esta brotará de uma verdadeira trégua dos espíritos que somente poderá nascer da mansidão do coração, dos sentimentos de solidariedade humana e do desejo de resolver os problemas do povo³⁰⁹.

No período que antecedeu ao pleito, seus adversários, os trabalhistas, renderam homenagens ao presidente recém-falecido. O vice-presidente do PTB, Adão Miguel Arendt pronunciou discurso na Câmara Municipal em 24 de agosto de 1954, no qual ressaltava o luto pela morte de Getúlio Vargas: “A dor que está hoje atingindo a milhares de brasileiros quer sejam trabalhadores, quer sejam mães, esposas e filhas, não existe em nosso vocabulário expressões que possam corresponder a exatidão do que se passa em seus corações confrangidos”³¹⁰. Dois meses depois, o jornal *Expressão* estamparia em suas páginas uma homenagem a Getúlio Vargas, a pedido do diretório municipal do PTB, com trechos de discurso do vereador Glanteal Porto Lindemeyer, para quem Vargas era o amigo que amparava os velhos, as crianças e os moços³¹¹. A publicação é acompanhada de uma foto do ex-presidente e da reprodução da Carta-Testamento deixada por Vargas³¹².

Na sessão realizada pela Câmara Municipal no dia do suicídio de Getúlio Vargas, e na qual pronunciaram-se os vereadores petebistas, até mesmo vereadores de outros partidos fizeram suas as palavras dos trabalhistas. Foi o caso de Armando de Franceschi (PSP) e de Paulo Szekir (UDN)³¹³. Entretanto, o PSD não fez uso de tamanha diplomacia, pois na mesma edição do jornal *Expressão* em que o PTB patrocinou a homenagem a Vargas, o diretório pessedista local publicou duras críticas aos trabalhistas e ao ex-presidente:

Desanimou bastante as hostes trabalhistas a prova da origem do atentado a Carlos Lacerda. Não pela morte do valoroso Major Vaz, ou pelos ferimentos de Lacerda, mas, unicamente, pelos votos que o PTB perderá. [...] Descobriu-se porque os próceres petebistas locais não têm feito qualificações a domicílio nem comícios em certas zonas de Canoas. Não lhes foi possível entrar nas mesmas, pelo seu mau estado, acrescido da revolta dos sacrificados³¹⁴.

³⁰⁹ VIEIRA, Sezefredo Azambuja. Discurso pronunciado por ocasião de sua posse em 1º/1/56. [UPHAM].

³¹⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS. Inclusão nos anais por solicitação do próprio autor em 24/08/1954. Vereador Adão Miguel Arendt. 1954 [ACMC].

³¹¹ Suplente de vereador nas eleições de 1951, Adão Arendt ocupava uma cadeira na Câmara Municipal entre 1954 e 1955. Concorreu em 1955 e novamente não foi eleito, enquanto Glanteal Lindemeyer foi o primeiro suplente do PTB nas eleições de 1955. No processo de divisão do trabalhismo, ambos permaneceram no PTB e apoiaram a candidatura de Maurício Müller a prefeito.

³¹² HOMENAGEM a Getúlio Vargas na Câmara de Vereadores. *Expressão*, Canoas, 26 out. 1954. P. 03.

³¹³ CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS. Ata n.º 404. 24 ago. 1954 [ACMC].

³¹⁴ GOTAS de veneno [mandado publicar pelo PSD]. *Expressão*, Canoas, 26 out. 1954. P. 05.

Disputando com o PTB a preferência dos eleitores mais pobres, o diretório municipal do PSD apelou para a inflação dos preços dos alimentos como forma de atingi-los: com o título de *Saudação do povo ao PTB*, uma caricatura mostrava Getúlio Vargas com uma auréola acima da cabeça, tendo ao lado um comparativo dos preços da carne, do arroz, da banha, do pão, do café e da manteiga nos governos de Eurico Dutra e de Vargas [ver figura 27]. Alguns anos depois, a pedido do PTB local, o jornal *Gazeta de Notícias* chamaria Getúlio Vargas de profeta, pois as palavras de sua famosa carta refletiriam a realidade daquele momento: “A fome começa a bater nas portas dos menos afortunados. Humilhações, também o povo sofre! E mais e mais os humildes sentem-se vilipendiados”³¹⁵ [ver figura 28]. Nas eleições daquele ano, o PTB elegeria o prefeito José João de Medeiros em disputa acirrada com o candidato da coligação PSD-PRP-PL-UDN-PDC, Hugo Lagranha. No dia 24 de agosto do ano seguinte, foi inaugurado, por uma iniciativa de trabalhadores locais institucionalizada pelo prefeito, um busto de Getúlio Vargas na sede da Prefeitura [ver figura 29]. Na mesma época, foi inaugurada uma placa de bronze com o texto da Carta-Testamento em praça do centro da cidade³¹⁶.

Figura 27 – Crítica a Vargas e aos trabalhistas, publicada pelo PSD local em 1954

SAUDAÇÃO DO POVO AO PTB			
— 1950 —			
Governo do Gal Dutra			
Carne	kg.	Cr\$	4,00
Arroz	kg.	Cr\$	3,00
Banha	kg.	Cr\$	14,00
Pão	kg.	Cr\$	3,50
Café	kg.	Cr\$	18,00
Manteiga	kg.	Cr\$	14,00
Total			Cr\$ 56,50
Governo de G. Vargas			
Carne	kg.	Cr\$	15,00
Arroz	kg.	Cr\$	9,50
Banha	kg.	Cr\$	22,00
Pão	kg.	Cr\$	9,00
Café	kg.	Cr\$	80,00
Manteiga	kg.	Cr\$	84,00
Total			Cr\$ 219,50
(Mandado publicar pelo Diretório Municipal do P.S.D.)			

Fonte: Expressão, Canoas, 26 out. 1954. P. 05 [UPHAM].

³¹⁵ GETÚLIO Vargas: político e profeta. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 30 ago. 1959. Capa.

³¹⁶ BUSTO de Getúlio Vargas. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 09 set. 1960.

Figura 28 – Homenagem a Getúlio Vargas no jornal *Gazeta de Notícias* em agosto de 1959



Fonte: *Gazeta de Notícias*, Canoas, 30 ago. 1959. Capa [UPHAM].

Figura 29 – Prefeito Medeiros inaugura busto de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1960



Fonte: Fototeca da UPHAM.

José João de Medeiros, em todas as fontes pesquisadas, aparece identificado ao trabalhismo: quando prefeito nomeado pelo governador Ernesto Dorneles (PTB), em 1951; enquanto candidato da dissidência trabalhista, abrigada no PSP, em 1955; como candidato a prefeito pelo PTB em 1959; na condição de prefeito entre 1960 e 1964 eleito pelo PTB. No lado oposto, a imagem dos candidatos Sezefredo e Lagranha, retomada por este último em 1959, quando candidato a prefeito pelo PSD, foi concebida como uma candidatura alheia aos conflitos partidários e que incluiria os partidos apenas como uma formalidade necessária à candidatura. Em 09 de agosto de 1959 foi publicada entrevista no jornal *Gazeta de Notícias*, com nove perguntas formuladas aos dois candidatos a prefeito, José João de Medeiros (PTB) e Hugo Simões Lagranha (PSD). Quando perguntados sobre quem seria o candidato ideal para

a presidência da República³¹⁷, Medeiros respondeu que aguardaria a decisão de seu partido. Já Lagranha, descolando-se do partido, lançou a seguinte resposta: “Meu silêncio é total. Não trato de questões partidárias. Cuido apenas de Canoas, por quem meu interesse é enorme”³¹⁸.

O jornal *Gazeta de Notícias* já havia trazido, em sua edição de 26 de junho de 1959, uma nota com o seguinte título: *Prefeitura: quem será o novo ocupante?* Naquele momento, já estavam consolidadas as candidaturas de José João de Medeiros e Arioaldo Aguiar, prefeito e vice pelo PTB, e de Hugo Lagranha e Jacob Longoni, prefeito e vice pela coligação PSD-PRP-PL-UDN-PDC. Um dia antes das eleições, o periódico reforçou a menção elogiosa a ambos: Medeiros foi qualificado de “elemento conhecidíssimo de Canoas”, já tendo exercido o cargo de prefeito e, portanto, sendo conhecedor das “glórias e dificuldades por que passa quem tal cargo ocupe”. Lagranha foi caracterizado como “figura popularíssima” que já havia “dado mostras de sua capacidade administrativa” à frente do movimento pela implantação do Hospital Nossa Senhora das Graças³¹⁹.

A edição de 26 de junho também trazia uma entrevista com o prefeito Sezefredo Azambuja Vieira, abordando as realizações de seu governo:

- Sr. Prefeito, à frente do município, pôde Sua Ex. realizar tudo quanto desejava ou são demais os obstáculos que encontra?
- Como prefeito – respondeu ele – não pude realizar tudo o quanto desejava, mas realizei mais do que esperava. Os obstáculos existem e continuarão a existir. [...]
- Como prefeito, qual o maior problema encontrado?
- O maior problema que um prefeito encontra não é de ordem material, é sim emocional: o contato com a miséria de grande parte da população e não poder dar solução adequada.
- Que nos pode dizer, Doutor, sobre os atuais candidatos à Prefeitura?
- Se vou dar o meu voto a um deles, é porque acho melhor dotado de requisitos indispensáveis a uma boa administração³²⁰.

De fato Sezefredo teria participação naquela campanha eleitoral, atuando em favor de Hugo Lagranha (PSD) e tecendo duras críticas à oposição, centralizada no PTB e em seu candidato José João de Medeiros. E a disputa, além de acirrada, seria levada para um *terreno baixo*, conforme as palavras do jornalista José Fontes, no jornal *Gazeta de Notícias*³²¹. A pedido da Prefeitura Municipal de Canoas, foi publicada uma nota no jornal *Correio do Povo*, em 05 de novembro de 1959 – dias antes da eleição. Nela, Sezefredo acusava o governo

³¹⁷ CANDIDATOS à prefeitura expõem suas ideias. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 09 ago. 1959. P. 09.

³¹⁸ Nas fontes pesquisadas, o termo apartidário não corresponde à crítica das instituições políticas do liberalismo, conforme Angela de Castro Gomes (2005) e Maria Helena Rolim Capelato (2009) identificaram nos regimes varguista e peronista, tampouco ratificam o discurso de horror aos partidos presente nos anos 1930 e identificado por Maria do Carmo Campelo de Souza (1976). Trata-se, no caso, da construção de uma imagem desvinculada dos interesses partidários, como forma de se contrapor discursivamente à identificação dos petebistas com o trabalhismo e com o getulismo.

³¹⁹ EXPECTATIVA: eleições amanhã. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 07 nov. 1959. Capa.

³²⁰ DECLARA o Dr. Sezefredo A. Vieira. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 26 jun. 1959. P. 04; 07.

³²¹ FONTES, José. Rumo inesperado na política municipal. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 07 nov. 1959. Capa.

estadual³²² de forçar a “candidatura impopular” de José João de Medeiros. Mais ainda: acusava o governo de haver impresso, às custas da imprensa oficial, cartazes de propaganda do candidato petebista, e apontava o Serviço Social de Canoas, a Merceria Popular, o SAMDU e o Grupo Escolar André Leão Puente como locais utilizados para campanha eleitoral de Medeiros. Segundo o prefeito, a nota visava a apelar “para as forças não corrompidas do estado endereço este brado de desespero à bancada do Partido de Representação Popular, à Assembleia Legislativa, que não pode deixar de conhecer e aplaudir seus companheiros de Canoas”³²³.

A resposta veio no jornal *Folha de Canoas*, ligado ao PTB, três dias depois (na véspera do pleito): “Descamba o Sr. Prefeito em investidas a todos os que não leem por sua cartilha nem seguem o seu catecismo”, afirmou o periódico. Assim, o jornal acusava Sezefredo daquilo que o prefeito, durante todo o mandato, colocava como centro de sua aversão e como atitude oposta à sua prática: acusava-o de partidarismo e de exercer a prática que anos antes Sady Schivitz havia chamado de *filhotismo político*, pois ele estaria, conforme o jornalista João Galhardo³²⁴, visando a todos os que recusavam-se a obedecer-lhe as ordens, como “deixar a prefeitura ao herdeiro contemplado em seu testamento”, ou seja, os que negavam-se a apoiar a candidatura governista de Hugo Lagranha. O candidato e jornalista vai mais longe em sua crítica a Sezefredo:

Não importa que seus apaniguados se valham de todos os meios para prejudicar a campanha eleitoral do Partido Trabalhista. [...] Depredações, ofensas, provocações de toda a sorte, não tem importância alguma. Isto não atinge a grei do Sr. Prefeito, não constitui vergonha. Faixas colocadas pelo PTB que amanheceram cortadas e substituídas pelos nomes simpáticos ao Sr. Prefeito, a proibição aos ônibus urbanos de transportar pessoas destinadas aos comícios do PTB, são naturalmente atos de elevada nobreza que servem de apanágio a dignidade dos incorruptos³²⁵.

Além disso, o diretor da *Folha de Canoas* claramente acusava o prefeito de pressionar seus subordinados caso não demonstrassem apoio ao candidato governista. Galhardo chama a atitude de Sezefredo de facciosa e ironiza: “Amparar e proteger às claras o candidato de sua afeição, destratar, vilipendiar e ultrajar o adversário de suas ideias, é a digna atitude de um prefeito são, incorrupto e preclaro”³²⁶. Na mesma edição do jornal *Folha de Canoas*, um grupo, intitulado (ou autointitulado) de “homens de bem, independentes de partidos”, publicou uma nota virulenta, acusando a Prefeitura Municipal de gastar cem mil cruzeiros

³²² Leonel Brizola (PTB) era o governador do Rio Grande do Sul, eleito no ano anterior.

³²³ PREFEITURA Municipal de Canoas – ao povo do Rio Grande. Correio do Povo, Porto Alegre, 05 nov. 1959.

³²⁴ Candidato a vereador pelo PTB.

³²⁵ GALHARDO, João. Quem semeia ventos... *Folha de Canoas*, Canoas, 08 nov. 1959. P. 04.

³²⁶ GALHARDO, João. Quem semeia ventos... *Folha de Canoas*, Canoas, 08 nov. 1959. P. 04.

com publicações na imprensa da capital, “para se defender de ataques de seus adversários políticos”, enquanto os problemas da cidade não eram atendidos³²⁷.

Um panfleto que, conforme mencionado no próprio impresso, teria sido divulgado por “um grupo de trabalhistas pais de família”, atacava o prefeito Sezefredo e o candidato Lagranha no âmbito público e pessoal. O prefeito, então candidato a vereador, era acusado de possuir negócios com a Prefeitura Municipal por meio de seu escritório de advocacia, enquanto o candidato à sucessão era denunciado por um suposto caso amoroso com uma funcionária do governo. Dizia o panfleto: “De momento nenhum dos dois candidatos tem autoridade moral para atacar quem quer que seja”³²⁸.

De ambos os lados, correligionários qualificaram seus candidatos com elementos de valorização que julgavam atraentes ao eleitorado. Da mesma forma, apoiadores tanto de Medeiros (PTB) quanto de Lagranha (PSD) buscaram desqualificar o concorrente, atribuindo ao adversário o uso de meios ilícitos durante a campanha eleitoral. Já naquele momento, o jornalista José Fontes, no jornal *Gazeta de Notícias*, afirmava ser difícil saber quem havia iniciado a situação que ele julgava *vergonhosa*. Naquele semanário, os candidatos foram apresentados, como na edição de 26 de julho de 1959, igualmente de forma positiva: “Os dois candidatos se apresentam com credenciais e gozam de bastante prestígio junto ao nosso eleitorado”³²⁹. Entretanto, na imagem que buscavam expressar de si mesmos ao eleitorado, Medeiros e Lagranha demonstravam diferenças. Da entrevista publicada em 09 de agosto daquele ano podemos apreender as principais propostas que os candidatos a prefeito pretendiam ver divulgadas:

Eu – Uma vez eleito, quais serão os seus primeiros passos à frente do executivo canoense?

Cel. Medeiros – Meus primeiros objetivos, se eleito, serão os de lançar as bases que possibilitem a realização do grande plano de obras exigidas pelo nosso povo. Esperamos modificar totalmente o panorama político e administrativo de Canoas, a fim de garantir o seu progresso e desenvolvimento.

Sr. Lagranha – A resposta para esta pergunta é muito relativa. Posso dizer apenas que tenho quatro projetos de lei que influenciarão decisivamente, com maior intensidade, em meu primeiro ano de governo.

Eu – Tem, S.S. algum plano previamente traçado para sua administração?

Sr. Lagranha – Tenho. Merecerão tratamento: transporte urbano, assistência social, saneamento pluvial (não confundir com cloacal), iluminação pública, assistência ao horticultor e diversas etapas, no que tange a Diretoria de Obras e Viação.

Cel. Medeiros – Uma equipe de técnicos, juntamente comigo, e em colaboração com os órgãos da administração estadual, está preparando desde já, o esquema administrativo da futura governança trabalhista no município. As reivindicações e os problemas das diversas vilas de Canoas estão sendo carinhosamente estudados para que se encontrem uma solução mais imediata possível.

³²⁷ A PEDIDO. *Folha de Canoas*, Canoas, 08 nov. 1959. Capa.

³²⁸ À POPULAÇÃO de Canoas a verdade nua e crua [panfleto]. 1959 [UPHAM].

³²⁹ PREFEITURA: quem será o novo ocupante? *Gazeta de Notícias*, Canoas, 26 jun. 1959. Capa.

Na primeira resposta, José João de Medeiros (PTB) foi mais objetivo ao comprometer-se com um plano de obras para a cidade, enquanto Hugo Lagranha (PSD), de forma um pouco mais evasiva, apenas citou a previsão de quatro projetos de lei para o primeiro ano de governo. Porém, na segunda resposta, Lagranha apontou de forma mais clara as áreas prioritárias em seu possível governo: transporte urbano, assistência social, saneamento pluvial, iluminação pública, assistência ao horticultor e obras e viação. Medeiros resumiu-se a citar que uma equipe de técnicos estava preparando o plano de governo. Nota-se que o candidato do PSD indica como prioridades os setores que afetavam, como vimos anteriormente, a população mais carente do município: os operários que necessitavam de transporte urbano, os mais pobres que necessitavam de assistência, os moradores dos bairros operários que sofriam com os alagamentos. Em seguida, o jornalista encaminha o tema do governo municipal:

Eu – Que acha da atual administração municipal?

Cel. Medeiros – O povo é sempre soberano juiz. E o povo irá julgá-la nas próximas eleições...

Sr. Lagranha – É claro, tenho que achá-la ótima. No meu entender, essa fez muito mais do que todas as anteriores juntas.

Neste ponto, Lagranha e Medeiros começam a se diferenciar pelas posições que assumiam nas clivagens políticas locais e regionais. O petebista, sendo candidato de oposição, remete ao julgamento do governo pelo povo nas eleições que se seguiriam. Já o pessedista, candidato governista, tece um elogio ao governo de Sezefredo Vieira (PRP) – do qual era o vice-prefeito, eleito pela mesma coligação – e, nas entrelinhas, faz uma crítica aos prefeitos anteriores – entre eles Sady Schivitz (PTB) e o próprio Medeiros. Na resposta sobre a educação, a identificação partidária demarca a diferença na forma como um e outro se apresentavam:

Eu – Em sua administração, como será tratado o setor educacional do município?

Sr. Lagranha – Estou cansado de afirmar que uma casa não se constrói pelo telhado, e sim, pelo alicerce. Considero a educação o alicerce de uma nação, e como tal, é um dos setores onde darei o impossível para que não haja déficit de matrículas. O elemento humano que a Prefeitura possui – nesse setor – é digno de ser salientado. O que falta, realmente, são recursos de ordem material.

Cel. Medeiros – O eminente Governador do Estado e nosso companheiro do Partido Trabalhista, Eng. Leonel Brizola, tem reafirmado sempre seus grandes compromissos com os trabalhistas de Canoas e com a sua população de maneira geral. S. S. dará todo o amparo e todos os recursos possíveis para a realização do grande plano educacional da futura administração trabalhista. Tanto a educação pública, como a particular, terão no meu governo a melhor das atenções. A educação será a permanente preocupação do meu trabalho na Prefeitura.

Ao contrário de Lagranha, que não cita seu partido, não comenta a política nacional e busca se apresentar como apartidário, José João de Medeiros pretende estabelecer uma

conexão direta entre ele e o governador Leonel Brizola, seu companheiro de partido. Se, para Lagranha, a dificuldade para o atendimento das demandas repousava na ausência de recursos materiais, Medeiros indicava o apoio do governador como garantia da viabilidade de suas propostas. Em seguida, o candidato do PTB reforça sua identidade partidária, em sutil crítica ao seu adversário:

Eu – Que mais pode dizer aos leitores da Gazeta?

Cel. Medeiros – Tenho ainda a dizer a todos os canoenses que realizo a minha campanha política com a mais absoluta tranquilidade. Os ódios e os rancores não encontram guarida no meu coração. Não faço campanha de ofensas, nem de ataques. Tenho um programa e uma ideia a defender. Não escondo do povo o meu partido: Partido Trabalhista Brasileiro. Confio com todas as forças no povo canoense e no seu destino. Deus abençoará as soberanas decisões da nossa gente³³⁰.

José João de Medeiros dizia não esconder do povo o seu partido, como faziam seus adversários. Ao contrário, ligar a sua imagem com a do PTB era uma maneira de buscar a adesão do eleitorado getulista, trabalhista, nacionalista, e conectar-se com tudo o que o petebismo pretendia representar, conforme vimos anteriormente. Além disso, conectar sua candidatura ao PTB significava buscar o apoio do eleitorado que havia contribuído para a vitória de Leonel Brizola no ano anterior³³¹. Por sua vez, o candidato pessedista buscava estabelecer uma ligação com a classe trabalhadora (centro do discurso trabalhista):

Sr. Lagranha – Tenho a impressão que, segundo um plano a realizar, começará no meu governo – caso eleito – o maior amparo ao operário pobre. Será o primeiro ato, isentar a propriedade única do assalariado que perceber o salário mínimo e que tiver cinco ou mais filhos. A extinção deste benefício se dará quando os filhos abandonarem a escola. O segundo ato será coordenar o transporte de formas tais que o trabalhador para evitar os longos trajetos até o ponto de início de sua condução, o que acarreta, invariavelmente perda de hora e meia de sono. Alta madrugada, levanta o nosso trabalhador, por falta de transporte mais adequado. [...] Para finalizar, digo: o que é preciso, é que o candidato conheça todas as necessidades, em seus mínimos detalhes e já tenha estudado os problemas e conheça as soluções. Não adianta saber do problema, sem solucioná-lo³³².

Se o candidato do PTB, Coronel Medeiros, por diversas vezes apoia-se, em suas respostas, no pertencimento ao seu partido e na circunstância de contar com o governador Leonel Brizola, seu adversário, o então vice-prefeito Hugo Lagranha, apoia-se na proximidade com o governo municipal de então, e assim coloca-se como conhecedor dos

³³⁰ CANDIDATOS à prefeitura expõem suas ideias. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 09 ago. 1959. Capa; p. 09.

³³¹ Leonel Brizola (PTB-PRP-PSP) obteve 16.056 votos em Canoas (63,33%), enquanto Walter Perachi Barcellos (PSD-PL-UDN) obteve o voto de 8.092 eleitores canoenses (31,92%). Foram 272 votos em branco e 933 votos nulos (NUPERGS/UFRGS). Assim, a vantagem de Brizola sobre Peracchi em Canoas foi maior do que no cômputo geral, pois o petebista foi eleito com 55,18% dos votos, contra 41,20% de seu adversário. Os números de Canoas foram similares aos de Porto Alegre, onde Brizola venceu com 65,5% e Peracchi obteve 31,2% (CÁNEPA, 2005, p. 254-255).

³³² CANDIDATOS à prefeitura expõem suas ideias. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 09 ago. 1959. Capa; p. 09.

problemas locais e de suas soluções. Com uma população formada cada vez mais por operários, e diante da identificação do trabalhismo com esta parcela da população, o candidato do PSD busca assumir compromissos que dizem respeito aos trabalhadores e às classes populares: a isenção de imposto sobre propriedade de assalariado que recebesse o salário mínimo e que possuísse cinco ou mais filhos; e a melhoria do transporte público, visando especialmente aos operários.

Apoiadores dos diferentes projetos que se apresentavam ao eleitorado canoense, utilizando a imprensa, também demonstravam suas concepções acerca dos candidatos a prefeito. Na *Folha de Canoas* de 08 de novembro de 1959, o candidato a vereador João Galhardo (PTB) qualificava José João de Medeiros: “Com sua capacidade administrativa, seu conhecimento dos problemas do Município, com o apoio certo do Governador Leonel Brizola [...] o Coronel Medeiros realizará uma administração de progresso para o melhor bem-estar de todos os canoenses”³³³. Na *Gazeta de Notícias* de 10 de outubro de 1959, coluna (a pedido) assinada por Moysés Machado considerava os dois candidatos “pessoas dignas e idôneas”, mas defendia o nome de Hugo Lagranha para a prefeitura municipal, a quem qualificava como “jovem, dinâmico e de vontade férrea”. Além disso, era um “homem simples e popular”³³⁴. Conforme o colunista, já na edição de 24 de outubro, o candidato pessedista era o “mais capaz e mais adequado para ser o prefeito desta cidade, campeã em progresso”. E buscava desqualificar a oposição: “Os mesmos que só fazem intrigas e acusações, são justamente os que nada fizeram pelos canoenses”³³⁵.

Conforme registro do jornal *Correio do Povo* de 20 de novembro de 1959, o pleito de Canoas naquele ano foi “um dos mais renhidos no Estado”³³⁶. Numa eleição polarizada pela disputa entre o trabalhismo e o anti-trabalhismo, representados respectivamente por José João de Medeiros (PTB) e por Hugo Simões Lagranha (PSD), os eleitores canoenses, por pequena margem, escolheram o candidato do partido de Leonel Brizola. O *Correio do Povo* registrou a cerimônia de posse do prefeito José João de Medeiros (PTB) em 1º de janeiro de 1960, que reuniu diversas lideranças trabalhistas, como o deputado federal Temperani Pereira, o deputado estadual Domigos Spolidoro, presidente da Assembleia Legislativa, o deputado federal Henrique Henkin, entre outros. Na ocasião, Medeiros “reafirmou seu propósito de fazer uma administração voltada aos interesses e anseios da população canoense”³³⁷.

³³³ CANOENSE vote certo. *Folha de Canoas*, Canoas, 08 nov. 1959. P. 02.

³³⁴ MACHADO, Moysés. Política Municipal. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 10 out. 1959. P. 03.

³³⁵ MACHADO, Moysés. Política Municipal. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 24 out. 1959. P. 03.

³³⁶ POLÍTICA. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 nov. 1959.

³³⁷ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 jan. 1960.

A vitória do PTB de José João de Medeiros, longe de representar o fim da trajetória política de Hugo Lagranha, apenas adiou em quatro anos a sua chegada ao governo municipal³³⁸. Conhecido do eleitorado, por haver concorrido a prefeito em 1951, a vice-prefeito em 1955 (eleito) e novamente a prefeito em 1959, sempre pelo PSD, Lagranha foi eleito em 1963 com ampla vantagem, liderando a coligação formada por PSD, PRP, PL, UDN, PDC e MTR. João Palma da Silva, tradicionalista e memorialista local, rendeu em versos uma homenagem ao prefeito:

O Hugo Simões Lagranha, / Velho “guasca” alegretense, / Tem algo que lhe pertence, / E ninguém pode apagar: / Ele sabe governar / Esta terra canoense / [...] Houve depois eleição / E o Lagranha foi eleito / Para ser vice-prefeito. / Mas, depois, com muitas lábias, / Parecendo das Arábias, / Elegeu-se pra Prefeito³³⁹.

Em 1º de dezembro de 1962, no jornal *O Gaúcho*, foi publicada carta do ex-vereador petebista Mário Porto Inda, tratando da sucessão municipal. Citado em matéria anterior, pelo jornalista Moacir Alvarez, como possível candidato a prefeito, Porto Inda tratava de negar tal possibilidade: “Embora sensibilizado e agradecido pela atenção e mérito, eu não pretendo por motivo de força maior candidatar-me ao honroso cargo de Prefeito”. Aos dois principais partidos locais, PTB e PSD, a liderança trabalhista propunha que se concentrassem mais nos problemas de Canoas do que em questões partidárias, e que o acelerado crescimento de Canoas exigia para o cargo de prefeito um “homem de alto descortino administrativo, técnico, economista ou engenheiro, que conheça os princípios de urbanização e a maneira de [...] disciplinar o crescimento da cidade”³⁴⁰. Meses depois, a sucessão municipal voltava a ser assunto do jornal *O Gaúcho*, na coluna *Tabloide político de Canoas*, assinada por Rafael Ghisleni³⁴¹. A divisão de forças, que havia se consolidado nos anos 1950, não passou despercebida pelo colunista: “Como se sabe, a política de Canoas divide-se em duas facções tradicionais; de um lado o PTB, que detém nas mãos o poder municipal no momento, e de outro lado os partidos que compuseram a ADP”³⁴².

³³⁸ Sua carreira política terminaria 40 anos mais tarde, quando concorreu a deputado estadual pelo PMDB e foi derrotado. Foi eleito prefeito em 1963, nomeado em 1969, eleito vereador em 1972, derrotado como candidato a deputado federal, pela ARENA, em 1974, nomeado prefeito novamente em 1983, eleito prefeito pelo PDT em 1988, eleito deputado federal pelo PTB em 1994 e novamente prefeito, pelo PTB, em 1996, foi derrotado quando concorreu à reeleição, já pelo PMDB, em 2000.

³³⁹ O poema encontra-se na obra *João Palma da Silva – tradicionalista*, de Dari José Simi (1998).

³⁴⁰ CANDIDATOS a prefeito. *O Gaúcho*, Canoas, 1º dez. 1962. P. 07.

³⁴¹ Seria, naquele ano, candidato a vereador pelo PRP, obtendo 202 votos – número insuficiente para se eleger.

³⁴² A Ação Democrático Popular (ADP) foi formalizada em 04 de abril de 1962, por PSD, PL, UDN, PRP, PDC e PSP, com candidato a ser definido entre Tarso Dutra e Loureiro da Silva. Por fim, o ex-governador pessedista Ildo Meneghetti acabou saindo como candidato pela coligação, que venceu as eleições estaduais daquele ano: Meneghetti (ADP) obteve 37,10% dos votos, contra 35,46% de Egydio Michaelson (PTB) e 21,45% de Fernando Ferrari (MTR) (CÁNEPA, 2005, p. 304-305; 364). Em Canoas, o candidato da ADP foi o mais votado, com 10.484 votos (34,27%), contra 10.224 votos do candidato do PTB (33,42%) e 7.856 do candidato do MTR

No período em que José João de Medeiros foi prefeito nomeado, em 1951, o PTB teve como candidatos a prefeito e a vice-prefeito, respectivamente, Sady Schivitz e David Bonder. Em 1955, o grupo governista, liderado por Sady, lançou a candidatura de Maurício Müller pelo partido, enquanto a dissidência lançou José João de Medeiros como candidato a prefeito pelo PSP, em coligação com o PSB. Trabalhistas como o ferroviário Mário Porto Inda participaram desta dissidência e, assim como Medeiros, retornaram ao PTB nos anos seguintes³⁴³. Em 1959, José João de Medeiros foi eleito prefeito pelo PTB. Para sua sucessão, o colunista do jornal *O Gaúcho* cogitava os nomes de Mário Porto Inda, David Bonder e David Lanner³⁴⁴ como candidatos pelo PTB. Assim, o bloco liderado pelo PTB esteve o tempo todo centralizado nas figuras de Sady Schivitz e José João de Medeiros, e na sua órbita nomes como Mário Porto Inda e David Bonder. Em 1951, Hugo Lagranha concorreu a prefeito pelo PSD e Sezefredo Vieira pelo PRP, ambos derrotados pelo candidato petebista. Em 1955, a coligação formada entre PSD, PRP e PL lançou os nomes de Sezefredo e Lagranha para prefeito e vice-prefeito, elegendo-os. Em 1959, Lagranha foi candidato pela mesma coligação, tendo o ex-vereador Jacob Longoni como candidato a vice-prefeito. Longoni foi eleito e Lagranha não. Em 1963 ambos concorreram aos mesmos cargos: Lagranha foi eleito e Longoni reeleito. Assim, o bloco conservador-liberal girou em torno dos nomes de Sezefredo Vieira, Hugo Lagranha e Jacob Longoni. Portanto, é possível dizer que as eleições municipais foram criando, aos poucos, preferências entre os eleitores canoenses e tornando mais nítidos grupos políticos e candidatos com os quais os eleitores passaram a se identificar.

(25,68%). Houve também 994 votos em branco e 1.027 votos nulos (NUPERGS/UFRGS). Nesta mesma eleição, Meneghetti não foi o mais votado em Porto Alegre, obtendo apenas 26,1% dos votos, contra 35,3% de Michaelsen e 32,1% de Ferrari (CÁNEPA, 2005, p. 366). Ao contrário de 1958, quando coincidindo com a votação de Porto Alegre, o PTB venceu as eleições em Canoas com maior vantagem do que no resultado geral do Rio Grande do Sul, em 1962 o PTB fez uma votação percentualmente menor em Canoas do que em Porto Alegre, restando o maior número de votos para o bloco anti-PTB. Vale lembrar que os números apurados no subcapítulo 3.1 [ver gráfico 8] indicam uma estagnação tanto do PTB local, entre 1959 e 1963, quanto do PSD (isoladamente). No entanto, ampliando a coligação com partidos em ascensão como o PDC e o MTR, o *conglomerado conservador-liberal*, conforme termo utilizado por Noll e Trindade (2004, p. 87), ampliou vantagem sobre o bloco liderado pelo PTB nas eleições municipais de 1963, dando a vitória a Lagranha. Do outro lado, o PTB estava fragilizado novamente por divisões internas, conforme veremos no capítulo seguinte.

³⁴³ Mário Porto Inda foi eleito vereador pelo PSP em 1955. Na sessão da Câmara Municipal de 31 de dezembro de 1955, quando foi empossado, Inda agradeceu ao PSP, mas declarou-se pertencente ao PTB por “princípio ideológico”. CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS. Ata n.º 522. 31 dez. 1955 [ACMC].

³⁴⁴ O industrialista David Lanner, membro do diretório municipal do PTB, foi escolhido como candidato a prefeito pelo partido em 1963. Também fez parte do diretório local do PTB eleito na convenção municipal de 09 de maio de 1965. Em 27 de outubro daquele ano, o artigo 18 do Ato Institucional N.º 2 extinguiria e cancelaria os registros dos partidos políticos existentes. David Lanner seria candidato a prefeito pelo MDB em 1968 (*Opinião Pública*, 3ª semana nov. 1968, p. 3).

Figura conhecida do eleitorado canoense, Hugo Simões Lagranha foi eleito prefeito em 1963. Em seu discurso de posse, declarou ser humilde com os humildes e prepotente para com os prepotentes. Nele, assumia o compromisso de impedir que o povo viesse a mergulhar em “profundas decepções” e a ter de suportar por quatro anos “a omissão, a incúria, a inépcia e o desinteresse”. Na sequência, traça uma série de requisitos necessários para enfrentar os quatro anos de mandato: “renúncia, espírito público, pesquisa, abnegação, energia e defesa intransigente dos direitos coletivos”. E se colocava no lado oposto aos que considerava salvadores, “messias que na realidade, apenas, querem é satisfazer seus egocentrismos, galgar posições avantajadas”. Reconhecendo os “dias tumultuosos” que vivia o Brasil, Lagranha terminou seu pronunciamento desejando a todos um feliz 1964³⁴⁵.

O ano de 1964, com o golpe civil-militar, colocou termo à experiência democrática iniciada em 1945, e estamos buscando, nesta pesquisa, compreender as imagens construídas em torno dos candidatos e seu papel na mobilização eleitoral e na construção do eleitor, com base nas eleições realizadas em Canoas nesse período (1947, 1951, 1955, 1959 e 1963), dentro das limitações que as fontes disponíveis nos impõem³⁴⁶. Se considerarmos a representação política na lógica da oferta e da procura e a desigualdade da distribuição dos instrumentos de produção das representações do mundo social, como propõe Pierre Bourdieu (2012, p. 164;166), ao cidadão, transformado em consumidor dos produtos políticos, caberia escolher entre programas, projetos, propostas – e de um modo mais geral, entre as “formas de percepção e de expressão politicamente atuantes e legítimas” – construídas pelos profissionais do campo político. A esses profissionais da política caberia, na competição que se estabelece entre eles, concorrer pelo direito de falar em nome da maioria dos profanos, na busca por mobilizar aqueles que estão fora do campo (BOURDIEU, 2012, p. 183-185).

Considerando ainda que, de acordo com Bourdieu (2012, p. 11), as diferentes classes sociais ou as frações dessas classes envolvem-se numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social que mais se coaduna aos seus interesses, podemos entender as imagens construídas por e sobre os candidatos como tentativas de mobilização dos eleitores e de legitimação de diferentes grupos políticos em disputa pelo poder. O político extrai sua força da confiança que o grupo deposita nele, retirando o seu poder “propriamente mágico” sobre o grupo da crença na representação que ele dá ao grupo (BOURDIEU, 2012, p. 188). Assim, o papel exercido por candidatos e partidos políticos, nas suas relações com os

³⁴⁵ LAGRANHA, Hugo Simões. Discurso de posse. 31/12/1963. [UPHAM].

³⁴⁶ No apêndice G, sistematizamos alguns dos qualificativos veiculados pela imprensa local e com os quais os candidatos a prefeito foram representados diante dos leitores/eleitores.

eleitores, no período estudado, pode ser compreendido pela necessidade da construção de uma popularidade eleitoral exigida pela ampliação do corpo eleitoral (CANÊDO, 2012, p. 537-538), pela avaliação estratégica que leva à modificação de seus programas e propostas no intuito de concorrer com maiores chances pela conquista de novas clientelas (BOURDIEU, 2012, p. 177), e ainda pela necessidade de construção do eleitor enquanto agente que passe a reconhecer um interesse nesta competição (OFFERLÉ, 2011, p. 156).

Canoas, município que viveu suas primeiras experiências eleitorais em meio a um acelerado ritmo de crescimento populacional – e que coincidiram com a democratização da vida política brasileira iniciada em 1945 – viu a consolidação de seus grupos políticos com a institucionalização de partidos sólidos, com a constituição de diretórios partidários locais e realização de eleições periódicas. Candidatos e partidos políticos buscaram estabelecer contato com os cidadãos e mobilizá-los em torno da eleição, construí-los enquanto eleitores capazes de fazê-los eleitos, ou seja, construí-los como partícipes legítimos e fundamentais do processo de definição dos escolhidos por meio do voto.

No contexto de incorporação da classe trabalhadora ao cenário eleitoral (GOMES, 2005; FERREIRA, 2005), as concepções de partidarismo e apartidarismo podem ser compreendidas enquanto técnicas, diferentes, de conquista do voto, uma remetendo à vinculação partidária regional e nacional e outra enfocando a resolução dos problemas locais que estaria acima dos interesses partidários. De forma geral, percebe-se uma tensão entre as concepções programáticas, doutrinárias e definidoras de clivagens mais amplas, e as concepções construídas especificamente para a mobilização eleitoral circunstancial³⁴⁷.

Diferentes programas, propostas, candidaturas e projetos políticos entraram em embate, disputando a preferência dos eleitores, não sem antes mobilizá-los e instituí-los enquanto agentes políticos capazes de escolher, dentre os produtos construídos por partidos, candidatos e imprensa, aquele que melhor lhes representasse na tarefa de garantir o *bem-comum*, o *progresso* e os *interesses do povo* – categorias sempre presentes.

Ao construírem imagens de si enquanto representantes dignos do voto do eleitor, os candidatos buscaram produzir um interesse pela competição eleitoral e dotaram de sentido a

³⁴⁷ Pierre Rosanvallon (2010) destaca o inacabado, as fraturas e as tensões características da democracia, propondo um estudo do fenômeno político por meio das antinomias que o constituem. Assim, seria desejável compreender a democracia a partir de suas aporias e da tensão entre o tempo-recurso e o tempo-obrigação (ROSANVALLON, 2010, p. 88). A atração pelo curto prazo seria um fenômeno estrutural: para dar força substantiva à vontade geral, a democracia é constantemente tentada a valorizar o circunstancial – que acaba por se impor. Por sua vez, o direito só pode tomar forma ao introduzir uma temporalidade longa na vida da comunidade. Destacando uma tensão entre o instantâneo e longo prazo, o autor afirma que “o tempo da democracia parece assim suscetível de uma dupla defasagem: excessivamente imediato para os problemas de longo prazo, excessivamente lento para a gestão da urgência” (ROSANVALLON, 2010, p. 90).

atuação do eleitor na escolha que este faria por meio do voto. Assim, é também por meio de concepções do que seria ser um eleitor que se dá a construção deste agente interessado em eleger candidatos e partidos. Quando ressaltam que o eleitorado *está mais bem orientado*, que *o povo não está satisfeito* ou que *é bom, mas mal informado*, os diferentes agentes envolvidos na mobilização eleitoral, como o chargista que desenha um cidadão encarando seu vereador e cobrando-lhe providências, se empenham em desenhar o eleitor como querem que ele seja, como desejam que ele se comporte, como imaginam que ele é ou deveria ser.

Contando cada vez mais com seus atributos pessoais, com sua popularidade e representatividade perante as camadas populares, os candidatos a prefeito foram representados pela imprensa e pelos discursos políticos como *figuras popularíssimas, estimadas, capazes, preparadas* para exercer a tarefa que, em Canoas, foi destinada por meio do sufrágio a homens como Sady Fontoura Schivitz (PTB), Sezefredo Azambuja Vieira (PRP), José João de Medeiros (PTB) e Hugo Simões Lagranha (PSD).

Em todos os casos, as imagens dos eleitos foram produzidas pelo contraste entre a concepção de si e a concepção acerca dos adversários, ambas formuladas para o eleitorado. Tais concepções não se encerram em si mesmas, e para a compreensão de como estes candidatos se comportaram politicamente para além das imagens construídas, não se pode negligenciar um conjunto de práticas políticas colocadas em movimento de tempos em tempos: a campanha eleitoral.

4. TEMPO DA POLÍTICA, TEMPO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS

4.1 O tempo das articulações: das convenções ao início da campanha

“Por isto sinto-me muito pesaroso em não poder estar presente a tão importante reunião que iniciará os destinos de nosso glorioso partido na cidade, pois muito em breve contamos com a completa vitória”, escreveu o agropecuarista e comerciante Jacob Longoni em bilhete destinado a seu amigo Sezefredo Azambuja Vieira³⁴⁸. A data registra o dia 06 de julho de 1947. A reunião, organizada por Sezefredo – advogado que havia concorrido a deputado estadual nas eleições de janeiro daquele ano – visava à organização do núcleo local do Partido de Representação Popular (PRP) para o pleito seguinte, a ser realizado em 15 de novembro. Em torno do advogado, um grupo de homens fazia sua entrada coletiva na política, ao menos em sua faceta eleitoral: “Eu fui muito amigo do seu Sezefredo Vieira [...]. Ele foi velho dirigente do integralismo e a pedido dele concorri pela primeira vez em 1947. Eu não tinha maior interesse, mas consegui votos de familiares e amigos e colaborar na campanha que o Dr. Sezefredo fazia”, declarou Melton Both décadas mais tarde³⁴⁹.

Jacob Longoni, Melton Both e Sezefredo Vieira seriam candidatos no pleito de 15 de novembro de 1947, todos pelo PRP³⁵⁰.

Desde o anúncio da realização de eleições, em 1945, o país passara a conviver com os ares democráticos, sacramentados pela Constituição de 1946. As eleições para presidente da República, deputados federais e senadores, em 1945, bem como o pleito para escolha do governador e dos deputados estaduais, em janeiro de 1947, tinham trazido ao município de

³⁴⁸ PREZADO amigo Sezefredo... [manuscrito]. 06 jul. 1947 [UPHAM].

³⁴⁹ Melton Both era bancário e concorreu a vereador pela primeira vez em 1947, obtendo 48 votos e não se elegendo. Insistiu em 1955, sendo eleito com 212 votos, não reeleito em 1959 (embora tenha ampliado a votação para 358 votos) e eleito novamente em 1963, com 441 votos, sempre pelo PRP. Em depoimento concedido à Sônia Ranincheski (1998, p. 104), Both atribui sua entrada na política e suas candidaturas à influência de amigos, em especial a Sezefredo. Conforme Eliana de Freitas Dutra (2000, p. 77), se tratando de testemunhos políticos, a investigação crítica não pode desconsiderar o fato de que os depoentes têm um interesse na narrativa que constroem, e que nessa intervenção “eles decidem o que lembrar; qual história contar; o que contar; o que esquecer”. Para a autora, os testemunhos de militantes podem tomar a forma de um discurso de mobilização, de ativismo e mesmo de “ajuste no percurso político, de defesa e legitimação dos princípios da ação” (DUTRA, 2000, p. 81). Entretanto, cruzando o depoimento de Melton Both com as outras entrevistas coletadas por Ranincheski (1998), encontramos possíveis ajustes, similares aos de Both, quando os ex-veredores Canabarro Tróis Filho e Dinarte Andrade Araújo buscam atribuir suas entradas na cena eleitoral ao convencimento empreendido por terceiros. O que os três depoimentos parecem confirmar é a influência exercida por um personagem em especial: todos atribuem um papel decisivo a Sezefredo Vieira.

³⁵⁰ O comerciante Reny Regner completava a chapa de candidatos a vereadores pelo PRP, que coligou-se com o Partido Libertador (PL). Este apresentou o comerciário Dirceu Pinto, o agricultor Pedro Schein, o perito-contador Thimóteo Morsch e o economista Victor Milanez como candidatos. A coligação elegeu um vereador, Jacob Longoni.

Canoas a experiência das urnas, dos partidos, do voto, pela primeira vez desde sua emancipação em 1939. Entretanto, aquela eleição possuía um significado especial para os canoenses: pela primeira vez seus eleitores – cujos nomes foram listados um a um pela edição especial do jornal *O Democrata* – escolheriam vereadores. Sobre os eleitos, recairiam as “aspirações do povo de Canoas”, conforme declarou o médico Thiago Würth em artigo sobre o tema³⁵¹. E isso motivava uma série de reuniões dos diferentes partidos.

O jornal *O Democrata*, por meio de suas *notas políticas*, abordava a movimentação dos partidos, suas reuniões, convenções e divulgação das listas de candidatos do PSD, do PTB, do PRP, do PL, da UDN... E anunciava também que o diretório do PSD, partido do prefeito municipal Nelson Paim Terra – que era também diretor do jornal – estava procedendo a qualificação eleitoral³⁵² em sua sede, na Avenida Victor Barreto, das 17 às 19 horas³⁵³. A prática exercia um papel importante na vida partidária do período pré-eleitoral, ao ponto de ser esta uma das tarefas prioritárias indicadas pelo presidente do diretório local do PSD, Oscar Andrade, aos seus correligionários em convenção realizada no dia 30 de setembro de 1953: “Procuraremos trabalhar com afínco e dedicação, incentivando e desenvolvendo o serviço de qualificação e colaborando, com eficácia e boa vontade, com as dignas autoridades eleitorais”³⁵⁴. Estas e outras práticas faziam parte do *tempo da política* e, mais estritamente, do tempo das campanhas eleitorais.

A construção do eleitor não se dá somente pelas concepções que políticos e imprensa formulam acerca do voto, dos candidatos e do que esperam do eleitor, pois esta formulação é simultânea às práticas de mobilização eleitoral. Assim, é possível perguntar: quais eram as práticas de mobilização típicas das campanhas eleitorais? Como se dava a relação entre candidatos e eleitores?³⁵⁵ Os períodos pré-eleitorais caracterizavam-se por aquilo que uma das edições do jornal *Canoas em Marcha* chamou de “plena efervescência política”: “Os partidos se movimentam, realizando sessões uma após outra, diariamente – nos seus respectivos diretórios, estudando e acertando a propaganda dos seus candidatos”³⁵⁶. Estes períodos

³⁵¹ *O Democrata*, Canoas, 21 jun. 1947. Capa.

³⁵² O procedimento de qualificação foi abordado no subcapítulo 2.1 (*Legislação e incorporação da classe trabalhadora ao cenário eleitoral*).

³⁵³ *O Democrata*, Canoas, 05 jul. 1947. Capa.

³⁵⁴ EXTRAORDINÁRIA demonstração de confiança nas hostes do Partido Social Democrático. *Canoas em Marcha*, Canoas, 30 set. 1953. Contracapa.

³⁵⁵ Michel Offerlé (2011, p. 155) propõe o estudo da construção do eleitor com atenção aos conceitos e sentidos atribuídos, mas também às práticas e rotinas do processo democrático, como “os mecanismos que permitiram a geração de agentes suficientemente interessados na competição política para votar com um mínimo de saber prático da política”.

³⁵⁶ FESTIVA a posse da nova executiva municipal do PTB. *Canoas em Marcha*, Canoas, 18 ago. 1954. Contracapa.

preenchem a abertura daquilo que a antropologia da política³⁵⁷ tem chamado de *tempo da política*: o período eleitoral é chamado de *tempo da política*, *época da política*, ou simplesmente *política*, um recorte social do tempo, uma interrupção do cotidiano, período em que as facções políticas são identificadas em conflito aberto e que os compromissos entre elas e suas clientelas se renovam (PALMEIRA; HEREDIA, 2010, p. 16-17; PALMEIRA, 2004, p. 141)³⁵⁸.

Debates em torno de nomes, alianças e coligações caracterizam o início do tempo das campanhas eleitorais e os momentos que às antecederem são propícios à formação de correntes de opinião no seio dos partidos. Neles, “ânimos exaltados, dissensões, descontentamentos e, pior que isso, malquerenças e ressentimentos” se fazem presentes, conforme descreveu um inspirado jornalista do *Canoas em Marcha*³⁵⁹. A imprensa cumpria um papel importante na construção de um interesse pela política, ao tornar atraentes aos leitores as articulações e divergências que antecederiam às convenções dos partidos políticos. O jornalista D’Artagnan Vaz, do jornal recém citado, pode ser considerado um bom exemplo disso: sua preferência pelo trabalhismo tornava sua pena ainda mais afiada – como os golpes certos do personagem de Alexandre Dumas – quando se tratava de descrever as atividades dos adversários do PTB. Em 16 de fevereiro de 1954, a coluna assinada por D’Artagnan – intitulada *Respingos Políticos* – havia enfatizado as possibilidades vislumbradas com relação à sucessão municipal: “Apesar da longa estrada que ainda tem de ser percorrida pelo Sr. Sady

³⁵⁷ Conforme Karina Kuschnir (2000, p. 09), os antropólogos interessados nos fenômenos eleitorais reconhecem a importância da tradição herdada da *antropologia política*, mas a nova perspectiva por eles adotada busca compreender a política como parte de fenômenos sociais mais amplos, constituindo-se uma *antropologia da política*. Nela, “a política é um dado etnográfico que deve ser analisado com os instrumentais clássicos da disciplina: trabalho de campo, observação participante, entrevistas etc” (KUSCHNIR, 2000, p. 09). A obra *O cotidiano da política*, desta autora, é um exemplo desta perspectiva. Ao longo deste capítulo, remeteremos às obras *Política no Brasil: visões de antropólogos*, de Moacir Palmeira e César Barreira (2004), *Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal*, de Marcos Otávio Bezerra (1999), *Política ambígua*, de Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (2010) e *Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*, de Irllys Barreira (1998).

³⁵⁸ Os antropólogos Moacir Palmeira e Beatriz Heredia acompanharam eleições municipais realizadas entre 1988 e 2002 na região de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, e do Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Buscamos reconhecer as devidas diferenças, em especial a característica predominantemente rural das populações das cidades pesquisadas pelos autores e o recorte temporal que diz respeito ao período da redemocratização. Canoas, entre as décadas de 1940 e 1960, possuía uma população majoritariamente urbana e suburbana, oriunda de fluxos migratórios do campo em direção à região metropolitana de Porto Alegre. Para Beatriz Heredia e Moacir Palmeira (2005, p. 471-473), o *tempo da política* permite o estabelecimento de compromissos duradouros entre os chefes das facções políticas e suas clientelas. Porém, nas últimas décadas, a transferência de contingentes de trabalhadores rurais para as cidades tem transformado a lógica tradicional da adesão: situações de desemprego foram gerando uma demanda individualizada por assistência diante das prefeituras ou dos políticos locais, mas, devido à mobilidade destas populações, a possibilidade do estabelecimento de compromissos tornou-se mais difícil, gerando compromissos mais estritamente eleitorais (HEREDIA; PALMEIRA, 2005, p. 473). Para Irllys Barreira (1998, p. 32), se a ideia de *tempo da política* aplica-se com mais eficácia nas cidades menores, mesmo as metrópoles, por meio das campanhas eleitorais, acolhem modos temporais de explicitação da política.

³⁵⁹ FESTIVA a posse da nova executiva municipal do PTB. *Canoas em Marcha*, Canoas, 18 ago. 1954. Contracapa.

Fontoura Schivitz, a ‘turma não dorme’, e já está sendo procurado o nome de seu substituto no governo deste município”³⁶⁰.

Brejeiro comentário teceu D’Artagnan Vaz acerca do vereador Oswaldo Behrens (PSD): “Assumiu o comando da 1ª bateria que guarnece a força de seu partido na Câmara de Vereadores. Não teve a menor dúvida, e mandou abrir fogo. Agora vamos aguardar se o alvo vai ser certo ou se o tiro vai sair pela culatra”³⁶¹. Em um meio onde a presença de militares (reformados ou oficiais na ativa, como o major Medeiros) era comum, tais referências bélicas preenchiam espaço significativo no vocabulário político. Na mesma coluna, o coronel Ulysses Machado, eleito vereador pelo PSD em 1947, foi cotado para concorrer a prefeito em 1955. Eis a caracterização atribuída ao político pessedista, também conhecido como *Coronel Machadinho*, ao sabor do texto daquele jornalista:

O Cel. Machadinho é, realmente, um político ‘como il faut’ basta que, descende da ‘academia’, onde foram diplomados os senhores Pinheiro Machado, Julio de Castilhos, Borges de Medeiros e Marcos de Andrade. Ora, como se vê, é um político das ‘arábias’, tanto isto é verdade que, s. s. desfruta de um prestígio invejável, não só no município como através de suas fronteiras³⁶².

As eleições municipais de 1955, tanto pela aliança entre o PSD de Hugo Lagranha e o PRP de Sezefredo Vieira quanto pela dissidência entre os trabalhistas, constituíram assunto fartamente explorado pelo jornal *O Momento*, conforme já analisamos no capítulo anterior. Na imprensa local, a descrição das trocas de partidos, a exploração de boatos, os comentários sobre articulações políticas e divergências internas dos partidos e as notícias sobre os possíveis candidatos fizeram parte do *tempo da política*. A cada quatro anos, tais especulações anunciavam a proximidade das campanhas eleitorais.

Intensa atividade partidária também demarcava o período. Arregimentação de filiados, qualificação eleitoral, reuniões, inaugurações de retratos, formação de núcleos e abertura de subdiretórios faziam dos partidos o centro da efervescência política. As alas moças dos partidos se movimentavam nos períodos pré-eleitorais. Na terceira semana de abril de 1955, o jornal *O Momento* noticiava a formação da *Aliança Popular da Mocidade Pró-candidatura Sezefredo-Lagranha* em reunião realizada no Cinema Central³⁶³. Próximo às eleições de 1963, *O Gaúcho* anunciava a posse da diretoria da *Liga da Mocidade Trabalhista*, presidida pelo

³⁶⁰ VAZ, D’Artagnan. Respingos políticos. *Canoas em Marcha*, Canoas, 16 fev. 1954. Capa.

³⁶¹ VAZ, D’Artagnan. Respingos políticos. *Canoas em Marcha*, Canoas, 26 mai. 1954. P. 02.

³⁶² VAZ, D’Artagnan. Respingos políticos. *Canoas em Marcha*, Canoas, 16 fev. 1954. Capa.

³⁶³ ALIANÇA Popular da Mocidade Pró-candidatura Sezefredo-Lagranha. *O Momento*, Canoas, 3ª semana abr. 1955. Capa.

jovem acadêmico Oswaldo Moacir Alvarez³⁶⁴: “A reunião foi bastante concorrida apesar do mau tempo reinante, e o que chamou a atenção do repórter foi o grande número de elementos femininos que ali se encontrava”, destacou o jornal. Na ocasião, a jovem Gisela Nascimento afirmou, ao autor da matéria, ser assídua frequentadora das reuniões do PTB, partido ao qual era filiada e para o qual sentia “prazer em trabalhar para seus correligionários”³⁶⁵ [ver figura 30].

Figura 30 – Maria Gisela Nascimento na posse da Liga da Mocidade Trabalhista em 1963



Fonte: POSSE da diretoria da Mocidade Trabalhista. *O Gaúcho*, Canoas, 02 mar. 1963, Capa.

Figura 31 – Oswaldo Moacir Alvarez na posse da Liga da Mocidade Trabalhista em 1963



Fonte: POSSE da diretoria da Mocidade Trabalhista. *O Gaúcho*, Canoas, 02 mar. 1963, Capa.

³⁶⁴ Oswaldo Moacir Alvarez atuou como jornalista e advogado em Canoas, sendo também secretário do prefeito José João de Medeiros. Foi eleito vereador em 1963, pelo PTB, reeleito em 1968, pelo MDB. Foi juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sendo presidente da 2ª turma, vice-presidente da corte e corregedor federal (*O Timoneiro*, Canoas, 20 abr. 2004, p. 12). O jornalista José Mitchell (2007) homenageia Oswaldo Alvarez no livro *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*: cita-o como o primeiro magistrado do país a responsabilizar, durante a ditadura, a União por torturas a preso político.

³⁶⁵ POSSE da diretoria da Mocidade Trabalhista. *O Gaúcho*, Canoas, 02 mar. 1963, Capa.

Figura 32 – Convenção Municipal do PTB realizada em 1954



Fonte: FESTIVA a posse da nova executiva municipal do PTB. *Canoas em Marcha*, Canoas, 18 ago. 1954. Contracapa.

As atividades promovidas pelos partidos e pelos comitês de apoiadores dos candidatos podem ser entendidas como estratégias de mobilização do eleitorado e, conforme vistas pela imprensa local, uma medida da força de cada sigla ou coligação. Com a frequência das eleições, bandeiras, hinos, retratos, solenidades e pronunciamentos – como o do jovem Oswaldo Alvarez, registrado pelo repórter de *O Gaúcho* – acabaram conformando alguns ritos típicos dos partidos políticos³⁶⁶ [ver figuras 31 e 32].

³⁶⁶ Conforme Serge Bernstein (2003, p. 88-89), nos partidos políticos as referências à doutrina se apresentam, muitas vezes, de forma implícita: lembranças históricas comuns, heróis consagrados, símbolos, bandeiras, festas e vocabulário são referências implícitas comuns aos membros que delas compartilham. Assim, os partidos políticos forjam identidades políticas na sociedade, num processo próprio da democracia (BERSTEIN, 2003, p. 93-94). Sobre o conceito de cultura política, Ricardo de Aguiar Pacheco (2008, p. 174) ressalta que, sendo a política (e toda a vida social) uma rede de sentidos, compreender o “campo político passa por rastrear os significados atribuídos às representações e práticas sociais nos rastros e indícios deixados pelo passado”. Para ele, a noção de cultura política tem sido uma ferramenta teórica importante para os historiadores que buscam identificar o modo como os diferentes grupos sociais percebem o processo político no qual estão inseridos (PACHECO, 2008, p. 174), o que condiz com o expresso por Bernstein (1997, p. 382): o verdadeiro problema está em compreender as motivações que conduzem o homem a adotar este ou aquele comportamento político. Angela de Castro Gomes (2005b, p. 22) ressalta que a revisão historiográfica ocorrida no Brasil a partir da década de 1970 identificou-se com a renovação da história política em sua articulação com a história cultural. Para a autora, são características dessa produção a rejeição das premissas teóricas que consagravam uma análise dos processos sociais marcada pela linearidade e previsibilidade, em função da adoção de modelos de matriz estruturalista (GOMES, 2005b, p. 22). A historiadora destacou a utilização do conceito de cultura política pelos historiadores. Segundo ela, tal ferramenta teórica propicia interpretações sobre o comportamento político dos atores (individuais e coletivos), “privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades” (GOMES, 2005b, p. 30). A obra de Lynn Hunt (2007), *Política, cultura e classe na Revolução Francesa*, é um marco no uso do conceito de cultura política. Seu enfoque centrou-se nos valores comuns e nas expectativas compartilhadas de comportamento: “Os valores, expectativas e regras implícitas que expressaram e moldaram as intenções e ações coletivas são o que chamo de cultura política da Revolução; essa cultura política forneceu a lógica da ação política revolucionária” (HUNT, 2007, p. 31). Sobre a trajetória do conceito de cultura política e sua utilização na historiografia, ver Eliana de Freitas Dutra (2002) e Rodrigo Patto Sá Motta (2014).

Nas convenções municipais, os partidos políticos escolhiam seus candidatos aos cargos de vereador, prefeito e vice-prefeito, e decidiam sobre possíveis coligações. A primeira aliança entre partidos, nas eleições municipais de Canoas, ocorreu já no pleito de 1947: a chapa formado pelo PL e pelo PRP³⁶⁷. Nas eleições municipais de 1951, a primeira para escolha de prefeito e vice, formou-se uma grande coligação majoritária: PSD, UDN, PSP, PL e PR. No pleito seguinte, o jornal *O Momento* explorou fartamente em suas páginas o processo de formação de alianças e de escolha dos candidatos. A primeira edição do jornal, na primeira semana de março de 1955, já tratava do assunto: “As eleições aproximam-se e os movimentos nos arraiais partidários tornam-se cada vez mais intensos. Suposições, boatos, candidatos em potencial, tudo é revolvido e esmiuçado”³⁶⁸.

Como se dava este processo internamente, no seio dos partidos políticos? As eleições de 1955 são um exemplo de como as articulações entre partidos, visando à escolha de candidatos e à formação de alianças, cumpriam um importante papel na definição dos resultados eleitorais. A edição da segunda semana de abril de 1955 anunciava para o dia 18 a convenção municipal do PTB: dividido, o partido contava com três pré-candidatos, pois José João de Medeiros, Maurício Müller e Marcolino Alves disputavam a indicação para concorrer a prefeito pela sigla. Com o crescimento da cidade, os partidos foram se organizando com a formação de subdiretórios nos bairros³⁶⁹. No caso do PTB, em 1955, havia três subdiretórios: Centro, Niterói e Santa Rita, ou seja, um em cada distrito. No diretório central, José João de Medeiros foi indicado como candidato. Porém, no diretório de Santa Rita foi indicado Maurício Müller e no diretório de Niterói foi escolhido Marcolino Alves, levando a decisão para a convenção municipal, realizada em junho. Nela, um acordo entre Marcolino e Müller resultou na indicação deste último como candidato a prefeito pelo PTB. José João de

³⁶⁷ A Lei Agamenon, que serviu de regra para as eleições de 1945 e teve validade até 1950, não utilizava o termo *coligação*: segundo o artigo 39, somente poderiam concorrer às eleições candidatos registrados por partidos ou *alianças de partidos*. A redação foi mantida pelo artigo 47 do Código Eleitoral de 1950. O cientista político Vivaldo de Sousa (2006) analisou coligações partidárias do período 1986-1994 comparando-as com as alianças do período 1954-1962, detectando uma incidência maior de coligações nas eleições proporcionais (entre 1954 e 1962) quando estas coincidiam com as eleições majoritárias. A coincidência dos pleitos e o quociente eleitoral a ser atingido pelos partidos para a conquista de cadeiras no poder legislativo explicam a existência de coligações, indicando a maximização dos resultados eleitorais como o principal fator explicativo para este tipo de estratégia (SOUSA, 2006, p. 110-114). Como nas eleições de 1947, em Canoas, concorreram apenas os postulantes à Câmara, a coligação entre PL e PRP pode ser explicada por esta necessidade de atingir o quociente eleitoral.

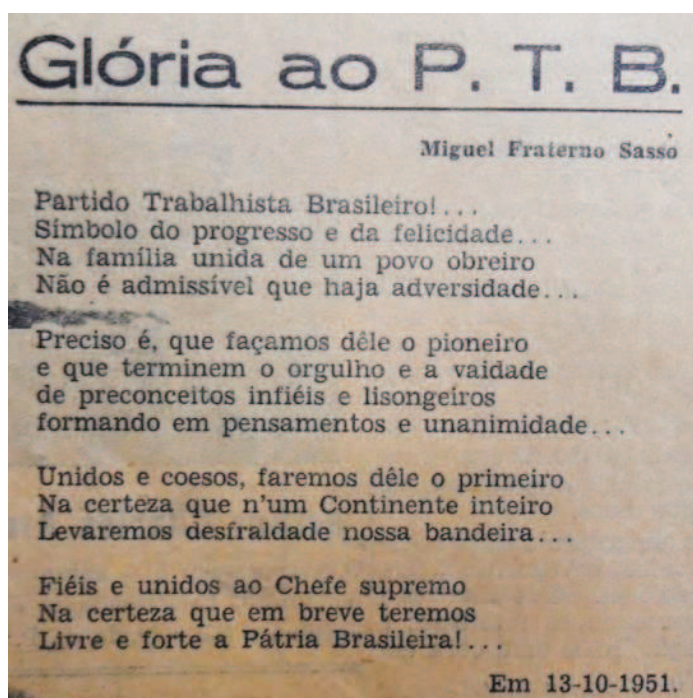
³⁶⁸ APONTAM os primeiros candidatos. *O Momento*, Canoas, 1ª semana mar. 1955. Capa.

³⁶⁹ Em 1950, o PSD possuía 11 subdiretórios, conforme a edição do jornal *O Democrata* de 15 de julho daquele ano. Ao longo dos anos 1950, o PTB foi formando também os seus subdiretórios nos bairros, que, conforme a ata n.º 19 do livro do diretório municipal do PTB (registrada em 08 de março de 1963) chegou ao número de 13: Niterói, Rio Branco, Santa Rita, Morretes, Harmonia, Vila Fernandes, Chácara Barreto, São Luiz, Centro, Mathias Velho, Mato Grande, Estância Velha e Zona Militar.

Medeiros acabou concorrendo pelo PSP em coligação com o PSB. Do outro lado, PSD, PRP e PL formaram coligação que lançou Sezefredo Vieira como candidato ao mesmo cargo.

A cisão dos trabalhistas deu-se no momento da escolha de quem seria o candidato a prefeito, mas é preciso retornar a 1947 para compreender o histórico de dissidências entre os petebistas. Em poema publicado no jornal *Canoas em Marcha*, às vésperas do pleito de 1951, o comerciário Miguel Fraterno Sasso, membro do diretório municipal do PTB, pregava a necessária unidade entre os petebistas: “Preciso é, que façamos dele [o PTB] o pioneiro / e que terminem o orgulho e a vaidade / de preconceitos infíeis e lisonjeiros / formando em pensamentos e unanimidade / Unidos e coesos, faremos dele o primeiro”³⁷⁰. [Ver figura 33]. Indicava assim a existência de divergências internas, ocorridas no passado então recente e talvez ainda presentes naquele momento.

Figura 33 – Poema do trabalhista Miguel Fraterno Sasso (1951)



Fonte: *Canoas em Marcha*, Canoas, 22 out. 1951. Contracapa. [UPHAM].

Uma primeira, e grave, cisão entre os petebistas ocorreu em 1948, após a convenção municipal do partido. A imprensa tornou públicas as lutas intestinas do PTB, começando pelo *Manifesto ao povo, aos trabalhistas e getulistas do município de Canoas*, estampado nas páginas do jornal *O Democrata* na edição de 18 de setembro daquele ano. O grupo signatário, liderado pelos dois vereadores eleitos em 1947 (Theodoro Bogen e Hélio Fraga de Moraes Sarmiento), salientava a eleição de apenas dois vereadores no ano anterior: “Nas eleições

³⁷⁰ SASSO, Miguel Fraterno. Glória ao PTB [poema]. *Canoas em Marcha*, Canoas, 22 out. 1951. Contracapa.

municipais, pela falta de disciplina partidária e pela política personalista de certos elementos, quer do município, quer da Capital do Estado, redundou no grave prejuízo para o nosso glorioso partido, que ficou em posição minoritária”. Declaravam-se “trabalhistas e getulistas convictos” e manifestavam as razões de se apresentarem como dissidência do PTB:

O Partido Trabalhista Brasileiro foi fundado no município de Canoas, em princípios de fevereiro de 1946, sagrando-se majoritário nas eleições estaduais graças à união e o esforço de todos os trabalhistas³⁷¹. [...] Das glórias da vitória, todos compartilharam; mas, na derrota, muitos se sentiram incapazes de arcar com as responsabilidades, procurando, como em todos os casos, um bode expiatório, recaindo a escolha em alguns companheiros signatários deste manifesto³⁷².

Aos signatários do documento teria sido atribuído o rendimento abaixo do esperado nas eleições municipais de 1947. Concorreram ao cargo de vereador, naquele pleito, os petebistas Theodoro Bogen, Emílio Konrath, João Matuziak, Ubaldo Kern, Hélio Fraga, João Henrique van Tefellen, João Sobiezanski, Oscar Kuhn, Vicente Calvet e Juvenal Viana. Destes, assinava o documento, além dos eleitos (Bogen e Fraga), João Sobiezanski, que seria candidato a vice-prefeito pelo PSB em 1951. Naquela eleição, o vereador Theodoro Bogen concorreria à reeleição, sem sucesso, pelo PSP. Seu companheiro de bancada, Hélio Fraga, não concorreria mais a cargos políticos. A dissidência acusava a direção municipal do PTB de indisciplina e de ter realizado uma convenção fora dos padrões estabelecidos pelo regimento interno do partido. Encerravam o texto, seguido de várias assinaturas, da seguinte forma: “Viva o Partido Trabalhista Brasileiro! Viva o Senador Getúlio Vargas!”³⁷³.

O jornal *Correio do Povo* havia registrado, em 14 de setembro de 1948, a eleição do diretório municipal do PTB canoense, alvo da contenda, integrado, entre outros, por figuras que em seguida adquiririam destaque no cenário trabalhista local e por candidatos do pleito anterior: o futuro prefeito Sady Fontoura Schivitz (eleito vice-presidente municipal do PTB), os candidatos de 1947 Vicente Calvet, Oscar Kuhn e Emílio Konrath (que seria presidente municipal do PTB entre 1952 e 1954), Adão Miguel Arendt (futuro vereador, suplente em 1951) e Marcolino Antonio Alves (que disputaria a indicação para candidato a prefeito pelo partido em 1955, mas acabaria eleito vereador naquela eleição)³⁷⁴.

Diante do manifesto assinado pelo grupo dissidente, o diretório municipal do PTB publicou um “a pedido” no jornal *O Democrata*, ressaltando o reconhecimento conferido aos dirigentes municipais pelo diretório estadual da sigla: “Repudiado pelo mais alto órgão

³⁷¹ Refere-se à vitória do candidato Alberto Pasqualini (PTB) em Canoas, candidato derrotado nas eleições estaduais de janeiro de 1947, conforme números examinados anteriormente.

³⁷² MANIFESTO. *O Democrata*, Canoas, 18 set. 1948. Capa.

³⁷³ MANIFESTO. *O Democrata*, Canoas, 18 set. 1948. Capa.

³⁷⁴ PARTIDO Trabalhista. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 set. 1948.

trabalhista a chamada ‘dissidência’, chefiada pelo senhor Theodoro Bogen, sendo declarados nulos os atos praticados pelo vereador trabalhista”³⁷⁵. Nota publicada pelo jornal *O Democrata* enfatizava a existência de duas correntes dentro do PTB, ambas reivindicando a direção do diretório municipal: “Na verdade, desde algum tempo, notava-se um certo zum-zum prenunciando barulho nas hostes do partido do Senador Getúlio Vargas [...]. Os dois grupos realizavam reuniões separadamente e elegeram diretórios”. A nota prosseguia salientando o reconhecimento do diretório municipal, eleito em setembro, pelo diretório estadual do partido, e questionava: “E o outro [o da dissidência]? Não vale? [...] Irá a outra ensarilhar as armas, conformando-se com a solução? Pode ser que sim, mas também pode ser que não”³⁷⁶. Em agosto de 1949, grande parte do grupo dissidente acabou deixando o PTB, conforme registrado pelo *Diário de Notícias*, inclusive o vereador Theodoro Bogen e o suplente João Henrique van Teffelen Filho³⁷⁷.

Assim, o grupo do qual Sady Schivitz fazia parte já havia assumido a direção municipal do PTB em 1948, apesar de contestado pela autodenominada “dissidência” – que acabaria se retirando do partido. Em 1951, Sady foi eleito prefeito e o PTB elegeu quatro vereadores. Entretanto, a proximidade das eleições de 1955 acirrou os ânimos petebistas mais uma vez. Em 26 de maio de 1954, o jornal *Canoas em Marcha* noticiou sua suposta saída do PTB: “Ao que conseguimos saber, o Sr. Sady Fontoura Schivitz, vem de abandonar as fileiras do PTB, partido que o elegera, ingressando nas hostes do Partido Social Democrático [...]. Ao se confirmar o gesto [...] o PTB de Canoas, irá enfrentar uma das maiores crises partidárias”³⁷⁸. Isto seria desmentido pelo secretário Maurício Müller durante a cerimônia de posse da nova executiva municipal do partido³⁷⁹. Porém, o partido realmente enfrentaria uma de suas piores crises, só que por outra razão.

Em março de 1955, o jornal *O Momento* já dava conta de divisão interna do PTB, com a renúncia do presidente municipal do partido, o vereador Jardelino Lemos. Conforme o jornal, a decisão era motivada pelo fato de Maurício Müller³⁸⁰, secretário da Prefeitura, tentar

³⁷⁵ A PEDIDO: Momento político. *O Democrata*, Canoas, 03 out. 1948. P. 03.

³⁷⁶ É necessário salientar que o jornal *O Democrata*, embora se declarasse independente, era um veículo do PSD, conforme abordaremos no próximo subcapítulo. Assim, o jornal buscava insuflar a já grave divergência interna do partido adversário.

³⁷⁷ TRABALHISTAS de Canoas deixam o PTB. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 04 ago. 1949.

³⁷⁸ COM LICENÇA... Respingos políticos. *Canoas em Marcha*, Canoas, 26 mai. 1954. P. 02.

³⁷⁹ FESTIVA a posse da nova executiva do Partido Trabalhista Brasileiro. *Canoas em Marcha*, Canoas, 18 ago. 1954. Contracapa.

³⁸⁰ Maurício Müller foi secretário do prefeito Sady Schivitz (PTB), nomeado já na posse deste, em 1º de janeiro de 1952 (*Canoas em Marcha*, Canoas, 09 jan. 1952). Venceu a convenção do PTB e foi candidato pelo partido nas eleições de 1955 (*O Momento*, Canoas 11 jun. 1955). Conforme as fontes pesquisadas, não concorreu a

impor sua candidatura a prefeito pelo PTB. Aproximando-se a convenção municipal do partido, marcada para 18 de abril, inscreviam-se como pré-candidatos a prefeito, além de Müller, o ex-prefeito José João de Medeiros e o membro do diretório petebista Marcolino Alves. O major Medeiros venceu a disputa no diretório do centro, mas perdeu para Maurício Müller no diretório de Santa Rita e para Marcolino Alves no diretório de Niterói. Para a escolha final, na convenção, os dois adversários de Medeiros fizeram um acordo: Marcolino apoiaria Müller para prefeito e este o apoiaria para vereador. Assim, Maurício Müller seria o candidato da situação, derrotando o Major Medeiros na convenção³⁸¹. José João de Medeiros acabou concorrendo a prefeito pelo PSP, em coligação com o PSB. Também migraram para o PSP o vereador Jutahy Pasquali, candidato a reeleição, e os candidatos a vereador Mário Porto Inda, Antonio Ferreira Alves e Emílio Konrath, todos dissidentes petebistas, bem como Edson Medeiros, que concorreria a vereador pelo PSB e seria o mais votado daquela eleição³⁸².

O regimento interno do diretório municipal do Partido Democrata Cristão (PDC) de Canoas, documento de 1963, fornece um exemplo de como as siglas funcionavam internamente. Nele, consta que o diretório municipal se reunia uma vez por mês, necessitando para isto da presença da maioria de seus membros e deliberando por maioria de dois terços. Cabia ao seu presidente promover a expansão do partido no município, criando subdiretórios nos bairros ou núcleos partidários³⁸³. Nas eleições de 1963, o PDC buscou disciplinar seus candidatos, fazendo com que os postulantes ao cargo de vereador assinassem um documento no qual se comprometiam, por exemplo, a submeter à aprovação do diretório municipal do partido toda a matéria que pretendessem apresentar à Câmara Municipal e defender matérias preparadas pelo diretório e pelas comissões partidárias criadas para tal fim. Os possíveis futuros vereadores também se comprometiam a entregar 10% dos proventos relativos ao mandato para manutenção das atividades partidárias³⁸⁴.

Uma das cláusulas mais significativas do termo de compromisso assinado entre os membros do diretório municipal do PDC e seus candidatos à vereança trata do rodízio a ser estabelecido entre os eleitos e os suplentes. Por este sistema, os suplentes mais votados

nenhum cargo nas eleições seguintes e não havia concorrido anteriormente. Sua força política derivava exclusivamente da influência que exercia no governo municipal.

³⁸¹ CRISE na direção do PTB. *O Momento*, Canoas, 1ª semana mar. 1955. Capa; PERSPECTIVAS trabalhistas: dissidência. *O Momento*, Canoas, 2ª semana mar. 1955. Capa; SUCESSÃO municipal. *O Momento*, Canoas, 14 mai. 1955. Capa; MAURÍCIO Müller, o primeiro candidato inscrito no páreo. *O Momento*, Canoas, 11 jun. 1955. Capa.

³⁸² DEFINIU-SE o PSP. *O Momento*, Canoas, 23 jul. 1955. Capa; OS SOCIALISTAS vão apoiar o Major Medeiros. *O Momento*, Canoas, 02 jul. 1955. Capa.

³⁸³ PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO. Diretório municipal de Canoas – regimento interno. 1963 [UPHAM].

³⁸⁴ PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO. [Termo de compromisso]. 1963 [UPHAM].

exerceriam o cargo de vereador por determinados períodos, alternando-se com os eleitos: “Assumirão, inicialmente, os mais votados, exercendo o mandato por um número de meses igual ao terço [mais votado] da nominata [...]. Assumirão, em seguida, na ordem de votação obtida e durante um mês cada um, os restantes componentes do terço mais votado”. Com as carreiras políticas iniciando dentro dos partidos, e visando estes ao exercício do poder, o acordo estabelecido internamente no PDC é revelador de uma estratégia para conceder visibilidade, durante a legislatura, aos candidatos mais votados e que, provavelmente, concorreriam novamente nas eleições seguintes³⁸⁵.

No mesmo documento, os candidatos do PDC se comprometiam a apoiar o candidato Hugo Lagranha (PSD) para prefeito. Assim como o PSB, em 1955, entregou a José João de Medeiros (então PSP) um programa mínimo a ser assumido pelo candidato a prefeito, o PDC, em 1963, solicitou ao candidato Hugo Lagranha que em seu futuro governo fossem criados “órgãos adequados à solução dos problemas locais [...] bem como o fomento da organização de cooperativas, confiando ao PDC o estabelecimento da política orientadora da atuação desses órgãos”. Entretanto, o partido deixava claro, ao menos no documento, que isto não significava necessariamente a troca de apoio por cargos: “Ao PDC não caberá, porém, direito a reivindicar a ocupação de cargos, nesses ou em quaisquer outros órgãos da municipalidade”³⁸⁶. No manifesto, impresso pelo partido durante a campanha eleitoral, a proposta fica mais clara: tratava-se da criação de conselhos municipais para o estabelecimento de políticas públicas³⁸⁷. De fato, no primeiro governo de Lagranha foram criados os conselhos municipais de cultura, transporte, urbanismo e desportos [ver apêndice A].

Quanto à escolha dos candidatos, o caso do PTB, também em 1963, é um exemplo significativo, pois o registro das reuniões da executiva, do diretório e das convenções do partido permitem reconstituir grande parte deste processo interno. Em março de 1963, oito meses antes das eleições municipais, a fórmula para escolha dos candidatos a vereador já estava sendo discutida pelos membros da executiva municipal do partido: debatia-se sobre a melhor forma de articular a vontade do diretório central com as preferências dos diretórios distritais, saindo vencedora a proposta que levava em consideração o eleitorado de cada distrito³⁸⁸. Outra deliberação referiu-se à formação de uma comissão para contatar os possíveis candidatos a prefeito, denunciando que, naquele momento, não havia no PTB um

³⁸⁵ PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO. [Termo de compromisso]. 1963 [UPHAM].

³⁸⁶ PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO. Protocolo. 1963 [UPHAM].

³⁸⁷ PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO. Manifesto. 1963. [UPHAM].

³⁸⁸ PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Canoas. Ata n.º 19 (Executiva municipal). 08 mar. 1963 (MAHLS).

candidato natural para suceder o prefeito trabalhista José João de Medeiros³⁸⁹. Depois de um mês, o partido realizou uma reunião com os possíveis candidatos a prefeito: Flávio Damiani, Thales Brender, Ariovaldo Aguiar, Nilo del Cueto Reis, David Bonder e Carlos Santos Rocha³⁹⁰.

A convenção para escolha dos candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador ocorreu em 25 de maio de 1963, reunindo os membros do diretório municipal do PTB. Estes, por meio do voto, escolheram os candidatos à vereança, deixando de fora da lista o vereador Edson Medeiros – que havia sido o vereador mais votado nas eleições de 1959. Sendo ele filho do prefeito José João de Medeiros, tal atitude do diretório evidenciava a divisão interna do PTB, que conforme os registros de diversas reuniões entre 1962 e 1963, dizia respeito à relação entre prefeito, bancada e executiva municipal do partido. Vejamos alguns exemplos destas divergências que antecederam à convenção: em 13 de junho de 1962, o vereador Antonio Soares Flores, em reunião da executiva municipal do PTB, teceu críticas ao prefeito Medeiros pelo “pouco espaço do PTB no governo”. Durante as eleições de 1962, alguns membros do diretório, inclusive vereadores, como Antonio Soares Flores, foram acusados de fazer campanha para candidatos a deputado de outros partidos³⁹¹. Assim, às vésperas das eleições municipais, novamente havia uma divisão interna no PTB.

Além do caso envolvendo Edson Medeiros, a convenção municipal do PTB foi bastante agitada por outras duas razões: primeiro, David Bonder, escolhido por ampla maioria para ser o candidato a prefeito pela sigla, negou-se a concorrer, gerando um impasse; em seguida, a reunião precisou ser suspensa em virtude do falecimento de Fernando Ferrari em trágico acidente de avião³⁹². O livro de atas do diretório municipal do PTB registra uma reunião, em 05 de junho, entre a executiva do partido e David Bonder, que insistiu em não concordar com a candidatura. Assim, era preciso encontrar um substituto e não se sabia quem

³⁸⁹ PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Canoas. Ata n.º 21 (Executiva municipal). 21 mar. 1963; PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Canoas. Ata n.º 24 (Executiva municipal). 24 abr. 1963 (MAHLS).

³⁹⁰ Conforme a compilação dos resultados eleitorais e informações na documentação do PTB, o médico Flávio Damiani foi vereador pelo PTB, eleito em 1951. O funcionário público Ariovaldo Aguiar foi vereador pelo PTB, eleito em 1955, e candidato a vice-prefeito, não eleito, em 1959. O dentista Nilo César del Cueto Reis foi vereador eleito pelo PTB em 1959. O médico David Bonder foi vice-prefeito pelo PTB, eleito em 1951, e diretor do SAMDU em Canoas. Conforme a biografia publicada pelo Arquivo Histórico e Museu de Canoas (2003), Carlos Santos Rocha era médico do Exército, na reserva desde 1962 como major. Instalou o Hospital da Aeronáutica do município, presidiu a Associação Beneficente de Canoas, instalou e dirigiu o Hospital Nossa Senhora das Graças. Não encontramos referências sobre Thales Brender.

³⁹¹ PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Canoas. Atas n.º 07, 08, 12, 13 e 17 (executiva municipal). 1962 (MAHLS).

³⁹² Há duas obras recentes sobre a vida e a atuação política de Fernando Ferrari: uma, organizada por Carla Brandalise e Maura Bombardelli (2013) para a série *Parlamentares gaúchos*, lançada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; e outra organizada por Fernando Ferrari Filho (2013) com uma série de ensaios sobre o político gaúcho.

poderia aceitar a tarefa: formou-se uma comissão para consultar possíveis candidatos³⁹³. Em 12 de junho, a comissão apresentou o resultado de suas sondagens: o ex-vereador e ex-candidato a prefeito pela UDN, Antonio Canabarro Tróis, o empresário David Lanner, o militar reformado e subprefeito do 2º distrito Alon Krebs, o vereador Antonio Soares Flores, e os ex-vereadores Jardelino Lemos e Max Oderich eram possíveis candidatos. Após algumas desistências, a convenção foi novamente convocada para 30 de junho, com a seguinte decisão: por 25 votos, David Lanner seria o candidato a prefeito, contra oito votos para Alon Krebs e um voto para Canabarro Tróis³⁹⁴.

Somente em 28 de julho foi escolhido o candidato a vice-prefeito. Em sessão tumultuada do diretório municipal, em que membros da executiva renunciaram e ao final foram readmitidos, decidiu-se pela coligação com o PSP, que indicava seu presidente, Arnaldo Ren, para o cargo de vice-prefeito na chapa do PTB³⁹⁵. Decidiu-se também por uma aliança com o PSB³⁹⁶. Restava ao PTB empreender uma campanha eleitoral de três meses, com divisões internas, com candidatos pouco conhecidos e escolhidos de última hora, e tentar enfrentar a já consolidada candidatura de oposição comandada por Hugo Lagranha (PSD).

Dessa forma, a compreensão de um processo eleitoral não se resume ao exame de seus resultados, pois as campanhas eleitorais colocam em cena estratégias, cálculos dos políticos diante da receptividade de suas candidaturas e da ação dos adversários³⁹⁷. Seus eventos típicos, bem como aqueles que antecedem a este período, cumprem um importante papel na definição dos rumos da vida política. No dia da eleição, os eleitores escolhem dentre as opções que se apresentam a eles, mas, antes mesmo dos candidatos serem escolhidos por seus partidos, reuniões, articulações, convenções, alianças, divergências e boatos são acontecimentos que contribuem para a construção de tais opções. Divulgadas as listas de candidatos e registradas as candidaturas perante a Justiça Eleitoral, está oficialmente aberto o tempo da caça ao voto.

³⁹³ PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Canoas. Ata n.º 26 (diretório municipal). 26 mai. 1963; Ata n.º 27 (executiva municipal). 05 jun. 1963 (MAHLS).

³⁹⁴ PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Canoas. Ata n.º 31 (diretório municipal). 30 jun. 1963 (MAHLS).

³⁹⁵ Arnaldo Ren era presidente municipal do PSP e foi diretor de Educação e Assistência Social no governo de José João de Medeiros.

³⁹⁶ PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Canoas. Ata n.º 34 (diretório municipal). 28 jul. 1963 (MAHLS).

³⁹⁷ René Rémond (2003, p. 49) salientou a importância do estudo das campanhas eleitorais, pois elas demarcam “a entrada em operação de estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião”. A reconstituição do desenrolar circunstancial de algumas campanhas auxiliaria na compreensão do processo eleitoral, pois a campanha “modifica a cada dia as intenções e talvez a relação de forças” (RÉMOND, 2003, p. 49).

4.2 O tempo da caça ao voto: comitês, comícios, churrascos e intrigas

Em 14 de agosto de 1963, a executiva municipal do PTB estava reunida para discutir as ações da campanha eleitoral para prefeito e vereadores. A “proposta de orientação da campanha eleitoral” incluía a apresentação dos candidatos a autoridades civis, militares e eclesiásticas, a organização de um roteiro de propaganda e uma reunião entre os candidatos e os dirigentes do partido visando ao lançamento da campanha em 24 de agosto – dia dedicado à memória de Getúlio Vargas³⁹⁸. Após quatro eleições municipais, entremeadas por diversas campanhas para deputados, senadores, governador e presidente, os dirigentes do PTB local faziam uso da experiência adquirida na tentativa de vencer mais um pleito.

Desde a primeira experiência, em 1947, as campanhas eleitorais em pleitos municipais envolveram eventos, cerimônias, festividades, ações na busca de dar visibilidade aos candidatos e de mobilizar seus correligionários e eleitores. A caminhada do candidato Arthur Pereira de Vargas pelas ruas do centro de Canoas, tendo ao seu lado o prefeito Nelson Paim Terra e o governador Walter Jobim, constitui registro significativo da campanha realizada pelo PSD – partido vitorioso naquele ano [ver figura 34]. Caminhadas, comícios, inaugurações de comitês, reuniões e churrascos foram eventos constantes do *tempo da política* sempre marcados pelo entusiasmo dos discursos, dos aplausos e dos fogos de artifício. Alguns destes eram voltados aos membros do partido e apoiadores, enquanto outros, como as caminhadas nas vilas, tinham um público mais amplo.

Figura 34 – Caminhada do candidato Arthur Pereira de Vargas (PSD) em 1947



Fonte: fototeca da UPHAM.

³⁹⁸ PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Canoas. Ata n.º 35 (executiva municipal). 14 ago. 1963 (MAHLS).

As notícias do jornal *O Democrata*, em 1947, também evidenciam a existência de algumas destas práticas já na primeira eleição municipal de Canoas e nos meses precedentes. A edição de 09 de agosto trata da homenagem ao governador Walter Jobim, realizada pela Ala Feminina do PSD de Canoas. Os discursos proferidos por Ondina Flores e por Adail Moraes foram recebidos com grande entusiasmo pelos correligionários: o deste último “impressionou profundamente a assistência que o aplaudiu demoradamente”. O jornal, ligado ao PSD, queria deixar claro o significado da reunião: “Grande entusiasmo entre os pessedistas que se apresentam, assim, para a próxima campanha eleitoral”³⁹⁹. Duas semanas antes do pleito, o subdiretório do PSD sediado na vila Niterói realizou uma festiva cerimônia de inauguração dos retratos do presidente Eurico Gaspar Dutra e do governador Walter Jobim. Integrante do diretório estadual do partido, Teixeira Netto foi o “orador oficial” do evento, e conforme o jornal, responsável pelo seguinte: “Foram chamados ao microfone vários companheiros que faziam parte da assistência, inclusive senhoras, os quais manifestaram de viva voz suas reclamações e necessidades, fato que causou a melhor das impressões entre os presentes pelas características democráticas do gesto”. Mais uma vez, o jornal atribuía um significado mobilizador: o evento havia despertado “grande entusiasmo entre os pessedistas locais para as próximas eleições”⁴⁰⁰.

O encontro partidário promovido pelo PSD na vila Niterói, às vésperas das eleições de 1947, revela a importância, já naquele pleito, de capilarizar a campanha eleitoral: com subdiretórios e comitês inaugurados nas vilas e nos distritos, com reuniões e comícios realizados nas zonas mais afastadas do centro da cidade e com a ação dos cabos eleitorais, as diferentes candidaturas formavam tentáculos capazes de aproximá-las daquele numeroso eleitorado. Desde muito cedo, o PSD local soube se fazer presente nos diferentes redutos do município: em 1950 seus onze subdiretórios serviram de postos de qualificação eleitoral⁴⁰¹. Em 1953, o presidente do diretório municipal da sigla, Oscar Andrade, alertava para a necessidade da criação de subdiretórios nos pontos estratégicos da cidade, “colocando em suas direções valorosos e leais companheiros”⁴⁰².

O artigo 151 do Código Eleitoral aprovado em 1950 regravava a propaganda eleitoral, sendo permitido aos partidos políticos e aos candidatos, independentemente de licença da autoridade pública e de qualquer tributo, instalar alto-falantes nas suas sedes e dependências,

³⁹⁹ NOTAS políticas. *O Democrata*, Canoas, 09 ago. 1947. Capa.

⁴⁰⁰ NOTAS políticas. *O Democrata*, Canoas, 12 nov. 1947. Capa.

⁴⁰¹ *O Democrata*, Canoas, 20 mai. 1950. Capa; *O Democrata*, Canoas, 15 jul. 1950. Capa.

⁴⁰² EXTRAORDINÁRIA demonstração de confiança nas hostes do Partido Social Democrático. *Canoas em Marcha*, Canoas, 30 set. 1953. Contracapa.

assim como em veículos em trânsito, das 14 às 22 horas; fazer a propaganda própria ou dos seus candidatos, mediante cartazes e faixas afixados em qualquer logradouro público, sendo que o poder público deveria garantir um lugar adequado para a sua colocação. Além disso, cartazes e faixas poderiam ser afixados em prédios particulares, dependendo para isto da prévia autorização do proprietário ou do locatário. O mesmo valia para os prédios públicos, desde que consentido pela autoridade responsável e estendido o direito aos demais candidatos e partidos. Já o artigo 129 autorizava, durante os três meses de campanha, a propaganda mediante comícios, rádio e reuniões públicas até 48 horas antes da eleição⁴⁰³.

Durante as eleições gerais de 1954, o jornal *Expressão* publicou, a pedido do PSD, um resumo da campanha do partido em Canoas, incluindo a instalação de núcleos, comitês e subdiretórios: “Com estas instalações, procuram os dirigentes do pessedismo local por intermédio desses órgãos, incentivar o serviço de qualificação no município, como também difundir em todos os recantos do município uma propaganda eficiente”⁴⁰⁴. O PSD havia inaugurado um comitê pró-Ilido Meneghetti na vila São Luiz, um subdiretório na localidade do Mato Grande, um diretório distrital na vila Niterói e um comitê para os candidatos do partido na vila Mathias Velho. Todas as inaugurações contaram com solenidades políticas, onde não faltaram discursos das lideranças pessedistas⁴⁰⁵. Aquela campanha eleitoral serviu de experiência para a seguinte, nas eleições municipais de 1955, quando o PSD formou a vitoriosa aliança com o PRP e o PL.

A inauguração de um comitê da chapa formada por Sezefredo Vieira e Hugo Lagranha, na vila Niterói, durante a campanha de 1955, foi registrada em fotografias que atualmente fazem parte do acervo do Arquivo Municipal de Canoas [ver figuras 35, 36 e 37]. A sequência de fotografias indica a presença de um ritual político muitas vezes repetido: reunião de correligionários, discursos, churrasco servido em grandes mesas. Na primeira imagem [figura 35], Sezefredo Vieira (PRP), candidato a prefeito, discursa em frente a uma casa de madeira da vila Niterói transformada em comitê, evidenciado pela faixa que em grandes letras afirmava: *Niterói quer! Para prefeito Sezefredo, para vice-prefeito Lagranha*. Vários homens – demarcando a política como uma prática ainda predominantemente masculina – concentram-se em frente ao comitê e mantêm suas cabeças, em geral ornadas por chapéus, voltadas ao orador que discursa com dedo em riste e faz uso de um microfone. No primeiro plano, um homem observa a cena segurando sua bicicleta, o que indica, talvez, que

⁴⁰³ Lei n.º 1.164 de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral).

⁴⁰⁴ PARTIDO Social Democrático. A pedido do PSD. *Expressão*, Canoas, ago. 1954. p. 07.

⁴⁰⁵ PARTIDO Social Democrático. A pedido do PSD. *Expressão*, Canoas, ago. 1954. p. 07.

estivesse passando pelo local quando o acontecimento estranho ao cotidiano chamou sua atenção. Numa possível troca de olhares congelada pela lente do fotógrafo anônimo, o menino negro e a menina branca seguem alheios ao ritual político dos adultos⁴⁰⁶.

Nem todas as crianças ficaram impassíveis diante daquele evento: na segunda fotografia [figura 36] várias delas observam o pronunciamento de Hugo Lagranha (PSD), candidato a vice-prefeito. Enquanto este discursa, Sezefredo, de braços cruzados e cabeça levemente inclinada para baixo – como quem escuta atentamente – permanece ao lado, de frente para o público que os assiste e demarcando o lado de quem escuta e o de quem se pronuncia. O momento do almoço [figura 37], em que Lagranha e seus apoiadores/convidados posam para câmera com as mãos em direção à mesa, parece ser a parte do ritual em que os candidatos confraternizam com parte de seu eleitorado⁴⁰⁷.

⁴⁰⁶ Conforme Boris Kossoy (1989, p. 80), a fotografia enquanto documento deve ser articulada com outras fontes históricas, possibilitando a busca de pistas sobre a atuação do fotógrafo e de suas intenções. Para além da “verdade iconográfica”, o autor nos convida a considerar que o significado mais profundo da imagem não está necessariamente explícito: “O vestígio da vida cristalizado na imagem fotográfica passa a ter sentido no momento em que se tenha conhecimento e se compreendam os elos da cadeia de fatos ausentes da imagem” (KOSSOY, 1989, p. 80). Também para Ana Maria Mauad (2008, p. 37) a fotografia é uma fonte histórica que exige do historiador um novo tipo de crítica e deve ser considerada, remetendo a Jacques Le Goff (2003), como imagem/documento e como imagem/monumento: “No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos deste passado [...]. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo” (MAUAD, 2008, p. 37). Sendo que o historiador atribui à fotografia um sentido diferente do original, de acordo com a problemática por ele estudada, no problema proposto e na construção do objeto de estudo reside a competência de quem analisa imagens do passado: “A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas” (MAUAD, 2008, p. 41). Diferentemente da maior parte das imagens analisadas nos capítulos anteriores, oriundas de jornais, as fotografias que serão utilizadas neste capítulo são registros das campanhas eleitorais, em sua maioria não publicadas na época (embora os fotógrafos talvez pretendessem estampá-las em jornais e em outros tipos de publicidade). Diante da escassez de informações que as acompanham, a análise estará centrada, nesta parte, mais no exame dos eventos retratados pelas fotografias enquanto vestígios de práticas concernentes às campanhas eleitorais, e menos no seu caráter de mobilização e persuasão - como efetuamos no caso das imagens publicadas na imprensa.

⁴⁰⁷ Considerando os rituais políticos conforme concebidos por Irllys Barreira (1998, p. 12), não apenas como meras encenações, mas como alegoria que revitaliza o significado da política e torna-o evidente. Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (2010, p. 171) consideram que uma das características do *tempo da política* é a quebra do cotidiano, inclusive com uma proximidade maior entre candidatos e eleitores, mesmo que o eleitor em potencial seja um desconhecido. Para os autores, a *política* aparece com as eleições, subvertendo o cotidiano: “Durante aquele período, a *política* invade as atividades cotidianas as mais díspares. A presença de candidatos ou de representantes seus nas festas de igreja ou de escola é uma constante. Por outro lado, não será surpresa, no enterro de pessoas importantes da comunidade e até mesmo de cidadãos comuns, a presença de candidatos”.

Figura 35 – Inauguração de comitê da chapa Sezefredo-Lagranha na vila Niterói em 1955



Fonte: fototeca da UPHAM.

Figura 36 – Hugo Lagranha discursa em inauguração de comitê na vila Niterói em 1955



Fonte: fototeca da UPHAM.

Figura 37 – Churrasco de inauguração do comitê Sezefredo-Lagranha na vila Niterói em 1955



Fonte: fototeca da UPHAM.

Momentos nos quais as formalidades eram parcialmente rompidas, como os almoços e jantares – em que o churrasco era cardápio constante – faziam parte do cotidiano das campanhas eleitorais, conforme destacam as notícias e evidenciam as fotografias de diferentes eleições. Demonstrando informalidade, Sady Schivitz (PTB) deixou-se fotografar levando um pedaço de carne assada com osso à boca enquanto era observado pelo prefeito José João de Medeiros (PTB) durante evento da campanha de 1951 [ver figura 38]. Foi também um jantar, com mais formalidade, que marcou o lançamento da chapa Sezefredo-Lagranha, pela coligação PRP-PSD-PL, no Clube Comercial de Canoas em fins de 1954 [ver figura 39].

Figura 38 – Os petebistas Sady Schivitz e José João de Medeiros em churrasco da campanha eleitoral de 1951



Fonte: fototeca da UPHAM.

Figura 39 – Jantar de lançamento da chapa Sezefredo-Lagranha em 1954



Fonte: fototeca da UPHAM.

Pontos de referência para reuniões, celebrações e distribuição de propaganda dos candidatos, os comitês seguiram como peça importante na capilarização das campanhas eleitorais⁴⁰⁸.

Em 1959, o jornal *Folha de Canoas* divulgava as inaugurações de comitês, principalmente das candidaturas do PTB e de seus aliados⁴⁰⁹. A edição de 26 de julho trazia na capa o anúncio de uma homenagem ao candidato a prefeito José João de Medeiros, ao candidato a vice-prefeito Ariovaldo Aguiar e ao candidato a vereador João Galhardo, todos do PTB, que seria realizada na vila Mathias Velho no dia seguinte. Fiel às práticas gastronômicas típicas do período eleitoral, estava prevista uma “galinhada” para satisfação daqueles que comparecessem ao evento⁴¹⁰.

Já para a inauguração de um comitê do candidato Israel Alves (PSP), o cardápio previsto contava com “um churrasco monstro regado a chopp”, sobre o qual podemos supor que se tratava de um incentivo a mais para a presença de grande público ao evento. Nota-se que o jornal mencionava a inauguração de um “comitê apartidário pró-candidatura do Sr. Israel Alves”⁴¹¹, demonstrando, na adjetivação do espaço, um cálculo referente a sua legalidade: conforme a legislação eleitoral, os partidos políticos e os candidatos estavam autorizados a promover campanha eleitoral nos três meses que antecediam ao pleito. Como as eleições se procederiam em 08 de novembro, o período oficial de campanha teria início somente em 08 de agosto, ou seja, duas semanas depois da referida inauguração⁴¹².

Os comícios e reuniões públicas eram parte importante na relação entre candidatos e eleitores, e estiveram presentes em Canoas desde a primeira eleição municipal⁴¹³. Sua

⁴⁰⁸ Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (2010) atentam para a modificação da fisionomia habitual das localidades com as campanhas eleitorais, alterando a geografia social. Dentre os novos lugares que ganham destaque estão os comitês eleitorais: “Espécie de quartéis gerais das campanhas, que, instalados alguns meses antes das eleições e desativados, em muitos casos, antes mesmo que as urnas tenham sido abertas, apresentam um poder de atração que os diretórios partidários não conseguem ter ao longo do ano” (PALMEIRA; HEREDIA, 2010, p. 28).

⁴⁰⁹ O jornal *Gazeta de Notícias* também noticiou, nas edições de 09 de agosto, 06 de setembro e 27 de setembro as inaugurações de diversos comitês dos candidatos trabalhistas, com o candidato a prefeito José João de Medeiros, em especial nas vilas Niterói e Rio Branco.

⁴¹⁰ SERÁ prestada uma homenagem. *Folha de Canoas*, Canoas, 26 jul. 1959. Capa.

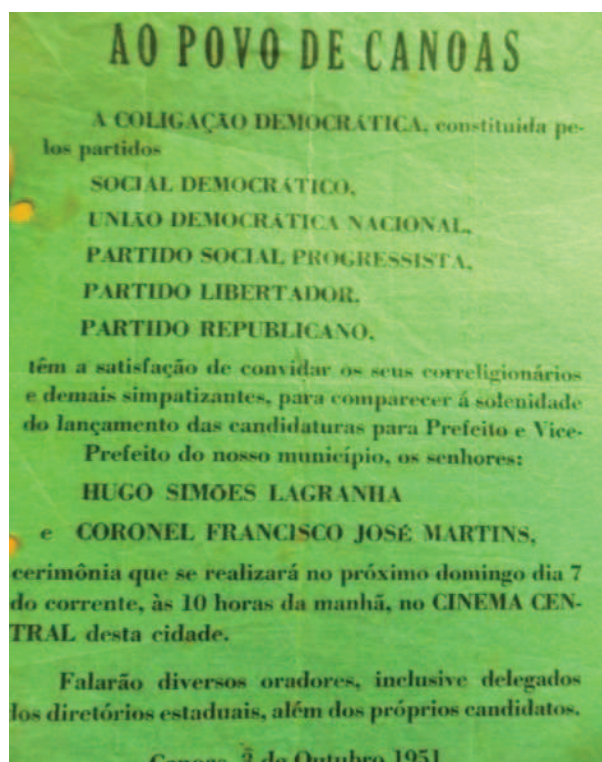
⁴¹¹ COMITÊ para o Sr. Israel Alves. *Folha de Canoas*, Canoas, 26 jul. 1959. Capa.

⁴¹² Conforme a lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950, que instituiu o Código Eleitoral, parágrafo 6º do artigo 151: “O período da campanha eleitoral, para os efeitos deste artigo, compreenderá em todo o país os três meses anteriores às eleições para Presidente e Vice-Presidente da República e, em cada circunscrição eleitoral, os três meses anteriores às suas eleições gerais”.

⁴¹³ Conforme Antonio Lavareda (1991, p. 127), o contexto dos meios de comunicação daquele período era benéfico ao desenvolvimento de laços de identificação partidária, pois o processo de distribuição de informações políticas (sobre líderes, candidatos, partidos, programas e governos) era um processo muito mais simples do que hoje, e os principais veículos de difusão das informações políticas eram os jornais, as revistas, as rádios, os comícios e as reuniões públicas. Para Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (2010, p. 29-30), uma sequência regular de comícios é necessária para demonstrar o vigor de uma candidatura, assinalando a perspectiva da vitória e,

divulgação, seja na imprensa – escrita e falada – ou por meio de panfletos, era importante para a adesão de um grande público, restando, inclusive, o panfleto pelo qual a coligação formada por PSD, UDN, PSP, PL e PR convidava seus correligionários e simpatizantes para o lançamento das candidaturas a prefeito e vice-prefeito de Hugo Lagranha e do Coronel Francisco José Martins [ver figura 40]. Embora chamando-o de *solenidade* e de *cerimônia*, ao aludir à presença de oradores (delegados dos diretórios estaduais e os candidatos), o panfleto denuncia o caráter de *comício* do evento, que seria realizado no Cinema Central. No acervo do Arquivo Histórico de Canoas, várias fotografias mostram a participação de políticos como Hugo Lagranha e de Sezefredo Vieira neste tipo de ritual político, em especial nas campanhas de Walter Peracchi Barcelos (PSD) a deputado estadual⁴¹⁴ [ver figuras 41 e 42].

Figura 40 – Panfleto de lançamento dos candidatos da coligação PSD-UDN-PSP-PL-PR (1951)



Fonte: Acervo da UPHAM.

assim, comprometendo os eleitores nesse movimento. Os autores estabelecem uma diferenciação entre comício e reunião: no comício, somente quem está no palanque fala e os demais escutam e aplaudem, enquanto na reunião o candidato pode ouvir e responder. Assim, o caráter solene do comício é essencial (PALMEIRA; HEREDIA, 2010, p. 30).

⁴¹⁴ Conforme verbete do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, do CPDOC, o militar Walter Peracchi Barcelos elegeu-se deputado estadual em 1950, pelo PSD, sendo reeleito em 1954. Em 1958 disputou o governo do Estado, sendo derrotado. Em 1962 foi eleito deputado federal, novamente pelo PSD. Seria ainda Ministro do Trabalho (1965-1966) e governador do Rio Grande do Sul (1967-1971).

Figura 41 – Comício com Sezefredo Vieira e Walter Peracchi Barcelos em Canoas [1958?]



Fonte: fototeca da UPHAM.

Figura 42 – Comício com Hugo Lagranha e Walter Peracchi Barcelos na década de 1950



Fonte: fototeca da UPHAM.

As campanhas dos candidatos a deputado estadual e federal, sempre apoiados por lideranças locais, serviam de prévia, enquanto mobilização, para as campanhas locais – que ocorriam no ano seguinte. Na obra *O diário político de Sereno Chaise*⁴¹⁵, há referências aos

⁴¹⁵ A obra *O diário político de Sereno Chaise – 60 anos de história*, foi escrita pelo jornalista Luciano Klöckner e publicada em 2007, a partir do depoimento daquele político trabalhista. Podemos considerá-lo como um testemunho mediado – quando não há coincidência entre o informante e o transcritor/editor, sendo que uma de suas categorias é o testemunho jornalístico: aquele que “se dispõe a escrever uma narrativa de natureza jornalística a partir da ótica de um determinado personagem” (ALÓS, 2008, p. 05). O advogado Sereno Chaise ingressou na Ala Moça do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1946, aproximando-se de Leonel Brizola – eleito deputado estadual em 1947. Em 1951 elegeu-se vereador em Porto Alegre, exercendo a presidência da Câmara Municipal em 1955. Foi secretário de governo na administração do então prefeito Leonel Brizola entre 1956 e 1958, quando ele foi eleito deputado estadual e Brizola governador. Foi líder da bancada do PTB em 1961, reeleito deputado em 1962, e prefeito de Porto Alegre eleito em 1963 e cassado em 1964. Participou da

apoiadores locais do deputado petebista: “Organizamos um grupo excelente sob a liderança de médico, o Doutor David Bonder, falecido há alguns anos. [...] Adotaram a candidatura de Floriceno Paixão para deputado federal e a minha para estadual”. Em seguida, há uma descrição da organização da campanha: “Mapas dos comitês dos bairros de Canoas. Vila Mathias Velho, Niterói, Rio Branco, comitês em cada rua e avenida, propaganda boca-a-boca. [...] Naquele tempo se fazia muita política nos bares. [...] O pessoal no final da tarde passa, toma o seu *traguinho*” (KLÖCKNER, 2007, p. 51). A campanha de 1958 é resumida como um exemplo da força do PTB e da efervescência política daquele período, e menciona Canoas:

Em resumo, a campanha de 1958 consumiu muita energia ao PTB, mas se concluiu totalmente exitosa. Lembro que viajava muito, ia de jipe, a cavalo, de trem... Estava com trinta anos. Anoitava em Cacequi e amanhecia em Rio Pardo. Viajava para Montenegro e em Canoas estava diariamente. O mesmo ocorria nos outros municípios citados. Foi uma campanha muito bonita. Claro, trabalhava para mim, mas, sobretudo, para o candidato a governador, que era o Brizola. [...] Ganhamos bem a eleição com o Brizola. Elegemos o senador, constituímos a maior bancada na Assembleia (KLÖCKNER, 2007, p. 54) ⁴¹⁶.

Embora restem poucas informações sobre as fotografias acima [figuras 41 e 42], o conteúdo das imagens indica que um comício exigia uma série de cuidados prévios, não somente no sentido da mobilização, que, conforme já vimos, era feita por meio de convites pessoais, panfletos e anúncios na imprensa, mas também no tocante aos equipamentos, aos recursos: montagem do palanque, iluminação, microfones, caixas de som, fixação de cartazes e faixas⁴¹⁷. Além disso, um comício exigia dos candidatos a arte da retórica, algo valorizado conforme as diversas menções, na imprensa local, aos oradores capazes de entusiasmar seus correligionários e arrancar aplausos do público. Para estes, as sucessivas campanhas eleitorais

fundação e da organização do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no início dos anos 1980, partido pelo qual concorreu a governador em 1994. Em 2000 afastou-se de Brizola e filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT) (KLÖCKNER, 2007, p. 216-217).

⁴¹⁶ No que diz respeito às campanhas eleitorais, a narrativa indica uma relação próxima dos candidatos (e seus partidos) com os eleitores, o que teria sido algo bastante próprio daquela experiência democrática. Assim é no trecho sobre a eleição de 1947: “Dali uns dois ou três meses, o PTB fez um grande comício na frente da Prefeitura [em Porto Alegre], com a presença de Getúlio Vargas. Tinha gente lá em cima, na Borges, que não enxergava o coreto, uma verdadeira muralha humana” (KLÖCKNER, 2007, p. 18). E sobre a campanha de Alberto Pasqualini ao governo e de Brizola a deputado, no mesmo ano: “Naquele tempo, era com cédula. Nós compramos envelopes simples, colocamos uma cédula dentro e depositamos embaixo da porta das residências. Coloquei pessoalmente as cédulas do Brizola, de um lado ao outro da avenida, embaixo de cada porta” (KLÖCKNER, 2007, p. 25).

⁴¹⁷ Em depoimento concedido à Sonia Ranincheski (1998, p. 123), o ex-vereador Nilton Leal Maria relembrou os companheiros que organizavam estas atividades: “Então daqueles velhos lutadores de Niterói eu lembro de alguns nomes. Eram aqueles homens que rolavam aqueles tonéis enormes para montar os palanques dos comícios que nós fazíamos. [...] Então eu lembro de alguns velhos companheiros nossos. Nelson Paim da Silva, Antonio Pedro Machado, Zolmar Machado [...]. Aqueles velhos faziam política”. Nilton Leal Maria foi da Ala Moça do PTB de Canoas e membro do diretório municipal do partido. Depois, foi eleito vereador, já pelo MDB, em 1972 e 1976.

eram uma oportunidade para a aquisição das competências necessárias às funções de representação política⁴¹⁸.

Com a ampliação do corpo eleitoral e a democratização, criou-se ambiente para eleições municipais mais disputadas entre os diversos concorrentes. Aos candidatos, tornava-se necessário a construção do prestígio, da popularidade perante o eleitorado, como vimos pelo exame das imagens construídas acerca de si e de seus adversários. Além da construção retórica, por meio de discursos, artigos, notícias, anúncios, textos e imagens publicados, havia um conjunto de práticas voltadas à visibilidade dos candidatos. Principalmente entre os candidatos a prefeito e vice-prefeito, visitar autoridades, empresários e jornalistas, publicar notas na imprensa, conceder entrevistas, tirar fotografias [ver figura 43], caminhar nos bairros e cumprimentar eleitores tornaram-se práticas inerentes à campanha eleitoral [ver figura 49]. Como exemplos disso, podemos citar a sabatina, promovida pelo jornal *O Momento* nas eleições de 1955, para a qual foram convidados os candidatos a prefeito. José João de Medeiros e Sezefredo Vieira compareceram e responderam às perguntas do público presente no *Cine Rex*. Nas eleições seguintes, em 1959, os candidatos a prefeito José João de Medeiros e Hugo Lagranha responderam aos questionamentos do jornal *Gazeta de Notícias*, sendo as respostas publicadas em várias páginas de sua edição seguinte⁴¹⁹.

Acostumados com a imprensa escrita desde a primeira eleição municipal, a partir dos anos 1960 a campanha no rádio começa a ocupar seu espaço nas preocupações dos candidatos e dos partidos, principalmente com o advento da Rádio Real, emissora inaugurada em Canoas no ano de 1960. Como exemplo disto, na reunião de 02 de janeiro de 1963, a executiva municipal do PTB congratulou aos vereadores Antonio Soares Flores e Alcides Nascimento pela *campanha do não* (referente ao plebiscito sobre o parlamentarismo) realizada por ambos

⁴¹⁸ Conforme Pierre Bourdieu (2012, p. 169-170), somente aqueles que possuem tais competências podem entrar no jogo político com alguma probabilidade de sucesso. A aquisição deste *habitus político* supõe uma preparação especial: primeiro, a aprendizagem de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc) e das capacidades mais gerais (como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política); segundo, uma inculcação do domínio prático da lógica do campo político, espécie de ritual de iniciação que vai impondo uma submissão aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo. Leticia Bicalho Canêdo (2002) estudou o papel da herança na política, ou seja, a aquisição das competências necessárias às funções de representação política no meio familiar. No caso de Canoas, com raras exceções, as elites dirigentes dos diferentes partidos não possuem um patrimônio político familiar. Os eleitos para a primeira legislatura, em 1947, adquiriram suas competências e consolidaram sua liderança na experiência política dos anos 1930 (eleições anteriores ao Estado Novo e campanha pela emancipação). Nas eleições seguintes, uma nova geração de políticos foi sendo gestada no próprio processo político democrático, a exemplo de lideranças como Hugo Lagranha e Sezefredo Vieira. Sobre heranças políticas e especialização política no Rio Grande do Sul, ver o trabalho do cientista político Igor Gastal Grill (2008).

⁴¹⁹ O QUE foi a sabatina. *O Momento*, Canoas, 24 set. 1955. Capa; CANDIDATOS a prefeito expõem suas ideias. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 09 ago. 1959. Capa.

no rádio⁴²⁰. E, em depoimento concedido à Sonia Raninscheski (1998, p. 122), Nilton Leal Maria destacou que a Ala Moça do PTB de Canoas tinha um programa diário na Rádio Clube de Canoas, com duração de cinco minutos. Já o PDC, conforme as notas fiscais e recibos do ano de 1964, mantinha um programa semanal de 25 minutos na Rádio Real⁴²¹. Para a campanha eleitoral de 1963, o juiz eleitoral Darci Dreon enviou ofício aos partidos comunicando a fixação dos horários destinados à propaganda: das 13 às 14h e das 21 às 22h. A divisão do tempo era proporcional à representatividade das siglas: 20 minutos para o PTB, 10 minutos para o PSD, PRP e PL com sete minutos cada, e MTR, PSP, PR e PDC com quatro minutos cada⁴²².

Figura 43 – Fotografia oficial dos candidatos petebistas José João de Medeiros e Ariovaldo Aguiar (1959)



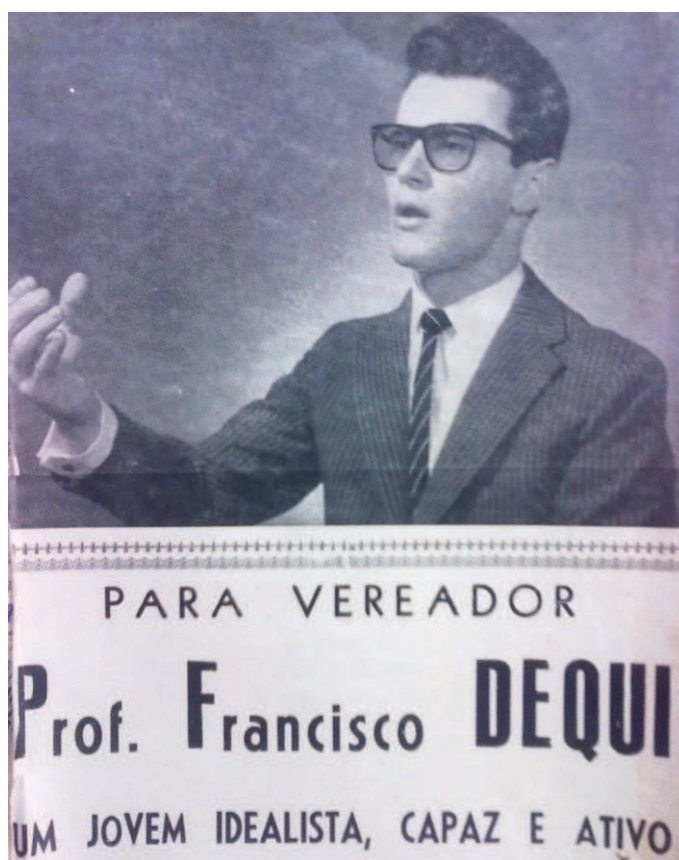
Fonte: fototeca da UPHAM.

⁴²⁰ PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Ata n.º 19. 02 jan. 1963 [MAHLS]. No plebiscito, realizado em 06 de janeiro de 1963, votaram 24.963 eleitores nas urnas do município. 3.658 eleitores votaram na opção *sim* (14,93%) e 19.620 eleitores optaram pelo *não* (80,10%). 908 eleitores anularam o voto (3,70%) e foram computados 307 votos em branco (1,27%) [O PLEBISCITO em Canoas. *O Gaúcho*, Canoas, 12 jan. 1963. p. 08]. No total nacional, 9.457.488 eleitores optaram pelo *não* (76,97%), enquanto 2.073.582 votaram *sim* (16,87%). 284.444 votaram em branco (2,31%) e 470.701 votos nulos foram somados (3,83%), conforme os dados da página do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Assim, a vitória do *não*, em Canoas, foi levemente superior aos índices registrados no âmbito nacional. O retorno do presidencialismo representou uma vitória para João Goulart: “Pode-se dizer, foi eleito pela segunda vez” (GOMES; FERREIRA, 2014, p. 140).

⁴²¹ RÁDIO REAL. Publicidade n.º 934. Recibo ao PDC. 05 abr. 1964; RÁDIO REAL. Publicidade n.º 10262. Recibo ao PDC. 09 jul. 1964. [UPHAM].

⁴²² PODER JUDICIÁRIO. Ofício do juiz eleitoral aos partidos políticos. 22 ago. 1963 [UPHAM].

Figura 44 – Cartaz do candidato a vereador Francisco Dequi (PDC) em 1963



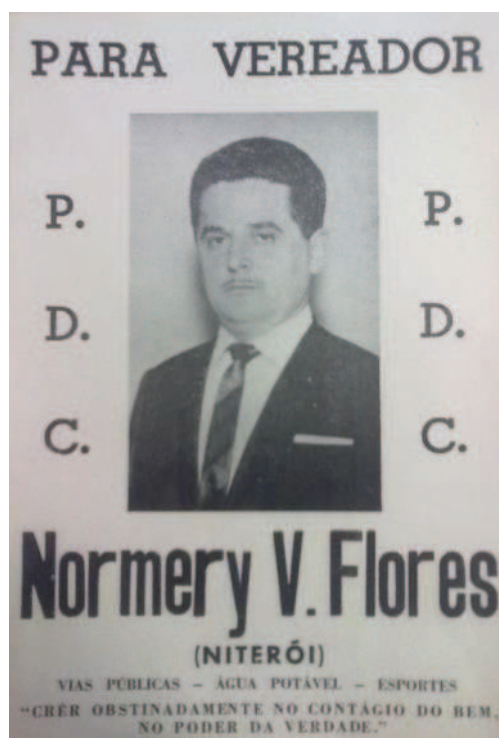
Fonte: acervo da UPHAM.

Figura 45 – *Santinho* do candidato a vereador Canabarro Três Filho (PDC) em 1963



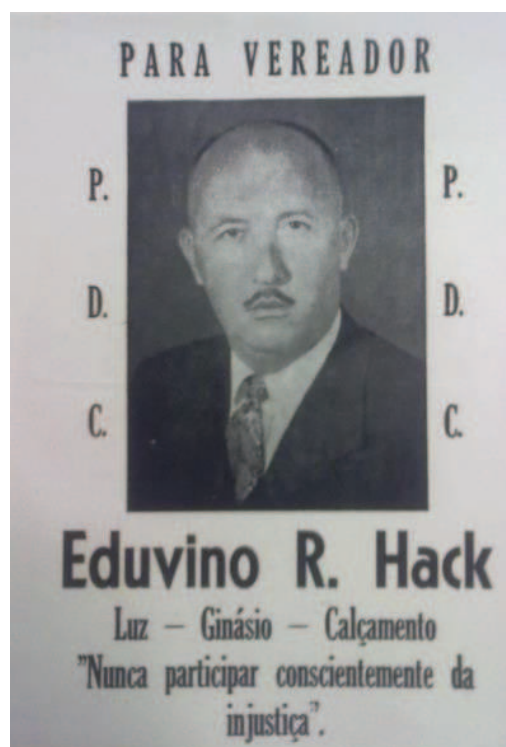
Fonte: acervo da UPHAM.

Figura 47 – *Santinho* do candidato a vereador Normery Flores (PDC) em 1963



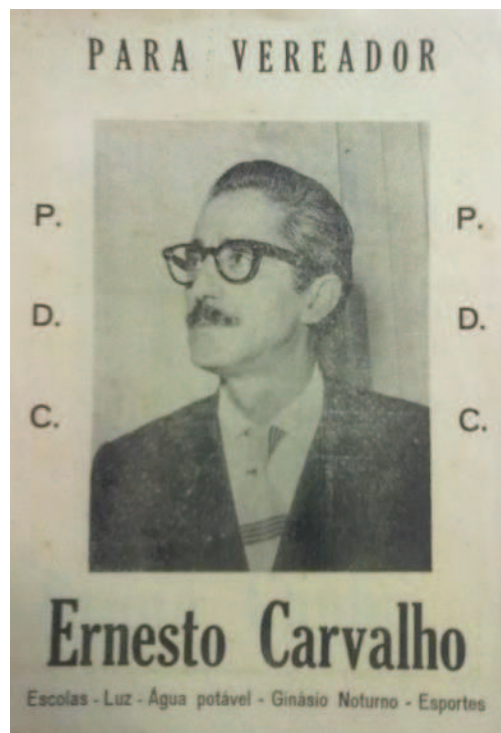
Fonte: acervo da UPHAM.

Figura 46 – *Santinho* do candidato a vereador Eduvino Hack (PDC) em 1963



Fonte: acervo da UPHAM.

Figura 48 – *Santinho* do candidato a vereador Ernesto Carvalho (PDC) em 1963



Fonte: acervo da UPHAM.

As imagens que circulariam durante a campanha, em cartazes, anúncios e panfletos, ou seja, nos *santinhos*, eram outra diligência necessária aos candidatos. Isso levou, por exemplo, os candidatos petebistas José João de Medeiros e Ariovaldo Aguiar, que concorriam, respectivamente, a prefeito e vice-prefeito, a tirarem uma fotografia oficial em 1959 [ver figura 43]. Optaram pelo profissional conhecido como Carraro, *o fotógrafo dos artistas*, cujo estúdio ficava na Rua dos Andrades, em Porto Alegre⁴²³. As maneiras mais utilizadas para popularizar os rostos dos candidatos eram o cartaz e o famoso *santinho*, panfleto no qual constava, geralmente, a fotografia, o nome e o cargo pretendido pelo candidato, e, eventualmente, a sigla a qual pertencia e alguma frase ou adjetivo que pretensamente o definia [ver figuras 44-48].

Os *santinhos* dos candidatos do PDC, conforme os exemplos acima [figuras 45-48] apresentam um padrão quanto ao tamanho (20cm x 12cm), à localização dos elementos gráficos (*Para vereador* na parte superior, a foto no centro, o partido nas laterais e o nome do candidato na parte inferior). Além destes elementos, parece ter sido orientação do partido aos candidatos a indicação de frases e de demandas das comunidades a serem defendidas pelos possíveis futuros vereadores (luz, água, ginásio, etc). E isto não se deu ao sabor do acaso, pois

⁴²³ Conforme carimbo que o designava no verso da foto imprensa que integra, atualmente, o acervo da UPHAM.

os recibos e os registros de caixa do PDC indicam que foi o partido quem patrocinou a propaganda de seus candidatos a vereador nas eleições de 1963⁴²⁴.

O livro de registros contábeis do PDC nos indica a preocupação do partido com a propaganda, pois os gastos com as gráficas formaram a maior parte das despesas da sigla entre julho e novembro de 1963. Outras despesas também nos apontam alguns recursos materiais necessários à campanha e aos trabalhos do dia da eleição: mandou-se imprimir 4.000 listas com a relação das mesas eleitorais; foi comprado papel para elaboração das credenciais para os delegados do partido; foram impressos 2.000 panfletos do tipo *cédula* e 8.000 *santinhos* para cada candidato a vereador; também foram pagos os clichês necessários à impressão dos *santinhos*⁴²⁵. A organização partidária e a campanha promovida pelo PDC em 1963 renderam a eleição de dois vereadores: o jornalista Antônio Canabarro Tróis Filho e a líder comunitária Lina Plentz Alves.

Entretanto, visibilidade nos meios de comunicação e produção de propaganda por si só não bastavam, pois era preciso fazer com que a campanha atingisse a todos os possíveis eleitores, e não só na zona central da cidade – o que explica a proliferação dos comitês, como vimos anteriormente. A disputa pelo voto de eleitores mais numerosos e urbanos, e o contexto dos meios de comunicação da época, faziam da caça ao voto algo trabalhoso, que dependia do prestígio dos candidatos em suas comunidades e também de um trabalho de aproximação com os eleitores que não os conheciam. A fotografia na qual José João de Medeiros cumprimenta eleitores é representativa disso: era preciso estar próximo do eleitor [ver figura 49]. Em depoimento, a ex-vereadora Lina Plentz narrou sua primeira campanha como candidata, na qual batia de casa em casa na vila Igara:

Eu chegava, mandavam entrar, e eu explicava que foi um convite especial e que Igara realmente estava precisando um vereador, pois não tínhamos nem água e nem luz numa vila sem calçada. ‘E a senhora garante?’ Eu garanto que vou trabalhar para conseguir, primeiro de tudo, essas duas coisas. ‘O meu voto está garantido’, e outro dizia ‘o meu também’. [...] Fizemos aquilo tudo, aí chegava em uma casa e diziam: ‘Quantos anos a senhora tem?’ Eu dizia, mas tenho coragem, tenho boa vontade e não sou mulher preguiçosa. Eu me casei na maior pobreza, hoje vivo muito bem na minha casa boa, porque eu sempre trabalhei (RANICHESKI, 1998, p. 114)⁴²⁶.

⁴²⁴ PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO. Livro caixa. 1963-1964 [UPHAM].

⁴²⁵ Conforme os registros do partido, os recursos tinham origem em doações mensais de pessoas físicas. PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO. Livro caixa. 1963-1964 [UPHAM].

⁴²⁶ Neste excerto, Lina Plentz indica que os qualificativos ligados ao trabalho não eram presentes somente nas concepções sobre os candidatos publicadas na imprensa, mas faziam parte da oralidade prática das campanhas eleitorais.

Figura 49 – José João de Medeiros (PTB) em campanha eleitoral, cumprimentando eleitores



Fonte: fototeca da UPHAM.

A coluna intitulada *Veneninhos Políticos*, publicada no jornal *Gazeta de Notícias* em 07 de novembro de 1959, um dia antes das eleições municipais, trata de maneira jocosa as ocorrências habituais das campanhas eleitorais: “Época das promessas, época dos tapinhas nas costas”. O colunista, autodenominado *Mister... Ioso*, fazia uma crítica, bem-humorada, a algumas práticas pouco republicanas da parte dos candidatos: “Coisas que faltam acontecer (ou talvez já tenham acontecido...): candidato prometer emprego, em repartição inexistente...; candidato oferecer sua própria vida, em prol do bem-estar geral”. Mesmo em tom satírico, o texto do colunista não deixa de apontar para a existência de práticas à margem da legalidade⁴²⁷: “Fatos que se vê diariamente: candidatos pagando *traquinhas* a possíveis eleitores seus; candidatos a pé, em ruas ou zonas que antes nem em sonhos tinham estado; candidatos oferecendo caronas em suas conduções; candidatos cumprimentando todo mundo”⁴²⁸.

O jornalista Walter Galvani já havia criticado, nas eleições de 1955, a demagogia dos candidatos que só lembravam das vilas no período eleitoral: “O 3º distrito, composto pelas vilas Niterói e Rio Branco, torna-se nessas épocas, o paraíso dos candidatos. As ruas esburacadas das duas pobres vilas são bombardeadas com as mais loucas e irrealizáveis

⁴²⁷ Conforme o artigo 175 do Código Eleitoral instituído em 1950, configurava-se infração penal o ato de “oferecer, prometer, solicitar ou receber dinheiro, dádiva ou qualquer vantagem, para obter ou dar voto”.

⁴²⁸ MISTER... IOSO. *Veneninhos políticos*. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 07 nov. 1959. p. 02.

promessas”⁴²⁹. Como vimos no capítulo anterior, o eleitorado operário era disputado por todos os candidatos, e não somente pelos trabalhistas, como indicado pela notícia publicada em 1959 acerca do candidato Lagranha (PSD): “Sabemos que S.S. está trabalhando com afinco junto com seus correligionários pela sua propaganda política, fazendo um trabalho sem alarde, porém de grande penetração nas massas operárias de nossa cidade”⁴³⁰.

Assim, se por um lado a presença dos candidatos nas vilas era um sinal da necessidade, gerada pela democracia, da conquista do voto das camadas populares, por outro há indícios do oferecimento de bens e vantagens em troca deste mesmo voto⁴³¹. Não somente pelas *caronas e traguinhos*, já referidos, mas a distribuição de alimentos. O colunista Edson Medeiros denunciou este tipo de prática durante a enchente de 1954: “Certos candidatos estão suprindo a ausência de virtudes pessoais para atrair as preferências do eleitorado, com a distribuição de gêneros alimentícios aos flagelados, ocasião em que aproveitam para insinuar a propaganda eleitoral”⁴³². Neste texto, o trabalhista Edson Medeiros, filho do Coronel José João de Medeiros, acusava alguns políticos de estarem se aproveitando da situação calamitosa da população para permutar alimentos por votos. Durante a campanha de 1959, Dalila Medeiros, mãe de Edson e esposa do coronel, teria sido acusada de prática semelhante, conforme se conclui do texto publicado pelo jornalista João Galhardo⁴³³: “Chega mesmo a afirmar [o prefeito Sezefredo] que D. Dalila Medeiros, digníssima esposa do Sr. Cel. Medeiros, é corrupta porque perguntou a diversos canoenses se possuíam título eleitoral, na ocasião em que lhes distribuía insignificantes ranchos”⁴³⁴.

Brigas e intrigas também fizeram parte do *tempo da política*. Nota publicada no jornal *O Momento* em 03 de setembro de 1955 pela campanha de Sezefredo Vieira (PRP) acusava seus adversários de *capoeirismo político*: “Procurando narcotizar os eleitores através de intrigas as mais disparatadas, para que esses mesmos eleitores não escolham o candidato que mais convenha ao município, mas sim o que melhor convenha a eles intrigantes”. A nota

⁴²⁹ O DISTRITO abandonado. *O Momento*, Canoas, 20 ago. 1955. Capa.

⁴³⁰ CAMPANHA do candidato do PSD. *Folha de Canoas*, Canoas, 04 abr. 1959. p. 07.

⁴³¹ Jorge Ferreira (2012, p. 314) ressalta que o período entre 1945 e 1964 foi uma experiência de democracia apesar das imperfeições, e critica os que resistem e admitir esta experiência democrática: “Procuram, muitas vezes, uma receita prévia de democracia, esquecendo-se de que ela não nasce pronta, mas é conquistada, ampliada e inventada”. O autor remete à obra de Claude Lefort (2011, p. 92), para quem a democracia vive de uma contradição: “A legitimidade do poder funda-se sobre o povo; mas à imagem da soberania popular se junta a de um lugar vazio, impossível de ser ocupado, de tal modo que os que exercem a autoridade pública não poderiam pretender apropriar-se dela. A democracia alia estes dois princípios aparentemente contraditórios: um, de que o poder emana do povo; outro, que este poder não é de ninguém. [...] Por pouco que esta se arrisque a ser resolvida ou o seja, eis a democracia prestes a se desfazer ou ser destruída”.

⁴³² MEDEIROS, Edson. Enchente e política. *Expressão*, Canoas, 22 ago. 1954. p. 04.

⁴³³ GALHARDO, João. Quem semeia ventos... *Folha de Canoas*, Canoas, 08 nov. 1959. p. 04.

⁴³⁴ Há o costume de referir-se à cesta-básica com o uso do termo “rancho”.

afirmava que, para muitos, a campanha eleitoral assumia as características de um ringue de luta livre: “A caça ao voto se transforma em verdadeira obsessão. Não importa que se tenha de passar por todos os limites da decência e da honestidade”. Os adversários do candidato da coligação PRP-PSD-PL eram acusados da tentativa de incompatibilizar o candidato com as funcionárias municipais, pois teriam espalhado o boato de que, caso eleito, Sezefredo demitiria todas as funcionárias da prefeitura⁴³⁵.

Nas eleições seguintes, trocas de acusações entre o prefeito Sezefredo e os apoiadores de José João de Medeiros (PTB) tomaram a forma de notas publicadas, inclusive, na imprensa da capital⁴³⁶. Conforme publicação do jornalista José Fontes, na *Gazeta de Notícias*, problemas de família estavam sendo utilizados como arma de ataque dos candidatos. Além disso, práticas como apedrejamento de carros, perfuração de pneus, uso de palavras obscenas e destruição de propaganda eleitoral de adversários teriam sido observadas durante aquela campanha eleitoral. Em artigo publicado no jornal *Folha de Canoas*, o candidato a vereador e jornalista João Galhardo (PTB) denunciava as ações que buscavam prejudicar a campanha dos trabalhistas: depredação de carros, injúrias, provocações e destruição de propaganda⁴³⁷.

Marcadas por eventos que alteravam o cotidiano e colocavam em evidência a disputa entre os diferentes grupos políticos, as campanhas eleitorais chegavam ao fim com o esperado encontro entre eleitores e urnas, cujo resultado estaria simbolizado na comemoração dos vencedores e na frustração dos derrotados⁴³⁸.

4.3 O tempo dos resultados: da expectativa à repercussão

Em 07 de novembro de 1959, matéria publicada no jornal *Gazeta de Notícias* chamava a atenção para as eleições que seriam realizadas no dia seguinte: “Toda a cidade em expectativa aguarda a decisão do eleitorado, quando, amanhã, deverá depositar nas urnas os nomes daqueles que regerão os destinos do município no próximo quadriênio”⁴³⁹. Assim que a apuração era finalizada, os jornais locais publicavam os resultados e as repercussões tinham início: nos comentários de jornalistas, nas reuniões dos partidos, nas sessões da Câmara Municipal. Naquele ano, o escrutínio, realizado nas dependências do Fórum local, foi

⁴³⁵ A INTRIGA do dia. A pedido. *O Momento*, Canoas, 03 set. 1955. Capa.

⁴³⁶ Conforme abordado no capítulo anterior.

⁴³⁷ GALHARDO, João. Quem semeia ventos... *Folha de Canoas*, Canoas, 08 nov. 1959. P. 04.

⁴³⁸ No apêndice H há um quadro-resumo das práticas e dos instrumentos empregados nas campanhas eleitorais encontrados nas fontes pesquisadas.

⁴³⁹ TODA a cidade em expectativa. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 07 nov. 1959. Capa.

finalizado em 10 de novembro. O mesmo jornal que havia tratado da expectativa em torno da eleição, narrou aos leitores, na edição do dia 11 de novembro, a tensão daquele momento:

A cada minuto mais aumentava a expectativa de vez que, ora vencia Medeiros, ora vencia Lagranha, tendo entretanto o candidato trabalhista colocação quando da abertura das urnas de Mathias Velho, Harmonia, Chácara Barreto e outras zonas. [...] Operada a contagem em 94 secções, já postava-se a vitória do candidato do PTB. Faltando apenas 3 urnas a contar, apontavam os números uma diferença que ia além de 120 votos. Seria preciso, portanto, que Lagranha obtivesse nas 3 últimas sessões vantagem superior a 40 votos em cada, o que não aconteceu. E, já nessas alturas começaram as manifestações de júbilo dos petebistas, festejando a vitória do seu candidato⁴⁴⁰.

A comemoração da vitória também foi mencionada pelo jornal. O Coronel José João de Medeiros, eleito por uma diferença de 87 votos, esperava o resultado em sua residência quando o vereador Glanteal Lindemeyer foi buscá-lo: “Em apoteótico desfile, foi o novo prefeito conduzido até o comitê central do PTB, onde o Cel. Medeiros recebeu a aclamação dos que se achavam presentes”⁴⁴¹. O PTB vencia as eleições para prefeito em Canoas pela segunda vez.

Em 1951, na primeira eleição para prefeito, PTB, PSB e PRP concorreram sem coligações. O PSD, que havia eleito a maior bancada nas eleições de 1947, encabeçou uma grande coligação juntamente com PL, PSP e UDN. Entretanto, os petebistas, melhor estruturados e com maior visibilidade após a nomeação do trabalhista José João de Medeiros para o cargo de prefeito, em 1951, venceram as eleições elegendo Sady Fontoura Schivitz⁴⁴² prefeito e David Bonder⁴⁴³ vice-prefeito:

⁴⁴⁰ O NOVO prefeito. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 11 nov. 1959. P. 02.

⁴⁴¹ O NOVO prefeito. *Gazeta de Notícias*, Canoas, 11 nov. 1959. P. 02.

⁴⁴² Sady Schivitz (1904-1989) foi praça do Exército, reformado como 2º sargento por ter se destacado na Revolução de 1930. Depois, sua atividade profissional passou a ser a de conferencista no cais do porto da Capital. Era morador da Vila Fernandes, em Canoas, e participava da diretoria de entidades sociais e desportivas. Foi prefeito entre 1º de janeiro de 1952 e 31 de dezembro de 1955 (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS, 2003, p. 10).

⁴⁴³ David Bonder era médico e foi diretor do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência, o SAMDU (FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS, 2003, p. 10).

Gráfico 9 – Votação para prefeito de Canoas (1951)

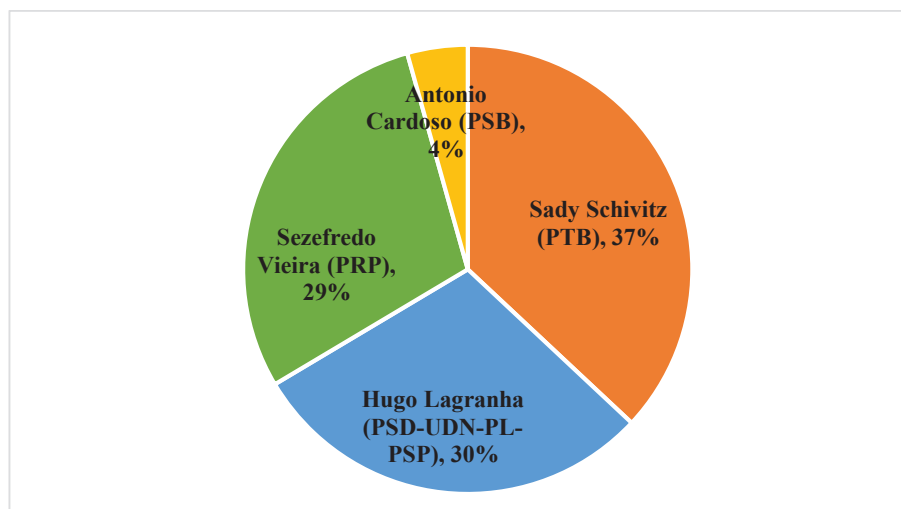


Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 10 – Votação para vice-prefeito de Canoas (1951)

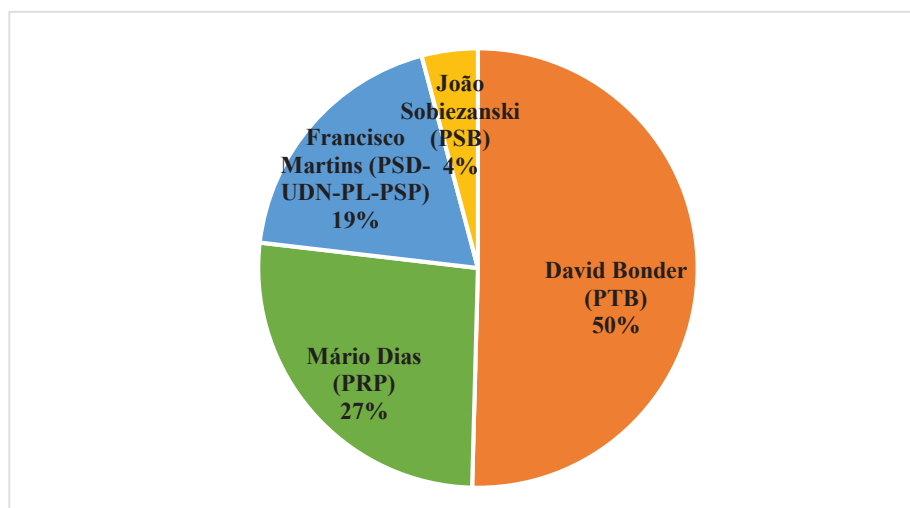


Gráfico elaborado pelo autor.

A vitória mais expressiva foi a do candidato a vice-prefeito pelo PTB, o médico David Bonder, que obteve 50% dos votos. Sady Schivitz venceu as eleições para prefeito, mas com percentual menor (37%). Somados, os candidatos Hugo Lagranha (PSD) e Sezefredo Vieira (PRP) representaram 59% dos votos, excluídos os brancos e nulos, o que indica que uma possível coligação que envolvesse também o PRP, poderia ter saído vencedora daquela eleição. Isto acabou ocorrendo em 1955, quando Sezefredo Vieira, novamente candidato a prefeito, e Hugo Lagranha, que então candidatou-se a vice-prefeito, lideraram a coligação que englobou PRP, PSD e PL. A UDN resolveu trilhar caminho próprio, lançando Antonio Canabarro Tróis para prefeito e Arthur Oscar Jochims para vice, numa eleição em que o partido fez uma votação quase inexpressiva e praticamente desapareceu da cena política

canoense como partido competitivo. Outra mudança deu-se com o PSP, que não participou da coligação com PSD, como havia feito na eleição anterior, pois havia se tornado o desaguadouro principal da dissidência petebista iniciada no governo de Sady Schivitz (PTB). Vejamos os resultados finais:

Gráfico 11 – Votação para prefeito de Canoas (1955)

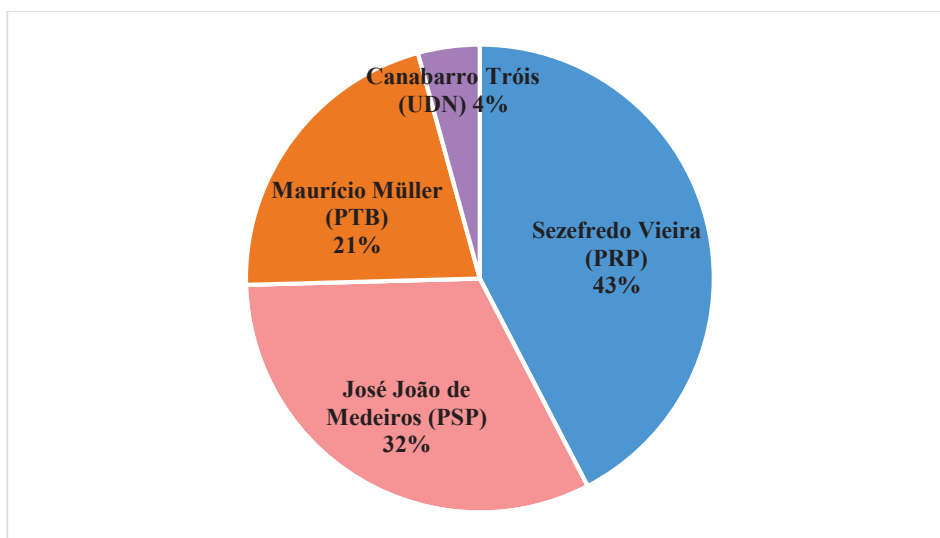


Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 12 – Votação para vice-prefeito de Canoas (1955)

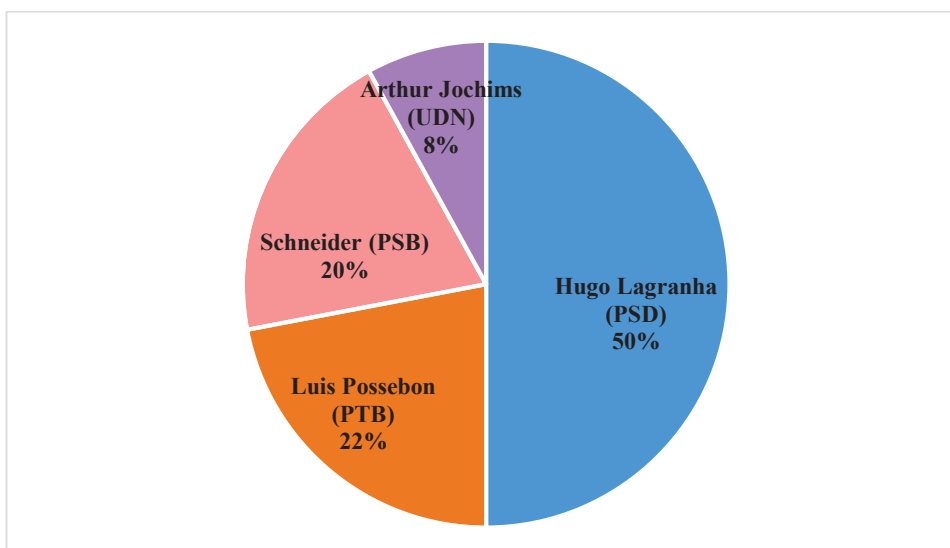


Gráfico elaborado pelo autor.

O candidato a vice-prefeito Hugo Lagranha (PSD), que havia concorrido ao cargo de prefeito na eleição anterior, obteve 50% dos votos nas eleições de 1955, superando com boa margem seus adversários. Sezefredo Vieira (PRP), candidato da mesma coligação, sagrou-se vencedor com porcentagem um pouco mais modesta: 43%. Os votos dos candidatos

trabalhistas, José João de Medeiros (PSP) e Maurício Müller (PTB), somados, representaram 53% dos votos.

O pleito de 1955 foi o único em que a eleição municipal coincidiu com a eleição nacional. Juscelino Kubitschek (PSD) foi eleito presidente da República com 39,36% dos votos, contra 36,14% de Juarez Távora (UDN), 20,92% de Adhemar de Barros (PSP) e 3,58% de Plínio Salgado (PRP). Em Canoas, a distância entre JK e o candidato da UDN foi bem maior: 40,47% para o primeiro contra 10,53% do segundo. Nas urnas de Canoas, Adhemar de Barros (PSP) ficou em segundo lugar, com 37,38%. Partidariamente, a votação não coincidiu com a dos candidatos locais: o partido de Sezefredo não conseguiu converter a vitória de seu candidato a prefeito em votos para seu candidato a presidente da República: Plínio Salgado, pelo PRP, fez apenas 486 votos em Canoas. O candidato a presidente pela UDN, Juarez Távora, empolgou mais eleitores do que o candidato local: Távora obteve 1.208 votos em Canoas, enquanto Canabarro Tróis atingiu apenas 464 votos⁴⁴⁴.

Enquanto os trabalhistas se dividiam entre dois candidatos a prefeito, a coligação PRP-PSD-PL lançava Sezefredo Vieira para prefeito e Hugo Lagranha para vice, saindo vencedora da eleição. Além de eleger os dois candidatos ao Executivo, os três partidos, somados, elegeram sete vereadores: três pelo PSD, dois pelo PL e dois pelo PRP. A UDN, que concorreu com candidato próprio, obteve legenda para apenas um vereador. Do outro lado, o PTB elegeu três representantes e o PSP, com seus antigos integrantes somados aos dissidentes petebistas, elegeu dois vereadores (quatro anos antes, havia eleito apenas um). Portanto, o bloco formado por PRP, PSD e PL foi vencedor das eleições de 1955 tanto para a Prefeitura quanto para a Câmara Municipal. Este movimento é citado no depoimento que o jornalista Antônio Canabarro Tróis Filho concedeu à historiadora Sônia Ranincheski (1998, p. 98). Conforme o depoente, “o PSD era o partido majoritário, o PSD mandava e desmandava em Canoas. Todo mundo era do PSD, delegado de polícia e todo o mundo. Aí com essa espécie de proletarização, com o êxodo que veio para Canoas, operários, com isso o PTB começou a crescer”. Seguindo a narrativa do depoimento, a “hegemonia” do PTB em Canoas “foi rompida pelo Sezefredo em 1955, quando ele ganhou a eleição, aí teve o PL, PSD, PRP, todo mundo se juntou e o PTB foi afastado” (RANINCHESKI, 1998, p. 98).

Para as eleições de 1959, o bloco anti-PTB já estava conformado, com a coligação PSD-PRP-PL-UDN-PDC, tendo como candidato a prefeito Hugo Lagranha (PSD) e como

⁴⁴⁴ Como não dispomos dos resultados por seção eleitoral, mas somente do cômputo final, não há com aferir a coincidência entre o voto no plano local e no plano nacional.

candidato a vice-prefeito Jacob Longoni (PRP). No entanto, o PTB, unido em torno da candidatura de José João de Medeiros, venceu a eleição, embora com placar apertado:

Gráfico 13 – Votação para prefeito de Canoas (1959)

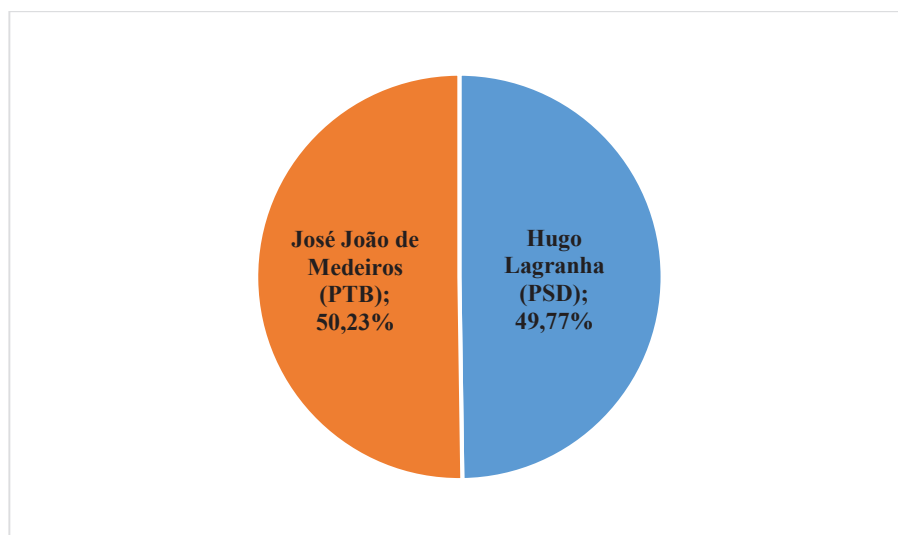


Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 14 – Votação para vice-prefeito de Canoas (1959)

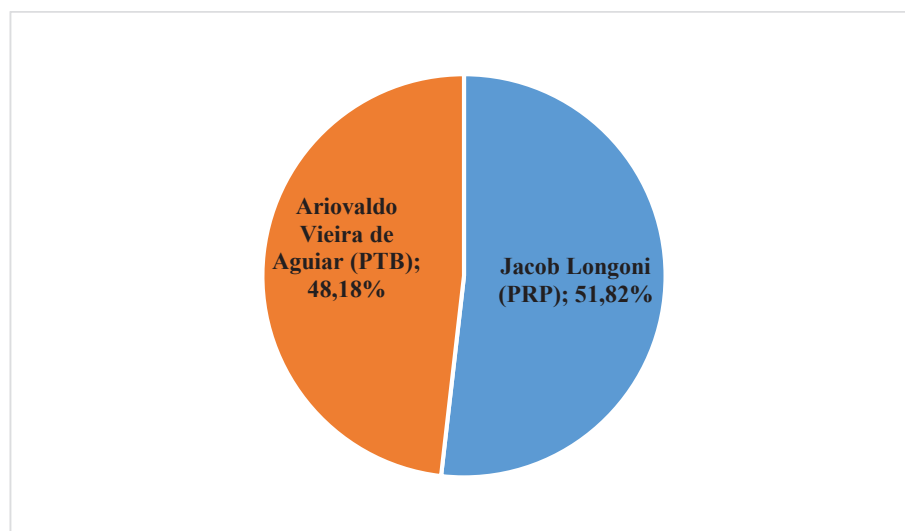


Gráfico elaborado pelo autor.

Com uma diferença de 87 votos (9697 para Medeiros e 9610 para Lagranha), o candidato trabalhista foi eleito prefeito de Canoas, elegendo o PTB pela segunda vez. A coligação PSD-PRP-PL-UDN-PDC elegeu o vice-prefeito, o ex-vereador Jacob Longoni, pois Ariovaldo Aguiar, candidato do PTB, embora vereador, não tinha a mesma densidade eleitoral do candidato a prefeito de sua chapa, José João de Medeiros. O PTB elegeria seis vereadores, contra sete do bloco liberal-conservador (três do PSD, dois do PL e dois do PRP). Quatro

anos depois, a polarização entre o PTB e o grupo anti-PTB se repetiria, com a vitória, no entanto, de Hugo Lagranha (PSD) sobre o candidato David Lanner (PTB):

Gráfico 15 – Votação para prefeito de Canoas (1963)

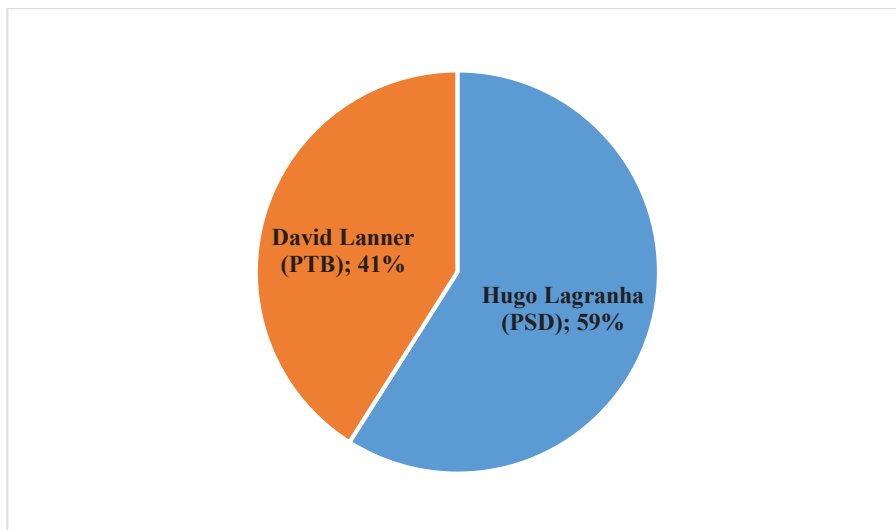


Gráfico elaborado pelo autor.

Gráfico 16 – Votação para vice-prefeito de Canoas (1963)

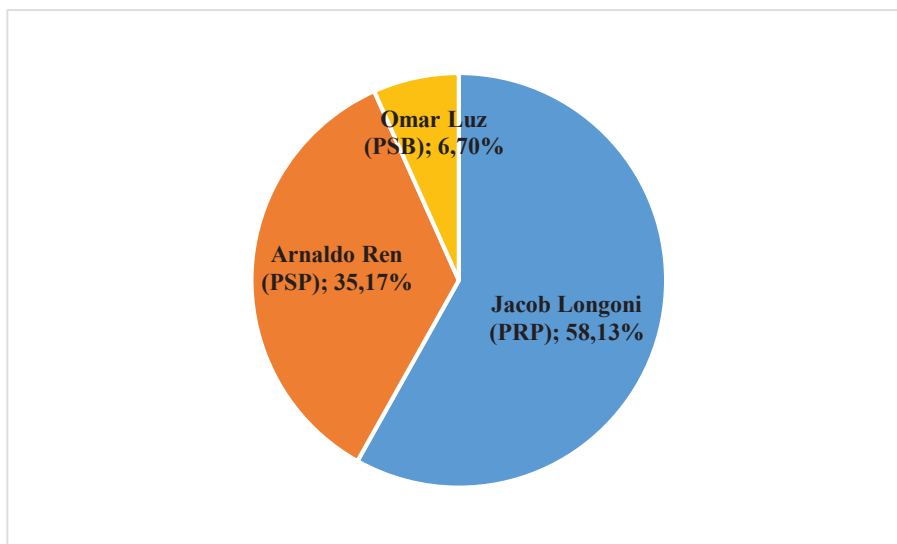


Gráfico elaborado pelo autor.

A vitória de Hugo Lagranha (PSD) em 1963 deu-se em cima de um candidato, o industrial David Lanner (PTB), escolhido de última hora pelos petebistas – que novamente apresentaram ranhuras em sua unidade. Além disso, o nome de Hugo Lagranha já era conhecido pela população desde as eleições de 1951, quando ele concorreu a prefeito pela primeira vez. Em 1955 Lagranha foi eleito vice-prefeito e em 1959 havia perdido a eleição

por uma pequena diferença. Jacob Longoni, também com ampla vantagem sobre os demais, já era vice-prefeito, concorrendo à reeleição, enquanto o segundo colocado, Arnaldo Ren (PSP) havia concorrido a vereador em 1959 obtendo apenas 130 votos.

Na Câmara Municipal, ocorrências durante os dias da eleição e seus resultados eram tema de debates nos dias que se seguiam. Na sessão do dia 04 de outubro de 1955, o vereador Jacob Longoni (PRP) solicitou o registro de um incidente que, conforme palavras suas, havia ofuscado o “brilho do polimento” do pleito realizado no dia anterior: um cidadão de 80 anos teria sido convidado a entrar em um automóvel no momento em que se dirigia ao local de votação. Aceitando o convite, o cidadão teria sido interrogado, no caminho, com relação ao seu voto. O motorista, que havia oferecido a carona, teria insistido para que o idoso trocasse as cédulas com as quais pretendia votar por outras, de candidato diverso. Conforme o vereador, o ocorrido teve o seguinte desfecho: “Como afirmasse que seus candidatos já estavam escolhidos, naquele momento o cidadão de avançada idade foi convidado a descer da condução aos empurrões”. Longoni solicitou o apoio da Câmara no sentido de repudiar o ocorrido com veemência⁴⁴⁵.

Nas eleições seguintes, em 1959, novamente o plenário da Câmara Municipal seria palco de discussões acerca da campanha eleitoral. Em 12 de novembro de 1959, quatro dias após as eleições, Manoel Calbo (PSD), vereador reeleito, felicitou ao povo por haver “demonstrado saber escolher os candidatos nas eleições de 08 de novembro”. Em seguida, referiu-se aos nomes de Cirne Schmitt, Alcides Nascimento, Carlos Almeida, Edson Medeiros, Mário Porto Inda e João Galhardo⁴⁴⁶, por terem tecido críticas a ele e ao governo municipal, sendo que alguns o teriam censurado de forma agressiva durante a campanha eleitoral. Buscando demonstrar a gravidade das críticas que recebeu, o vereador manifestou não ter intenção de se candidatar novamente, pois não tinha “necessidade de ouvir o que aqueles senhores proferiram”⁴⁴⁷. Mário Porto Inda, citado pelo orador que o antecedeu na tribuna, limitou-se a apresentar votos de congratulações ao juiz eleitoral pela condução dos trabalhos das eleições municipais⁴⁴⁸.

Na sessão seguinte, em 16 de novembro de 1959, o assunto teve continuidade. Ainda repercutindo a nota publicada pelo prefeito Sezefredo Vieira (PRP) nos jornais *Correio do Povo* e *Folha da Tarde* – na qual acusava os candidatos petebistas de haverem difamado a sua

⁴⁴⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS. Ata n.º 491. 04 out. 1955 [ACMC].

⁴⁴⁶ Cirne Schmitt (PL), Alcides Nascimento (PTB) e Edson Medeiros (PTB) haviam sido eleitos para o cargo de vereador naquele pleito. Mário Porto Inda (PSP), que concorria à reeleição, não obteve votação suficiente para tal, bem como o candidato João Galhardo (PTB). Não possuímos informações sobre Carlos Almeida.

⁴⁴⁷ Manoel Calbo (PSD) de fato não concorreu em 1963.

⁴⁴⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS. Ata n.º 858. 12 nov. 1959 [ACMC].

administração – o vereador Ariovaldo Aguiar (PTB) ressaltou que em sua campanha eleitoral não havia proferido nenhum ataque aos adversários e que os vereadores eleitos pelo PTB e que haviam sido mencionados por Manoel Calbo (PSD) na sessão anterior estariam na Câmara a partir do ano seguinte e poderiam se defender⁴⁴⁹. Acrescentando a sua opinião, o vereador Mário Porto Inda (PSP) disse não ter presenciado nenhum ataque aos adversários nos comícios dos candidatos trabalhistas aos quais havia comparecido. Em resposta, o vereador Armando Würth (PSD) declarou que o prefeito eleito, José João de Medeiros, não teria proferido os ataques durante os comícios, mas sim nas casas dos eleitores, onde havia distribuído jornais difamatórios contra o orador⁴⁵⁰. Conforme o registro em ata, Würth ainda acusou o núcleo local da Legião Brasileira de Assistência⁴⁵¹ de haver distribuído alimentos e colchões, às vésperas das eleições, juntamente com propagandas do Coronel Medeiros e de seu filho Edson⁴⁵².

Edson Medeiros⁴⁵³ seria criticado novamente quatro anos mais tarde, quando os vereadores, em nova oportunidade, avaliavam os resultados eleitorais em sessão da Câmara Municipal. Na ocasião, o vereador Dinarte Araújo (PL) manifestou satisfação pela eleição de Hugo Lagranha (PSD) e de Jacob Longoni (PRP) para os cargos de prefeito e vice-prefeito, ressaltando que o povo havia aprendido a escolher bem os candidatos. Para ele, um exemplo disso era o fato de Edson Medeiros não ter sido eleito: “De vez que o dito vereador nada fez em benefício do povo nesta Casa”. Na mesma linha, o vereador Melton Both (PRP) acusou Edson Medeiros de haver se utilizado de “expedientes demagógicos às vésperas das eleições”, tais como a distribuição de cobertores aos pobres. Orestes Ferla (PTB) somou-se às críticas dirigidas a Edson Medeiros ao declarar que uma professora aprovada em concurso público

⁴⁴⁹ Aguiar havia concorrido ao cargo de vice-prefeito pelo PTB, sendo derrotado por Jacob Longoni (PRP).

⁴⁵⁰ O jornal *Folha de Canoas*, dirigido pelo jornalista e candidato a vereador João Galhardo (PTB), havia publicado notas contra o vereador Armando Würth (PSD), acusando-o de ter participado do suposto assassinato de uma professora do município. A PEDIDO. *Folha de Canoas*, Canoas, 08 nov. 1959. P. 05.

⁴⁵¹ A Legião Brasileira de Assistência foi criada em 1942, sob a presidência da primeira-dama Darcy Vargas, amparando os soldados brasileiros e suas famílias durante a Segunda Guerra Mundial. Após a guerra, a LBA continuou suas atividades, estabelecendo convênios na área de assistência social, sempre presidida pelas primeiras-damas (TUMELERO; SILVA, 2013).

⁴⁵² CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS. Ata n.º 859. 16 nov. 1959 [ACMC].

⁴⁵³ Filho do Coronel José João de Medeiros. Concorreu a vereador em 1955, pelo PSB, não se elegendo apesar de expressiva votação. Em 1959, foi eleito pelo PTB, cumprindo mandato até 1964. Em 1963, novamente concorrendo pelo PSB – após não ter seu nome aprovado na convenção municipal do PTB – não obteve sucesso, novamente pelo partido não haver atingido o quociente eleitoral. Conforme o banco de dados eleitorais do NUPERGS/UFRGS, Edson concorreu a deputado estadual pelo PTB em 1962, obtendo 3.597 votos em Canoas e 5.058 no total, ficando na suplência. Conforme a sistematização das legislaturas da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, disponível na página do Memorial do Legislativo, Edson Medeiros teve seu mandato cassado em 16 de abril de 1964, nos primeiros dias do regime civil-militar. Concorreu novamente a deputado estadual em 1994, pelo PMDB, obtendo 2.083 votos e não sendo eleito.

teria sido informada de que somente seria chamada a lecionar caso se compromettesse a votar no filho do prefeito⁴⁵⁴.

Assim, temos mais indícios de que a mobilização eleitoral empreendida pelos partidos, candidatos e seus apoiadores era, por um lado, caracterizada pela divulgação da imagem dos candidatos e de suas propostas, por meio da propaganda, dos comícios, dos comitês, das visitas e de outras práticas pelas quais se buscava conquistar democraticamente o voto do eleitor, mas, por outro lado, também era permeada por ações ilícitas como distribuição de bens, a concessão de vantagens e a perturbação da campanha dos adversários⁴⁵⁵. Por um lado, as intrigas originadas na campanha continuavam repercutindo após a divulgação dos resultados, especialmente nas páginas da imprensa e nas sessões da Câmara Municipal. Por outro, as trocas de acusações quanto aos meios utilizados pelos vencedores dos pleitos passavam a fazer sentido a partir da divulgação dos resultados. Além disso, no partido derrotado a discussão interna girava em torno das causas do fracasso eleitoral.

No caso do PTB, vencido nas eleições de 1963, os registros das reuniões subsequentes indicam discussões acirradas em torno dos resultados. Na reunião de 11 de dezembro daquele ano, os membros da executiva cogitaram uma renúncia coletiva em virtude do “fracasso eleitoral”. Em 02 de março de 1964, reunidos os membros do diretório municipal, o assunto debatido ainda era o mesmo: o vereador Antônio Soares Flores tecia críticas aos dirigentes do partido e à campanha realizada pela sigla durante o pleito do ano anterior; o ex-vereador Mário Porto Inda aparteava, considerando injustas estas acusações⁴⁵⁶. Justas ou não, as críticas referentes à campanha eleitoral de 1963 seriam relegadas ao passado, quando, no final daquele março de 1964, o presente iria se impor como algo mais preocupante. Ainda não se sabia, mas as eleições municipais de 1947 a 1963 tinham sido acordes de uma canção que chegava ao seu término, de uma experiência democrática cujo tempo se findava.

⁴⁵⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS. Ata n.º 84/63. 18 nov. 1963 [ACMC]. Não encontramos resposta no vereador Edson Medeiros nas atas posteriores.

⁴⁵⁵ Conforme o artigo 175 do Código Eleitoral então vigente, consistia em infração a referência, na propaganda eleitoral, a fatos inverídicos ou injuriosos em relação a partidos ou candidatos. Além disso, o parágrafo quarto do artigo 151 expressava: “Ninguém poderá impedir o exercício dessas mesmas faculdades nem inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado. O infrator, além de ficar sujeito à ação penal competente, responderá pelo dano”.

⁴⁵⁶ PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Canoas. Ata n.º 39 (Executiva municipal). 11 dez. 1963; Ata n. 40 (Diretório municipal). 02 mar. 1964 (MAHLS).

5. CONCLUSÃO

Devemos aos gregos da Antiguidade Clássica a origem da palavra democracia e a Tucídides uma excepcional narrativa do conflito entre atenienses e espartanos⁴⁵⁷. No capítulo 139 do primeiro livro de *A história da guerra do Peloponeso*, o historiador grego descreve as qualidades do estadista Péricles: “O homem mais eminente entre os atenienses daquele tempo graças à sua superioridade tanto em palavras quanto em atos” (TUCÍDIDES, 2001, p. 128). Dos muitos homens e das poucas mulheres que concorreram aos cargos eletivos no município de Canoas durante a Terceira República, não devemos esperar as qualidades superiores atribuídas a Péricles, mas sim buscar compreendê-los em suas palavras e atos próprios – sem a pretensão de julgá-los⁴⁵⁸.

Também não podemos entender o eleitor daquele período como um sujeito que já houvesse naturalizado a prática do sufrágio e do governo representativo. No século XIX, os críticos da participação popular cometeram muitos equívocos, pois, conforme José Murilo de Carvalho (2013, p. 43), não se poderia esperar “que a população saída da dominação colonial portuguesa pudesse, de uma hora para outra, comportar-se como cidadãos atenienses”. Assim, no caso brasileiro, “o processo de aprendizado democrático tinha que ser, por força, lento e gradual” (CARVALHO, 2013, p. 43). Somente na década de 1940, com a ampliação do corpo eleitoral, a criação de partidos políticos nacionais e a urbanização, criaram-se as condições para a consolidação de um sistema partidário-eleitoral competitivo, correspondendo ao que as duas primeiras décadas do século XX haviam representado para a maioria dos países europeus (LAVAREDA, 1991, p. 170-171).

Dessa forma, o regime iniciado em 1945, caracterizado pela incorporação dos trabalhadores urbanos ao cenário eleitoral, foi um período crucial para o aprendizado democrático e, nas palavras de Letícia Bicalho Canêdo (2010, p. 537), para a construção do cidadão-eleitor. Considerando a construção do eleitor conforme definida por Michel Offerlé (2011), buscamos compreender, nesta dissertação, as concepções e as práticas de mobilização

⁴⁵⁷ Na Grécia Clássica, democracia possuía um sentido diverso daquele que lhe seria atribuído na Idade Contemporânea. Inés Cuadro Cawen (2014, p. 155) ressalta que antes da Revolução Francesa o vocábulo *democracia* estava associado à concepção clássica de “governo popular” e a uma forma antiga de governo que correspondia à vontade de um *demos* (os cidadãos) constituído em comunidade política. Para a autora, ao longo do século XIX a democracia passou a ser o modelo político desejado pelos novos Estados-nacionais (na América Latina) e a significar o regime de “soberania do povo” (CAWEN, 2014, p. 155-156).

⁴⁵⁸ As razões que se encontram na obra organizada por Jorge Ferreira (2013), *O populismo e sua história*, levam o autor a afirmar o seguinte: “Escrever sobre o passado político brasileiro anterior a 1964 é trabalho difícil, sobretudo para aquele que deseja tão-somente compreender e não, apressadamente, julgar (FERREIRA, 2005, p. 9).

eleitoral nas eleições municipais de Canoas entre 1947 e 1963. Assim, partimos do pressuposto de que a população não se interessou espontaneamente pelo voto, buscando percebê-la enquanto alvo de “mecanismos que permitiram a produção de agentes suficientemente interessados na competição política” (OFFERLÉ, 2011, p. 156).

Podemos considerar a delimitação do corpo eleitoral como uma peça fundamental no processo de construção do eleitor, especialmente no que concerne à obrigatoriedade do voto. Os debates acerca do direito de voto dos analfabetos, que ocorreram na Câmara Municipal de Canoas, demonstram a preocupação dos vereadores com a ampliação do corpo eleitoral e evidenciam a relação íntima entre a sua composição e a constituição do eleitorado dos diferentes partidos. Aqueles que não sabiam ler e escrever foram proibidos de votar com a Lei Saraiva, em 1881, sendo esta interdição mantida pelo regime republicano e confirmada nos códigos eleitorais de 1932 e 1950. A chamada Lei Agamenon, decreto assinado por Getúlio Vargas em 1945, manteve esta restrição e o alistamento *ex-officio*, o que, aliado a um eficaz alistamento, ampliou o número de eleitores das zonas urbanas.

A partir de 1945, o alistamento e o voto tornaram-se obrigatórios para homens e mulheres maiores de 18 anos, salvo as exceções anteriormente referidas. Aquele ano foi crucial na incorporação dos trabalhadores urbanos ao cenário eleitoral, tanto pelo movimento do *queremismo* e seus desdobramentos nos resultados das eleições, como pelo alistamento promovido por associações profissionais e empresas e pelo trabalho de qualificação eleitoral empreendido pelos partidos políticos. A ampliação do corpo eleitoral, a urbanização, a extensão do sufrágio às camadas populares e as transformações sociais e econômicas do período levaram à modificação das relações entre candidatos e eleitores.

Canoas, com o expressivo aumento de seu contingente populacional e a formação de bairros operários, tornou-se, tal como a maioria das cidades brasileiras, um laboratório dessas novas experiências eleitorais propiciadas pela ampliação do sufrágio e pela democratização. Em Canoas, o crescimento rápido e desordenado gerou uma série de demandas ao Poder Público, especialmente os problemas relacionados às enchentes, ao transporte público e à falta de água potável. Esta população, em sua maior parcela formada por trabalhadores pobres e necessitados de serviços públicos, tornou-se alvo de partidos e candidatos na busca de mobilizá-la em torno das eleições.

Desde a primeira eleição municipal, em 1947, candidatos e partidos fizeram uso da imprensa local como um canal possível de comunicação com os eleitores. Os periódicos, identificados em maior ou menor grau com os diferentes projetos políticos e com os dirigentes locais dos partidos, passaram a veicular a propaganda eleitoral e a propagar mensagens

mobilizadoras. Ao estudar os símbolos da Revolução Francesa, Lynn Hunt (2007, p. 127) destacou que as imagens-representações do povo fornecidas pelos seus representantes continham uma interpretação do povo por estes representantes⁴⁵⁹. No caso de Canoas, articulistas, jornalistas, editores, dirigentes partidários e candidatos manifestaram, especialmente por meio da imprensa, concepções sobre o voto e tentativas de apreender discursivamente os anseios dos eleitores. Em outras palavras, na tentativa de *atingir o coração do eleitor*, eles construíram uma interpretação acerca do eleitorado e formaram uma representação idealizada do eleitor.

A imprensa local cumpriu um importante papel na construção de um interesse pela competição eleitoral, divulgando o alistamento, as convenções partidárias, as listas de candidatos, bem como propostas, anúncios, entrevistas e notícias relacionados à campanha eleitoral. Por meio dela, candidatos e partidos buscaram mobilizar os possíveis eleitores, estabelecendo relações entre o voto e as demandas da população. A construção do eleitor, entretanto, não diz respeito a um processo no qual o cidadão é alvo passivo da manipulação política. A ínfima votação obtida por vários candidatos que fizeram largo uso da imprensa em suas campanhas eleitorais demonstra que nem sempre esta mobilização surtia o efeito desejado. Além disso, os diversos ofícios enviados à Câmara Municipal por moradores, cobrando providências dos poderes legislativo e executivo, são indicativos tanto da identificação da Câmara enquanto canal de representação política – na lógica do aprendizado democrático – quanto da capacidade de agir dos cidadãos.

O estudo da mobilização eleitoral permite atingirmos um grau de compreensão maior acerca das práticas pelas quais os candidatos buscaram lidar com a expansão do sufrágio, mesmo que tais práticas não tenham atingido plenamente seus objetivos. Assim, não se trata de uma simples manipulação dos eleitores promovida pelos candidatos em busca do voto. Tanto na elaboração de práticas de mobilização eleitoral quanto na articulação das demandas populares na linguagem própria da política, há interpretação do eleitor por parte dos candidatos e dos partidos políticos.

O resultado do pleito de 1947, no qual o PSD formou uma bancada de cinco vereadores em uma Câmara de nove componentes, evidencia o predomínio deste partido – que detinha o governo municipal por meio do prefeito nomeado Nelson Paim Terra – no período inicial do recorte temporal desta pesquisa. Porém, as eleições de 1951 revelariam a

⁴⁵⁹ No caso da Revolução Francesa, o processo era muito mais amplo: “Por meio de sua linguagem, imagens e atividades políticas diárias, os revolucionários trabalharam para reconstruir a sociedade e as relações sociais. Procuraram conscientemente romper com o passado francês e estabelecer a base para uma nova comunidade nacional” (HUNT, 2007, p. 33).

força do PTB também no plano local, quando o partido elegeu o prefeito Sady Schivitz, o vice-prefeito David Bonder e a maior bancada de vereadores. Assim, poderíamos falar de um predomínio do PTB a partir de 1951, pois o partido elegeria as maiores bancadas na Câmara Municipal nas eleições seguintes e, novamente, um prefeito em 1959.

Quando examinadas as votações considerando os partidos de forma isolada, a superioridade eleitoral do PTB perante os demais partidos fica demonstrada. No entanto, se considerarmos a constituição de um bloco de contraposição ao PTB, formado por PSD, PRP, PL e UDN (e mais tarde PDC e MTR) a partir da década de 1950, o predomínio petebista pode ser relativizado, havendo, inclusive, uma estagnação na votação do PTB em 1963 se comparada com a de 1959. Dessa forma, constituíram-se dois blocos partidários ao longo das eleições estudadas: de um lado os trabalhistas, aglutinados em torno do PTB, do PSP e do PSB, e de outro um bloco liberal-conservador formado por PSD, PRP, UDN, PL e no qual somaram-se PDC e MTR.

Ao longo das sucessivas eleições, a geração de políticos representada pela primeira legislatura da Câmara Municipal, eleita em 1947 e formada majoritariamente por lideranças políticas que integraram os movimentos pela emancipação de Canoas na década de 1930, foi substituída por novas lideranças capazes de mobilizar um eleitorado cujo tamanho e perfil havia se alterado.

O petebista Sady Schivitz foi eleito prefeito nas eleições de 1951, nas quais também concorreram Hugo Lagranha (PSD) e Sezefredo Vieira (PRP). No pleito seguinte, em 1955, Sezefredo foi eleito prefeito, derrotando os trabalhistas divididos entre José João de Medeiros (PSP) e Maurício Müller (PTB). Medeiros seria eleito pelo PTB em 1959, derrotando Lagranha, que mais uma vez tentara se eleger pelo PSD. Lagranha seria eleito em 1963, vencendo o candidato petebista David Lanner. Assim, podemos dizer que as eleições municipais e a mobilização eleitoral tornaram mais nítidas as diferenças entre os dois blocos políticos que vinham se configurando gradativamente e produziram identificação no eleitorado com relação a determinados candidatos.

Coligações, partidos, candidatos e apoiadores construíram qualificativos sobre suas candidaturas e sobre os adversários, destacando aspectos morais e as competências que, em suas concepções, eram necessárias para o exercício da representação política. Publicadas na busca por produzir uma imagem prestigiosa e capaz de mobilizar os eleitores, as descrições dos candidatos não devem ser tomadas pelo viés da correspondência com a realidade, mas sim compreendidas enquanto indicativos desta interpretação do eleitor, ou seja, daquilo com o qual os eleitores, na visão dos políticos, se identificariam, e do comportamento que

pretendiam incutir no eleitor. Exemplo disto, a autodenominação de “apartidária”, adotada pelas candidaturas dos prefeitos Sezefredo Vieira (PRP) e Hugo Lagranha (PSD) pode ser entendida enquanto tentativa de construir uma imagem destas candidaturas pelo contraste com a de seus adversários: os petebistas, em especial José João de Medeiros (PTB) – que assumiam a identidade partidária ligada ao trabalhismo e ao getulismo.

Nas eleições municipais, diferentes programas, propostas, candidaturas e projetos políticos disputaram a preferência dos eleitores, mobilizando-os em torno de categorias como o *bem-comum*, o *progresso* e os *interesses do povo*. Identificamos, tanto na imprensa quanto nos panfletos, diversos qualificativos atribuídos aos candidatos: *íntegro*, *afável*, *honesto*, *defensor*, *trabalhador*, *merecedor*, *combativo*, *incansável*, *capaz*, *ativo*, *jovem*, *batalhador*, *proficiente*, *benquisto*, entre outros. Como tais concepções não constituem um fim em si mesmas, fazendo parte de um processo mais complexo, não seria possível negligenciar o conjunto das práticas visando à conquista do voto: o tempo que se abre entre o registro dos candidatos e a eleição, ou seja, a campanha eleitoral.

Nas fontes relativas às campanhas eleitorais, foi possível identificar uma série de práticas voltadas à mobilização dos eleitores: eventos pré-eleitorais, como a abertura de postos de qualificação, as reuniões, formação de alianças, convenções e inaugurações de subdiretórios nos bairros; ações durante a campanha, como inaugurações de comitês, caminhadas, visitas, comícios, confecção e distribuição de propaganda, churrascos, publicações na imprensa, campanha no rádio, debates e entrevistas. Aos poucos, partidos e candidatos foram introduzindo no cotidiano das campanhas eleitorais todo um instrumental: *santinhos*, cartazes, cédulas, faixas, palanques, caixas de som, comitês, entre outros.

Além das rotinas acima citadas, e que demonstram a necessidade da popularização da imagem dos candidatos e do contato com os eleitores, identificamos a existência de práticas ilegais, como inaugurações de comitês fora do período eleitoral, destruição de material das campanhas adversárias, distribuição de alimentos e oferecimento de vantagens em troca do voto. Igualmente, percebe-se a presença e a utilização, por meio da imprensa, dos panfletos e dos debates que repercutiam os pleitos, de comportamentos ligados a boatos, intrigas, injúrias, brigas e promessas irrealizáveis. Pressupor a inexistência deste tipo de prática é desconsiderar que a democracia não é um produto acabado e perfeito.

É possível compreender as notícias, os artigos e os anúncios publicados na imprensa, bem como o instrumental de mobilização das campanhas eleitorais, não apenas como estratégias de conquista do voto, mas também como práticas que suscitam no eleitor um interesse pela competição eleitoral e estabelecem uma relação entre o voto e a vida cotidiana,

demonstrando a íntima relação entre a construção do eleitor e o fazer-se eleito. Os qualificativos – elementos de valorização das imagens que os candidatos constroem sobre si e sobre os seus adversários – são acompanhados de concepções acerca do papel do eleitor e das funções inerentes ao poder público, especialmente das atribuições específicas de cada cargo em disputa, constituindo importante elemento no aprendizado político.

Assim, no caso das concepções e práticas de mobilização eleitoral identificadas nas eleições municipais de Canoas, nota-se uma tensão entre o interesse imediato no voto do eleitor – fundamental para que o candidato vença as eleições – e a formulação de propostas para resolução dos problemas estruturais. Diferentes estratégias de mobilização são perceptíveis nas práticas e concepções dos partidos e dos candidatos, tendo como elemento comum a todos o fato de levarem em consideração a inevitável presença dos eleitores na paisagem política.

De forma mais ampla, é perceptível uma tensão entre a face programática e a face pragmática da ação de partidos e candidatos, ou seja, uma tensão entre um interesse na conquista do voto e uma valorização do sufrágio enquanto exercício da cidadania. A busca por mobilizar os eleitores e a disputa pelo voto dos mesmos em cada bairro, em cada casa, em cada página de jornal e em cada aperto de mão, demonstram a vitalidade da experiência democrática vivida na Terceira República. Durante quase vinte anos, imprensa, partidos e candidatos colocaram em movimento um conjunto de práticas e concepções cujo objetivo era a conquista dos cargos de representação política por meio do voto – algo muito significativo para um país de passado oligárquico e autoritário.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. O século do moderno: modos de vida e consumo na República. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002, p. 260-318.
- ALBIERI, Sara. História e pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 19-28.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 223-250.
- ALEIXO, José Carlos Brandi; KRAMER, Paulo. Os analfabetos e o voto: da conquista da alistabilidade ao desafio da elegibilidade. **Senatus**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 68-79, 2010.
- ALÓS, Anselmo Peres. Literatura de resistência na América Latina: a questão das narrativas de testimonio. **Especulo**, n.37, p. 1-12, jan. 2008.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- AXT, Gunter (Org.). **A. J. Renner**: perfil, discursos e artigos (1931-1952). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2003.
- BAQUERO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- BARREIRA, Irilys Alencar Firmo. **Chuva de papéis**: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, NUAP, 1998.
- BARROS, José d'Assunção. **Teoria da História** – Vol. I – Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BECKER, Jean Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 185-205.
- BERSTEIN, Serge. La culture politique. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs). **Pour une histoire culturelle**. Paris: Seul, 1997, p. 371-386.
- BERSTEIN, Serge.; MILZA, Pierre. Conclusão. In : CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 127-130.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 57-94.
- BEZERRA, Marcos Otavio. **Em nome das “bases”**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, NUAP, 1999.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura; SILVA, Ricardo Oliveira da. Fernando Ferrari e o trabalhismo renovador: os anos de 1959 a 1963. In: FERRARI FILHO, Fernando. **Fernando Ferrari: ensaios sobre o político das mãos limpas**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013, p. 79-118.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos 30 e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marco Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 159-182.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 229-254.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: _____. **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: EDUFRJ: FGV, 1998, p. 21-61.

BRANDALISE, Carla; BOMBARDELLI, Maura (orgs). **Fernando Ferrari: perfil biográfico, discursos no parlamento gaúcho e imagens (1947-1951)**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2013.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURKE, Peter. **A escola dos annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 2010.

CABRAL, João C. da Rocha. **Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil**. 1932. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação, 2004.

CAETANO, Gerardo (org.). **Historia conceptual: voces y conceptos de la politica oriental (1750 – 1870)**. Montevideu: De la Banda Oriental, 2014.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. **Introdução à historiografia**. Bauru, SP: Edusc, 2003.

CAMPOS, Helena Guimarães. **História e linguagens**. São Paulo: FTD, 2009.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Rites, symboles et allégories dans l'exercice professionnel de la politique. **Informations sur les Sciences Sociales**, Londres, v. 38, n. 2, p. 249-271, 1999.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política. **Pro-Posições**, Campinas, v. 13, n. 39, p. 169-198, 2002.

CANÊDO, Leticia Bicalho (Org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 516-543.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marco Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 183-213.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: UNESP, 2009.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 125-166.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007, p. 87-122.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas, SP: Papirus, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: Brasil (1870-1891). In: _____; PEREIRA, Miriam Haslpern; RIBEIRO, Gládis Sabina; VAZ, Maria João. **Linguagens e fronteiras do poder**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011. p. 15-35.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013b.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

CAWEN, Inés Cuadro. “Entre clasicismo, jacobinismo y representatividad”. Variaciones del concepto político democracia en el territorio de la Banda Oriental del Uruguay. In: CAETANO, Gerardo (Coord.). **Historia conceptual**: voces de la política oriental (1750 – 1870). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2014, p. 155-174.

CHARTIER, Roger. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn (Org.). **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 211-238.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

COLLING, Ana Maria. O currículo de história e as relações de gênero hierarquizadas. **La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas/RS, v. 15, n.º 2, p. 35-44, 2010.

D'ALESSIO, Marcia Mansor. A política no fazer e no saber históricos. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoleti. **Dimensões da política na historiografia**. Campinas: Pontes Editores, 2008. p. 39-49.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In: _____; SOARES, Gláucio Ari Dilon (Org.) **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina de. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-1965**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e populismo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DUTRA, Eliana de Freitas. Para uma sociologia histórica dos testemunhos: considerações preliminares. **Locus**, Juiz de Fora, vol. 6, n. 2, p. 75-82, 2000.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. **Varia historia**, n. 28, p. 13-28, 2002.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos de Estudo**, Porto Alegre, n. 13, 1995.

FARGE, Arlete. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário brasileiro contemporâneo**. Porto Alegre: Globo, 1958.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge (org.). **O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2011.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: UNESP, 2012, p. 295-322.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 61-124.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. In: **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes; SARMENTO, Carlos Eduardo. A República brasileira: pactos e rupturas. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002, p. 450-495.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C. O sistema partidário – A redemocratização (1945-1964). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Org.). **História geral do Rio Grande do Sul**. Volume 4 – República, da revolução de 1930 à ditadura militar (1930 – 1985). Diretor do volume: René Gertz. Passo Fundo: Méritos, 2007.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Orgs.). **A Era Vargas**: desenvolvimento, economia e sociedade. São Paulo: UNESP, 2012, p. 159-178.

FRANÇOIS, Étienne. Os “Tesouros da Stasi” ou a Miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. **Passados recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: EDUFRJ; FGV, 1998.

FREIRE, Américo; CASTRO, Celso. As bases republicanas dos Estados Unidos do Brasil. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002, p. 30-53.

FRENCH, John D. Los trabajadores insdustriales y el nacimiento de la República Populista en Brasil, 1945-1946. In: MACKINNON, Maria Moira; PETRONE, Mario Alberto (Orgs.). **Populismo e neopopulismo en América Latina**: el problema de la Cenicienta. Buenos Aires: Eudeba, 1998, p. 59-77.

FREUND, Gisèle. **La fotografia como documento social**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2006.

GARRIGOU, Alain. Invention et usages de la carte électorale. **Politix**, v. 3, n. 10-11, p. 33-44, 1990.

GARRIGOU, Alain. La construction sociale du vote. Fétichisme et raison instrumentale. **Politix**, v. 6, n. 22, p. 5-42, 1993.

GARRIGOU, Alain. O rascunho do sufrágio universal: arqueologia do decreto de 5 de março de 1848. In: CANÊDO, Leticia Bicalho (Org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p. 37-64.

GENÉ, Mariana; VOMMARO, Gabriel. Presentación. Por uma sociologia de lo político. In: OFFERLÉ, Michel. **Perímetros de lo político**: contribuciones a uma sócio-historia de la política. Buenos Aires: Antropofagia, 2011, p. 7-23.

GERTZ, René E. História política. **Logos**, Canoas, v. 11, n. 1, p. 13-23, 1999.

GINZBURG, Carlo. **Medo, reverência, terror**: quatro ensaios de iconografia política. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GOMES, Angela de Castro. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: _____. (org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 133-160.

GOMES, Angela de Castro. Política: História, Ciência, Cultura etc. In: **Revista Estudos Históricos**. Volume 9, n.º 17, 1996.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 489-557.

GOMES, Angela de Castro. Através do Brasil: o território e seu povo. In: _____.; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002, p. 157-216.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2005b.

GOMES, Ângela de Castro. O Partido Trabalhista Brasileiro (1945 – 1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **As esquerdas no Brasil**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Angela de Castro. Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República. In: SOIHET, Rachel [et al.]. **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 35-50.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 17-57.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 2013b.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

GRILL, Igor Gastal. Heranças políticas, bases sociais e especialização política no Rio Grande do Sul. In: CORADINI, Odaci Luiz (org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 129-148.

HARDTWIG, Wolfgang. História cultural política do entreguerras. In: GERTZ, René; CORREA, Silvio Marcus de S. (Orgs.). **Historiografia alemã pós-muro**: experiências e perspectivas. Passo Fundo: UPF; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007, p. 75-96.

HARRES, Marluza Marques. Municipalismo e democracia: São Leopoldo (1945-1964). In: _____.; HAIKE, Roselane; SILVA, Kleber (Org.). **A História da Câmara e a Câmara na História**. São Leopoldo: Oikos, 2006, p. 72-97.

HEREDIA, Beatriz M. A.; PALMEIRA, Moacir. O voto como adesão. In: CANÊDO, Letícia Bicalho. **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. P. 453-476.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOLANDA, Cristina Buarque de. **Modos de representação política**: o experimento da Primeira República brasileira. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JEANNENEY, Jean-Nöel. A mídia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 213-225.

KINGDON, John. **Agendas, alternatives, and public policies**. New York: Harper Collins, 2003.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

KLÖCKNER, Luciano. **O diário político de Sereno Chaise**. Porto Alegre: AGE, 2007.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três estrelas, 2013.

LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas**: o processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo; IUPERJ, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas/SP: UNICAMP, 2003.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática**: os limites da dominação totalitária. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 31-52.

LIMA, Jailma Maria de. **Partidos, candidatos e eleitores**: o Rio Grande do Norte em campanha política (1945 – 1955). Tese de doutorado [Programa de Pós-Graduação em História]. Niterói: UFF, 2010.

LYNCH, Christian Edward Cyril. A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a escola francesa do político. In: ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 9-36.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 108-128.

MACHADO JUNIOR, Cláudio de Sá. **Imagens da sociedade Porto-Alegrense**: vida pública e comportamento nas fotografias da Revista do Globo (década de 1930). São Leopoldo: Oikos, 2009.

MACHADO, Maria Salete Kern. O imaginário urbano. In: BRESCIANI, Maria Stella (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 213-226.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 10, n. 29, 1995.

MARENCO, André (Org.). **Os eleitos**: representação e carreiras políticas em democracias. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes**: ensaios sobre história e fotografias. Niterói, RJ: UFF, 2008.

MERGEL, Thomas. Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política. Trad. René Gertz. In: **História** – Unisinos, vol. 7, n. 8, p. 11-55. 2003.

MITCHELL, José. **Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar**. Porto Alegre: RBS, 2007.

MOLLIER, Jean-Yves. **A leitura e seu público no mundo contemporâneo**: ensaios de história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Cidadania no feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 495-516.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____. (org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Novo Traço, 2014, p. 13-38.

NEVES, Lucília de Almeida. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 167-203.

NICOLAU, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823-2002)**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil**: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

OFFERLÉ, Michel. Entrées en politique. **Politix**, v. 9, n. 35, p. 3-5, 1996.

OFFERLÉ, Michel. A nacionalização da cidadania cívica. In: CANÊDO, Letícia Bicalho (Org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p. 343-361.

OFFERLÉ, Michel. **Perímetros de lo político**: contribuciones a una sócio-historia de la política. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

OFFERLÉ, Michel. Los oficios, la profesión y la vocación de la política. **PolHis**, Buenos Aires, n. 7, p. 84-99, 2011b.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **O cidadão está nas ruas**: representações e práticas acerca da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1991). Porto Alegre: UFRGS, 2001.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Cultura política: as mediações simbólicas do poder. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nadia Maria Weber; ROSSINI, Mirian de Souza. **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008. P. 172-185.

PALMEIRA, Moacir. Eleição municipal, política e cidadania. In: _____.; BARREIRA, César (Orgs.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, NUAP, 2004, p. 137-150.

PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (Orgs.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, NUAP, 2004.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, NUAP, 2010.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002, p. 64-114.

PASQUALINI, Alberto. **O pensamento político de Alberto Pasqualini**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: _____.; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam. **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p. 11-18.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem: território da história cultural. In: _____.; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza (Orgs.). **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos em história cultural. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p. 99-121.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 9-14.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 24, 2006.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. O eclipse do Império sob a “pena da galhofa”: a crítica política de Ângelo Agostini em *A Revista Ilustrada* e em *O Mosquito*. In: SOIHET, Rachel [et al]. **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 125-140.

PRADO, Maria Ligia. **América Latina no século XIX**: tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp, 1999.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história do político**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 295-325.

REIS, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 319-377.

RÉMOND, René. As eleições. In: _____(Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003, p. 37-56.

RÉMOND, René. O retorno do político. In : CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 51-61.

RÉMOND, René. Por que a história política? **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 7-19, 1994.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SABATO, Hilda. **La política en las calles**. Entre el voto y la movilización (Buenos Aires, 1862-1880). Buenos Aires: Sudamerica, 1998.

SABATO, Hilda. **Povo e política**: a construção de uma república. Porto Alegre: Edpucrs, 2011.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAWICKI, Frédéric. Por uma sociologia dos meios e das redes partidárias. In: MARENCO, André (Org.). **Os eleitos**: representação e carreiras políticas em democracias. Porto Alegre: UFRGS, 2013, p. 11-29.

SCHMIDT, Benito. Conhecimento histórico e diálogo social. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 67, p. 325-345, 2014.

SCLIAR, Moacir. O nascimento de um cidadão. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 585-588.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a Mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SIMON, Pedro (Org.). **Alberto Pasqualini**: textos escolhidos. Brasília: Senado Federal, 2001.

SIRINELLI, Jean-François. Éloge de la complexité. In: _____; RIOUX, Jean-Pierre. **Pour une histoire culturelle**. Paris: Seul, 1997, p. 433-442.

SOARES, Glaucio Ari Dillon. **Sociedade e política no Brasil** (Desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, Vivaldo de. **As coligações partidárias**: período 1986-94 versus 1954-62. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil** (1930 a 1964). São Paulo: Alfa Omega, 1976.

TERNAVASIO, Marcela. **La revolución del voto**: política y elecciones en Buenos Aires, 1810-1852. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Volume 1: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TUCÍDIDES. **História da guerra do Peloponeso**. Tradução do grego de Mário de Gama Kury. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

TUMELERO, Michele Rodrigues; SILVA, Cristiani Bareta. Legião Brasileira de Assistência e o “projeto civilizador” instaurado em Chapecó na década de 1940. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa/PR, n. 19, 2013.

VERAS, Flavia [et al]. John French: um brasilianista diferente. **Mosaico**, Rio de Janeiro, n. 6, 2013.

VERÍSSIMO, Érico. **Um lugar ao sol**. Porto Alegre: Globo, 1936.

VEYNE, Paul. O indivíduo atingido no coração pelo poder público. In: VERNANT, Jean-Pierre [et al]. **Indivíduo e poder**. Lisboa: Edições 70, 1987.

VIANNA, Luiz Werneck. A busca por reconhecimento e participação política: o combustível das manifestações [entrevista]. **Cadernos IHU Ideias**, n. 191, 2 ed, p. 7-11, 2013.

WEFFORT, Francisco. El populismo en la política brasileña. In: MACKINNON, Maria Moira; PETRONE, Mário Alberto (Orgs.). **Populismo y neopopulismo en America Latina: el problema de la Cenicienta**. Buenos Aires: Editorial Universitária, 1998, p. 135-152.

Referências de Canoas/RS

AGOSTINI, Maria Lúcia Fauri; BOITE, Cristiane Bernardes de; FINKLER, Iolanda Menezes (Orgs.). **Canoas em retrato**. Canoas: Prefeitura Municipal, 2004.

ANGELI, Douglas Souza. Bairro Harmonia: relações entre comunidade e poder público. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes (Org.). **Bairro Harmonia: um mosaico gigante em Canoas** (Canoas – para lembrar quem somos, n.º 12). Canoas: Promoarte, 2013, p. 175-206.

ANGELI, Douglas Souza. Partidos, eleições e poder local: análise das trajetórias eleitorais do PTB e do MDB em Canoas/RS (1947-1976). **Escritas**, v. 6, n. 1, p. 104-125, 2014.

ARQUIVO PÚBLICO DR. SEZEFREDO AZAMBUJA VIEIRA. **História de Canoas**. Série História – volume 1. 4 ed. Canoas: PMC, 2005.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Rio Grande do Sul, seus municípios e suas leis de criação**. Porto Alegre: Comissão de Assuntos Municipais, 2009.

AVANCINI, Elsa Gonçalves; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **Guia de fontes históricas de Canoas**. Canoas: Prefeitura Municipal de Canoas, 2004.

COSTA, Silvine Assunção Costa. Água pela soleira da janela: memórias das enchentes de 1965 e 1967 no bairro Harmonia. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes (Org.). **Bairro Harmonia: um mosaico gigante em Canoas** (Canoas – para lembrar quem somos, n.º 12). Canoas: Promoarte, 2013, p. 61-70.

FINKLER, Iolanda Menezes. **Nossas ruas contam histórias** – volume II. Canoas: Kroma, 2006.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS. História de nossos prefeitos – volume 1. **Edgar Braga da Fontoura**. Canoas: PMC, 1998.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS. História de nossos prefeitos – volume 2. **Aluízio Palmeiro Escobar**. Canoas: PMC, 1999.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS. História de nossos prefeitos – volume 3. **Nélson Paim Terra**. Canoas: PMC, 2000.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS. História de nossos prefeitos – volume 4. **Sady Fontoura Schivitz**. Canoas: PMC, 2003.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS. História de nossos prefeitos – volume 5. **Sezefredo Azambuja Vieira**. Canoas: PMC, 2004.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS. História de nossos prefeitos – volume 6. **José João de Medeiros**. Canoas: PMC, 2005.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS. História de nossos prefeitos – volume 7. **Hugo Simões Lagranha**. Canoas: PMC, 2006.

GAYESKI, Miguel; SABALLA, Viviane; CORBELLINI, Dáris (Orgs.). **Nossa Senhora das Graças** (Canoas - para lembrar quem somos, n.º 10). Porto Alegre: MR3, 2005.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes (Org.). **Bairro Fátima** - Da comunidade fundadora aos dias atuais: muitas histórias, diversos olhares. Canoas: Fênix, 2009.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes (Org.). **Bairro Harmonia: um mosaico gigante em Canoas** (Canoas – para lembrar quem somos, n.º 12). Canoas: Promoarte, 2013.

INSTITUTO CANOAS XXI. **O estado da cidade**. Canoas: Prefeitura Municipal, 2011.

PENNA, Rejane (Coord.). Canoas para lembrar quem somos. **Rio Branco**. 2ª ed. Rev. Canoas: La Salle, 2004.

PENNA, Rejane (Coord.). Canoas para lembrar quem somos. **Niterói** – 2ª ed. rev. Canoas: La Salle, 2004.

PENNA, Rejane (Coord.). Canoas para lembrar quem somos: **Estância Velha**. Canoas: Tecnocópias, 1996.

PENNA, Rejane (Org.). Canoas – para lembrar quem somos: Centro. 2 ed. Canoas: La Salle, 2004c.

PENNA, Rejane (Org.). Canoas – para lembrar quem somos: **Mathias Velho**. Canoas: La Salle, 2000.

PFEIL, Antonio Jesus. **Canoas**: anatomia de uma cidade. Vol. 2. Canoas: independente, 1995.

PFEIL, Antonio Jesus. Que história foi essa...! In: RANINCHESKI, Sonia (Org.). **História, poder local, representação**: a Câmara de Vereadores de Canoas. Canoas: La Salle, 1998, p. 32-36.

PFEIL, Antonio Jesus. **O Cruzeiro e O Canoense**: os primeiros jornais de Canoas. Canoas: Técnicópias, 2005.

RANINCHESKI, Sonia (Org.). **História, poder local, representação**: a Câmara de Vereadores de Canoas. Canoas: La Salle, 1998.

SILVA, João Palma da. **Origens de Canoas**. Canoas: Prefeitura Municipal, 1964.

SILVA, João Palma da. **Pequena história de Canoas**. Canoas: Prefeitura Municipal, 1978

SILVA, Manoel José Ávila da (org.). **Nova Santa Rita**: memória e documentação. Canoas: La Salle, 2000.

SILVEIRA, Leila da. **Igreja Matriz São Luiz Gonzaga**: a construção da igreja e o desenvolvimento urbano de Canoas. Canoas: Tecnocópias, 2007.

SIMI, Dari José. **João Palma da Silva** – tradicionalista. Canoas: PMC, 1998.

VIEGAS, Danielle Heberle. **Entre o(s) passado(s) e o(s) futuro(s) da cidade**: um estudo sobre a urbanização de Canoas/RS (1929-1959). Dissertação de Mestrado [Programa de Pós-Graduação em História]. Porto Alegre: PUCRS, 2011.

VIEGAS, Danielle Heberle. Transformando territórios urbanos, construindo territórios de existência: sensibilidades metropolitanas no processo de urbanização da cidade de Canoas/RS. **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo, v. 1, n. 2, p. 10-23, 2012.

Legislação e bancos de dados

BANCO de dados eleitorais do NUPERGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nupergs/banco/index.php/eleitorado/pagina/80/0/0/0/0>. Acesso em 10/01/2015.

CONSTITUIÇÃO Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 10/01/2015.

CONSTITUIÇÃO da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em 10/01/2015.

CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 10/01/2015.

CONSTITUIÇÃO do Estado do Rio Grande do Sul (1947). Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=ab_rJmqsoWc%3D&tabid=3456&language=pt-BR. Acesso em 10/01/2015.

DECRETO-LEI n.º 7.586, de 28 de Maio de 1945 [Lei Agamenon]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-norma-pe.html>. Acesso em: 20/10/2014.

DECRETO n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881 [Lei Saraiva]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-norma-pl.html>. Acesso em: 20/10/2014.

DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: 25/04/2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS (1803-1950). Porto Alegre: FEE, 1981.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS (1960-1980). Porto Alegre: FEE, 1981b.

QUADRO de legislaturas. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5esParlamentares/Legislatu%20ras/tabid/3543/Default.aspx>. Acesso em: 25/04/2015.

LEI N.º 1.164, de 24 de julho de 1950. Código Eleitoral. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1164-24-julho-1950-361738-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 10/01/2015.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Resultados. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/index.php?nodo=278>. Acesso em: 25/04/2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Referendo em 1963. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/referendo-de-1963>. Acesso em: 25/04/2015.

TRINDADE, Helgio; NOLL, Maria Izabel; PASSOS, Manoel. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823/2002)**. [CD]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

**APÊNDICE A – QUADRO-RESUMO DOS GOVERNOS DOS PREFEITOS ELEITOS
EM CANOAS (1951-1963)**

Prefeito	Resumo da administração
Sady Fontoura Schivitz Eleição: 1º/11/1951. Posse: 1º/01/1952. Partido/Coligação: PTB.	Assinado convênio, em fevereiro de 1952, com o Instituto Pestalozzi, para assistir às crianças com deficiência. Aprovado, em maio de 1952, o Regimento das Escolas Primárias de Canoas. Assinado convênio, em outubro de 1952, com o Instituto de Previdência do Estado (IPE) para inscrever os funcionários municipais ativos e inativos. Construção de ponte de cimento armado sobre o Arroio Araçá (1952). Calçamento da Avenida Victor Barreto da rua Santos Ferreira até a rua Araçá (zona central). Empedramento de 6 mil metros da estrada para Berto Círio (2º distrito). Convênio com o governo federal para obras do dique da margem direita do rio Gravataí (1954). Promulgada a Lei n.º 286, de autoria do Poder Executivo, em 23 de dezembro de 1954. A lei impôs exigências aos loteadores de terrenos. Conclusão do edifício próprio da Prefeitura Municipal. Instalado o Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (SAMDU), subordinado ao Ministério do Trabalho (1954).
Prefeito	Resumo da administração
Sezefredo Azambuja Vieira Eleição: 03/10/1955. Posse: 1º/01/1956. Partido/Coligação: PRP-PSD-PL.	Auxílio financeiro para a construção do hospital. Dragagem do Arroio Araçá, para evitar seu transbordamento (1957). Realizada concorrência pública para exploração do serviço de transporte coletivo (1958). Diversas desapropriações para abertura de ruas e outras obras públicas. Aquisição de equipamentos e máquinas para obras públicas. Investimento, em parceria com o governo do Estado, para criação do Ginásio Estadual Marechal Rondon (1958). Construção de quatro praças. Concluídas as obras do prédio da SAMDU e do posto do Centro de Saúde. Concluídas, em convênio com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) as obras de proteção contra as cheias nas vilas Niterói, Harmonia e Mathias Velho. Desobstrução de valas e instalação de 2 mil metros de canos. Em parceria com o DNOS: Drenagem das vilas Chácara Barreto, Fernandes e Niterói e construção de dique na vila Rio Branco, e canalização do Arroio Araçá. 6.500 metros de canos de concreto instalados nas vias públicas. Colocação de 389 lâmpadas de iluminação pública.
Prefeito	Resumo da administração
José João de Medeiros Eleição: 08/11/1959. Posse: 1º/01/1960. Partido/Coligação: PTB-PSP.	Acordo com o governo estadual para execução do Plano de Expansão do Ensino Primário (1960), inclusive com a contratação de trinta professoras primárias. Envio de projetos de lei à Câmara Municipal e promulgação de decretos e atos administrativos visando à facilitação da instalação de empreendimentos industriais em Canoas. Execução do Plano de Obras: abertura, alargamento e pavimentação de importantes vias do centro da cidade, como Avenida Victor Barreto, rua 15 de Janeiro e Avenida Guilherme Schell. Asfaltamento de 1.200 metros da rua Santos Ferreira, até o hospital. Abertos 2.500 metros de novas ruas. Ampliada a rede de extensão de água para fora da zona central (vilas Mathias Velho, Niterói, Rio Branco e Fernandes). Durante o governo, foi inaugurado o Hospital Nossa Senhora das Graças e iniciaram as obras da Refinaria Alberto Pasqualini.

Prefeito	Resumo da administração
Hugo Simões Lagranha Eleição: 10/11/1963. Posse: 31/12/1963. Partido/Coligação: PSD-PRP-PL-UDN- PDC-MTR.	Conclusão dos diques de proteção às cheias nas vilas Mathias Velho e Rio Branco, em parceria com o DNOS. Campanha para iluminação pública (“Ajude a iluminar Canoas”). Investimentos para conclusão de hidráulicas e construção de adutoras para levar água aos bairros distantes. Criação do Conselho Municipal de Cultura (1964), do Conselho Municipal de Transportes, do Conselho Municipal de Urbanismo (1965) e do Conselho Municipal de Desportos (1966). Projeto de autoria do Poder Executivo proibiu loteamentos em áreas alagadiças (1965). Constituição da empresa Telefônica Canoense S/A, negociação que envolveu a Prefeitura, a Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT) e associações e empresas interessadas no serviço telefônico (1967).
Quadro elaborado pelo autor. Fonte: FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOAS (2003; 2004; 2005; 2006).	

**APÊNDICE B – LISTA DE OFÍCIOS ENVIADOS POR CIDADÃOS E
ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO À CÂMARA MUNICIPAL DE CANOAS NA 2ª E 3ª
LEGISLATURAS [ACMC]**

Caixa	Maço	Pasta	Ano	Mês	Dia	Processo	Assunto
1	2	5	1952	11	18	198	Auxílio manutenção Casa da Criança
1	2	1	1952	12	22	228	Solicitação de auxílio à Escola Concórdia
1	3	45	1952	03	13	14	Proposição sobre elementos subversivos
1	2	13	1952	05	06	41	Solicitação de terreno para Sindicato Trabalhadores da Indústria da Carne
1	3	36	1952	05	20	54	Acesso saída rua D. Feliciano para a Federal
1	2	10	1952	07	15	91	Solicitação de auxílio Comunidade Evangélica
1	3	25	1952	07	23	86	Solicitação de auxílio a Casa da Criança de Niterói
2	2	3	1952	09	05	157	Extensão de energia elétrica até a Estância Velha
1	3	10	1952	10	07	158	Pedido de construção de ponte na rua Gal. Rasgado (Niterói)
1	3	4	1952	11	07	193	Conserto de ruas do 1º e 3º distritos
5	3	2	1953	05	09	48	Construção de passagem na rua Araçá
5	3	1	1953	05	30	68	Prédio para correio no 1º distrito
5	3	11	1953	06	16	231	Loteamentos na Vila Santos Dummont
5	3	12	1953	06	16	232	Ponte sobre o Arroio Araçá
5	3	13	1953	06	16	233	Proposição sobre a Vila Santos Dummont
5	3	23	1953	09	25	362	Reparos na Rua José Muck e pavimentação.
5	3	27	1953	10	02	382	Solicitação de reparos Rua Venâncio Aires
4	1	10	1953	12	10	505	Proposição para drenagem das águas do arroio Araçá
8	2	52	1954	03	29	6	Sugestão para corrigir enchentes na Vila Rio Branco
8	2	35	1954	07	02	190	Reclamação de moradores de Niterói em virtude de meretrizes
8	2	33	1954	07	13	197	Moradores da Estância Velha reclamam do mau estado das estradas
7	1	32	1954	07	30	219	Sobre Loteamento Vilas Mathias Velho e Harmonia
8	2	27	1954	08	31	254	Solicitação de ponte conduto rua Iraí (Niterói)
8	2	23	1954	10	05	274	Memorial dos moradores da Rua Itaqui solicitando reparos
10	2	131	1956	02	09	126	Colocação de bueiro na rua Loureiro da Silva
10	2	134	1956	02	09	98	Limpeza de aterro da rua da Igreja
10	2	130	1956	02	17	127	Reparos nas ruas Ana Nery até Gal. Câmara
11	3	80	1956	02	24	146	Limpeza de valetas pela Associação Amigos da Vila Fernandes
10	2	110	1956	04	05	254	Reconstrução da ponte do Arroio Araçá
10	2	105	1956	04	12	263	Alargamento e aprofundamento de vala na Rua Nações Unidas
10	2	106	1956	04	12	262	Iluminação Pública na Rua Marquês do Herval
11	3	70	1956	09	06	571	Imóvel para o Ginásio Estadual Emílio Meyer

Caixa	Maço	Pasta	Ano	Mês	Dia	Processo	Assunto
10	2	36	1956	09	17	596	Averiguação sobre poste de luz em ruínas na rua Hermes da Fonseca
11	3	69	1956	09	27	612	Construção de Grupo Escolar na Vila Santos Dumont
11	3	65	1956	10	22	678	Memorial da Associação Amigos do Parque Harmonia
11	3	56	1956	12	27	817	Alteração loteamento da Vila Mathias Velho
13	1	4	1957	03	28	113	Sociedade Amigos da Vila Fernandes solicitam interferência em sessões
13	1	13	1957	06	03	331	Colocação de saibro nas ruas da Vila Fernandes
13	1	18	1957	06	25	376	Memorial dos moradores da Rua Boa Saúde
13	1	19	1957	06	25	378	Memorial dos moradores da Rua Boa Saúde em apoio a Frente Popular Nacionalista
13	1	25	1957	07	15	421	Iluminação em postes já instalados na Vila São Luiz
13	1	32	1957	08	26	482	Emídio Antonio de Oliveira solicita abertura da rua

**APÊNDICE C - QUADRO-RESUMO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM CANOAS
(1951-1963)**

Resultados eleitorais em Canoas/RS para Executivo e Legislativo (1951, 1955, 1959 e 1963)				
Eleições de 1951				
Executivo			Legislativo	
Candidatos a prefeito	Partidos	Votação	Partidos	Cadeiras
Sady Schivitz	PTB	36,98%	PTB	4
Hugo Lagranha	PSD-UDN-PL-PSP	29,48%	PSD-UDN	2
Sezefredo Vieira	PRP	29,20%	PRP	2
Antonio Cardoso	PSB	4,34%	PSP	1
Eleições de 1955				
Executivo			Legislativo	
Candidatos	Partidos	Votação	Partidos	Cadeiras
Sezefredo Vieira	PRP-PSD-PL	42,36%	PSD	3
José João de Medeiros	PSP-PSB	32,21%	PTB	3
Maurício Muller	PTB	21,17%	PL	2
Canabarro Tróis	UDN	4,26%	PSP	1
			PRP	1
			UDN	1
Eleições de 1959				
Executivo			Legislativo	
Candidatos	Partidos	Votação	Partidos	Cadeiras
José João de Medeiros	PTB-PSP	50,23%	PTB	6
Hugo Lagranha	PSD-PRP-PL-UDN-PDC	49,77%	PSD	4
			PL	2
			PRP	1
Eleições de 1963				
Executivo			Legislativo	
Candidatos	Partidos	Votação	Partidos	Cadeiras
Hugo Lagranha	PSD-UDN-PRP-PL-PDC-MTR	59%	PTB	5
David Lanner	PTB-PSP-PSB	41%	PSD	2
			PL	2
			PDC	2
			PRP	1
			MTR	1
Quadro elaborado pelo autor.				

APÊNDICE D – TRAJETÓRIA ELEITORAL DOS VEREADORES ELEITOS EM CANOAS ENTRE 1947 E 1963

Candidato	1947			1951			1955			1959			1963		
	Sigla	Votos	Resultado	Sigla	Votos	Resultado	Sigla	Votos	Resultado	Sigla	Votos	Resultado	Sigla	Votos	Resultado
Arthur Pereira de Vargas	PSD	192	Eleito	PSD	138	Não eleito									
Ulisses Machado	PSD	128	Eleito												
Max Adolfo Oderich	PSD	124	Eleito	PTB	130	Não eleito									
Júlio Finkler Primo	PSD	79	Eleito							PSD	71	Não eleito			
Vicente Cláudio Porcello	PSD	76	Eleito	PSD	78	Não eleito									
Teodoro Bogen	PTB	191	Eleito	PSP	71	Não eleito									
Hélio Fraga Sarmiento	PTB	118	Eleito												
Arthur Oscar Jochims	UDN	163	Eleito	PRP	35	Não eleito	(1)								
Jacob Longoni	PRP	114	Eleito	PRP	141	Não eleito				(2)			(3)		
Flávio Damiani				PTB	277	Eleito	PSD	?	Não eleito						
Jutahy Pasquali				PTB	242	Eleito	PSP	?	Não eleito	PSP	123	Não eleito			
Jardelino de Souza Lemos	UDN	40	Não eleito	PTB	220	Eleito									
Luis Possebon				PTB	219	Eleito	(4)								
Jorge Osvaldo Behrens				PSD-UDN	168	Eleito	PSD	?	Não eleito	PSP	135	Não eleito			
Paulo Szekir				PSD-UDN	146	Eleito	PSD	?	Não eleito	PSD	149	Não eleito	PSD	262	Não eleito
Armando de Franceschi				PSP	137	Eleito	PSP	?	Não eleito	PDC	167	Não eleito			
Antonio Canabarro Tróis				PRP	308	Eleito	(5)						PTB	151	Não eleito

Trajetória eleitoral dos vereadores eleitos entre 1947 e 1963															
Candidato	1947			1951			1955			1959			1963		
	Sigla	Votos	Resultado	Sigla	Votos	Resultado	Sigla	Votos	Resultado	Sigla	Votos	Resultado	Sigla	Votos	Resultado
Fioravante Milanez Filho				PRP	162	Eleito									
Armando Würth							PSD	434	Eleito	PSD	986	Reeleito			
Manuel João Calbo				PSD-UDN	81	Não eleito	PSD	320	Eleito	PSD	389	Reeleito			
Almerindo Rosa da Silveira							PSD	279	Eleito	PSD	346	Reeleito	PSD	380	Reeleito
Ivar Fraga Deckmann							PTB	232	Eleito						
Ariovaldo Vieira de Aguiar							PTB	231	Eleito	(6)					
Marcolino Antonio Alves							PTB	218	Eleito	PTB	127	Não eleito			
Dinarte Andrade Araújo							PL	231	Eleito	PL	464	Reeleito	PL	692	Reeleito
Darcy Cristiano Bernardi							PL	185	Eleito	PL	377	Não eleito			
Melton Inácio Both	PRP-PL	48	Não eleito				PRP	212	Eleito	PRP	358	Não eleito	PRP	441	Eleito
Oscalino Valentin de Souza							PRP	196	Eleito						
Osmar dos Santos Schulz				PRP	133	Não eleito	UDN	139	Eleito	PL	75	Não eleito			
Walmyr Gomes Fernandes							PSP	164	Eleito	PSP	187	Não eleito			
Mário Porto Inda							PSP	151	Eleito	PTB	221	Não eleito	PTB	323	Não eleito
Edson Medeiros							PSB	825	Não eleito	PTB	1260	Eleito	PSB	866	Não eleito

**APÊNDICE E – LISTA DOS VEREADORES ELEITOS EM CADA LEGISLATURA
(1947-1968)**

1947 – Eleição para a primeira legislatura		
Nome	Partido	Votos
Arthur Pereira de Vargas	PSD	192
Ulisses Machado	PSD	128
Max Adolfo Oderich	PSD	124
Júlio Finkler Primo	PSD	79
Vicente Cláudio Porcello	PSD	76
Teodoro Bogen	PTB	191
Hélio Fraga de Moraes Sarmento	PTB	118
Arthur Oscar Jochims	UDN	163
Jacob Longoni	PRP	114
1951 – Eleição para a segunda legislatura		
Nome	Partido	Votos
Flávio Damiani	PTB	277
Jutahy Pasquali	PTB	242
Jardelino de Souza Lemos	PTB	220
Luis Possebon	PTB	219
Jorge Osvaldo Behrens	PSD-UDN	168
Paulo Szeikir	PSD-UDN	146
Armando de Franceschi	PSP	137
Antonio Canabarro Tróis	PRP	308
Fioravante Milanez Filho	PRP	162
1955 – Eleição para a terceira legislatura		
Nome	Partido	Votos
Armando Würth	PSD	434
Manuel João Calbo	PSD	320
Almerindo Rosa da Silveira	PSD	279
Ivar Fraga Deckmann	PTB	232
Ariovaldo Vieira de Aguiar	PTB	231
Marcolino Antonio Alves	PTB	218
Dinarte Andrade Araújo	PL	231
Darcy Cristiano Bernardi	PL	185
Melton Inácio Both	PRP	212
Oscalino Valentin de Souza	PRP	196
Osmar dos Santos Schulz	UDN	139
Walmyr Gomes Fernandes	PSP	164
Mário Porto Inda	PSP	151
1959 – Eleição para a quarta legislatura		
Nome	Partido	Votos
Edson Medeiros	PTB	1260
Nilo Cesar Del Cueto Reis	PTB	874
Alcides Nascimento	PTB	677
Antonio Soares Flores	PTB	626
Orestes Ferla	PTB	561
Antonio Ferreira Alves	PTB	472
Sezefredo Azambuja Vieira	PRP	1080
Alberto Rodrigues de Oliveira	PRP	532
Armando Würth	PSD	986
Manoel João Calbo	PSD	389
Almerindo Rosa da Silveira	PSD	346
Cirne Alves Schmitt	PL	529
Dinarte Andrade Araújo	PL	464

1963 – Eleição para a quinta legislatura		
Nome	Partido	Votos
Alberto Rodrigues Oliveira	PTB	980
Antonio Ferreira Alves	PTB	844
Antonio Soares Flores	PTB	575
Elísio Belchior da Costa	PTB	567
Osvaldo Moacir Alvarez	PTB	558
Almerindo Rosa da Silveira	PSD	380
Jacob Bruno Weissheimer	PSD	347
Dinarte Andrade Araújo	PL	692
Cirne Alves Schimitt	PL	389
Antonio Canabarro Tróis Filho	PDC	472
Lina Plentz Alves	PDC	353
Melton Inácio Both	PRP	441
Luiz Pereira de Souza	MTR	386
1968 – Eleição para a sexta legislatura		
Nome	Partido	Votos
Antônio Ferreira Alves	MDB	1360
Alcides Nascimento	MDB	1221
Alberto Rodrigues de Oliveira	MDB	1176
Osvaldo Moacir Alvarez	MDB	1169
Galvão Soares Chaves	MDB	878
Zolmar Machado dos Santos	MDB	793
Dinarte Antônio da Silveira	MDB	676
Luis Antônio Possebon	ARENA	1263
Dinarte Andrade Araújo	ARENA	1168
Breno Moura Cunha	ARENA	1009
Lina Plentz Alves	ARENA	804
Carlos Jacques	ARENA	732
Cândido Marconato	ARENA	707
Quadro elaborado pelo autor.		

APÊNDICE F – QUADRO-RESUMO DO SUBCAPÍTULO 2.2 (“HOMENS DO TRABALHO AFEITOS À LUTA DE TODOS OS DIAS”: O MANUAL DO BOM VEREADOR)

Elementos de valorização dos candidatos a vereadores na imprensa canoense		
Excerto	Autoria	Ano
“Em seu conjunto, eles são como que uma miniatura do próprio povo do nosso município. Independentemente das qualidades de caráter, que os distinguem, tem a aboná-los a circunstância de serem, todos, homens de trabalho, e pertencerem as mais variadas profissões, o que lhes confere autoridade moral e intelectual para dotar o nosso município de leis adequadas e colaborar, proficientemente, com o poder executivo na promoção de medidas tendentes ao bem comum”.	PRP e PL em nota conjunta publicada no jornal <i>O Democrata</i> .	1947
“Homens do trabalho, afeitos à luta de todos os dias, em contato direto com o povo de cujas necessidades e anseios são conhecedores, são eles, por isso mesmo, os mais indicados para, na Câmara Municipal, propor as medidas e soluções para os problemas que nos afligem”.	PSD em nota publicada no jornal <i>O Democrata</i> .	1947
“Saberá ser digno do teu voto”.	Candidato Alfredo Hoffmann (PSB) no jornal <i>Canoas em Marcha</i> .	1951
“Um candidato que sempre batalhou pelo desenvolvimento de Canoas e progresso do seu povo”.	Candidato Vicente Porcello (PSD) no jornal <i>Canoas em Marcha</i> .	1951
“Conhecedor das necessidades do povo de Canoas, principalmente do pequeno pecuarista e agricultor”.	Candidato Jardelino Lemos (PTB) no jornal <i>Canoas em Marcha</i> .	1951
“Caráter íntegro, pela sua capacidade de trabalho, pelo seu cavalheirismo sem par, pelo seu gênio afável, predicados estes que o tornam um dos vultos mais populares e benquistos nesta cidade. [...] Conhecedor profundo das necessidades e dos interesses do povo canoense, uma vez eleito, saberá corresponder à confiança daqueles que irão levar seu nome a urna. [...]Este nosso candidato cheio de bons serviços prestados a coletividade como funcionário público que é, será, uma vez eleito, a sentinela avançada em defesa de melhores dias de um povo bom, honesto como é o povo de Canoas”.	Amigos do candidato Paulo Szekir (PSD-UDN) no jornal <i>Canoas em Marcha</i> .	1951
“Raras vezes as promessas feitas às vésperas dos pleitos são realizadas, pois são sempre apregoadas com segunda intenção de conseguir votos”.	Candidato Oscar Andrade no jornal <i>Canoas em Marcha</i> .	1951
“O povo está decidido a manifestar o seu louvor ou o seu descrédito nos homens que devem representá-lo”.	Editorial do jornal <i>O Momento</i> .	1955
“Isso vem provar que o povo não está satisfeito com a atuação de nenhum de seus representantes. [...] Podemos também resumir o resultado da eleição num slogan que embora batido não perde a sua eficiência e veracidade: ‘Chega de demagogia’”.	Jornalista Walter Galvani no jornal <i>O Momento</i> .	1955
“Oferecerei aos meus eleitores o que tem sido a alavanca propulsora de minha vida até hoje: Trabalho! Estarei na Câmara de Vereadores sempre alerta e vigilante, pronto a intervir, sempre que estiverem em jogo os interesses do povo de Canoas”.	Candidato José Eraldo Schimitz no jornal <i>Gazeta de Notícias</i> .	1959

Elementos de valorização dos candidatos a vereadores na imprensa canoense		
Excerto	Autoria	Ano
“Ser candidato a vereador em Canoas é uma barbada. Não é preciso se ter um certo estudo, nem capacidade comprovada. Basta apenas se ter um pouquinho de ‘peito’, e pronto”.	Colunista <i>Mister...Ioso</i> no jornal <i>Gazeta de Notícias</i> .	1959
“Defensor intransigente da classe trabalhadora”.	Candidato Prestes Nery no jornal <i>Gazeta de Notícias</i> .	1959
“Incansável batalhador da causa pública”.	Candidato Mário Porto Inda (PTB) no jornal <i>Gazeta de Notícias</i> .	1959
“As Câmaras Municipais deveriam realizar suas sessões durante a noite, duas ou três vezes por semana, na prestação de serviços à sua comunidade, fazendo da função pública um sacerdócio de contração ao trabalho e não profissionalismo político ou antro de discussões estéreis e facciosas...”.	Articulista Nery Pereira da Silva no jornal <i>O Gaúcho</i> .	1963
Quadro elaborado pelo autor.		

APÊNDICE G – QUADRO-RESUMO DO SUBCAPÍTULO 2.3 [O CONTRASTE DOS CANDIDATOS: COMO FORAM CONCEBIDOS POR SI, PELOS SEUS E PELOS OUTROS...]

Qualificativos atribuídos aos candidatos a prefeito de Canoas na imprensa local (1951 – 1963)				
Candidato	Qualificativo	Autor	Fonte	Ano
Sezefredo Vieira (PRP)	<i>Conhecido e estimado advogado desta cidade</i>	Jornalista	<i>Correio de Canoas</i>	1950
Hugo Lagranha (PSD)	<i>Que administrará Canoas de acordo com a tua aspiração</i>	Publicidade do candidato	<i>Canoas em Marcha</i>	1951
Sezefredo Vieira (PRP)	<i>Um candidato que, por ser amigo de todos, conhece as tuas necessidades</i>	Publicidade do candidato	<i>Canoas em Marcha</i>	1951
Maurício Müller (PTB)	<i>Mais conhecido como Manda Chuva da Prefeitura de Canoas / O Ditador do Município</i>	Executiva Municipal do PSD	<i>Expressão</i>	1954
Canabarro Tróis (UDN)	<i>Consumada reputação de probidade e uma das maiores reservas morais de nossa terra</i>	Jornalista	<i>O Momento</i>	1955
José João de Medeiros (PSP)	<i>Conta com um eleitorado quase certo</i>	Jornalista	<i>O Momento</i>	1955
José João de Medeiros (PSP)	<i>Candidato natural do partido [PTB]</i>	Mário Porto Inda (PTB)	<i>O Momento</i>	1955
José João de Medeiros (PSP)	<i>Único candidato capaz de reunir as simpatias do eleitorado canoense</i>	Mário Porto Inda (PTB)	<i>O Momento</i>	1955
José João de Medeiros (PSP)	<i>Reúne maiores possibilidades eleitorais [dentre os petebistas]</i>	Jornalista	<i>O Momento</i>	1955
José João de Medeiros (PSP)	<i>Representa a vontade popular</i>	O candidato	<i>O Momento</i>	1955
Maurício Müller (PTB)	<i>Tenta impor de todas as maneiras sua candidatura</i>	Jornalista	<i>O Momento</i>	1955
Maurício Müller (PTB)	<i>Não tem prestígio junto às classes populares</i>	Jornalista	<i>O Momento</i>	1955
Maurício Müller (PTB)	<i>Candidato que não goza de simpatia geral</i>	Jornalista	<i>O Momento</i>	1955
Sezefredo Vieira (PRP)	<i>Apartidário / Prestígio eleitoral</i>	Jornalista	<i>O Momento</i>	1955
Sezefredo Vieira (PRP)	<i>Conhecido homem público com grande possibilidade de vitória</i>	Jornalista	<i>O Momento</i>	1955
Sezefredo Vieira (PRP)	<i>Discute os problemas gravíssimos da cidade</i>	Grupo de amigos de Sezefredo	<i>O Momento</i>	1955
Sezefredo Vieira (PRP)	<i>Vota em Sezefredo e serás também vencedor</i>	Publicidade do candidato	<i>O Momento</i>	1955
Hugo Lagranha (PSD)	<i>Não trato de questões partidárias, cuido apenas de Canoas</i>	O candidato	<i>Gazeta de Notícias</i>	1959
Hugo Lagranha (PSD)	<i>Começará no meu governo o maior amparo ao operário pobre</i>	O candidato	<i>Gazeta de Notícias</i>	1959
Hugo Lagranha (PSD)	<i>O mais capaz e mais adequado para ser o Prefeito desta cidade</i>	Moysés Machado	<i>Gazeta de Notícias</i>	1959
Hugo Lagranha (PSD)	<i>Estando ao lado do povo sempre que ele necessita</i>	Moysés Machado	<i>Gazeta de Notícias</i>	1959
Hugo Lagranha (PSD)	<i>É jovem, dinâmico e de vontade férrea / Homem simples e popular</i>	Moysés Machado	<i>Gazeta de Notícias</i>	1959
Hugo Lagranha (PSD)	<i>Figura popularíssima / Já tem dado mostras de sua capacidade administrativa</i>	Editorial	<i>Gazeta de Notícias</i>	1959

Qualificativos atribuídos aos candidatos a prefeito de Canoas na imprensa local (1951 – 1963)				
Candidato	Qualificativo	Autor	Fonte	Ano
José João de Medeiros (PTB)	<i>Constitui uma esperança que o povo tornará realidade</i>	Publicidade do candidato	<i>Folha de Canoas</i>	1959
José João de Medeiros (PTB)	<i>Esperamos modificar totalmente o panorama político e administrativo de Canoas</i>	O candidato	<i>Gazeta de Notícias</i>	1959
José João de Medeiros (PTB)	<i>Os ódios e os rancores não encontram guarida em meu coração</i>	O candidato	<i>Gazeta de Notícias</i>	1959
José João de Medeiros (PTB)	<i>Tenho um programa e uma ideia a defender. Não escondo do povo o meu partido: PTB</i>	O candidato	<i>Gazeta de Notícias</i>	1959
José João de Medeiros (PTB)	<i>Elemento conhecidíssimo de Canoas / Já, por uma vez, exerceu o cargo de Prefeito</i>	Editorial	<i>Gazeta de Notícias</i>	1959
Hugo Lagranha (PSD)	<i>Elemento altamente credenciado</i>	Mário Porto Inda (PTB)	<i>O Gaúcho</i>	1962
Hugo Lagranha (PSD)	<i>Homem inatacável, honesto, de reconhecida capacidade administrativa</i>	Colunista Rafael Ghileni	<i>O Gaúcho</i>	1963
Quadro elaborado pelo autor.				

**APÊNDICE H – QUADRO-RESUMO DO CAPÍTULO 3 [TEMPO DA POLÍTICA,
TEMPO DAS CAMPANHAS]**

Práticas e instrumental das campanhas eleitorais em Canoas (1947-1963)	
Atividades partidárias (pré-eleitorais)	Qualificação Reuniões Convenções Arregimentação de filiados Formação de alianças Formação de setores (feminino, jovem) Formação de núcleos e subdiretórios Escolha dos candidatos
Capilarização da campanha	Inaugurações de comitês Caminhadas Visitas Comícios Reuniões públicas Distribuição de propaganda
Cerimônias e confraternizações	Inaugurações de retratos Almoços e jantares Churrascos Pronunciamentos
Divulgação da imagem dos candidatos	Confecção de faixas, cartazes e santinhos Afixação de faixas e cartazes Fotografias Elaboração de propostas Visitas a autoridades e imprensa Publicação de notas e anúncios Programas de rádio Debates e entrevistas
Práticas à margem da lei	Inauguração de comitês fora do período eleitoral Distribuição de alimentos Oferecimento de vantagens Traguinhos Destruição da propaganda de adversários
Práticas comportamentais	Suposições Boatos e intrigas Brigas Injúrias Promessas Demonstrações de entusiasmo
Instrumental	Santinhos Cédulas Cartazes Faixas Microfones Caixas de som Flâmulas Comitês Clichês Mapas dos comitês Listas das mesas eleitorais

ANEXO I – MAPA DOS BAIRROS DE CANOAS

Fonte: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes (Org.). **Bairro Fátima** - Da comunidade fundadora aos dias atuais: muitas histórias, diversos olhares. Canoas: Fênix, 2009.